

História do Brasil Imperial

História do Brasil Imperial

Laura Candian Fraccaro

© 2018 por Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Presidente

Rodrigo Galindo

Vice-Presidente Acadêmico de Graduação e de Educação Básica

Mário Ghio Júnior

Conselho Acadêmico

Ana Lucia Jankovic Barduchi

Camila Cardoso Rotella

Danielly Nunes Andrade Noé

Grasiele Aparecida Lourenço

Isabel Cristina Chagas Barbin

Lidiane Cristina Vivaldini Olo

Thatiane Cristina dos Santos de Carvalho Ribeiro

Revisão Técnica

Rafael Pavani da Silva

Editorial

Camila Cardoso Rotella (Diretora)

Lidiane Cristina Vivaldini Olo (Gerente)

Elmir Carvalho da Silva (Coordenador)

Leticia Bento Pieroni (Coordenadora)

Renata Jéssica Galdino (Coordenadora)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Fraccaro, Laura Candian

F797h História do Brasil imperial / Laura Candian Fraccaro. –

Londrina : Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2018.

240 p.

ISBN 978-85-522-1136-5

1. História do Brasil. 2. Século XIX. 3. Império brasileiro.

I. Fraccaro, Laura Candian. II. Título.

CDD 981.04

Thamiris Mantovani CRB-8/9491

2018

Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Avenida Paris, 675 – Parque Residencial João Piza

CEP: 86041-100 – Londrina – PR

e-mail: editora.educacional@kroton.com.br

Homepage: <http://www.kroton.com.br/>

Sumário

Unidade 1 Entre Portugal e Brasil	7
Seção 1.1 - Entre Portugal e Brasil	9
Seção 1.2 - Independência e a Constituição de 1824	27
Seção 1.3 - A formação do país: política e escravidão	45
Unidade 2 Disputas internas e a abdicação	65
Seção 2.1 - Disputas internas e a abdicação	68
Seção 2.2 - Regências e Revoltas Regenciais	83
Seção 2.3 - O acordo das elites e o golpe da maioria	99
Unidade 3 Escravidão e liberdade como projetos	117
Seção 3.1 - Escravidão e tráfico negreiro	120
Seção 3.2 - Economia no Segundo Reinado	139
Seção 3.3 - Escravidão e revoltas escravas no Segundo Reinado	156
Unidade 4 O Império em disputa	175
Seção 4.1 - O debate intelectual do final do XIX	177
Seção 4.2 - Guerra do Paraguai e abolicionismo	194
Seção 4.3 - Historiografia do Brasil do XIX	214

Palavras do autor

Caro aluno, a história do Brasil Imperial reúne acontecimentos de grande importância para a história brasileira: os eventos que levaram à Independência, a participação do Brasil no mercado mundial como um grande produtor de açúcar e café, a consolidação da escravidão, a formação da identidade nacional, projetos de abolição e, finalmente, os eventos que levaram à República.

No entanto, a história do Brasil é comumente retratada como uma história peculiar, diferente das demais, como se os acontecimentos históricos do país fossem de um nível inferior. Nossa independência dizem ter sido feita sem conflito e de acordo com a vontade de um monarca. Diferente dos outros países, como os Estados Unidos, mantivemos a monarquia e diferente de muitas colônias espanholas, mantivemos a escravidão. Apesar de todos esses pontos soarem como fora de lugar, é nosso trabalho, como professores e professoras da disciplina, explicar os eventos conectando-os com as diversas influências e pressões sob as quais os acontecimentos estavam. A história do Brasil é, então, como um mosaico, feito de pequenas peças, às vezes pequenas outras grandes, mas que só fazem sentido se orquestradas e colocadas juntas.

Trataremos, então, das pressões travadas nesta seção que levaram à Independência. Na seção seguinte, os jogos políticos após a Independência. Não obstante, a formação do Brasil, em sua política e em sua base escravocrata serão trabalhados, buscando orquestrar os eventos para que a história do país seja desvelada a partir das influências internas e externas. As pressões e críticas à figura do Imperador e a subsequente abdicação do trono também se fazem importantes e estão presentes. E, por fim, o Império nas mãos de Dom Pedro II, as mudanças econômicas, os projetos abolicionistas e também teorias raciais, que ao longo do século, pautaram projetos de trabalho livre, imigracionistas e também contribuíram para a consolidação do preconceito no país. Como podemos perceber, os elementos que guiam o século XIX e o Brasil Império se estendem também até os dias de hoje, fazendo dessa disciplina um marco muito importante do aprendizado do estudante de história.

Entre Portugal e Brasil

Convite ao estudo

Caro aluno, essa unidade abordará um período muito peculiar da História do Brasil: os anos posteriores à chegada da Família Real à Colônia, em 1808, e os eventos que contribuíram para a declaração de Independência em 1822. A mudança de toda a corte portuguesa, assim como da Família Real para uma Colônia é um acontecimento bastante inesperado. Nesse período, a Colônia passou, então, a adquirir um novo status e até se tornou Reino Unido de Portugal. Os dissabores que a presença real no Brasil causou em Portugal cobraria seu preço, levando, inclusive, a uma Revolução no país europeu e a cobrança constante para que a realeza retornasse. Com tantos acontecimentos conturbados, a elite do Brasil se organizava, formulando também projetos de emancipação e construindo uma revolução republicana. Não foi um período histórico centralizado apenas em um rei ou uma família. Mesmo após a independência, as elites de várias capitâneas se organizaram, através da constituinte, para reduzir o poder do monarca. Na mesma época, novas regiões do país, como Rio e São Paulo, entraram na produção de açúcar para exportação e o tráfico de escravos ganhou um novo impulso pela economia mundial. A escravidão, então, tornava-se um elemento basilar para o recém Império, ao mesmo tempo que pressões inglesas pediam o fim do tráfico – elementos complexos que ajudam a entender a formação do Brasil e a persistência da escravidão no Brasil independente.

Nessa unidade, vamos ver que a Família Real na figura de seu rei Dom João VI era bem diferente do que geralmente é apresentado pelo senso comum, como vemos em best-sellers como o do jornalista Laurentino Gomes, que chega a retratá-

lo como um rei deprimido e medroso. Por muitas vezes, Dom João VI é representado como um rei bufão, perdido entre Brasil e Portugal. Porém, a unidade propõe uma inversão. Ao invés de focarmos nas decisões reais como fruto de um governante soberbo e alheio ao seu redor, vamos entendê-las como fruto das pressões políticas às quais ele estava submetido. Assim, a história pode ser contada considerando as ações de vários grupos e não mais centrada unicamente na figura do rei. Surgem membros das elites, revoltosos, pessoas comuns pouco contentes com a maneira que a relação entre Portugal e Brasil era conduzida pelo rei. Com esses novos atores, o cenário da história torna-se, então, muito mais plural e muito mais atrativo para todos, inclusive os alunos.

Outro objetivo aqui é apontar que muitos dos eventos da História do Brasil, considerados peculiares ou até excêntricos, são, na verdade, fruto de variadas disputas e jogos intrincados de poder. A ideia de que o Brasil se tornou independente por um desejo do monarca português e sem qualquer envolvimento popular é bastante recorrente e precisa ser desfeita. Essa explicação é bastante preguiçosa e, recorrentemente, utilizada. Porém, a história do Brasil é repleta de nuances, jogos de forças e pressões, os quais serão analisadas.

O objetivo maior é capacitar o aluno a explicar a História do Brasil, questionando ideias pré-concebidas que à primeira vista parecem descabidas e inexplicáveis, por exemplo: "O Brasil foi um país que declarou a Independência sem guerra e ainda manteve um membro da família real no poder"; "O brasileiro nem contra o Imperador se revoltou", reforçando o mito de que brasileiros são passivos e acrílicos. A unidade, então, prepara você para entender e explicar a intrincada História do Brasil e propõe a questão: como podemos ultrapassar essa ideia de História simplista que desconsidera a participação dos diversos atores?

Seção 1.1

Entre Portugal e Brasil

Diálogo aberto

Bem-vindo, caro aluno! Nesta seção estudaremos os acontecimentos que antecederam a Independência: as pressões populares, das elites no Brasil e em Portugal, dos militares e de muitos outros grupos que questionavam regularmente as ações da monarquia. Veremos que a história foi feita por muitos atores e não estava sob comando exclusivo do rei. Mesmo que cheia de nuances e peculiaridades, a História do Brasil estava intrinsecamente conectada com eventos na Colônia e fora dela.

Como professores de História, somos convidados, com muita frequência, a explicar diversos eventos do passado e, constantemente, temos que lidar com certas questões que parecem desafiar a lógica. Nesse cenário, reflita: como você responderia a um estudante que, em tom de insatisfação, lhe questionasse da seguinte maneira: “É impossível explicar a História do Brasil. Eu vi em um vídeo do YouTube que não há qualquer cabimento em um país que conquistou sua Independência sem luta! Pior ainda, depois de independente, deixou alguém da Família Real no poder”.

Como você lidaria com tal questionamento? Quais elementos desse período poderiam te auxiliar a tirar esse estigma sobre a História do Brasil?

Não pode faltar

A História do Brasil, especialmente no período aqui estudado (1808-1822), envolve muitos jogos de poder e pressões populares entre Portugal e Brasil, nome, inclusive, dessa unidade. O jogo de forças entre Colônia e Metrópole contribuiu para que o Brasil fosse umas das poucas colônias que integrou um Reino Unido com a Metrópole e que, após a Independência, manteve um representante de uma família real europeia no poder, Dom Pedro. O que pode nos parecer bastante complicado e fora de lugar é, na verdade, fruto de disputas políticas que serão analisadas nesta unidade.

Em 1808, a saída estratégica da Família Real, fugindo do avanço das tropas napoleônicas garantiu à colônia brasileira um status sem precedentes. Como vimos anteriormente, a vinda da Família Real trouxe importantes mudanças tais como: a imprensa, a abertura dos portos, as vantagens comerciais, a vinda de intelectuais e artistas da Europa. Porém, com a derrota das tropas francesas em 1814, a população portuguesa pressionava para que o rei D. João VI voltasse à Europa. A paz havia retornado, os tratados em retaliação à França foram assinados e Portugal já não mais estava sitiado. Além do novo contexto, as monarquias europeias se fortaleciam de maneira geral e a população portuguesa pedia que seu rei voltasse à Europa. Em 1815, D. João VI elevou o Brasil a Reino Unido, em uma tentativa simultânea de afirmar seu poder, na Colônia e na Metrópole. Governaria da América e reforçaria seu poder em Portugal. Era uma tentativa de transformar a “chegada cabisbaixa e humilhada” na colônia, fugindo das tropas napoleônicas e abandonando seus súditos, em um “palco de um novo momento da grandeza bragantina” (HERMANN, 2007, p. 129).

Há algumas maneiras de interpretar a decisão de permanecer, tomada por D. João I. A primeira era de que D. João VI construiu a estratégia de ficar no Brasil para evitar oposições diretas à sua imagem, afinal, havia um oceano entre os opositores portugueses e o monarca, podendo, portanto, fortalecer a si mesmo e a Portugal antes de um regresso à Europa. As críticas e pressões não seriam sentidas tão diretamente. Declarar a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves poderia ser também uma estratégia política para reafirmar seu poder real e acalmar os ânimos dos portugueses. Após ter abandonado seus súditos que enfrentaram uma guerra sem o rei, a declaração de unificação apontava uma retomada do poder e a expansão de seu reinado. A elevação à reino também tentava acalmar as inquietações no Brasil: as vindas das capitânicas do norte do Brasil que se indispunham com o fato do Rio de Janeiro ser corte e os impostos que tinham que pagar a mais para a manutenção da corte; e as aspirações de “alguns grupos (portugueses nativos do Brasil, ou imigrados vinculados aos primeiros)” em “ampliar a sua força política dentro do regime monárquico” (OLIVEIRA, 2005, p. 50). Ou ainda, Portugal já estava se posicionando como Reino Unido para poder ter uma representação mais significativa nas negociações e discussões sobre o fim das Guerras Napoleônicas. Com a presença do Brasil,

Portugal parecia mais um Império do que um pequeno país sitiado e periférico da Europa (WEHLING & WEHLING, 2011, p. 100).



Reflita

Minha tese tem sido sempre que sem a vinda da corte não haveria Brasil. Em outras palavras, que a vinda da corte foi condição necessária, embora não suficiente, da existência do Brasil assim como hoje o conhecemos. Esse ponto me parece difícil de negar. Tenho usado como argumento um pequeno experimento mental que me parece convincente. O exercício consiste em supor a muito plausível opção de D. João por permanecer em Portugal em vez de fugir para a colônia. As consequências dessa hipotética decisão não são difíceis de imaginar. Basta verificar o que de fato se deu, logo depois da fuga de D. João, na Espanha e em suas colônias da América: prisão e exílio dos reis e fragmentação da colônia.

(CARVALHO, José M. de. D. João e as histórias dos Brasis. *Rev. Bras. Hist.*, v. 28, n. 56, p. 553. São Paulo, 2008.

O historiador José Murilo de Carvalho propõe um exercício difícil, porém muito instigante: pensar como seria o Brasil se a corte portuguesa não tivesse vindo em 1808. A independência teria vindo antes, como foi com outros países da América Latina? Teríamos nos transformado em muitos países?

A tentativa de acalmar as Capitanias do Norte não encontrou eco em Pernambuco. Essa capitania, muitíssima maior do que o território atual do estado pernambucano, estendia-se para o interior do país e abarcava parte da Bahia e da costa. Era um epicentro cultural e político do Brasil, haja vista que a distância até Portugal era pequena, o que possibilitava a ida frequente da elite à Europa. A mudança da corte para o Rio de Janeiro afetou essa relação, impondo a Pernambuco e outras capitanias um caminho mais longo até o rei e também uma cobrança mais intensa de impostos para manter o estilo luxuoso da corte na colônia. O porto de Recife

escoava a produção de Pernambuco e da região (os atuais estados de Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Paraíba e Sergipe). Marcado pela produção de açúcar, Pernambuco tinha, em 1810, quase quatrocentos mil habitantes, sendo, por volta da metade, negros e mulatos livres (FRANÇA, 2014, p. 35).

Os tratados comerciais firmados por D. João VI com a Inglaterra beneficiavam diretamente os ingleses e prejudicavam a produção brasileira e também a pernambucana. O monopólio do comércio nas mãos de portugueses penalizava os locais que vendiam seus produtos a preços baixos e pagavam caro nos importados. A capitania ainda convivia com a seca, que, em 1816, atingiu diretamente o abastecimento de alimentos, levando à carestia e à necessidade de importa-los de outras capitanias (VILLALTA, 2003, p. 60). Além de tudo isso, o governador de Pernambuco, Caetano Pinto Montenegro, aumentava os impostos para poder suprir a corte e também para bancar os esforços, com soldados e recursos, na conquista da Guiana Francesa.

Contraditoriamente, o governador atrasava o pagamento dos soldados, acumulando descontentamentos na população. Como podemos ver, era uma gama de motivos que levou Pernambuco a se proclamar independente. Quanto à instauração de uma República, podemos apontar a influência dos ideais da Revolução Francesa que havia acontecido há poucas décadas (1789), que retirou do poder uma monarquia absolutista e tornou a França um império em expansão com as guerras napoleônicas. A luta pela independência nos Estados Unidos também servia como modelo para os membros da elite e a Revolução em escrava em Saint-Domingue (Haiti) agitavam os setores populares, principalmente de negros e escravos. Vale lembrar que grande parte dos soldados do exército, cuja participação foi importante na Revolução de 1817, eram pessoas bastante pobres, libertas ou negras livres e viam no Haiti uma utopia de mudança radical. Como você deve ter percebido, o clima estava muito propício para que os habitantes de Pernambuco questionassem o poder real e almejassem um futuro que não fosse sob o julgo português.

A revolução de 1817 durou apenas setenta e dois dias (6 de março a 20 de maio de 1817), porém a curta duração não esconde a importância que o movimento teve para o período. A Revolução não propunha reformas ou criticava aspectos circunscritos da monarquia,

mas propunha uma nova ordem social e o fim do julgo português. O laço entre súditos e Monarquia foi destruído, a soberania portuguesa foi negada; fatos que contribuíram diretamente na Independência anos depois:

Ao quebrar um dos pilares secularmente construído da identidade portuguesa, o da tradicional fidelidade dos vassallos de sua Majestade Fidelíssima, 1817 foi a mais ousada e radical tentativa de enfrentamento até então vivido pela Monarquia portuguesa em toda a sua história” (BERNARDES, 2006, p.205).



Encontros reunindo “sujeitos de todas as classes contra o governo”, nas quais se “bradava ‘Viva o Brasil’, e acabe para sempre a tirania e o despotismo europeu” (FRANÇA, 2014, p. 56) eram bastante comuns e os desafetos entre oficiais brasileiros e portugueses levaram o governador Caetano Pinto (1748-1827) a ordenar que militares respeitassem seus postos e se mantivessem subordinados. O estopim da Revolução foi a tentativa de prisão do capitão José de Barros Lima (1764-1817), conhecido como Leão Coroado, que culminou com o assassinato do Brigadeiro Manoel Barbosa. Depois desse evento, as ruas foram tomadas pelos revoltosos e as primeiras decisões tomadas foram a abolição das cobranças, o estabelecimento de uma nova constituição, uma bandeira e um novo governo. Até mesmo, enviaram representantes para outros países, como Estados Unidos, para buscar apoio.

Apesar dos primeiros eventos terem ecoados entre militares, outros grupos mostraram sua participação. Tomavam as ruas pessoas de toda a sorte, armados ou não, exigindo os fins dos abusos e da carestia. Um comerciante acusado de fazer monopólio e aumentar o preço da mandioca, alimento base da alimentação da época, recebeu uma turba frente à sua casa (FRANÇA, 2014, p. 58). A participação de gente pobre, negros e “pardos” livres e libertos, e também de médicos, religiosos, militares de alta patente e membros da elite na revolução aponta para o fato de que o governo real se deparava com opositores em todas as classes e de diversos lugares. Temos que lembrar, aluno, que o território de Pernambuco era bastante amplo naquela época e a revolta se estendeu de Alagoas ao Ceará, tomando parte também do interior. Portanto, a ideia de

que o rei governou tranquilamente e que o povo não tinha projetos de independência não sobrevive a um olhar mais atento aos acontecimentos da época.

Vamos agora nos deter às propostas da Revolução e como esses anseios batiam de frente com a Monarquia. O governo revolucionário, uma vez declarada a emancipação de Portugal, instaurou uma república que, por meio de eleições que respeitavam a soberania popular, defendia os direitos individuais e a liberdade de religião, ou seja, negava princípios do Antigo Regime (VILLALTA, 2003, p.72). Porém, os membros do governo provisório não estavam em sintonia quanto aos direitos individuais; a liberdade valeria para todos? Deveria ser declarada a abolição? Entre os membros do governo provisório e entre os participantes não havia consenso sobre a escravidão. Os homens e mulheres, negros livres ou libertos, participantes da revolução, contavam com a abolição, assim como grande parte dos soldados de baixa patente, que eram negros. Alguns aristocratas e senhores de engenho não partilhavam dessa opinião, querendo prolongar ao máximo a escravidão na nova república.



Pesquise mais

Bárbara de Alencar, uma das revolucionárias de 1817

A Revolução de 1817 se espalhou pelas capitâncias vizinhas, chegando no Ceará, onde Bárbara e seus filhos juntaram-se ao movimento. Bárbara é conhecida por ser avó de José Alencar, mas sua trajetória instigante é bem anterior ao nascimento do escritor. Ela foi presa e torturada após a Revolução de 1817 e ainda participou da Confederação do Equador anos depois.

Você pode saber mais sobre Bárbara de Alencar através do documentário *De lá pra cá: Bárbara de Alencar*. (Direção: José Araripe Ramos: TV Brasil, 2010, 24 minutos), especialmente a entrevista com o professor Denis Bernardes (2:21-3:53) ou através do artigo:

SILVA, Cláudia L. Bárbara de Alencar, de inimiga do Rei a Heroína nacional: percursos da imaginação histórica e modelos de representação literária.

Revista Mulheres e Literatura, v. 14, p. 1, 2º semestre/2015.

Para história e participações de outras mulheres, ver:

SCHUMAHER, S.; BRAZIL, E. V. I (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

O desacordo quanto à abolição enfraqueceu a coesão do movimento que contava ainda com o bloqueio no porto de Recife, que passou a não receber mais nenhuma embarcação. Além disso, grupos de resistências, defendendo o poder real, travavam batalhas com os revoltosos no interior. O quadro não parecia muito favorável na medida que o movimento revolucionário tinha que fornecer homens e armas para conter as resistências do interior, deixando a cidade do Recife à mercê do contra-ataque da coroa. A rendição e a retaliação vieram oitenta e poucos dias depois, com muitos dos revoltosos encarcerados e chicoteados publicamente. Como sabemos, os açoites eram amplamente utilizados na punição aos escravos e pessoas de baixa classe, porém, na retaliação orquestrada pelo poder, muitos revoltosos, independentemente de sua classe, patente ou cor receberam tal punição. As penas por açoite “foram deliberadamente aplicadas com o propósito de reinstaurar a ordem social e étnica que o tempo da pátria (da revolução) ameaçara” (BERNARDES, 2006, p. 232). As punições públicas, os encarceramentos e os açoites serviam como um recado da Coroa, mostrando que o poder emanava do rei português e reforçando que um Brasil questionador, na figura dos revoltosos, encontraria um fim de violência e subjugação. Apesar de uma Revolução curta (pouco mais de dois meses), os revoltosos tiveram que enfrentar longos anos de retaliação e prisões. A monarquia fez questão de se fazer presente e transformar as punições em um evento público e duradouro.



Exemplificando

Carta de D. João VI determinando a punição dos revoltosos

E dos réus que houver eclesiásticos, ou sejam regulares ou seculares vós mandareis separar as culpas para em ato separado serem sentenciados por vós com os adjuntos como fôr justiça, e por lhes não pertencer privilégio algum de isenção nos crimes excetos dos quais o de lesa-majestade é o maior e o mais horroroso. Com declaração porém que antes da execução da sentença exigireis a degradação na conformidade do costume do Reino: e quanto aos réus que forem das ordens militares, vós na mesma sentença podereis degradar e expulsar delas, pois a vós e aos mais adjuntos cometo essa jurisdição como mando participar à Mesa

da Consciência e Ordens; havendo outrossim entre os réus outros que nem foram dos chefes e cabeças da rebelião, nem cometeram assassinatos nem comandaram as tropas rebeladas, que pegaram em armas, nem constituíram o Conselho e Govêrno Revolucionário, nem dos que fomentaram proclamação, ou procuraram propagar ou sustentaram e nele preservaram até serem rendidos pela fôrça armada, porém que consentiram por terror, cederam à fôrça ou semelhantes, a respeito dêstes ordeno que as sentenças contra eles proferidas se remetam à minha real presença suspendendo-se entretanto a execução delas e ficando os réus com segurança até eu determinar o que fôr servido. Servirão de escrivão e de escrivão assistente os ministros que vão por mim nomeados, os quais terão fé pública; que se dará também as cópias dos processos e certidões por êles escritas ou sobrescritas, e concertadas e servirão debaixo do juramento dos seus ofícios. Para vos auxiliardes na proposição de tão volumosos processos podereis valer-vos de qualquer de vossos adjuntos que para esse fim nomeardes. (...) Ordeno que em todos e cada um dos referidos casos procedendo vós sempre de acordo com o governador expedireis todas as ordens que vos parecerem convenientes, entregando-se o Governador de as auxiliar como lhe determino em carta que a êste fim lhe vai dirigida. E principiando vós a devassa ficará cessando quaisquer comissões a este respeito a exceção somente da que determino do distrito da Relação do Rio de Janeiro. No caso do vosso impedimento vos substituirá o Desembargador vosso adjunto, e no de ambos qualquer que êle seja o mesmo governador proverá como lhe tenho ordenado. Dos autos dos sequestros e confiscos a que se proceder sereis vós o juiz com os vossos adjuntos e concluída a vossa comissão passarão os mesmos autos para o Juízo da Coroa, naquela Relação, fazendo remeter os translados a esta côrte. Serão nomeados administradores para os bens de raiz e arrematados os móveis, ou semoventes, não necessários, para a manutenção dos primeiros. Julgando-se sumariamente as liquidações dos referidos confiscos, dívidas, reinvidicações e outras quaisquer dependências na forma das leis estabelecidas para o Juízo Fiscal.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Documentos Históricos: Revolução de 1817**, v. CIV. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954. p.14-15.

A carta acima foi enviada pelo rei D. João VI para Recife, ao Presidente da Alçada de Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho (8 de outubro de 1817). Alguns elementos chamam

nossa atenção: a pluralidade dos envolvidos, clérigos, militares e outros; a extensão das penas, ainda que mais leves, a todos que tenham sido coniventes com a revolução, por princípio ou por medo, mesmo não pegando em armas ou participando do governo revolucionário. Na segunda página vemos ainda todo o aparato burocrático orquestrado para julgamentos e penas. Há ainda uma seção inteira para o confisco e leilão de bens dos revolucionários.

A Revolução de Pernambuco, apesar de ter sido derrotada, questionou diretamente o poder de D. João VI. Como dito anteriormente, a unificação do reino foi uma tentativa de acalmar os ânimos dos súditos portugueses e a permanência estendida no Brasil pode ter sido uma forma de fugir das pressões e críticas diárias vinda de Portugal. Essa decisão foi desafiada pela Revolução de 1817, uma vez que a colônia se mostrava um local de questionamentos e rejeição do poder real. É importantíssimo, ainda, apontar a participação de todos os estratos sociais na revolução, indicando que a rejeição à Monarquia esteve amplamente difundida.

Talvez, os constantes questionamentos direcionados à monarquia, na figura de D. João, as revoltas e as pressões vinda de Portugal contribuíram para que o rei tentasse reafirmar seu poder através de uma cerimônia tradicional de aclamação ao monarca. Essa cerimônia celebrava o pacto de união entre o rei e o povo, como se fossem um só. Como sabemos e já vimos, D. João atuava como rei há alguns anos, desde "1792, e de direito desde 1799, em virtude do impedimento de sua mãe por problemas de saúde" (HERMANN, 2007, p. 125). Porém, só em 1818, a cerimônia foi feita. É possível que o monarca pretendia fazer a cerimônia em 1817, mas com a Revolução em Pernambuco, o festejo teria sido adiado. De qualquer maneira, D. João aproveitou os contextos de pressões e questionamentos para reafirmar seu poder em uma cerimônia opulenta e grandiosa. As gravuras feitas por Jean Baptiste Debret, sobre a aclamação, mostram uma cerimônia de grandes proporções, com prédios e ruas enfeitados. Ruas inteiras foram adornadas e o povo acompanhou massivamente o festejo.

Duas gravuras de Jean-Baptiste Debret sobre a aclamação de D. João em sua obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* dão uma dimensão dos festejos e da intenção de fortalecer o poder do Monarca.

Figura 1.1 | Aclamação de D. João VI (J. B. Debret)



Fonte: <<https://goo.gl/LYqtES>>. Acesso: 9 abr. 2018.

Figura 1.2 | Aclamação de D. João VI (J. B. Debret)



Fonte: <<https://goo.gl/LYqtES>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

A obra completa está disponível on-line no acervo digital da Biblioteca Nacional. **Voyage pittoresque et historique au Brésil**. Tome troisième. p. 60-61. Disponível em: <<http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.html>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

Alguns elementos são passíveis de uma análise rápida entre alunos e professores, vamos elencar alguns. Na vista exterior da aclamação, Debret fez questão de colocar todo o tipo de gente apoiando o rei. Podemos ver, negros, brancos, militares e aristocratas. Já na gravura que retrata o interior do palácio, há a figura de três poderes: magistrados, militares e Igreja.

Como vimos, Portugal já estava em paz há algum tempo após a derrota das tropas napoleônicas e os súditos portugueses acreditavam que a cerimônia de aclamação seria um motivo justo e oportuno para que o monarca retornasse à Europa. No entanto, foram surpreendidos com a decisão de D. João em fazê-la no Rio de Janeiro, despertando, novamente, dissabores entre Portugal e Brasil, ou, em outras palavras, a aclamação ser feita do Brasil “parecia hierárquica e politicamente inaceitável desprezo tão grande às raízes e tradições portuguesas” (HERMANN, 2007, p. 137). O fato dos súditos portugueses enfrentarem dificuldades econômicas por conta das invasões napoleônicas – e também dos péssimos acordos firmados por Portugal – agravavam a situação de D. João VI e também trazia mais questionamentos quanto à opulência e gastos na sua cerimônia de aclamação no Brasil.

A reafirmação de seu poder, pretendido através da gigantesca cerimônia, durou pouco tempo. Em Portugal, surgiam movimentos de sublevação como foi a Constituição de Lisboa de 1817, e os súditos portugueses tinham que viver ainda sob a influência constante dos revoltosos espanhóis cujo movimento em 1820 retomou a Constituição de Cádiz que propunha como um dos maiores princípios a soberania popular. O cenário para o monarca era pouco satisfatório, tanto no Brasil quanto em Portugal e veio a piorar em 1820 quando a **Revolução Liberal do Porto** eclodiu.

Essa Revolução, inicialmente liderada por militares, conseguiu atrair outros grupos, como membros da burguesia e intelectuais. Propunha uma nova organização do Estado, baseada nas Cortes Gerais de Lisboa. Mas como funcionavam essas Cortes e o que o movimento almejava? Bem, a guerra, a crise econômica e a ausência do rei contribuíram para que os revoltosos quisessem que Portugal retornasse ao seu passado glorioso. Influenciada pelos ideais liberais, a revolução se baseava na supremacia do povo, porém,

pretendia manter o monarca no poder, tendo como projeto, então, uma monarquia constitucionalista. As Cortes Constitucionalistas funcionavam como um parlamento e, através de uma votação, exigiram a volta da corte. A presença do rei representava uma forma de retornar aos tempos de poder e bonança de Portugal. Por isso, exigiam a volta imediata da monarquia à Portugal. Para alguns, a Revolução Liberal do Porto era como um grito de independência de Portugal que almejava cortar laços com essa nova relação estabelecida com o Brasil. A volta do Brasil à condição de colônia era um dos desejos de alguns dos membros dessa Revolução.

O retorno de D. João VI para Portugal era inevitável se ele ainda quisesse se manter rei. As pressões que ele imaginava não ultrapassar o Atlântico foram tão fortes que em abril de 1821 ele retornou com toda corte à Europa, deixando seu filho, D. Pedro, como Príncipe Regente. A solução encontrada por D. João VI – voltar para Portugal – não conteria as influências e as mudanças feitas no Brasil pela Revolução do Porto.



Assimile

História e historiografia



Apesar de estarem bem definidas suas diretrizes fundamentais, nossa historiografia, aos descortinar o processo *sui generis* de transição do Brasil colonial para o Império, ainda não se descartou completamente de certos vícios de interpretação provocados por enfoques europeizantes, que distorcem o processo brasileiro entre os quais avulta o da imagem de Rousseau do colono, quebrando os grilhões do jugo da metrópole; ou da identificação com o liberalismo e o nacionalismo próprios da grande revolução burguesa na Europa (DIAS, 2005, p. 11).

Maria Odila Dias aponta nesse trecho para a necessidade de pararmos de procurar modelos fechados para a história do Brasil. É empobrecedor e pouco útil buscarmos semelhanças com outros países e tentar comparar o processo de nossa independência com os Estados Unidos,

por exemplo, ou tentar buscar influências internacionais, como o liberalismo e a Revolução Francesa. Retomar os elementos internos, como proposto aqui, é a solução para entender que a vinda da Coroa para o Brasil e a “interiorização da Metrópole” na região centro-sul, com a mudança da corte para o Rio, foram basilares para romper a relação Metrópole-Colônia e formar um Império no Brasil.

Os novos decretos vindos de Portugal criaram províncias, ao invés de capitanias, instaurando “autonomia em relação ao Rio de Janeiro” e, praticamente, anulando o Reino Unido com o Brasil (FRANCHINI, 2015, p. 17). Governadores que respondiam diretamente à Lisboa foram nomeados, diminuindo o poder político brasileiro e, novamente, prejudicando o status de Reino Unido. As províncias do norte do Brasil, como vimos, já não gostavam da mudança da corte para o Rio de Janeiro e viram com bons olhos o retorno dessa para Lisboa, apoiando, inclusive, às Cortes Constitucionalistas. Também não aprovavam os acordos firmados entre Portugal e Inglaterra e compartilhavam com os revolucionários portugueses o desejo de fechar novamente os portos e repudiar a presença de comerciantes ingleses. As Cortes ainda colocaram os tribunais brasileiros subordinados às instâncias de Lisboa.



Pesquise mais

Para saber mais sobre a Revolução do Porto e também dos ideias do vintismo, veja o livro de António Silva Pereira *O vintismo: história de uma corrente doutrinal*, disponível pela Universidade de Coimbra em: <<https://goo.gl/1yctv6>>.

Todas essas decisões, políticas e econômicas, assim como a exigência do retorno do rei culminavam no fim, prático e simbólico do Reino Unido e criava no Brasil maiores descontentamentos e tensões com Portugal. Porém, quem lidaria, nesse novo contexto, com esses dissabores seria o Príncipe Regente, D. Pedro, como veremos na próxima seção.

Vimos, portanto, que os anos que precederam à Independência do Brasil não foram nada calmos. De libertos, pobres livres a militares, religiosos e aristocratas, de Portugal ao Brasil, muitos tinham críticas

e posições contrárias à Monarquia. Ao inverter a narrativa da História, partindo dessas tensões e oposições, as decisões de D. João VI são percebidas como fruto do contexto no qual estavam inseridas, influenciadas diretamente pelas pressões de grupos diversos. A História do Brasil fica, então, inserida num contexto maior do que os mandos de um rei, passa a ter diálogo com a Revolução Francesa, a disseminação dos ideais liberais, da América do Norte e da Europa, das revoluções no Haiti e Espanha. Apesar de sua importância como monarca, D. João VI fica, na narrativa proposta, como mais um importante ator da História.

Sem medo de errar

Como vimos, é um senso comum pensarmos que nossa história é repleta de absurdos inexplicáveis, de peculiaridades embaraçosas diante da história europeia. Muitas vezes, os alunos nos questionam se a história de seu país não foi levada apenas por figuras famosas, como reis e governadores, ou influenciado por contextos internacionais, não havendo, portanto, participação popular. Esse foi o questionamento levantado por seu aluno. Você mostra, então, essas duas obras:

Figura 1.3 | Painel de Corbiniano Lins



Fonte: <<https://goo.gl/6pXZyz>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

E uma gravura do dia no qual a Revolução do Porto eclodiu:

Figura 1.4 | Gravura representando a Praça do Rossio, em Lisboa, no dia 1 de outubro de 1820



Fonte: <<https://goo.gl/KgKoBq>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

Neste momento, devolva o questionamento: uma república em 1817? Uma revolução em Portugal, pressionando o rei? Será que não existem mais revoltas do que a gente imaginava? Proponha que eles coletem informações sobre revoltas que antecederam a Independência e, com essas informações, mostre que havia um jogo muito intenso de forças que compuseram a história de emancipação de Portugal. Peça que os alunos apontem elementos comuns às duas obras. O elemento mais comum comentado por eles é a presença de armas. Então, você questiona: mas o período antes da Independência não foi tranquilo?

Nessa unidade, você aprendeu que D. João VI, apesar de ser um monarca de um Império, tomou muitas das suas decisões baseado nas pressões que sofria tanto por parte dos súditos do Brasil quanto os de Portugal. Conseguiu também perceber que a Revolução Pernambucana era um sintoma de um descontentamento maior que se alastrava pelo território da colônia, a alta de impostos e a competição com os produtos ingleses, por exemplo. Viu ainda que as capitânicas do norte interpretavam de maneira diferente a vinda da Coroa, sendo esta última muito benéfica para o Rio de Janeiro e muito onerosa para as demais capitânicas.

As imagens, então, conseguem sumarizar os principais pontos aprendidos aqui. O mural de Pernambuco é uma crítica à presença portuguesa e também aos desmandos da Monarquia. É interessante apontar aos alunos que o artista escolheu fazer seu mural em estilo parecido aos azulejos portugueses. A ironia reside, então, em fazer um mural que conta a história de uma capitania que se tornou independente

de Portugal e instaurou a República, imitando um dos maiores marcos da identidade portuguesa: os azulejos portugueses. Quanto à gravura da Revolução do Porto é perceptível a fácil tomada do espaço e a aprovação das muitas pessoas que lá estavam. A Revolução do Porto é um marco para a desagregação do Reino Unido de Portugal e Brasil e, ao mesmo tempo que pedia a volta do monarca, reduzia seu poder com Cortes Constituintes. Entre Brasil e Portugal, as pressões estavam postas e cresciam cotidianamente. A História, portanto, não foi feita por poucos homens, ou por só um rei, mas por uma confluência de eventos e pressões vindas de todos os cantos.

Faça valer a pena

1.



O inventário dos bens enviados da Corte do Rio de Janeiro para Lisboa em 1821, assim como documentos sobre a transferência da Família Real para o Brasil -especialmente aqueles referentes ao embarque de objetos do Palácio de Queluz -, oferece elementos para refletirmos sobre a posse e a circulação de alguns bens de luxo no Império português, entre os quais destacamos os objetos de mesa da Família Real. As referências sobre a viagem ao Brasil mencionam medidas a serem tomadas em relação a móveis, luminárias, relógios, obras de arte, tapeçarias e tecidos que deveriam partir para a América portuguesa. O que não foi embarcado na ocasião, seguiu para a América em posteriores remessas, conforme inventário datado de 1809, contendo diversos objetos de uso pessoal e doméstico, entre os quais aparelhos de jantar, chá e café em porcelana. (ALGRANTI, Leila M. Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro joanino. **An. mus. paul.** São Paulo, v. 25, n. 1, p. 24).

O trecho apresentado menciona o processo de chegada e saída da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Sobre as seguintes afirmações:

- I- A volta de D. João VI estava intimamente ligada com as pressões das capitanias brasileiras que extenuadas com os impostos, pediram que o rei e a corte retornassem à Portugal.
- II- A vinda da corte trouxe profundas mudanças culturais, com a vinda de artistas franceses como Debret e também mudanças políticas como a abertura dos portos.

- III- A corte pretendia manter seus hábitos da mesma maneira como era feita em Portugal e para isso foram aumentados os impostos das capitanias.
- IV- D. João VI foi obrigado a retornar a Portugal, uma vez que uma revolução constitucionalista havia se instaurado e pedido a volta do rei como novo presidente.

São corretas:

- a) I e II.
b) III e IV.
c) I, II e III.
d) II e III.
e) II e IV.

2.

Especialmente a Capitania de Pernambuco, uma das mais importantes da América Portuguesa, atravessava um período de grave crise. Com a economia baseada na agricultura para exportação, o período era de sérias dificuldades causadas pela queda do preço do açúcar e algodão (...). Com a predominância da produção agrícola exportadora, a frequente escassez de gêneros de primeira necessidade havia aumentado devido às consequências da grande seca de 1816. Tal quadro era substancialmente agravado pela política praticada pela administração portuguesa (FERNANDES, 2010, p. 99).

Sobre a Revolução Pernambucana e o trecho acima, é correto afirmar:

- a) A produção agrícola de Pernambuco era diminuta, sendo o porto em Recife pouco importante para a colônia.
- b) A “política portuguesa” no trecho é uma referência ao confisco de alimentos para serem levados à corte.
- c) Foi limitado a alguns militares de baixa patente e pessoas pobres que, cansadas da seca de 1816, planejaram a revolução.
- d) Declarou a independência de Portugal e prontamente instaurou uma constituinte com o intuito de colocar D. João VI no poder.
- e) A grande dedicação da agricultura à produção de gêneros importáveis, como açúcar, e a seca contribuíram para escassez de alimentos.

3.



O comércio com o Brasil, que a abertura dos portos em 1808 e o tratado de 1810 fizeram passar para Inglaterra, representava nada menos que nove décimos [90%] de todo o comércio externo português. Éramos os únicos consumidores – forçados, está visto – dos mediócris produtos das indústrias portuguesas, que de forma alguma poderiam agora, em igualdade de condições, concorrer com os da Inglaterra (PRADO JR, 1966, p. 48).

O mencionado acordo comercial com a Inglaterra afetou diretamente Brasil e Portugal. Com base no texto e nos seus conhecimentos:

- a) A abertura dos portos e os novos acordos com a Inglaterra prejudicaram apenas a economia de Portugal, levando muitos de seus comerciantes e produtores à falência.
- b) O Brasil pode acessar novas manufaturas, como tecidos, porém o interesse nesse tipo de produtos era mínimo na população brasileira.
- c) O descontentamento vindo do acordo com a Inglaterra foi uma das causas da Revolução Liberal do Porto.
- d) O comércio entre Brasil e Portugal era pouco significativo, já que o a Colônia era bastante pobre.
- e) Os revolucionários pernambucanos passaram alheios aos acordos, pois em seus portos eram negociados apenas produtos agrícolas como açúcar.

Seção 1.2

Independência e a Constituição de 1824

Diálogo aberto

Caro aluno, seja bem-vindo à segunda seção! Veremos que a história do Brasil, especificamente a Independência, estava intimamente conectada a eventos na Europa e nas outras colônias da América Ibérica. Além da influência de acontecimentos que ocorreram em outros países e colônias, a independência brasileira contou com a participação popular, das elites e outros grupos, abarcando muito mais indivíduos do que costumeiramente a imagem de 7 de setembro compreende. Vamos desconstruir a ideia, tão comum entre os estudantes, de que a independência brasileira foi feita apenas por um homem ou por uma monarquia. Ainda que o famoso quadro de Pedro Américo – sempre presente em materiais didáticos quando o assunto é a Independência – tenha proporções enormes, a obra de arte não seria suficiente para retratar todos os participantes, que atuaram direta e indiretamente nesse evento. É nesse universo de muita diversidade, repleto de sujeitos da Europa, do Brasil e da América que vamos adentrar para poder entender o processo de Independência do país.

No início do ano letivo, a direção pede que você fale um pouco sobre as atividades extras e trabalhos a serem desenvolvidos ao longo dos bimestres. Como todo começo de ano, querem saber dos trabalhos sobre as datas comemorativas “tradicionais” como o Descobrimento do Brasil e a proclamação da Independência. Sugere desenhos, trabalhos em grupo que foram feitos para o 7 de setembro. Em outros anos, os alunos tiveram que aprender sobre a bandeira, sobre o quadro de Pedro Américo e toda a memória construída em torno de D. Pedro I e da independência. Você, como já se deparou com o desafio de desconstruir essas memórias desse evento na última unidade, explica para a direção que o 7 de setembro envolvia muito mais do que um príncipe, um cavalo e um rio. Quando você apresenta essa interpretação aos alunos, eles, muito descrentes do seu comentário, afirmam que tem certeza que “a independência tem a ver só com o D. Pedro” e, no máximo,

“envolvia o pai dele que voltou pra Portugal e queria que o príncipe voltasse, mas D. Pedro queria ficar.”

Como os professores, como você, podem lidar com o desafio de explicar o complicado processo de Independência do Brasil? Como desmitificar um evento tão importante na nossa memória nacional, e ainda ensinar os eventos que levaram à Independência?

Não pode faltar

Os anos anteriores à Independência do Brasil foram bastante conturbados. Como vimos na última seção, diversos acontecimentos deixaram a monarquia abalada, como a Revolução de 1817 em Pernambuco questionou diretamente o poder real. A insatisfação das capitânicas em pagar altos impostos para a sustentação dos luxos da corte irradiava-se pelo Brasil. A volta de D. João VI para Portugal, exigida pela Revolução do Porto, e o subsequente retorno do Brasil ao status de colônia, colocaram o país em ebulição. A Independência do Brasil foi um processo conflituoso e bastante disputado, que se inflamou, principalmente, a partir da volta de D. João para Portugal até a proclamação em setembro de 1822. Nas palavras de Marcus Carvalho, a Independência



não foi um processo linear, um vir a ser obrigatório na história do Brasil, (...). Muito pelo contrário, 1822 ocorreu dentro de uma dinâmica complexa, um jogo de forças sociais, políticas e econômicas que levaram à vitória de uma determinada proposta política em detrimento de outra. (CARVALHO, 1998, p. 331-332)

As decisões tomadas no além-mar, trabalhadas nesta seção, prejudicavam diretamente a economia do Brasil e colocavam o país em uma condição dependente dos mandos de Portugal, gerando intensas críticas à monarquia. Os revolucionários do Porto e o novo governo instaurado exigiam também a volta de D. Pedro. A situação não era fácil: pressões vindas das Capitânicas do Brasil, que após 1821, foram transformadas em Províncias, e também de Portugal, por meio dos decretos das Cortes. Em um período curto, de pouco mais de um ano após o retorno da corte, a relação entre Portugal e Brasil se tornou extremamente complicada.



Desde os seus momentos cruciais de definição, a ruptura entre Brasil e Portugal esteve envolta em um conjunto de linguagens, idéias (sic) e projetos que, subsidiando práticas políticas, construíram a imagem de uma independência necessária, positiva e profícua porque, além de responder a um curso “natural” de amadurecimento em relação à metrópole europeia (sic) – pensamento muito em voga no mundo ocidental em fins do século XVIII e começos do seguinte, (...) – a América portuguesa supostamente soubera evitar as convulsões e destruições que tipificaram outros movimentos de independência, notadamente o hispano-americano. Embora hoje em dia a historiografia possa mostrar uma história cheia de tensões, conflitos, cisões, guerras e profundas alterações na ordem vigente, o argumento da mudança “pacífica” e “conservadora” ainda ecoa forte em visões acadêmicas e não-acadêmicas sobre a Independência do Brasil, resquício de uma imagem construída por alguns de seus protagonistas e que se converteria em um paradigma de análise à posteridade. (PIMENTA, 2008, p. 73)

Como podemos mudar essa ideia de que a Independência foi um resultado quase inevitável, feito por vias pacíficas?

Como visto na seção anterior, a independência foi proclamada por D. Pedro e há uma vasta discussão sobre a memória entorno dessa proclamação que já foi trabalhada. Neste momento, nos interessa inserir o Brasil em um contexto maior, de independência de outras colônias da América Ibérica, ou seja, a proclamação de D. Pedro sofria influências diretas dos acontecimentos nas colônias vizinhas, juntamente das pressões internas das províncias e oposições às demandas dos revolucionários do Porto. O processo de independência do Brasil é uma reunião de todos esses fatores e não uma decisão isolada de um membro da família real.

De certa maneira, os acontecimentos externos, como as invasões napoleônicas que levaram a corte portuguesa a se mudar para o Brasil, influenciaram diretamente a história de toda a América Ibérica. Diferente de Portugal, o rei espanhol permaneceu na Europa, sendo deposto em 1808. Neste mesmo ano, movimentos de independência “manifestaram na América Hispânica com enorme velocidade e assombrosa simultaneidade, do México, no vice-reino da Nova Espanha, a Buenos Aires, no vice-reino do Rio da Prata”, indicando a influência dos acontecimentos externos e apontando para o fortalecimento da elite colonial (MÄDER, 2008, p. 226). As tensões eram anteriores à 1810 e foram gestadas por séculos; a elite local, majoritariamente branca, deparava-se constantemente com o status inferior de ser *criolla*, não ser espanhola, mas nascida na América. Assim, decisões, cargos e riquezas ficavam concentrados nas mãos dos espanhóis, causando tensões entre metropolitanos e *criollos*.

Contavam ainda com a difusão das ideias iluministas espalhadas pela América Ibérica. De acordo com Maria Lígia Coelho Prado, “textos ‘subversivos’ produzidos pelos *criollos* nasceram do encontro entre as leituras vindas da Europa e a reflexão original pensada a partir da situação colonial” (PRADO, 2003, p. 20) As críticas à monarquia e aos funcionários espanhóis inundavam as ruas, através de panfletos, jornais e livros, todos censurados, porém continuamente vendidos, lidos e compartilhados nas colônias.



Pesquise mais

Para se aprofundar mais nas relações entre a independência do Brasil e as independências na América Ibérica, veja o livro de João Paulo Pimenta, no qual trabalha a crise do império espanhol em uma perspectiva ampliada e conectada com as transformações do Antigo Regime, das próprias colônias, relacionando toda a América simultaneamente.

PIMENTA, João P. **A independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2015.

Esse espírito contestador e emancipacionista difundido pela América Ibérica trouxe influências diretas na Independência do Brasil e, juntamente às contestações internas, fez com que a proclamação não pudesse ser vista como um ato isolado de D. Pedro, ou

exclusivamente orquestrado pelas elites brasileiras. O caminho que levou à proclamação foi alimentado por diversos afluentes, internos e externos ao longo de muitos anos e que poderiam ter culminado em diferentes resultados: guerras, conflitos locais, independência, restauração da monarquia. A história funciona muito diferentemente de uma equação matemática, na qual todos os elementos têm uma função específica e constante. Os mesmos eventos do passado, em contextos parecidos, poderiam ter resultados variados e, como veremos, a independência era uma incerteza até às suas vésperas. Podemos assinalar, no entanto, alguns eventos que contribuíram para a proclamação e as decisões das Cortes portuguesas tiveram um peso importante na construção de uma relação frágil do Brasil com Portugal.

O descontentamento das províncias, na figura de seus governadores, aumentava com os decretos vindos de Portugal. “A largada da marcha conflitiva foi dada por Lisboa, em setembro de 1821, ao emitir decretos (...) que modificavam a estrutura governamental no Reino do Brasil” (FRANCHINI, 2015, p.17) e desfazia a unidade política obtida anteriormente. O estabelecimento de um Governador de Armas funcionava como um governador militar da Província, que respondia diretamente à Portugal aumentou o descontentamento das províncias e o dissenso entre elas sobre os poderes de D. Pedro e da própria monarquia, uma vez que o poder deixava de ser centralizado no Rio de Janeiro e voltava para a Europa.

Algumas províncias responderam diretamente às tentativas de Portugal em romper com o Reino Unido. A primeira delas foi Pernambuco em 1821. Poucos anos antes, Pernambuco havia se insurgido contra a monarquia com a **Revolução de 1817**, e os ideais constitucionalistas novamente encontraram espaço. Quando o governador português, que já havia sofrido um atentado, jurou à constituição portuguesa aprovada pelas Cortes em 1821, foi motivo para que “militares, milicianos, plantadores e ex-rebeldes de 1817” ameaçassem tomar Recife. O governador, já sem forças por conta do atentado e também politicamente, retornou a Portugal (CARVALHO, 1998, p. 341). Pernambuco declarou-se independente ainda no mesmo ano.

Apesar de outras províncias terem acatado os decretos, D. Pedro desobedeceu a ordem de retornar à Portugal e, em janeiro

de 1822, alguns oficiais e militares portugueses se rebelaram, no Rio de Janeiro, contra esta decisão, mas logo foram controlados e enviados para Portugal. **José Bonifácio** despontou como um importante líder na contenção desse motim português e foi elevado a ministro do Príncipe Regente.



Assimile

Dilemas e interesses na autonomia do Brasil

Os propósitos recolonizadores das Cortes tinham agravado a tensão entre colônia e metrópole, pondo em risco a solução de compromisso almejada pela maioria dos que compunham a classe dominante do Brasil. Estes encaram inicialmente com simpatia a instituição de uma monarquia dual, desde que fosse resguardada a autonomia do Brasil. Essa era a opinião, por exemplo, de José Bonifácio, figura de proa no movimento de Independência (COSTA, 1999, p.46).

Em pouco menos de seis meses após sua nomeação para ministro, Bonifácio articulou forças a partir da unidade entre as províncias do centro-sul. A presença de D. Pedro no Rio de Janeiro e a proximidade das províncias de São Paulo e Minas formaram um “efetivo polo de resistência às Cortes [Portuguesas]” (FRANCHINI NETO, 2015, p. 22). Temos que lembrar que não havia um consenso ou unidade entre todas as províncias, querendo algumas, inclusive, apoiar e defender os interesses de Portugal.

A Revolução de 1820 na cidade do Porto, apesar de propor a volta do comércio exclusivo com Portugal e a volta da Corte, congregou apoio e admiração de algumas províncias do norte do Brasil. O movimento foi percebido no Brasil como uma volta a “antigas e costumeiras liberdades” que haviam sido “usurpadas pelo despotismo, fruto da ignorância, da superstição e da força bruta” (PEREIRA, 2012, p. 33). Esse movimento de apoio à Revolução do Porto por algumas províncias é chamado de Vintismo no Brasil. Foi um movimento diverso e muito heterogêneo; uns acreditavam que a Revolução de 1820 iria colocar por terra o absolutismo português,

os monopólios e privilégios, enquanto outros esperavam ter uma maior participação brasileira nas Cortes para defender o interesse da Colônia (COSTA, 1999, p. 42). Ainda que variando muito de uma região para outra, o apoio aos revolucionários de 1820 e o questionamento às decisões de D. Pedro referentes às Cortes e à relação com Portugal podem ser considerados uma característica geral. Há um ponto importante que influenciou algumas províncias na decisão de apoiar as Cortes portuguesas. Governadores provinciais que, anteriormente nomeados pelo rei, foram demitidos e se instauraram às Juntas Provisórias, eleitas pelas câmaras locais, ou seja, as províncias passaram a ter grande liberdade de atuação em seus governos, situação não encontrada na monarquia e passível de ser destruída com a eventual independência (CARVALHO, 1998, p. 334). É nesse contexto de ebulição que vemos a relação política entre Portugal e Brasil ser amplamente questionada.

A Revolução de 1820 ainda teve maiores influências no Brasil. Além de exigir a volta imediata da Corte e de D. João VI, fez o monarca aceitar e cumprir a futura constituição, submetendo-se à soberania popular, o que abriria, em seguida, um importante precedente no Brasil para a construção de sua própria legislação. D. João VI, em 1821, decretou ainda que todas as Câmaras do Reino Unido deveriam obedecer tal constituição e as Cortes, o que deixava a situação política brasileira quase que exclusivamente sobre o controle de Portugal, já que havia pouca possibilidade de ação dos parlamentares brasileiros nas Cortes portuguesas. De mãos atadas, os brasileiros presenciavam as aprovações de decretos e a influência direta de Portugal na gestão política de todo o reino – afinal, eram apenas 70 representantes do Brasil de um total de 205.

D. Pedro convocou, então, uma constituinte em junho de 1822, cujos trabalhos se estenderam nos anos seguintes. A convocação de uma constituinte já funcionava como uma declaração de Independência, pois apontava para a autonomia brasileira. Em agosto do mesmo ano, dois decretos são promulgados por D. Pedro, tornando quaisquer tropas que o desobedecesse inimigas e passíveis de ataques. Funcionários portugueses não poderiam mais tomar posse de acordo com o decreto, o que afastava Portugal do aparelho-burocrático do país (COSTA, 1999, p. 52). As Cortes portuguesas não reconheceram tais decretos e decisões de D. Pedro, chegando a retirá-lo da posição de Príncipe Regente, e ameaçando

enviar tropas ao Brasil. D. Pedro, então, proclamou a independência que, mesmo sob protesto de Portugal, foi, em seguida, reconhecida pelo Reino Unido e outros países da Europa.



Exemplificando

Trecho de correspondência enviada por D. João VI em agosto de 1822, disponível no acervo da Biblioteca Nacional.



Meu filho; não tenho respondido às suas cartas por se terem demorado as ordens das Cortes, agora receberás os seus Decretos, e te recomendo as suas observâncias, e obediências às ordenes, que receberes, porque assim ganharás a estimação dos Portugueses, que um dia hás de governar, e hé necessário que lhe dêś decididas provas de amor pela nação. Quando escreveres lembra-te que é um Príncipe e que teus escritos são vistos por todo o mundo, e deves ter cautela, não só no que dizes, mas também no modo de te explicares.

Trecho da resposta de D. Pedro:



Tive a honra de receber de vossa majestade uma carta datada de 3 de agosto, na qual vossa majestade me repreende pelo meu modo de escrever e falar da facção luso-espanhola (se vossa majestade me permite, eu e meus irmãos brasileiros lamentamos muito e muito o estado de coerção em que vossa majestade jaz sepultado) eu não tenho outro modo de escrever, e como o verso era pra ser medido pelos infames Deputado Europeus e Brasileiros, do partido dessas despóticas Cortes Executivas, Legislativas e Judiciárias cumpria ser assim (...) Para eu fazer executar e executá-los [os decretos] era necessário que nós Brasileiros livres obedecêssemos à facção: respondemos em duas palavras: não queremos. (Carta de D. João VI a seu filho, e resposta de D. Pedro [1822], Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://goo.gl/4TtxVV>>. Acesso em: 17 maio 2018).

Nesses dois trechos da correspondência trocada entre pai e filho, D. João VI e o Príncipe Regente D. Pedro, podemos analisar alguns pontos da história. Primeiramente, D. João tinha esperanças que D. Pedro fosse assumir o seu lugar em Portugal no futuro, ou seja, mesmo em agosto de 1822, a Independência do Brasil não era um evento completamente previsível. Havia muitos jogos de forças e disputas acontecendo e as Cortes portuguesas tentavam, de várias, maneiras retirar o poder político conquistado pelo Brasil. Podemos ainda apontar para o fato de D. Pedro considerar as Cortes autoritárias a ponto de deixarem seu pai “sepultado”. Por último, D. Pedro fez questão de se diferenciar da nação portuguesa, reafirmando estar mais próximos dos brasileiros. Por mais que a identidade nacional fosse ser firmada no decorrer do século XIX, vemos aqui a oposição entre portugueses (retratada nos decretos considerados autoritários das Cortes) e brasileiros (especialmente os do centro-sul e Pernambuco que apoiavam a autonomia do Brasil); dicotomia que foi bastante importante nesse momento para forjar uma união em torno de D. Pedro.

A proclamação da independência vinha, então, como a afirmação de sua soberania e, em negação aos desmandos das Cortes portuguesas. Como vimos, ameaças de ataque dos dois lados nada se assemelham àquela narrativa do senso comum de uma independência passiva. Na verdade, foram diversos os conflitos que se espalharam pelo território brasileiro meses antes e após a Independência, envolvendo homens e mulheres pobres, brancos e negros. “Era constante o medo da anarquia e das rebeliões das ruas.” Os políticos recorrentemente citavam os “episódios sangrentos que sacudiram São Domingos em finais do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX” (RIBEIRO, 2002, p. 30) A presença de ideais de liberdade, especialmente da Revolução Francesa, poderiam levar escravos a lutarem por emancipação total na nova nação independente. Ministros de Estado eram direcionados a restringir a movimentação de negros, escravos, libertos ou livres e prender aqueles que andassem portando facas – costume bastante comum da

época. A movimentação de marujos e trabalhadores do porto também passou a ser vigiada, sendo seu trânsito, por vezes proibido à noite. Boatos de insurreição de “pretos” tomavam o Rio de Janeiro (RIBEIRO, p. 35). O número de fugas de escravos cresceu significativamente em 1822. Os cativos buscavam participar, através do alistamento militar, dos conflitos que se espalhavam e, assim, adquirir a alforria.

Os confrontos e medos de insurreições estavam também no norte do país. A Bahia contava com uma grande população de portugueses na capital (Salvador) que apoiava as Cortes de Portugal e os decretos vindos da Europa. Desde a já citada nomeação de um português, Madeira de Melo, para o cargo de Governador das Armas, os ânimos estavam alterados em algumas cidades, como Cachoeira, São Francisco do Conde e Santo Amaro. A situação se agravou após a instauração da constituinte, pois estas localidades apoiavam abertamente D. Pedro e comemoraram os decretos assinados por ele. Madeira Melo mandou apontar, em retaliação, uma canhoneira em direção à Cachoeira (TAVARES, 2003, p. 195). Exércitos, formados principalmente por voluntários e escravos, (KRAAY, 2002, p. 110) tentavam conter o poder das tropas portuguesas que também dominavam a baía. Devido à geografia do conflito, o bloqueio ao porto foi essencial para rendição dos portugueses e a vitória dos brasileiros.



Pesquise mais

Para conflitos e a história de independência na província do Grão-Pará, veja o livro de: MACHADO, A. R. de A. **A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na Província do Grão-Pará (1821-1825)**. Tese (Doutorado em História), FFLCH, USP, São Paulo, 2006.

No Piauí o conflito com portugueses envolveu militares e também populares. Nessa província, novamente, o Governador das Armas tentou abafar os ímpetus separatistas das cidades que apoiaram a proclamação de independência. E, em março de 1823, foram derrotados pelas tropas portuguesas. Surpreendentemente,

os rebeldes da independência, mesmo derrotados, conseguiram se apossar de todo o suprimento e material bélico português, o que levou à debandada dos militares de Portugal (ARAÚJO, 2015, p. 36).

Os embates, questionamentos e conflitos estavam espalhados pelo país; os embates iam além das tentativas de expulsar portugueses do Brasil. Populares atribuíam sentidos diferentes à possibilidade de constituição, escravos ouviam a palavra “liberdade” e assumiam que receberiam alforria, membros da elite disputavam sobre a nova constituição, ou seja, era um período no qual o futuro estava em disputa.

Muitos políticos e membros da elite que concordavam com a independência, discordavam sobre a forma de governo que deveria suceder à monarquia portuguesa. Até mesmo a possibilidade de se manter uma monarquia dual foi considerada. Haveria uma monarquia em cada país e o Reino Unido seria mantido. “Ainda às vésperas da Independência era essa a intenção dos conselheiros do príncipe, como revelam as Atas do Conselho.” (COSTA, 1999, p. 47). Essa configuração pouco interessava a Portugal, uma vez que o livre comércio seria mantido, prejudicando os portugueses. Dentro dos próprios partidos, havia aqueles que estavam alinhados à ideia de uma monarquia dual, outros que gostariam de romper com Portugal para dar mais poder ao príncipe e, ainda, os republicanos mais radicais.



Malagueta, jornal do Rio de Janeiro (1822)

Figura 1.5 | Fac-símile

Não se pode ser mais imparcial, nem mais interessante do que o Sábio Redator falando do Brasil nestes termos: "Nada lhe pode ser mais conveniente do que ir de acordo, e em união com Portugal, até que ambos tenham conseguido estabelecer suas formas Constitucionais de Governo; porque ante se antes disso se desunir seja porque pretexto for o partido despótico achará fácil meio nessa desunião de vencer a ambos separadamente e calçar aos pés a liberdade nascente. Diz mais o Redator: "A grande extensão do território faz mui difícil que as diversas províncias possam obrar de concerto umas com as outras, e por tanto uma tentativa de independência seria o sinal para uma guerra civil." (MALAGUETA, 1822, p. 12.).



O trecho acima retirado do jornal carioca traz elementos importantes para a história do período. Primeiramente, a proposta da redação de um governo dual, com duas constituições e a manutenção do Reino Unido e, em segundo plano, o medo das sublevações e conflitos violentos decorrentes de uma Independência desunida.

É importante assinalar que as sublevações estavam disseminadas pelos país e que diferentes grupos sonhavam com projetos muitos distintos de independência. O medo de conflitos sangrentos era constante, mas a preocupação com a participar popular na política também estava presente. "Para todos os grupos [participantes da constituinte], o elemento instável incluso num projeto de governo representativo, que se identificava na 'força incontroleável da multidão' e se apresentava como uma 'ameaça' tanto para os nobres imigrados e ricos negociantes fluminenses quanto para o grupo constitucional" era um motivo para se alarmar (OLIVEIRA, 2005, p. 52). Ora, grupos cuja voz não poderia ecoar em um regime

absolutista monárquico fariam se representar no novo governo proposto pela Revolução de 1820 e poderiam exigir direitos.

A Independência, da maneira que conhecemos, mantendo a escravidão e um príncipe no poder, aconteceu não por falta de ação do povo ou por falta de articulações políticas dos 'brasileiros', mas porque dentre todos os projetos em disputa, foi a manutenção de D. Pedro que venceu. Os conflitos espalhados, o grande número de escravos almejando a emancipação, as "contradições internas sociais e raciais" apontavam para uma independência com rumos dispersos e pouco unificados, à mercê de cada província. A figura de D. Pedro passava, então, a ser vista como aglutinadora dos interesses das "massas de povos mestiços e desempregados, incapazes de se afirmarem, sem meios de expressão política" e dos anseios das classes dominantes que pretendiam "assegurar sua autonomia local sob a proteção e sanção do poder central que viria afirmar sua posição em meio à população escrava" (DIAS, 2005, p. 27-28).

A Independência, da maneira que foi feita, assegurava a emancipação dos abusos feitos pelas Cortes e evitava o retorno ao status de colônia, ao mesmo tempo que, garantia a autonomia administrativa (COSTA, 1999, p. 58). A proclamação de D. Pedro não significa que pobres, negros, cativos e todos os indivíduos das camadas populares não participaram dos eventos que tomaram conta desse turbulento período de 1821 a 1822. Significa, no entanto, que os projetos almejados por muitos indivíduos, como escravos que queriam alforria, livres pobres que queriam direito ao voto, não conseguiram vencer as articulações e forças políticas orquestradas por senhores de engenho, comerciantes, traficantes de escravos e outros membros das camadas dominantes.

Sem medo de errar

Faz parte da rotina dos professores de História falar da Independência e comentar sobre o "grito da Independência". Alguns alunos perguntam se "de fato aconteceu" a proclamação nas margens de um rio, outros já afirmam que era um riacho e que D. Pedro I não estava nada pomposo por conta da viagem à São Paulo. Todas essas ideias ganham mais vida todo mês de setembro, alimentadas por programas de TV e pelo senso comum. Na última unidade, você aprendeu que muitos mitos foram construídos em

torno da memória do 7 de setembro e a desconstrução deles são fundamentais para o ensino de História. Agora é hora de trazer novos conhecimentos aos alunos! Seus alunos disseram que a independência foi um desejo do D. Pedro I e que foi um processo tranquilo. Você pode usar um documento da época, como o sugerido: declama de maneira a imitar o sotaque de época, um dos panfletos que circularam na Bahia em 1821:

BRASILEIROS, E EUROPEUS, quem vos demora e quem vos sustém a dar o passo [de] que tanto necessitais; Não tendes tão fortes exemplos nos vossos Irmãos de Portugal; não vedes o heroísmo com que os bravos Portugueses quebraram os grilhões com que se achavam oprimidos. Seguindo pois bravos homens, que por inspiração Divina patentearam aos Povos o abismo em que se achava precipitada a Nação, vos convidamos para seguir o seu exemplo, porque nos achamos nas mesmas circunstâncias, que eles. Eia pois tratemos já de sacudir o vergonhoso jugo, que nos oprime, livremo-nos desses vis aduladores e samichugas [sanguessugas] do Estado, que em torno do nosso bom eldorado so-be-rano, abusando da sua bondade só buscam com os seus pérfidos conselhos adquirir honras, e riquezas, à custa do suor, e sangue dos vassalos, isso trará a destruição da Nação. É tempo pois, às Armas, às Armas cidadãos honrados, vamos unir os nossos votos aos dos nossos Irmãos Europeus, de maneira que debaixo da mesma constituição todo o Reino unido de Portugal, Brasil, e Algarves, que da felicidade, de que é merecedor, sacudindo o jugo vergonhoso e o despotismo que o oprime. Viva a Religião, Viva El Rei, Viva a constituição e morram todos aqueles, que maliciosamente se opõem à sua aprovação. (CARVALHO, BASTOS & BASILLE, 2014, p. 46)

Você aponta para seus alunos que esse panfleto que você acabara de ler, além de instruir as pessoas a pegarem em armas, pedia que se respeitasse a constituição assinada pelas Cortes portuguesas. As pessoas, dizia o panfleto, deveriam continuar honrando o rei, mas destruir o funcionamento estatal que seguia os moldes do Antigo Regime, acabando com as “sanguessugas”.

Lê-se o seguinte panfleto do Rio de Janeiro, em 1821: “ÀS ARMAS CIDADÃOS! É Tempo Às Armas Nem um momento mais, perder deveis Se à força da Razão os Reis não cedem Das Armas ao Poder cedam os Reis.” (CARVALHO, BASTOS & BASILLE, 2014, p. 113)

Aponta também alguns elementos desse panfleto. Diferente do outro, a figura do rei não é respeitada, mas, sim desafiada a cumprir à vontade dos “cidadãos”. Pergunta aos seus alunos, como um processo de Independência poderia ter sido pacífico se panfletos pediam para que se pegassem em armas e que se fosse à luta.

Chama atenção, ainda, para o fato de serem os panfletos publicados no mesmo ano, ou seja, havia discordâncias sobre os projetos de Independência que não estava, portanto, sob a decisão exclusiva de D. Pedro. Por fim, pergunta sobre o suporte, a forma que a informação foi veiculada, um panfleto. Qual a necessidade de se usar um panfleto para propagar as ideias? Qual a função de um panfleto? Você pode relacionar a necessidade do panfleto com a circulação de informações dentro da sala de aula. O professor não pode avistar os alunos conversando, por isso, eles mandam mensagem via celular ou bilhetes, mesmo que seja proibido, assim suas opiniões podem circular sem que sejam punidos. Explica ainda que os panfletos funcionavam como uma forma de propagar ideias, especialmente, em um momento bastante conturbado, evitando, assim, retaliações como a prisão.

Os panfletos mostram, então, que havia uma disputa de projetos e de ideias à época da Independência. A participação popular poderia acontecer via panfletos, se não na escrita desses, mas na leitura e propagação de suas ideias. As disputas desses projetos levaram muitas províncias à luta, como mencionado nos pequenos papéis. E o apoio a D. Pedro I não foi uniforme, como podemos ver no primeiro panfleto, que demonstrava uma maior preocupação em manter o Brasil no Reino Unido.

Simple papéis e poucas palavras trazem elementos de um processo muito complexo que foi a Independência do Brasil. Tivemos conflitos armados e ideológicos. Muitos grupos participaram e levaram consigo seus projetos de país após a Independência, no entanto, apenas um desses projetos se tornou hegemônico e é a história desse processo que devemos contar.

Faça valer a pena

1.



O liberalismo das Cortes implicava a reconquista da hegemonia perdida pela burguesia portuguesa junto aos mercados do Brasil, exclusivo até bem pouco tempo, e a recolonização, nessa perspectiva, parecia inevitável. A crise tornar-se aberta com o decreto de 2 de abril de 1821, no qual as Cortes determinavam que os governos provinciais se subordinassem diretamente a Lisboa, independentizando-se do Rio de Janeiro. (NOVAES, 1996, p. 44)

Sobre o período tratado no trecho acima, assinale a alternativa correta:

- a) O termo 'recolonização' indica que as Cortes pretendiam diminuir a autonomia conquistada pelo Brasil através da presença da corte no Rio de Janeiro e da participação no Reino Unido.
- b) O termo 'liberalismo' no trecho indica que as Cortes portuguesas pretendiam impor a 'liberdade individual' plena, através da retirada do poder do monarca e da abolição dos escravos.
- c) As Cortes diminuíram a atuação de D. João VI e pretendiam fazer o mesmo com D. Pedro I, impondo que ele permanecesse no Brasil como um governador no além-mar.
- d) Os decretos das Cortes não foram bem aceitos no Brasil, como um todo, as províncias acabaram por acatá-los por medo de sublevações dos militares portugueses.
- e) A presença de um Governador de Armas português em toda província casou grande descontentamento aos militares nascidos no Brasil que desejavam alcançar tal posto.

2.



A desarticulação de tais forças explica, ainda no fim de 1821, as hesitações do príncipe, em outubro derramado em protestos de lealdade ao pai e à constituição portuguesa. Faltava um elo para soldar os grupos urbanos às preocupações do interior, que ecoavam nos latifúndios e na estrutura representativa das fazendas, alargadas em clérigos, magistrados, advogados, funcionários e professores. (FAORO, 2001, p. 325-326)

Utilizando as informações do texto e do período da independência, assinale a alternativa correta:

- a) A figura carismática de D. Pedro aglutinou desde 1821 simpatizantes e foi capaz de articular apoiadores para fortalecer o regime absolutista de seu pai em Portugal.
- b) A Independência foi um processo com resultado incerto, uma vez que D. Pedro, por algum tempo, foi leal à majestade e também à constituição portuguesa.
- c) O caráter homogêneo da população brasileira, dividida entre escravos e livres (senhores permitiu que D. Pedro logo unificasse interesses em torno de sua figura).
- d) Grupos urbanos e do interior tinham interesses diferentes, já que os primeiros eram favoráveis à emancipação dos escravos e o outro dependia da escravidão para ter lucro.
- e) A figura de D. Pedro surge como um elo para abafar os conflitos internos por poder desenvolvidos nas províncias a favor da República.

3.

Entre as décadas de 1770 e 1820, grande parte das colônias escravistas das Américas conquistaram sua independência em lutas violentas e às vezes revolucionárias contra as potências colonialistas. Um aspecto comum a essas guerras foi o recrutamento de escravos, recurso tanto de patriotas quanto daqueles leais às metrópoles que procuravam aumentar suas forças. Para os escravos, os resultados dessas lutas pela independência foram ambíguos, variando de vitória deles no Haiti ao triunfo da classe senhorial (e um sistema escravista fortalecido) nos Estados Unidos e no Brasil. Na América espanhola (salvo as exceções de Cuba e Porto Rico), a escravidão entrou em decadência durante as guerras da independência, mas perdurou até meados do século XIX. (KRAAY, 2012, p. 12)

Considere as afirmações abaixo:

- I) O medo de que uma revolta parecida com o Haiti acontecesse no Brasil se justificava pelo alto número de cativos no país, pelas influências de ideais libertários da revolução francesa e pela organização dos escravos.
- II) Ao participarem das guerras de independência, os escravos almejavam obter a liberdade após o fim dos combates.

III) Fora algumas alforrias concedidas, a escravidão saiu fortalecida após a independência chegando ao seu auge nas décadas seguintes no Brasil.

IV) As independências nas Américas e Haiti pouco se relacionaram, uma vez que a comunicação entre essas regiões demandava muito tempo.

Sobre o trecho e o período, assinale a alternativa correta:

- a) I e II.
- b) II, III e IV.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II e III.

Seção 1.3

A formação do país: política e escravidão

Diálogo aberto

Mais uma seção se inicia, caro aluno! Após a Independência do Brasil, um novo governo foi inaugurado, agora sem as amarras portuguesas, com uma nova carta de leis e com uma articulação ainda maior das elites locais para defender seus próprios interesses. Foi nessa nova configuração que a escravidão continuou a fazer parte do novo país e o sonho de emancipação dos escravos não aconteceu. Nesta seção, vamos trabalhar como senhores de escravos, membros das elites, articularam-se para manter seus interesses, incluindo a escravidão, na nova carta magna brasileira. É uma seção muito importante, pois analisaremos como, apesar das pressões internacionais e nacionais para abolição no século XIX, a escravidão brasileira e o tráfico para o país tornaram-se os maiores do mundo. Novamente, o Brasil será apresentado como mais uma engrenagem da história mundial, não como um mero espectador, ou como um país com uma trajetória estranha ou peculiar.

Considerando o cenário já apresentado, após a aula de Independência, alguns alunos e alunas fizeram uma intervenção muito pertinente: “Professor, você está exagerando! O Brasil não é nada normal! Olha a escravidão depois da independência! Isso não tem nada a ver com o liberalismo, com um país independente”. O restante da sala fica num silêncio sepulcral, mas você não se incomoda, pois a pergunta é extremamente instigante e lhe dá oportunidade para adentrar em assuntos muito importante para a história do Brasil: a escravidão, o jogo de forças em torno da constituinte e as influências internacionais.

Como você responderia essa questão? Como articular outros movimentos de independência com a História do Brasil? Mais importante ainda, como mostrar para os alunos que os eventos históricos não têm fronteiras e que a história brasileira está intensamente articulada com eventos de outros países?

Não pode faltar

Após a Independência, foram diversas as tensões, internas e externas, acerca do futuro país. Era necessário a aprovação de uma carta magna, uma constituição, que regesse o país recém-nascido; quem teria direitos civis em um país escravocrata? A população negra livre poderia participar ativamente do Estado? Quem poderia votar e quem poderia ser eleito? A constituição de 1824 foi fruto de influências locais e internacionais, de ideais liberais, do fortalecimento de uma oligarquia escravista nacional e do medo de uma revolução escrava, como a de São Domingos (Haiti).

A mesma constituição que previa o respeito aos direitos do indivíduo, liberdade religiosa e voto, permitiu a continuidade da escravidão, o que pode parecer, a um primeiro olhar, uma contradição. Entretanto, precisamos analisar a história do Brasil de forma mais ampla, considerando o contexto Atlântico, ou seja, as independências de outros países, a maneira como a escravidão adquiriu força econômica e política nos trópicos, enquanto sofria intensas pressões de campanhas abolicionistas inglesas. Em outras palavras, veremos que o Brasil não era uma exceção quanto à permanência da escravidão.



Refleta

Independência e Estado Nacional: a mesma História para todos?



Notemos, de imediato, que uma lógica informada pela identidade – que se distingue por reservar para a sociedade brasileira a mesma trajetória das sociedades da Europa Ocidental, considerando unicamente uma diferença no tempo – faz com que toda uma vertente historiográfica desqualifique esta questão, dando por evidente que à “sociedade colonial” (isto é, aquela constituída no tempo do Brasil colônia de Portugal) deve suceder uma “sociedade nacional”, assim como a obtenção da emancipação em 1822 conduz necessariamente à existência de um “Estado Nacional”, isto é, soberano (MATTOS, 1994, p. 124)

A continuação da escravidão no Brasil se deve, entre outras razões, pelo fato dos senadores, deputados e membros das constituintes serem também senhores de engenho e barões do café. A influência dessas elites freou muitos avanços democráticos da constituição de 1824 e ignorou a especificidade da população, formada em grande parte por libertos, escravos e negros livres. Nas discussões ainda nas cortes portuguesas, às vésperas da Independência, pouco foi mencionado sobre raça, sendo a maior discussão sobre a possibilidade dos libertos e seus filhos votarem ou não. O mesmo procedimento foi adotado para a constituição que sequer tratou dos assuntos: escravidão, emancipação e direitos dos cativos. Para Sidney Chalhoub, “a produção do silêncio sobre a questão racial parecia requisito essencial para forjar o ideal de nação ‘homogênea’” (CHALHOUB, 2007, p. 293).

A necessidade de se criar, forjar, um país homogêneo era emergencial. Há de se lembrar que a ideia de um povo brasileiro e de um país ‘Brasil’ ainda não estava formada e, inclusive, a identidade da população era muito mais baseada nas províncias do que na ideia de um país. “Às vésperas da Independência, os deputados da capitania de São Paulo, presentes às cortes de Lisboa, diziam abertamente não serem representantes do Brasil, mas de sua capitania” (CARVALHO, 2008, p. 76-77). Não havia, portanto, um sentimento de pátria comum na colônia ou no recém Estado brasileiro. **O Estado e a nação não necessariamente nasceram juntos**, na verdade, na maioria dos casos, a “nação seria uma construção ideológica posterior, tendo muitas vezes a nação sido “construída” pelo Estado” (GUIMARÃES, 2008, p. 148). A construção da nação e da identidade nacional não era uma particularidade brasileira, estando também presente em outros lugares. Se olharmos mais cuidadosamente, outros países, como a Inglaterra e França, já vinham elegendo certos elementos para compor seu repertório nacional. O hino britânico em 1740 e a bandeira francesa, inspirada na Revolução de 1789, estabeleciam e simbolizavam uma certa coesão social que emanava do passado glorioso (HOBSBAWM, 1997, p. 15-17).

A ausência de uma constituição que reconhecesse a particularidade brasileira, com sua população negra, fazia parte de uma ampla estratégia para forjar unidade tão necessária para acalmar ânimos, diminuir revoltas e críticas ao Estado que nascia. É importante apontar para o fato de que, em 1822, o Brasil possuía

uma das maiores populações escravizadas das Américas e a maior população de livres afrodescendentes do continente (CASTRO, 2000, p. 7), e o medo de que essa enorme população negra se revoltasse e transformasse o Brasil em um Haiti era constante. Além do interesse econômico, uma vez que o Brasil despontava com um importante produtor de açúcar para o mundo, o medo do **haitianismo** e o aumento dos focos de insurgências escravas, como rebeliões e assassinato de senhores, contribuíam para a necessidade de se criar uma coesão na população, evitando a divisão do país em diversas províncias e repúblicas (AZEVEDO, 2005, p. 311).

Um personagem já visto na última seção – responsável por conter um dos levantes contra o Príncipe Regente em 1822 e um dos principais apoiadores de D. Pedro – José Bonifácio (1763-1838) também se preocupava com a coesão do Brasil e propunha uma emancipação gradual dos cativos, como uma maneira de garantir a harmonia entre a população livre e escrava. “Seu discurso não era de todo benevolente e altruísta para com os escravos, mas, sim, um discurso de caráter liberal, que colocava o sucesso econômico da nação em primeiro lugar” (PEREIRA; PIMENTEL; FERNANDES, 2016, p. 3). Novamente, a coesão da população funcionaria como uma engrenagem fundamental para o funcionamento do próprio país.

A participação das elites de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro na Independência foi crucial, especialmente no combate aos levantes portugueses do Rio e também no apoio oferecido a D. Pedro. É preciso, no entanto, voltar um pouco no tempo, mais precisamente às últimas décadas do século XVIII, para explicar como as elites paulistas e cariocas tomaram tamanha importância política e proporção nos anos após a independência. Em 1794, a **Revolução de São Domingos** (hoje Haiti) destruiu a produção de açúcar da colônia francesa e lhe retirou o posto de uma das maiores produtoras mundiais. De maneira geral, a queda desses grandes produtores de açúcar abriu espaço para que produtores de províncias de São Paulo e Rio de Janeiro pudessem suprir o mercado internacional de açúcar, aproveitando a oportunidade fornecida. A demanda frequente por outros produtos, na mesma época, como algodão, café e açúcar “atingiu proporções sem precedentes durante o século XIX, e a produção dessas safras revitalizou a escravidão em Cuba, nos Estados Unidos e no Brasil” (TOMICH, 2011, p. 89). Essa demanda acelerou ainda mais a economia brasileira, intensificando

o poder dos produtores de açúcar e barões de café de São Paulo e Rio de Janeiro.

Senhores de engenho e de escravos dessas províncias passaram a figurar como membros de confiança de D. Pedro, ainda como Príncipe Regente. À época da Independência, em 1822, já estariam há quase três décadas lucrando com o comércio mundial de açúcar, podendo assim articular para que seus interesses fossem ouvidos, especialmente, a permanência da escravidão, mão de obra fundamental para ascensão de seus negócios. É importante mencionar que, de acordo com o domínio slavevoyages, no período de 1500 a 1794, quase três séculos, foram desembarcados por volta de 2.700.000 cativos, e no pequeno intervalo de menos de três décadas, entre 1794 e 1822, foram 1.127.858, ou seja, a força política e econômica desses senhores tornava-se extremamente significativa, assim como a instituição da escravidão para economia nacional.

Esses homens eram parte integrante da constituinte, da Câmara de deputados, do conselho de Estado e Senado. Muitos eram "interessados na permanência da estrutura tradicional de produção baseada na grande propriedade, na escravidão, na exportação de produtos tropicais" e livres das "restrições impostas pelo Estatuto Colonial", poderiam articular suas forças políticas para assegurar seus interesses na nova constituição (COSTA, 1999, p. 58). Após 1822, encabeçada por esses grupos, a constituinte traria seus interesses desde o seu início, inclusive, manter a escravidão.

Senadores e deputados não eram, no entanto, um grupo homogêneo e divergiam com certa constância sobre o futuro do país. Desde a constituinte (1822-1823) os liberais pressionavam para limitar o poder do imperador, "recusando-lhe a iniciativa na elaboração e execução de leis e a direção das forças armadas." Criticavam as relações do imperador com portugueses, as perseguições promovidas pelo Estado contra dissidentes e críticos à D. Pedro e também a falta de liberdade de expressão na imprensa (COSTA, 1999, p. 139). Havia outros dois grupos que articulavam críticas e apoios a D. Pedro. Os exaltados, em número menor, eram extremamente críticos à permanência da monarquia e, finalmente, os conservadores acabavam por apoiar as intenções de D. Pedro que viriam a ganhar mais corpo em 1824. Além disso, havia os já mencionados moderados ou liberais que pretendiam limitar o poder imperial através de uma constituição (JURT, 2012, p. 481).



Figura 1.6 | Carta de José da Rosa pedindo clemência ao imperador (São Paulo, 1823)



Vossa excelência de inata justiça e de grandiosíssima misericórdia e queiram as [súplicas] deferir (...) Sendo eu um brasileiro natural do Rio Grande (...) não tenho outra enxada senão o mesmo tráfico (...) e não tenho quem me impute falso algum, pois quando aconteceria em pessoa alguma na minha presença proferir palavra contra a Senhora

Majestade (...) quanto mais eu, honrado brasileiro, proferir uma só palavra contra a sagrada causa do Brasil ou palavra que profanasse a meu monarca ; sendo eu um herói contra todo aquele que se quiser opor, pois visto que eu não; sou muito rústico devo estimar e cooperar para o aumento da Sagrada Causa e da Independência do Brasil. (...); dando-me auxílio estou muito pronto e é de meu contento a ir servir em defesa da Poderosa Coroa Imperial e da Sagrada Causa do Brasil voluntariamente em uma embarcação de guerra ou correio do mesmo cargo de piloto." (Arquivo do Estado de São Paulo, **Ofícios Diversos**, José da Rosa, 1823)

Aqui vimos uma das páginas e um trecho do requerimento enviado ao imperador pelo piloto (cargo imediatamente abaixo ao capitão do navio) José da Rosa em 1823, no qual ele pede clemência pela acusação de ser contrário ao soberano. Esse requerimento enviado diretamente de uma cadeia aponta para o fato de que, apesar de ter aspirações liberais, o governo de D. Pedro I perseguiu opositores políticos. No pequeno trecho, vemos a evocação de uma identidade nacional como estratégia de defesa da acusação de ir contra o Imperador. Como brasileiro, José da Rosa, não iria conta a "Sagrada Causa" da Coroa ou diria qualquer palavra contra o imperador, reafirmando, assim, a unidade do país, firmadas entre a figura de D. Pedro e seu súdito.

O jogo de forças se intensificou com os liberais querendo reduzir ainda mais os poderes de D. Pedro. O imperador, então, com o apoio das forças armadas, dissolveu a Constituinte e prendeu parte de seus membros em 1823. No ano seguinte, tentando retomar as negociações com os membros da constituinte, que eram também pessoas das elites, D. Pedro outorgou uma carta constitucional cujo conteúdo, apesar de instaurar o Poder Moderador, integrou muitos dos itens discutidos e aprovados pela constituinte (AZEVEDO, 2005, p. 306). Eram, portanto, quatro poderes: Executivo, o Legislativo (Senado e Câmara), o Judiciário e o Poder Moderador. A execução desse último seria feita apenas por D. Pedro, que poderia escolher, livremente, os ministros de Estado, sem interferência do Legislativo. É nesse ponto que remonta a maior diferença em relação ao parlamentarismo, sistema no qual o legislativo teria escolha do corpo ministerial (CARVALHO, 2008, p. 29).

A interferência e força do Poder Moderador, asseguraria a sua função principal que, de acordo com seu pensador **Benjamin Constant** (1767- 1830) era impedir que os outros três poderes entrassem em conflito e implodisse o Estado liberal, destruindo, por consequência, direitos civis e políticos. (LYNCH, 2010, p. 93) Novamente, a Constituição de 1824 tentava assegurar a unidade do país recém-nascido a todo custo.

A Constituição outorgada por D. Pedro guardava outro aspecto: permitia ao imperador a nomeação de membros da nobreza e de funcionários de altos cargos públicos, angariando, desta maneira, apoio de muitos membros das elites interessados nesses benefícios. Em poucas palavras, a Carta Constitucional abria precedente para um significativo poder imperial, mas “também criava condições para a formação de uma poderosa oligarquia”, uma vez que concedia altas posições sociais para alguns indivíduos. Uma eventual dissidência e a partição do novo estado em diversas repúblicas seria sanado com a grande centralização do sistema político desse período que “subordinava as províncias ao governo central, os governos municipais às províncias e colocava o poder judiciário, a Igreja, o Exército e até os empresários à mercê dos políticos” (COSTA, 1999, p. 140-141). Mais uma vez a coesão do país estaria garantida.

Essa Constituição, apesar de fundada no liberalismo, restringiu a participação dos mais pobres nas eleições e, como veremos mais adiante, permitiu a permanência da escravidão. O que pode soar

como contraditório, foi, na verdade, bastante comum em outros países independentes. Nos estados do sul dos Estados Unidos, por exemplo, a noção de cidadania foi construída também em um contexto extremamente marcado pela escravidão, uma vez que os mais importantes líderes, como George Washington e Tomas Jefferson eram escravistas. (CASTRO, 2000, p. 8) Se antes do século XIX, a escravidão era majoritariamente justificada como uma maneira de conduzir 'bárbaros' a uma verdadeira religião, a partir de 1800, a justificativa de uma 'raça inferior' apareceu como forma de legitimar a escravidão em um Estado Liberal e perpetuá-la nos estados sulistas, assim como outorgar direitos civis bastante restritos à população negra no pós-abolição (CASTRO, 2000, p. 18).



Pesquise mais

Para entender mais como os pais fundadores dos Estados Unidos da América articulavam escravidão e liberalismo, veja:

COHEN, William. Thomas Jefferson e o problema da escravidão. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 151-180, 2000.

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 121-150, 2000.

A maneira como a Constituição brasileira articulou a concepção de cidadão foi fundamental para a manutenção das desigualdades. A diferenciação, na letra da lei, era política e não tinha relação com raça. De acordo com a Constituição de 1824, cidadãos brasileiros eram aqueles nascidos no Brasil e que tivessem nascidos livres. Sem falar nenhuma vez em escravidão ou escravo, a Constituição brasileira, excluía grande parte da população de ter acesso a direitos. A partir dessa nova Carta, decidiu-se fazer duas eleições, a primeira na qual se elegiam os eleitores, e a segunda na qual eram eleitos governadores de província e representantes em níveis nacionais. Apenas os que coubessem na definição de cidadão brasileiro teriam direitos civis garantidos e exerceriam seus direitos políticos em três níveis diferentes: cidadão passivo, ativo votante e ativo eleitor e elegível. Vale lembrar que apenas os homens poderiam vir a ter direitos políticos nessa época. Todos, excetos africanos e escravos poderiam votar. Libertos poderiam ser eleitos para os colégios eleitorais, mas não poderiam ser eleitos para cargos. A participação

nas eleições em qualquer desses níveis seria em função dos bens (CASTRO, 2000, p. 20-21).

Quem poderia votar? Qualquer homem, acima de 25 anos que possuísse cem mil réis (100\$000) em bens de raiz, ou, como chamamos hoje, imóveis, ou através de negócios ou empregos. Não fazia restrição para homens “de cor” livres, mas o voto censitário, ou seja, de acordo com a renda, impedia que muitos participassem do processo eleitoral.

Se compararmos às colônias do sul dos Estados Unidos, onde os negros, libertos e livres, não eram considerados nem detentores de direitos civis, a Constituição brasileira pode soar até democrática. “A definição de cidadania inscrita na constituição do Império do Brasil, comparada às soluções adotadas para as demais regiões escravistas américas, era de fato altamente inclusiva” (MARQUESE; BERBEL, 2007, p. 67). As colônias norte-americanas do sul impediam que a alforria fosse concedida livremente, de acordo com a vontade do senhor, como era no Brasil. No sul americano, a concessão de alforria era mediada pelo Estado, que poderia vetar o desejo do senhor, o que tornaria ainda mais difícil a emancipação dos escravos. Nas colônias francesas, Napoleão, revogando direitos concedidos pela Revolução Francesa, retirou “os homens livres de cor da participação política, situação esta que perduraria em suas linhas gerais até 1848” (MARQUESE; BERBEL, 2007, p. 65).

Como vimos, a Constituição de 1824 não falava abertamente de escravidão, mas garantia o direito civil de propriedade, pelo qual senhores de escravos respaldavam o direito de ter um cativo (ALVES, 2008, p. 13). Em poucos anos, o código criminal da década de 1830 seria promulgado e através dele, não da Constituição, a escravidão seria administrada. Nesse código, estavam as maneiras de se punir um escravo, a exigência de se carregar um bilhete de autorização quando estivesse longe do senhor para que o escravo não fosse considerado um fugitivo, entre outras condições (ALVES, 2008, p. 43).

Em meio a um país com grupos tão diversos, D. Pedro surge como uma figura aglutinadora. Inclusive, desde a aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil, em 1822, transparecia a ideia de um país orquestrado e em união. A ideia de que havia sido o povo, através dos combates contra os portugueses e festejos da Independência, que legitimou o Príncipe Regente e o conduziu ao

trono, estava disseminada em símbolos da cerimônia. No sermão da missa de sagração, o novo imperador é descrito como um defensor dos interesses da nação, da constituição e dos direitos (OLIVEIRA, 2009, p. 53). O frei, responsável pelo sermão, dizia que o imperador estava disposto a sacrificar sua vida pelo povo, tamanha a sua devoção ao país.



Exemplificando



A quem compete a Soberania como um atributo de sua essência; nós já o devemos considerar como o Ungido do Senhor, respeitável pelas convenções sociais mais antigas, inviolável pela sanção política, e Religiosa, como uma pessoa ligada com os interesses da Nação, porque nele temos o Defensor desta constituição, que nos deve dar uma idade d'ouro, desconhecida nos dias de nossos pais, e tão próxima de nós, porque já vemos enterrado debaixo do Trono Imperial esse infame sistema de escravidão, que entorpecia nossa indústria e nosso comércio nos campos, e nos mares, onde daqui adiante o nosso pavilhão mostrará a Independência, a Liberdade política, a glória do Brasil regenerado. (Trecho extraído do Sermão do Padre Mestre Frei Francisco de Sampaio, publicado no jornal *O Regulador Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 21, 1822, p. 311).

Esse pequeno trecho do longo sermão proferido no dia em que D. Pedro se tornou imperador do Brasil traz elementos importantes para a análise do período. O imperador aparece como um elemento aglutinador, 'ligado aos interesses da nação', e com poderes que emanavam de deus, de sua própria 'essência'. Apesar do caráter monárquico da fala do frei, exaltando o poder do Imperador como se fosse inato, herdado da própria monarquia e de Deus, D. Pedro foi retratado como um 'defensor' da Constituição. Por último, vemos a escravidão mencionada. Pode parecer, em um olhar menos cuidadoso, que o frei falava dos cativos, mas não! A escravidão era em relação à Portugal, que acabava prejudicando o comércio, os campos, etc. É importante ressaltar, no entanto, que muitos libertos e escravos ouviam palavras como liberdade,

emancipação e discursos que apontavam para o fim da escravidão, seja em relação à Portugal ou aos cativos. Esse contexto alimentava as insurgências que faziam senhores se preocupar com o perigo do "haitianismo".

Além de conseguir ser um símbolo aglutinador, o imperador conseguia ainda se esquivar das constantes pressões inglesas para a abolição da escravatura, assegurando os interesses das oligarquias regionais; o "imperador era, ele próprio, enquanto garantia da unidade nacional" o símbolo do império todo (JURT, 2012, p. 485). As pressões vindas do império britânico iniciaram ainda no século XVIII com diversas campanhas abolicionistas. Em 1787, grupos se reuniam para se oporem abertamente à escravidão e também ao tráfico de escravos. Em 1807, conseguiram aprovar no parlamento a proibição ao tráfico como política do estado inglês. Dessa maneira, em acordos posteriores, a Inglaterra passaria a exigir de outros países o fim do comércio intercontinental de escravos.

Quando Inglaterra interviu nas invasões napoleônicas em Portugal, obteve a assinatura dos Tratados de Aliança e Amizade, que era um acordo de cooperação para promover o fim do tráfico negreiro até 1830 em todo império português, na América, Europa e África (ALVES, 2008, p. 45). Em 1815, Portugal perdeu apoio da França, que assinou o Tratado de Paz de Paris, no qual, para poder receber o domínio de suas colônias perdido nas guerras napoleônicas, se comprometeu a encerrar o comércio de escravos em no máximo cinco anos. Brasil, ainda era Reino Unido de Portugal, mas não participou das negociações com a Inglaterra no que se referia ao tráfico. Portugal, então, propôs um acordo que beneficiaria apenas a metrópole. Voltariam ao exclusivo comercial, e os produtos ingleses deixariam de ser taxados em 15% e voltariam para a quota de 24%. Paralelamente, os súditos do Reino não poderiam comercializar escravos ao norte do Equador.

A Independência em 1822 fez com que esses acordos firmados por Portugal caíssem por terra. Estrategicamente, a Inglaterra só se comprometeu a reconhecer a Independência do Brasil se o novo país cessasse o tráfico após três anos do acordo assinado entre as partes, que aconteceu finalmente em 1827. Assim, qualquer nau

brasileira que estivesse traficando africanos seria considerada pirata e poderia ser confiscada pelos ingleses.

As discussões entre políticos brasileiros versavam muito pela garantia da soberania do país, uma vez que ações inglesas de apreensão poderiam ser vistas como uma ameaça aos interesses nacionais. Como vimos, o tráfico de escravos nunca foi tão volumoso como fora na primeira metade do século XIX, especialmente, nos anos anteriores de 1830. É nessa época que as produções de café e açúcar despontavam em enormes quantidades para abastecer o mercado externo. Além disso, o próprio tráfico era responsável pela riqueza de muitos senhores e traficantes. Os escravos, frequentemente eram utilizados como garantia de empréstimos e também como forma de investimento. Para os produtores de açúcar e café e senhores de escravos em geral, a escravidão parecia fundamental para a manutenção da produção e da economia do país. Uma vez abolido o tráfico, o país entraria em desvantagem em relação a outros produtores escravistas. “No livre mercado prevalece o menor preço e como áreas produtivas do sul dos Estados Unidos, possessões espanholas no Caribe e, até 1833, as colônias britânicas, ainda mantinham escravos, era vital aos produtores brasileiros garantirem o provimento de escravos para o seu sistema produtivo” (SILVA, 2014, p. 46).

Cedendo às pressões inglesas, a lei de 7 de novembro de 1831 foi assinada, determinando que todos os escravos que entrassem nos portos brasileiros, vindos de territórios externos, ficavam livres (CHALHOUB, p. 46). Houve uma queda brusca na chegada de escravos entre 1830 e 1831, o que aponta para o fato de que a lei não teria sido feita “para inglês ver”. De acordo com Chalhoub, foram diversos os fatores que contribuíram para o descumprimento do acordo com a Inglaterra e da lei de 1831, até 1851, quando, de fato, o tráfico cessaria. A (des)organização do Estado, provincial e local, na repressão aos traficantes, “a sucessão de gabinetes em 1832 e a consequente instabilidade das autoridades em seus cargos,” dificultaram a repressão e o código criminal de 1832 “instalou severa confusão” nas atribuições dos juizes de paz e autoridades policiais, contribuindo ainda mais para o baixo controle do tráfico (CHALHOUB, p. 52). Essa desorganização serviu aos senhores de escravos e traficantes que apoiavam suas economias na escravidão, fazendo com o tráfico perdurasse mais algumas décadas, como veremos em uma seção futura.

Por mais que a Constituição de 1824 não falasse abertamente da escravidão, foi um instrumento que permitiu a permanência do cativo no país, afetando ainda o exercício de direitos políticos de uma enorme parte da sociedade. Mesmo que outorgada pelo imperador e não pela constituinte, foi fruto de pressões externas e internas, da influência também das trajetórias dos países do Atlântico. A crise no Haiti permitiu que uma importante classe de senhores articulasse poderes para a manutenção da escravidão, ao mesmo tempo que o Brasil sofria pressões dos nascentes movimentos abolicionistas. Todos esses eventos, ainda que pareçam distantes e desconexos, estavam intimamente conectados e o trabalho da história explicar os nós de encontro entre eles. Mais uma vez a história do Brasil, agora independente, foi parte fundamental para a história do mundo, ao menos, do mundo Atlântico.

Sem medo de errar

Esta seção o preparou, caro aluno, para responder a mais uma das reflexões de seus alunos. Inconformados com o fato da escravidão ter permanecido, você foi questionado sobre mais uma dita "peculiaridade" brasileira. Para, então, acalmar as inquietações dos seus alunos, você pode mostrar três imagens para eles e pedir que eles as relacionem.

Figura 1.7 | Isaac Jefferson, 1845, escravo de Thomas Jefferson



Fonte: <<https://goo.gl/4C1Erw>>. Acesso em: 8 maio 2018.

Figura 1.8 | Panfleto abolicionista inglês, 1830



Fonte: <<https://goo.gl/hJqLEV>>. Acesso em: 8 maio 2018.

Figura 1.9 | Tráfico de escravos entre 1794 e 1870



Fonte: <<http://www.slavevoyages.org/estimates/nWnCmy5W>>. Acesso: 17 maio 2018.

Em seguida, você pede que eles tentem relacionar as três imagens e os auxilia nessa empreitada. O mapa, fornecido pelo site acima, mostra como a escravidão se tornou ainda mais importante para o Brasil após a saída do Haiti do mercado de açúcar. Além disso, mostra que até mesmo Thomas Jefferson tinha escravos e relembra que os Estados Unidos mantiveram a escravidão até a Guerra Civil norte-americana. E, por fim, alude para o panfleto inglês no qual a escrava é colocada indagando se ela também não seria irmã ou esposa de alguém, pedindo por humanidade.

Nessa seção, você aprendeu que os Estados Unidos mantiveram a escravidão e os ideais liberais. Diferente do Brasil, a cidadania americana tinha bases compartilhadas com a raça. Na ex-colônia portuguesa, a cidadania completa era acessada por aqueles que nasceram livres e tinham renda para tal. Aprendeu ainda que a escravidão se fortaleceu, exatamente, no período em que o país sofria pressões inglesas para acabar com o tráfico. Mais do que uma vontade particular do imperador ou das classes ditas dominantes, a permanência da escravidão teve influências também externas, afinal o tráfico de cativos aumentou para vários países do Atlântico na mesma época. A continuidade da escravidão não foi uma peculiaridade brasileira, mas quase uma norma no século XIX, período em que essa instituição ganhou nova força.

A dificuldade é pensar todas as influências juntas, assim como é difícil relacionar as três imagens se não olharmos com cuidado e se não pensarmos em contextos maiores que extravasem as fronteiras brasileiras. História não pode ser feita a partir de pensamentos limitados a uma área ou a influências particulares e isoladas.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho abaixo da obra da importante historiadora Emília Viotti da Costa:

Enquanto nos tratados políticos a nação se comprometia a fazer cessar o tráfico, o interesse da lavoura exigia, cada vez mais, mão-de-obra escrava abundante, e o tráfico se intensificava. A sorte do café e dos escravos estava unida nesses primeiros tempos. A riqueza do senhor era medida pelo número de pés de café que possuía em sua fazenda e pelo número de negros. (COSTA, p. 76)

Sobre o período aludido no trecho, assinale a alternativa correta:

- a) O tráfico atlântico de escravo cessou quase que totalmente, na década de 1830, muito por conta das pressões inglesas.
- b) A produção se intensificou nos cafezais com a diminuição de africanos traficados, já que a falta de novos braços exigia maior dos cativos que já estavam no Brasil.

c) O café despontou, ao longo do século XIX, sendo os imigrantes a força produtiva principal, pois o tráfico de escravos cessaria finalmente na década de 1850.

d) A demanda por café, açúcar e algodão, vinda principalmente dos países em industrialização, intensificou a escravidão em países periféricos como o Brasil.

e) O governo brasileiro teve como um dos seus princípios fundadores a igualdade entre seus cidadãos, assim a escravidão não tardaria a acabar.

2. Leia o trecho abaixo da obra do historiador Rafael Marquese:



Essa norma constitucional, por sua vez, franqueava aos libertos brasileiros a participação no processo eleitoral: de acordo com os artigos 90 a 95, desde que possuíssem renda líquida anual de cem mil-réis, esses ex-escravos poderiam votar nas eleições primárias, que escolhiam os membros dos colégios eleitorais provinciais, mas não poderiam participar destes últimos; já os ingênuos, isto é, os filhos dos libertos (tanto dos africanos como dos brasileiros), poderiam igualmente votar e ser votados nos colégios eleitorais provinciais, desde que cumprissem os critérios censitários. (MARQUESE, 2006, p.122-123)

Sobre a Constituição de 1824, assinale a alternativa correta:

a) Foi uma constituição baseada nos ideais liberais e determinava um marco para o fim da escravidão.

b) Libertos poderiam ser votados para serem eleitores e também senadores.

c) O Poder Moderador foi amplamente utilizado nas colônias americanas do norte, que eram constitucionalistas.

d) Os critérios censitários eram relativos ao pagamento mensal recebido pelos eleitores em seus empregos.

e) Impedia significativa parte da população brasileira de exercer seus direitos políticos e civis.

3.

Além disso, a análise das relações entre Legislativo, Executivo e Moderador não indica a submissão do primeiro aos outros dois. As atribuições constitucionais do Legislativo conferiam aos parlamentares grande poder de influência no jogo político, desde a elaboração do orçamento anual, que determinava os recursos para o funcionamento dos outros poderes, até o controle da constitucionalidade que, no século XIX, concentrou-se no exame das leis provinciais. (DOLHNIKOFF, 2008, p. 17)



Sobre o Poder Moderador, o trecho e a constituição, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição de 1824 foi amplamente debatida pela constituinte, em uma tentativa de D. Pedro se aliar à classe política que fora abalada com os conflitos da Independência.
- b) As elites política e econômica tiveram poucos benefícios com a criação do poder moderador.
- c) A autora propõe uma nova abordagem sobre o Poder Moderador e sobre a própria Constituição de 1824, demonstrando que, apesar de seu caráter obstrutivo, não conseguiam impor a vontade do imperador em todas as ocasiões.
- d) Liberais, constantemente, buscavam reduzir os poderes do Imperador e pretendiam seguir o exemplo dos Estados Unidos e adotar o presidencialismo.
- e) Poder Moderador foi uma importante estratégia de D. Pedro I para aglutinar as forças contrárias, mas que seu filho D. Pedro II não utilizou.

Referências

- ALGRANTI, Leila M. Em torno da mesa do rei: artefatos, convivialidade e celebração no Rio de Janeiro joanino. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 13-34.
- ALVES, Andréia Firmino. **O parlamento Brasileiro: 1823-1850**, debates sobre o tráfico de escravos e a escravidão. Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- ARAÚJO, Johny S. de. O Piauí no Processo de Independência: contribuição para construção do império em 1823. **CLIO: Revista De Pesquisa Histórica**, Recife, n. 33.2, 2015.
- AZEVEDO, Celia M. M. de. A recusa da "raça": anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 297-320, 2005.
- BERNARDES, Denis A. de M. **O Patriotismo Constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José M. de; BASTOS, Lúcia; BASILLE, Marcelo (orgs.). **Guerra Literária: panfletos da Independência (1820-23)**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista brasileira de história**, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 331-366, 1998.
- CASTRO, Hebe M. Mattos de. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio (orgs.). **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- COHEN, William. Thomas Jefferson e o problema da escravidão. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 151-180, 2000.
- COSTA, Emília V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- _____. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 4. ed., 1998.
- DIAS, Maria O. L. da S. **A interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Império e governo representativo: uma releitura. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 13-23, 2008.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNANDES, Ana C. **Revolução em Pauta**: o debate Correo del Oniroco – Correo Braziliense 1817-1820. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRANÇA, Wanderson É. de. **O serviço das armas, as gentes do povo e os escravizados**: Pernambuco na época da independência (1817-1824). Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FRANCHINI NETO, Hélio. **Independência e Morte**: política e guerra na emancipação do Brasil (1821-1823). 2015. 651 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GUIMARAES, Samuel P. Nação, nacionalismo, Estado. **Estud. av.**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 145-159, 2008.

HERMANN, Jacqueline. O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 124-158, 2007.

HOBBSAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23. 1997.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 471-509, 2012.

KRAAY, Hendrik. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 43, p. 109-126, 2002.

LYNCH, Christian. O Poder Moderador na Constituição de 1824 e no anteprojeto Borges de Medeiros de 1933: um estudo de direito comparado. **Revista de Informação Legislativa**, v. 188, p. 93-111, 2010.

MADER, Maria E. N. de S. Revoluções de independência na América Hispânica: uma reflexão historiográfica. **Revista de história**, São Paulo, n. 159, 2008.

MALAGUETA. Rio de Janeiro, n. 3, 1822. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/700517/per700517_1822_00003.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MARQUESE, Rafael de B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 107-123, 2006.

MARQUESE, R. de B.; BERBEL, Marcia Regina. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824). In: **Território, conflito e identidade** [S.l.: s.n.], 2007.

MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo Saquarema**: a formação do estado imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 121-150, 2000.

NOVAIS, F. A; MOTA, C. G. **A independência política do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Eduardo R. de. O império da lei: ensaio sobre o cerimonial de sacração de D. Pedro I (1822). **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 26, p. 133-159, 2009.

_____. A ideia de império e a fundação da monarquia constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824). **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, p. 43-63, 2005.

PEREIRA, Luisa R. O conceito político de povo no período da Independência: história e tempo no debate político (1820-1823). **Revista brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 31-47, 2013.

PIMENTA, João P. G. A. Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. Hlb: **Revista de História Iberoamericana**, Santiago, v. 1, p. 70-105, 2008.

PIMENTEL, H.; PEREIRA, L.; FERNANDES, B. S. Cidadania e Clientelismo no Brasil Oitocentista: uma análise das práticas políticas em Paracatu/MG. **Revista Crítica Histórica**, v. VII, p. 1-24, 2016.

PRADO, Maria L. Coelho. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. *História*, Franca, v. 22, n. 2, p. 15-34, 2003.

PRADO JR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, Gladys S. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 22, n. 58, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622002000300003>. Acesso em: 24 maio 2018.

SILVA, Leonardo B. da. **O Tráfico de Escravos nas Relações Externas de Brasil e de Portugal - 1822 a 1850**. 2015. 207 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP, Assis, 2014.

TAVARES, Luis H. Dias. **Da sedição de 1798 à revolta de 1824 na Bahia**. Salvador/São Paulo: EDUFBA/UNESP, 2003.

TOMICH, Dale. **Pelo Prisma da Escravidão**. São Paulo: Edusp, 2011.

VILLALTA, Luiz C. Pernambuco, 1817, 'encruzilhadas de desencontros' do Império luso-brasileiro: notas sobre as ideias de país, pátria e nação. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 58-91, 2003.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria J. Soberania sem independência: aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino Unido. **Tempo**, Niterói, v. 17, n. 31, p. 89-116, 2011.

Disputas internas e a abdicação

Convite ao estudo

Seja bem-vindo, aluno, a mais uma unidade! Os eventos que sucederam à Independência apontam para um país repleto de crises e conflitos, o que nos conduziu a questionar um senso comum: seria mesmo a História do Brasil cheia eventos pacíficos? De eventos bem concatenados, ou seja, encadeados e de fácil explicação? Veremos que não! Muitas revoltas, um imperador abdicando, uma criança deixada no poder, perda de território, partidos se engalfinhando e pressões para abolição em um país profundamente marcado pela escravidão. Nenhum desses fatos lembra um país pacífico cuja história correu tranquilamente. Pelo contrário, veremos, nesta unidade, as diversas disputas de poder que tomaram o país nos anos que seguiram à independência. **A ideia de uma população apática e alheia aos acontecimentos políticos nada tem a ver com o período regencial, no qual a participação popular estava disseminada pelo país.**

Na década de 1820, o Brasil vivenciou duas grandes revoltas, a **Confederação do Equador**, cujo epicentro foi Pernambuco, e a revolução separatista **Cisplatina**, conduzida pelas Províncias do Rio da Prata. Esses dois movimentos duraram anos e suas propostas, além de angariar muitos adeptos fragilizavam o governo imperial. Antes que o governo se recuperasse dos constantes levantes, D. João VI morre e D. Pedro, coroado imperador do Brasil, passaria a ser o novo rei. Novamente, a ausência de D. João assombrava os rumos do país.

A perda do território ao Sul, as incertezas sobre o futuro do Brasil e de D. Pedro como rei levaram a uma situação

insuportável de pressões e críticas. Parte dessa história é bem conhecida: o imperador então abdica e deixa um futuro imperador menino, com cinco anos, em seu lugar, enquanto uma junta de regentes passa a governar o país recém-criado. A década de 1830 não encontra calma e novas revoltas se espalham pelo país. Essas revoltas desafiavam a normalidade, a organização imperial ou questionavam a escravidão ou os sentidos de independência.

Trataremos, portanto, um período de instabilidade não só nas instituições legislativas, na Câmara, mas também em toda a sociedade. É a partir dessa temática que seguiremos em nosso questionamento do senso comum a respeito da história brasileira. Noções como a suposta passividade do brasileiro e a tranquilidade de sua história "sem guerras" ou a ideia de um passado ininteligível, diferentemente da "coerência" da história europeia, são clichês repetidos a exaustão por escritores, jornalistas, *youtubers* e, claro, estudantes. Nosso objetivo será o de recuperar os conflitos, os projetos derrotados, o protagonismo de grupos que lutaram e pressionaram o poder como puderam, com as ferramentas que dispunham naquele momento: escravos se rebelavam, populares iam contra oficiais da municipalidade apontando para momentos complicados; liberais exaltados e Moderados se engalinhavam pelo controle da Regência e pela defesa de seus interesses. A maioria antecipada de D. Pedro, articulada pelos liberais e apoiada pelo povo, surgia, então, como uma solução. E o segundo Reinado despontava na história do Brasil. As próprias elites locais disputavam o tempo inteiro por seus interesses. Jogos de poder e disputas de interesses aconteciam enquanto o país despontava como um grande exportador de açúcar e café. O tráfico atingia seu máximo, mesmo com as leis inglesas, fortalecendo senhores de engenho e barões de café na política, ao mesmo tempo que o país sofria pressões internacionais pela abolição e nacionais.

Não parece, mas todos esses acontecimentos se deram em menos de três décadas. Ou seja, a história do Brasil não era

nada previsível e linear. **Sua população estava no epicentro do jogo político e influenciando diretamente as decisões do governo.** Nosso desafio será reconstituir esse jogo e pensar em estratégias para aplicação desse conteúdo em sala, no combate às narrativas do senso comum sobre o nosso passado tão reproduzidas em diferentes mídias.

Seção 2.1

Disputas internas e a abdicação

Diálogo aberto

Caro aluno, como você talvez já saiba, o período regencial no Brasil possui uma história especialmente conturbada. É um momento no qual as elites se organizaram para exercer poder de uma maneira muito mais ampla e direta do que anteriormente. Temos de nos lembrar de que o regime monárquico anterior à independência dificultava a atuação desse setor e enfraquecia grupos opositores. Uma vez independente e com um imperador nascido em terras brasileiras, o país parecia estar finalmente livre das amarras da coroa portuguesa e contava com partidos políticos, uma enorme participação popular e inúmeras revoltas questionando a formação desse novo país, de seu governo, dos direitos garantidos ao povo. Em suma, é mais um período de disputa, mas que, diferentemente, do que o senso comum adverte, é repleto de participação de indivíduos de todas as classes. Esse pré-julgamento sobre a história da participação política dos brasileiros estava presente também entre seus alunos.

Quando mais um bimestre se iniciava, seus alunos te pararam nos corredores para contar sobre um novo *youtuber*. De acordo com eles, esse influenciador digital disse que o Brasil não era nada importante e, por isso, *D. Pedro* preferiu largar o império e se mudar para a Europa. “*Bem melhor, né, professor?*”, seus alunos disseram. “Foi assim com o D. João VI também”, oras. Você mal tem tempo para responder quando os alunos continuam dizendo que esse *youtuber* afirmou ainda que os brasileiros aceitaram uma versão em miniatura do imperador; fazendo uma referência ao imperador menino. E continuam dizendo que brasileiros aceitam qualquer coisa mesmo e que é da nossa natureza sermos todos apáticos. Como poderíamos ter aceitado ser governado por uma criança? Como poderíamos deixar o imperador ir embora? Não fazia nem dez anos desde a independência, ou seja, “*brasileiro não sabe o que quer*”, disseram.

Você, estudante e futuro professor, já está acostumado a ser bombardeado por pensamentos influenciados pelo senso comum. Mas como poderia usar os elementos dessa seção para poder responder a mais essa questão de seus alunos?

Não pode faltar

O período posterior à Independência foi repleto de disputas políticas, especialmente, pela existência de um poder centralizador na figura do imperador. A dissolução da Assembleia Constituinte por D. Pedro e a constituição outorgada de 1824 representavam o desejo de concentração do poder disputado pelo imperador nos anos seguintes. A Carta Magna outorgada por D. Pedro, apesar de conter alguns dos pontos discutidos pela constituinte, acabou por instaurar o Poder Moderador, um quarto poder além dos tradicionais, como vimos na última unidade. As assembleias legislativas, câmara de deputados e senadores travaram inúmeras disputas diretas com o poder imperial até culminar na abdicação de D. Pedro menos de uma década após a Independência. Apesar das elites políticas terem uma significativa participação na abdicação, foram muitas as revoltas e manifestações populares, como a **Noite das Garrafadas** e o grande número de desertores na **Guerra da Cisplatina**.



Refleta

A abdicação de D. Pedro I teria sido fruto apenas de sua vontade pessoal e das dúvidas sobre a sucessão do trono português? Seria a história do Brasil conduzida pela vontade de um soberano?

Compreender a abdicação de d. Pedro I como mera substituição de governante controlada "pelas elites" seria empobrecer a dimensão desse período e de suas consequências, bem como a diversidade de atores históricos que emergiam e se envolviam, buscando intervir. A saída do monarca representou enfraquecimento do poder centralizado e exercido com peso de séculos, possibilitando explosão da palavra pública como nunca ocorrera no território (que se pretendia) brasileiro. (MOREL, 2003, p. 24)



A ideia de centralização aventada pelo Poder Moderador não soou bem aos ouvidos de muitos pernambucanos, especialmente das elites que temiam uma nova subordinação a um governo centralizado (COSTA, 1999, p. 144). Temos de lembrar que a dita Província foi palco de uma importante revolução republicana em 1817; muitos dos participantes desse movimento viam com péssimos olhos a centralização de poder na formação do novo país independente, especialmente após conviver com ideias revolucionárias e republicanas. **Frei Caneca (1779-1825)** foi um dos participantes desse movimento e tinha duras críticas ao Poder Moderador. Por meio de seu jornal, argumentava que o Brasil tão extenso como era e tão diversos só seria compatível a um governo federalizado.

A manutenção de um Presidente de Província autoritário no poder, assim como a manutenção de comandantes que obedeciam diretamente ao imperador tornavam a situação insustentável. Em 1823, o movimento liderado pelo jornalista Cypriano Barata e por membros da marinha depôs o presidente da Província pernambucana que passou a não aceitar o despotismo de D. Pedro, nem reconhecer o Império Brasileiro. O novo Presidente da Província ganhava mais apoio enquanto o imperador tratava o movimento como rebelde e dissidente. Outras províncias passaram a se organizar para apoiar a revolta, como Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, evento que ficou conhecido como **Confederação do Equador**. Apesar da grande adesão ao movimento, os participantes não conseguiam coesão sobre pontos centrais, como o tráfico de escravos. O novo Presidente da Província suspendera o comércio transatlântico de cativos, levando importantes setores de apoio a abandonarem o movimento. A proposta de separação total das províncias da Confederação em relação ao Império Brasileiro trazia desentendimentos ao movimento e mais dissidências. Por fim, as tropas revolucionárias foram vencidas pelas imperiais e muitos participantes revolucionários foram condenados à morte, como Frei Caneca.

Apesar da vitória do governo, esse levante representava o descompasso do governo imperial e as elites políticas. As duas principais forças, os liberais e conservadores, mesmo sendo muito diferentes entre si não conseguiam acordo com o imperador, tornando o governo conflituoso (COSTA, 1999, p. 146).



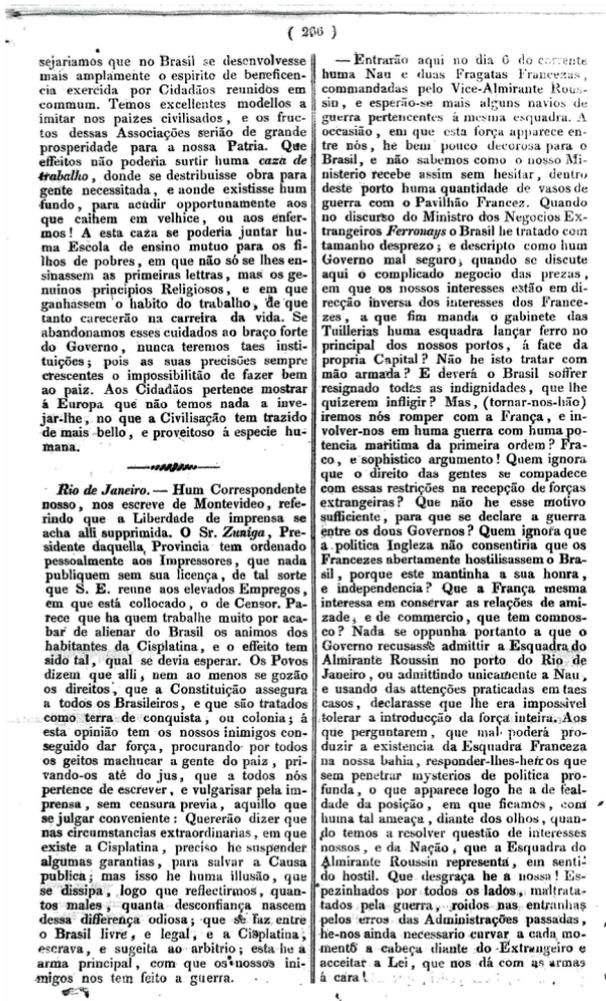
Frei Caneca e a crítica liberal ao governo de D. Pedro

O poder moderador parecia-lhe uma *invenção maquiavélica, a chave mestra da opressão da nação brasileira*. Os conselhos provinciais criados pela Constituição para governar as províncias eram, a seu ver, *meros fantasmas para iludir os povos*. Caneca questionava, principalmente, o direito de o imperador promulgar uma Carta Constitucional, usurpando os direitos do povo de expressar sua vontade soberana através dos seus representantes na Assembleia Constituinte. A crítica de Frei Caneca é um exemplo da retórica liberal nesse período. (COSTA, 1999, p. 144)



Em nível nacional, as políticas antiliberais e centralizadoras de D. Pedro desagradavam variados grupos e, externamente, o governo imperial tinha objetivos de expandir o território brasileiro até o Rio do Prata. O resultado dessa política expansionista viria a ser “a desajeitada Guerra da Cisplatina” (SCHWARCZ, 1998, p. 67). O conflito eclodiu em 1821 mas vinha desde 1811, quando o Brasil, ainda como colônia, invadiu a Banda Oriental, sob o pretexto de defender o vice-rei espanhol. O monarca estava sitiado pelo movimento patriota, comandado pelo general **José Artigas (1764-1850)** (ALÁDREN, 2009, p. 440). Entre armistícios e recuos, Artigas tomou Montevideo em 1815 e instalou um governo revolucionário que além de expulsar os espanhóis previa o confisco de suas terras e a distribuição entre “negros livres, índios e criollos pobres” (ALÁDREN, 2009, p. 441). Para combater esses ideais revolucionários, uma nova invasão por parte do governo luso-brasileiro aconteceu, durando até 1825, quando “um grupo de exilados”, sob o comando de Lavalleja e com o apoio de Buenos Aires, “desembarcou no litoral da Cisplatina e instalou um governo provisório”, declarando guerra ao Brasil. (ALÁDREN, 2009, 442)

Figura 2.1 | Jornal A Autora Fluminense, 1828



Fonte Biblioteca Nacional do Brasil, *A Aurora Fluminense* (1828, ed. 65, p. 2)

O correspondente fala do período no qual a Cisplatina estava sob a invasão do governo brasileiro. A partir das palavras do correspondente, conseguimos perceber que as atitudes antiliberais e centralizadores do governo de D. Pedro que afetavam o Brasil eram ainda mais duras na região dominada. "Os povos dizem que ali, nem ao menos se gozão

os direitos, que a constituição assegura a todos os brasileiros”. Havia censura e também uma maneira de se tratar diferente os habitantes e a região, como se essa fosse “escrava” e terra de conquista”, “sujeita ao arbítrio”, ou seja, sob o domínio brasileiro. O correspondente, então, opõe esses atos a ideia de um “Brasil livre e legal” que deixava a região de cisplatina sob seu julgo, como uma colônia, impedindo a sua independência. Vemos, então, nesse pequeno trecho a retórica liberal e emancipacionista da cisplatina em oposição à política expansionista e autoritária do Governo de D. Pedro I.

Foram muitas as batalhas e os brasileiros contaram inclusive com o alistamento de grande número de escravos. Houve ainda senhores que não querendo afastar, por tempo indeterminado, os seus escravos para comporem o exército, armaram e vestiram seus cativos, deixando-os sempre a postos em caso de conflito. Essa era uma maneira também de mantê-los na escravidão, uma vez que os “escravos que lutavam ao lado de seus senhores, de maneira informal, raramente ganhavam a liberdade”, desta maneira, os senhores cumpriam com a participação obrigatória na guerra, mas não perdiam seus escravos (ALÁDREN, 2009, p. 448). A deserção marcava o conflito na Cisplatina, uma vez que o alistamento era feito de forma violenta, resultando em muitas fugas dos soldados. Além disso, muitos escravos fugiram para conquistar a liberdade, pois a emancipação dos escravos já havia sido declarada nas colônias espanholas.

A derrota das tropas brasileiras na guerra da Cisplatina acarretou mais perdas do que o território em disputa, o Uruguai. As Províncias que forneceram homens e suprimentos, como São Paulo, acabaram por carregar um prejuízo muito grande para seus cofres (OLIVEIRA, 2017, p. 120). A política externa do imperador em afirmar a soberania do novo país acabou por lhe causar “desgastes político e moral” (MOREL, p. 14). Havia uma disputa constante entre o poder Legislativo, na figura das câmaras de deputados e senadores, com o imperador e tinham como intuito “buscar maior amplitude frente às decisões das políticas de Estado” (PEREIRA, 2014, p. 118-119). O legislativo, portanto, via-se na posição de criticar e apontar que o Imperador não “cumpria as prerrogativas do artigo 102 da Constituição, tal como

feito por meio da crítica à assinatura do tratado entre o Brasil e Portugal” (PEREIRA, 2014, p.118-119). Em outras palavras, essas disputas em relação à autonomia do legislativo eram antigas. Para os participantes do legislativo e de acordo com a constituição outorgada, o imperador só poderia tomar decisões baseando-se no consentimento dos parlamentares. Entretanto, desde o início do império, com a confirmação do tratado de paz entre Portugal e Brasil (1825), o imperador tomava decisões sem a participação parlamentar. Esse tratado levou o novo país a ser devedor de uma enorme soma de dinheiro a Portugal e era sempre retomado nos discursos parlamentares para mostrar como o imperador feria os interesses brasileiros para reafirmar sua autoridade. A ideia de uma política herdada do poder dinástico era desafiada constantemente pela perspectiva liberal que coloca a igualdade entre os poderes e entre a vontade do povo e a imperial.

A assinatura da Convenção de 1826, proibindo o tráfico, foi interpretada também como um ato, imposto pelos ingleses, que feriu a soberania brasileira, uma vez que brasileiros traficantes de escravos poderiam ser julgados por cortes inglesas (PEREIRA, 2014, p.121). Além disso, muitos deputados apontavam a fraqueza do ministro responsável, indicado pelo imperador, na assinatura da convenção que incidiria diretamente na economia brasileira.

A Guerra da Cisplatina passou, então, a ter um papel central para a afirmação da soberania nacional, mas não deixava de evidenciar as constantes disputas entre assembleias legislativas e o imperador. Esse último conduziu um conflito que tinha sido gestado na época da colônia e a despeito de um consenso do legislativo. A situação piorou “após fevereiro de 1827, quando o desempenho negativo na batalha de Ituzaingó (ou Passo do Rosário) já indicava o fracasso daquele projeto levado adiante pelo imperador” (PEREIRA, 2014, p. 128). A perda do território, o grande número de deserções e endividamento por parte das províncias participantes, como mencionado anteriormente, aumentavam as críticas ao imperador.

A situação se agravava ainda mais com a morte de D. João VI e as dúvidas sobre quem estaria na linha de sucessão, se era a filha de D. Pedro ou seu irmão, Miguel. O reinado de D. Miguel logo que ascendeu ao poder retirou a constituição portuguesa, aclamada

pela Cortes, e retomou às leis tradicionais. D. Pedro passou, então, a acolher e manter com o dinheiro dos cofres públicos os “soldados e civis portugueses que, fugidos de D. Miguel, desembarcavam no Brasil” (MOREL, 2003, p. 12).

A situação instável do trono português, as decisões controversas tomadas pelo imperador e o pouco apoio das elites tornavam a figura, antes aglutinadora, de D. Pedro em um monarca enfraquecido. O contexto internacional acirrava os ânimos no Brasil. A França havia retirado o imperador colocando por terra o princípio de legitimidade dos monarcas. Entre 13 e 15 de março de 1831, portugueses e brasileiros brigaram nas ruas do Rio de Janeiro, usando garrafas de vidro e cacos, no que ficou conhecida como a **Noite das Garrafadas**. Havia sido feita uma recepção ao imperador que voltava de uma viagem com destino a Minas Gerais cujo objetivo era angariar apoio. Em meio às festividades que ocorria em uma rua conhecida pelas lojas portuguesas, alguns brasileiros foram ofendidos. Gritos pró-constituição foram ouvidos, assim como frases em defesa da liberdade de imprensa, gritos defendendo a república e pedindo a saída e a morte do imperador (SILVA, 2012). “Como resultado, houve feridos de todos os lados. Brasileiros natos e adotivos, portugueses natos, brasileiros constitucionais monarquistas, federalistas e republicanos, portugueses constitucionais integracionistas ou não. Todos se açoitaram e continuaram a açoitar-se mutuamente pelos dias 14 e 15”. (SILVA, 2012, p. 272)

Simultaneamente, na Bahia, outros conflitos eclodiam por conta do assassinato de um brasileiro por um português. Casas de portugueses foram invadidas, vendas saqueadas e quebradas, portugueses espancados e mortos (SILVA, 2016). A animosidade contra os portugueses vinha sendo gestada há anos em Salvador. Eram grandes proprietários, donos de casas de comércio e ocupavam importantes cargos no governo, em detrimento, de outras importantes figuras brasileiras da elite. No exército, ocupavam altos postos e costumeiramente maltratavam brasileiros (SILVA, 2016). O monopólio no comércio fazia com que os portugueses cobrassem preços muito altos por gêneros básicos aumentou ainda mais as rixas nacionalistas.

Cipriano Barata (1762-1838) foi essencial para a contenção da violência que se espalhou pela cidade baiana. Anteriormente, havia participado da Inconfidência Baiana, de 1798, da Revolução Pernambucana, de 1817 e ainda fora preso em 1823 tamanha as divergências que tinha em relação às decisões de D. Pedro (SILVA, 2016). A pedidos do comandante das armas foi às ruas para discursar e acalmar as massas.



Pesquise mais

Para saber mais sobre Cipriano Barata e seus escritos combativos, veja os seguintes livro e artigo:

MOREL, M. **Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2001.

REZENDE, I. N. de. A sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835). **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 43, p. 319-322, junho 2010 .

Outras províncias viram eclodir novos levantes e conflitos. Para muitos das pessoas que participaram dessas manifestações, os portugueses, incluindo frequentemente o próprio imperador, eram vistos como um obstáculo para um futuro de liberdade e emancipação. Representavam "o passado que deveria ser aniquilado, esquecido, deportado." (SILVA, 2012, p. 295)

Pressionado pelas manifestações, D. Pedro convocou em 19 de março um novo ministério composto por brasileiros para abafar as notícias de que defendia os portugueses ou que estava muito próximo de Portugal. Porém, poucos dias depois montou outro ministério composto por marqueses e viscondes, "à maneira do Antigo Regime" (MOREL, 2003, p. 18-19) A situação tornou-se insustentável e D. Pedro I abdicou em 7 de abril do mesmo ano e deixou o trono em favor de D. Pedro II, ainda menino. Como veremos na próxima seção, o poder legislativo que buscava ganhar forças, disputando diretamente com o imperador, tornou-se extremamente importante no período regencial.

A abdicação e os levantes no ano de 1831 era um sintoma que vinha sendo gestado há alguns anos pelo descompasso entre D. Pedro e a oposição política de deputados. Em 1829, a

oposição na Câmara de Deputados e na imprensa dirigia pesadas críticas aos ministros escolhidos pelo Poder Moderador. Havia ainda constantes denúncias na imprensa da manutenção de um “gabinete secreto” comandado por D. Pedro que articulava seus interesses em detrimento do benefício da nação. Aparentemente, esse gabinete não existiu, mas havia um corpo de pessoas da confiança do imperador que o aconselhavam. Entretanto, essa teoria conspiratória, alimentada diariamente pela imprensa, contribuiu para a descrença no governo tanto por parte das elites políticas quanto do povo (MOREL, 2003, p. 32-34).

A relação do imperador com a imprensa era bastante difícil, chegando ao ponto de D. Pedro insinuar que censuraria dois jornais que o criticaram (ANGELO, 2015, p. 38). Essa relação se tornaria muito delicada com o assassinato do jornalista **Líbero Badaró (1798-1830)**, redator de um jornal de oposição ao governo imperial. D. Pedro tentou amenizar essas acusações a força opoicionistas, buscando apoio em Minas Gerais. Essa viagem durou quase dois meses e passou por diversas cidades. A viagem pode ser vista como uma tentativa derradeira de negociar com as propostas liberais, assim, diminuindo a oposição desse grupo ao imperador e aumentando a governabilidade do império (PANDOLFI, 2016, p. 37). A viagem a Minas Gerais era bastante simbólica. A província mineira era a mais populosa do império, com quase um milhão de habitantes, e sua economia focada em abastecimento, ou seja, na produção de alimentos, essencial para o império. A localização de Minas Gerais permitia ainda que fosse um entreposto, conectando províncias mais distantes da sede da capital (PANDOLFI, 2016, p. 38). Em termos políticos, a província abrigava liberais moderados que poderiam, acreditava o imperador, fazer alianças com o governo e amenizar as críticas e aumentar a governabilidade. “Em geral, advogavam reformas que propiciassem uma política mais autônoma em relação ao governo central, mas negavam o republicanismo e afirmaram seu compromisso com a monarquia” (PANDOLFI, 2016, p. 39).

Apesar da expectativa positiva, a população em geral pagou muito alto pela visita, tendo que muitas pessoas se ausentaram de suas atividades diárias, como pescaria e agricultura para poder esperar pelo imperador que não tinha data exata para chegar. Além desse imprevisto, ele fez um discurso contra seus opositores, os liberais, que acabou por fomentar mais críticas pela imprensa ao império.



MINEIROS. É esta a segunda vez que tenho o prazer de me achar entre vós. É esta a segunda vez que o amor que eu consagro ao Brasil aqui me conduz. Mineiros, não me dirigirei somente a vós; o interesse é geral; Eu falo pois com todos os Brasileiros. Existe um partido desorganizador que aproveitando-se das circunstâncias puramente peculiares da França, pretende iludir-vos com invectivas contra a Minha Inviolável e Sagrada Pessoa, e contra o Governo, a fim de representar no Brasil cenas de horror, cobrindo-o de luto; com o intento de empolgarem empregos e saciarem suas vinganças e paixões particulares (...) Escrevem sem reboço, e concitam os Povos à federação (...). (Biblioteca Nacional, O Universal, ed.561, 23/02/1831, p.3)

Esse pequeno trecho do discurso de D. Pedro I em Minas Gerais é bastante representativo das pressões que o imperador vinha sofrendo pelos liberais e federalistas. Há críticas para ambos os movimentos e a tentativa de angariar apoio para a defesa da constituição e dos princípios do império. O tom apresentado, no entanto, veio a reforçar a ideia de que o imperador era tirano e não aceitava outras propostas políticas. Há ainda a referência às jornadas francesas que retiraram o monarca do poder e questionaram a legitimidade do poder real.

As críticas em jornais de Montevideo a Pernambuco, passando por Rio e Minas Gerais evidenciam que a situação do governo imperial não estava nada fácil. Os acordos firmados em seguida à Independência beneficiando Portugal e Inglaterra trouxeram dúvidas à lealdade de D. Pedro e à soberania do Brasil. A Confederação do Equador apontava ainda que o imperador era considerado tão autoritário que algum dos membros dos movimentos propunham a volta ao Reino Unido, se fosse dada a oportunidade de federalização. E, ainda, a Guerra de Cisplatina mostrava o descompasso do governo imperial com suas assembleias legislativas. Todos esses eventos foram elevados a uma situação insustentável pelos eventos violentos na Bahia e no Rio de Janeiro, nos quais a população demonstrou seu

descontentamento com o governo que ainda estava dividido entre Brasil e Portugal. Portanto, não havia outra solução (pacífica) se não a abdicação do imperador.

Sem medo de errar

A ideia de que a história do Brasil foi construída na apatia de seus habitantes é parte do senso comum e está impregnada nas análises sobre o passado e sobre o presente. A sala de aula, como parte da sociedade, traz esse elemento. E, mais uma vez, seus alunos trouxeram alguns questionamentos sobre a história do Brasil e sobre a apatia nacional. Você, então, separou um trecho do artigo que traz excertos do que teria acontecido na noite das garrafadas:

No domingo, dia da festa, a Rua da Quitanda foi o ponto de encontro. O bairro onde ficava a rua era “habitado por quase exclusivamente adotivos e por portugueses empregados no comércio.” Não demorou a juntar expressiva quantidade de pessoas de tipos e qualidades variados. Chegaram brancos, pardos, pretos, operários, estivadores, remadores, marinheiros, pescadores, caçadores, quitandeiros de lojas, barbeiros, cirurgiões, engenheiros e servidores públicos. Pelas tantas, em coro, começaram a dar “vivas a sua Majestade e à Constituição jurada”. Alguns brasileiros natos que, por acaso, passaram por ali foram insultados. De repente, da direção do Rossio, nas imediações da Praça da Constituição, “moços brasileiros, em cujo coração ardia a nobre chama do amor da liberdade e da pátria, vendo a nacionalidade ofendida,” ecoaram brados pela “Constituição”, “pelo imperador enquanto constitucional”, “pela Assembléia Legislativa”, “pela independência”, “pela liberdade de imprensa”, “pela liberdade do gênero humano”, “pelos amantes da causa do Brasil”, pelos “deputados liberais”, “pela nação brasileira” e “pelos brasileiros”. Em resposta, a multidão na Rua da Quitanda saiu aos gritos de morte “aos federalistas e republicanos”. Nisto os do Rossio acrescentaram às suas palavras de ordem “viva a Federação e a República” e “morra o imperador, tirânico ou ditador”. O grupo do Rossio era composto por poucos brancos e muitos pardos e pretos oficiais de diferentes tropas, que se arrogavam “pessoas capazes e brasileiros constitucionais”. Tinham asco aos “ingratos” e “insolentes” portugueses, “pés-de-chumbo”, que ousavam “insurgir[-se] contra o país

que os recebera, adotara e dera asilo”. Desejavam vingança a esses “portugueses”, especialmente, porque tinham ofendido ou “derramado sangue dos brasileiros”. O cenário do embate estava montado. (SILVA, 2012, p. 270)

A partir do documento, você pergunta aos alunos se o descrito acima parecia o retrato de brasileiros apáticos. Explica, então, que os anos que se seguiram após a Independência foram de muitas disputas sobre o futuro do país, em seu regime político e em sua identidade. Pesava o fato do imperador ser português e ter estabelecido o Poder Moderador, ou seja, soava mais autoritário do que o sonho de independência construído em 1822. Os brasileiros teriam ficado apáticos? Bem, como visto nesta seção, várias províncias não aceitaram o centralismo de D. Pedro, propondo, inclusive, uma federação para o Brasil. Mesmo na Guerra da Cisplatina, que deveria ser uma aglutinadora contra um inimigo comum, acabou por ser motivo de críticas ao governo imperial. Além da perda política e econômica, o governo contou com uma grande taxa de deserção, ou seja, soldados abandonando o front. Escravos que foram alistados aproveitaram a brecha para fugir para os novos países independentes do sul para se tornarem livres. A Noite das Garrafadas no Rio foi como um vendaval em um castelo de cartas que já não se sustentava facilmente. Contou ainda também com o levante popular na Bahia contra os portugueses, ou seja, havia um desconforto na população; cenário completamente diferente do que o youtuber havia construído - e quase oposto ao que o senso comum construiu sobre a história do país. Uma narrativa de apatia e comodismo não possui a menor relação com a história do Brasil.

Faça valer a pena

1.

Mas pode-se dizer com razoável segurança que 1824 não foi uma aventura republicana pura e simples, mas uma radicalização desesperada, o desdobramento trágico das tentativas de tomar o poder feitas pelas facções das elites que não queriam se aliar ao projeto centralista e autoritário vindo do Rio e que, por alguns meses, chegaram a preferir a

manutenção do status de reino unido, desde que dentro do modelo federalista e constitucional adotado, por algum tempo, pelas cortes a partir de 1820. (CARVALHO, 1998, p.331-366)

De acordo com o trecho citado e a Confederação do Equador, assinale o item correto:

- a) A Confederação do Equador pretendia uma federalização do Brasil e a manutenção do imperador.
- b) A Confederação do Equador pretendia a independência de Pernambuco frente ao Rio de Janeiro.
- c) As elites políticas temiam o retorno a um governo centralizador e tinham como proposta a federalização das províncias.
- d) A Confederação do Equador foi um evento isolado na província de Pernambuco.
- e) As elites políticas queriam a federalização e estavam de acordo com o fim do tráfico, diferente do Rio de Janeiro.

2.

Em Portugal, já em 1828, tivera início uma grave crise de sucessão ao trono, enquanto no Brasil os abusos do voluntarismo político de d. Pedro I acabariam por levá-lo à abdicação em 7 de abril de 1831. Tal qual um instrumento, colocado no trono pela mão das elites, era também por elas destituído. (SCHWARCZ, 1998, p. 68)

Considere agora as seguintes afirmações:

- I. As elites teriam um grande papel pela condução de D. Pedro I ao cargo, assim como a sua abdicação.
- II. Havia dúvidas sobre a condução do trono em Portugal o que trazia dúvidas à permanência de D. Pedro no Brasil.
- III. A abdicação de D. Pedro foi conduzida também pela maneira que o imperador construiu seu governo que foi considerado liberal por muitos, pela presença de uma constituição.
- IV. O fracasso na Guerra da Cisplatina, o autoritarismo de D. Pedro e os tratados que beneficiaram Portugal e Inglaterra foram algumas das razões que levaram à abdicação.

De acordo com o trecho e o período do Primeiro Reinado, assinale as afirmações corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I, II e III.

3.



No Brasil, a monarquia recém-confirmada após a independência enfrenta e cria hostilidade diante das repúblicas vizinhas, da qual a Guerra Cisplatina, envolvendo Brasil e Argentina numa disputa pelo território do atual Uruguai, é a parte mais aguda. Ao mesmo tempo, em 1826 a Assembleia Geral Legislativa Império do Brasil (Câmara dos Deputados) e o Senado começam a funcionar pela primeira vez, propiciando, assim, canais de expressão e participação política, que se estendem pela imprensa. O poder Legislativo torna-se interlocutor de peso para o monarca, que concentra os poderes Executivo e Moderador. Começa, pois, a despontar uma tensão, que se agravaria. (MOREL, 2003, p. 11)

De acordo com o trecho e o período, assinale a alternativa correta:

- a) A participação da imprensa teve pouca importância em incendiar as disputas entre poder Legislativo e o imperador.
- b) A guerra da Cisplatina foi um importante momento de soberania nacional brasileira, no qual a identidade do país pode ser afirmada e ovacionada pelos mais diversos setores.
- c) O poder legislativo disputava constantemente com o imperador, uma vez que esse último, de forma frequente, tomava decisões contrárias às Assembleias.
- d) A tensão que se agravaria, mencionada no trecho, diminuiu após os acordos firmados pelo imperador com as elites políticas de Minas Gerais, reduto dos liberais moderados.
- e) O poder legislativo tinha pouco poder, uma vez que o poder Moderador concentrava todas as decisões.

Seção 2.2

Regências e Revoltas Regenciais

Diálogo aberto

Após dizer que o tema da aula seria regência, você, professor, viu um dos alunos bocejando de maneira teatral. Achando graça da ironia, você pergunta o que aconteceu. Seu aluno responde, prontamente, que sua aula parecia um jornal de TV: “senado isso, política aquilo.” Ainda completou: “nada a ver ficar estudando essa política toda, professor. Isso não mudou a vida de ninguém. Olha os escravos! Continuaram escravos. Isso só serve para explicar a história dos políticos. Parece até aquele mural chato cheio de foto de político; não significa nada”. Alguns alunos da classe balançaram a cabeça em concordância, outros ficaram com vergonha e outros riram da contenda.

Como fazer um período, de fato, repleto de nomes e formas de governos que pouco lembram o presente atrativo à aprendizagem? Como fazer uma sala se interessar por um assunto tão distante, como a regência? Esse é o desafio desta seção!

Não pode faltar

Na última seção, vimos que D. Pedro I abdicou. Restou o impasse: após a abdicação do imperador, quem governaria o país? Seu filho, uma criança de pouco mais de cinco anos, não tinha maioria para governar. Na vacância de um imperador, foi instaurada uma regência provisória, formada por três senadores. Inaugurava-se, então, o **Período Regencial**, repleto de disputas entre os grupos políticos da época: liberais exaltados, moderados e restauradores. De certa maneira, por serem eleitos, seja pelos próprios parlamentares e, posteriormente, pelo voto direto, os Regentes sofriam significativas pressões e influências políticas de diversos grupos, incluindo a população em geral. Era uma conjuntura inteiramente nova na política brasileira sobre a qual nos deteremos nesta seção. Novamente, vemos projetos diferentes disputando os rumos do país.

O período regencial durou de 1831 a 1840 e, ao longo dos anos, teve diferentes formas. Primeiramente, instaurou-se uma regência provisória cujo governo se estendeu até as eleições que aconteceram no mesmo ano de 1831. A Regência, eleita por voto indireto, teve a duração de apenas um mandato, ou seja, quatro anos. E, por fim, no período a partir de 1834, foram dois mandatos de Regentes Unos, no qual apenas um indivíduo era eleito, via voto direto, para a regência. Um regente, ou uma junta regencial, tinha poderes de dissolver e de montar ministérios, de tomar decisões como um governante, mas temos de lembrar que ainda havia assembleia de deputados, provinciais e também o Senado como parte constituinte do governo.

Além disso, as forças que exigiram a abdicação não iriam evaporar após a saída do imperador. O liberalismo, na figura dos moderados, tomaria, então, mais forma e ocuparia cargos no governo, incluindo juntas regenciais. Os restauradores, depois conservadores, não se ausentariam das disputas nacionais e os liberais radicais, ainda que pouco numerosos, viam seus ideais disseminados em diversas revoltas pelo país. Em resumo, a história e o futuro estavam em disputa.

A saída do imperador e a instauração de um governo regencial indicavam um enfraquecimento do poder monárquico, o que contribuía para a profusão de projetos acerca do futuro do país. “A Regência havia criado um ambiente propício para discutir assuntos como: monarquia constitucional, absolutismo, republicanismo, federalismo, liberalismo, democracia, catolicismo, nacionalismo e formas de organização do Estado Nacional” (FERNANDES, 2013, p. 25). Vamos nos deter, então, nas três forças políticas presentes durante esse período.

Os **restauradores** (também chamados de *caramurus*) queriam, como o próprio nome anunciava, o retorno do imperador e um governo centralizado. No entanto, não encontraram coro no governo regencial nos primeiros anos após a saída de D. Pedro I. Por sua vez, os **liberais moderados**, que acabaram constituindo o governo regencial nesses primeiros anos, eram compostos por “uma nova geração de políticos provenientes, sobretudo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo” ligados à economia de abastecimento da corte (BASILE, 2009, p. 81). A Regência Provisória foi instaurada,

composta por três senadores, todos liberais moderados. Um senador, um general e um marquês compunham o triunvirato (MOREL, 2003). O governo provisório logo que iniciou concedeu anistia a todos os presos políticos, estabeleceu a supremacia do legislativo, cerceando o poder do imperador e seus ministros. Vários elementos que remetiam ao governo de D. Pedro I foram retirados, como a concessão de títulos de nobreza pelo Poder Moderador e a possibilidade deste declarar guerra, como havia feito anteriormente. Instaurou-se, portanto, um governo bastante alinhado com os ideais dos liberais moderados.

Os **liberais radicais** estavam por todo o país, porém, em menor número. Muitos pediam a federalização do Brasil, a abolição gradual da escravidão e “demandavam a nacionalização do comércio, chegando a sugerir a expropriação dos latifúndios improdutivos” (COSTA, 1999, p. 10). Era um grupo bastante diverso, composto por pequenos comerciantes, profissionais liberais – jornalistas, médicos e advogados – e outros trabalhadores urbanos, especialmente, negros e mulatos livres que “não se identificavam com o ponto de vista das elites” (COSTA, 1999, p. 10). Fizeram parte de diversas revoltas no Brasil de D. Pedro I. Os jornais liberais exaltados e cariocas, por exemplo, defendiam a soberania do povo com participação política mais ampliada, “procuravam mobilizar um público ampliado, motivo pelo qual, muitas vezes surgiam jornais destinados aos ‘homens de cor’ ou mesmo às mulheres” (FERNANDES, 2013, p. 29).

Os ideais liberais não estavam presentes apenas nos senadores que compunham a Regência. As pautas na assembleia de deputados evidenciam o avanço do liberalismo no governo. A Assembleia de Deputados aprovou logo em 1831 uma série de mudanças na constituição que deveriam ainda ser aprovadas via senado, porém já assinalavam a influência do pensamento liberal. Propunham e aprovaram uma monarquia federativa, a extinção do poder moderador, os senadores passariam cargos temporários e não mais vitalícios, e as eleições parlamentares seriam bienais (MOREL, 2003).

As atitudes iniciais do triunvirato, como a anistia a todos os presos políticos, poderiam parecer como ventos anunciando uma grande mudança, mas não passavam de alguns ajustes para garantir a governabilidade. De acordo com Marco Morel, ao final do primeiro ano regencial, foram 500 os presos políticos (MOREL,

2003), apontando para o autoritarismo da gestão. Um dos presos foi Cypriano Barata, liberal conhecido e participante de revoltas, que acabou sendo transferido para o Rio de Janeiro. Novamente, um dos fundamentos liberais, a liberdade de expressão, não estava sendo respeitado. No novo governo, não havia espaço para os exaltados (ou liberais radicais).

O discurso liberal vitorioso que permeou a retórica de oposição de D. Pedro I, cobrava da regência um governo mais liberal do que o governo moderado planejava. Enfim, a eleição de regentes resultou em um novo Triunvirato, a Regência Trina Permanente era formada pelo mesmo general da regência anterior e dois novos deputados, nenhum deles radical. É interessante pontuar o caráter militar da regência que permitiu que o general em questão, Francisco Lima e Silva, fosse “figura principal” em todo o período de regência trina, cerca de quatro anos (MOREL, 2003).

Ainda como um suspiro de caráter liberal, em 1834, o Ato Adicional trouxe algumas importantes mudanças. Para alguns, teria sido a última concessão dos liberais moderados do governo que, após esse ano, tornaram-se, cada vez mais, conservadores. O **Ato Adicional** criava assembleias legislativas provinciais, conferindo maior liberdade às províncias e trazia mudanças na Regência ao substituir o triunvirato por um único regente, sob o poder do Conselho de Estado, porém eleito por voto direto. O Código Criminal de 1832 também figura como uma das últimas concessões do governo antes de se tornar altamente conservador (COSTA, 1999).

O teor moderado do governo ficava ainda mais evidente com a criação da **Guarda Nacional** como forma de conter sublevações e assegurar o exercício do poder local das províncias. No mesmo sentido de garantir maior liberdade às províncias, a Guarda Nacional estaria sob o julgo do poder provincial e teria função de conter as revoltas locais. Os levantes com escalas maiores seriam da incumbência do Exército. Ainda no quesito militar, o cargo de Governador das Armas, cuja existência gerou diversos protestos no governo de D. Pedro I por conta da centralização do poder imperial, foi mantido também como forma de assegurar a tranquilidade e centralizar o poder.



Guarda Nacional: soldados diferenciados para conter situações (extra)ordinárias

A lei de criação da Guarda Nacional criou uma instituição bastante diferente. Inspirada no modelo francês e norte-americano, a hegemônica orientação liberal dos que governavam o Império na década de 1830 propiciou sua criação para sustentar a ordem vigente e manter a integridade do Império sob o comando das autoridades civis, como os juizes de paz, os presidentes de província, o ministro da justiça. Somente os cidadãos brasileiros que tivessem o mínimo de renda necessário para o exercício dos direitos políticos poderiam ser qualificados guardas nacionais. O restante dos indivíduos deveria continuar sentando praça no Exército. Somente em casos excepcionais, como guerras externas ou grandes conflitos internos, os guardas nacionais poderiam ser subordinados às autoridades militares. (RIBEIRO & FARINATTI, 2013, p. 101)



Entretanto, nem todos os projetos, debates e disputas eram feitos nas mesas parlamentares. Os debates sobre os rumos do país engajaram diversos grupos sociais e populares em níveis nunca antes vistos. A “Câmara e Senado não escapavam das pressões advindas do clamor público - manifestas tanto na imposição de temas à agenda política como na presença popular massiva nas sessões legislativas” (BASILE, 2017, p. 63). É nesse contexto de ebulição de ideias e projetos nacionais que muitas revoltas foram feitas e merecem destaque importante na nossa seção, pois influenciaram diretamente e politicamente os rumos do país.

A **Balaiada** se iniciou em 1838 e durou três anos. Foi uma revolta bastante violenta que aconteceu na Província do Maranhão e os motivos que a conduziram podem ser considerados uma “expressão da cultura política daquela sociedade” e do próprio regime regencial (IAMASHITA, 2010, p. 14). A lei dos Prefeitos de 1838 – por meio da qual o Presidente da Província nomearia os indivíduos para esse cargo local – era um dos motivos que causavam descontentamento da população, pois, além do poder de escolha ficar centralizado

no Presidente da Província, acabava por reforçar os poderes locais. O recrutamento obrigatório e os abusos das autoridades locais, constantemente denunciados pelos participantes da Balaiada, poderiam se aprofundar sem eleições dos prefeitos (JANOTTI, 2005).

A estratégia militar da revolta era bastante habilidosa, indo de vila em vila, pressionando as autoridades locais por meio de prisões ou coerções, tinham o objetivo de conseguir o máximo de representação legítima em uma representação futura enviada à Corte. Ao invés de terem uma representação apoiada em um movimento rebelde, os participantes da Balaiada teriam uma representação construída com apoios locais de “autoridade legitimamente construídas” (IAMASHITA, 2010, p. 205). A Balaiada contou com a participação das elites, mas também de pobres, escravos livres, militares rebelados, proprietários de terras e comércios, ou seja, perpassou grande parte da sociedade e teve como líderes homens livres e pobres (IAMASHITA, 2010).

Os rebeldes divulgaram um manifesto cujo conteúdo se relaciona diretamente com o momento estudado nesta seção: respeitavam a constituição, buscavam uma menor centralização do poder provincial e tinham um sentimento antilusitano que não desapareceu após a independência, nem após a abdicação. Pediam a saída do Presidente da Província, o respeito à constituição e a abolição dos prefeitos, subprefeitos, deixando apenas as leis gerais e provinciais em vigor. Pediam a saída dos portugueses da província, especialmente, porque os rebeldes acreditavam que os primeiros, por estarem a frente dos cargos públicos, agiam de forma despótica, desrespeitando a constituição. A revolta terminou apenas em 1841. Muitos motivos levaram ao fim da revolta, a fome vinda de uma província devastada, a desunião dos participantes que ouviam dizer que seus líderes haviam sido cooptados pela província e os longos anos de combate.



Pesquise mais

Para saber mais sobre a Balaiada e o período regencial, veja a tese da historiadora Léa Iamashita:

IAMASHITA, L. M. C. **Modernização e rebeldia:** a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841). Tese (Doutorado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

Ao início desta seção, vimos que o período das regências não tinha precedentes na história política do país, o que possibilitou o avanço de ideais liberais e de uma maior participação popular; diversos grupos sociais passaram a participar ativamente dos movimentos, exigindo mudanças no governo e na própria sociedade. No Grão-Pará, outra revolta tomou a Província: a **Cabanagem**, que durou de 1835 a 1840 e deixou mais de 30 mil mortos (RICCI, 2007). Foi uma revolução de grandes proporções, extravasou os limites da província que já era de extensão impressionante (abarcava os estados atuais do Amazonas e Pará).

Índigenas, negros e mestiços “perceberam lutas e problemas em comum”, especialmente por conta do “mandonismo branco e português” que imperava na região (RICCI, 2007). Essa revolta tinha como um dos objetivos a construção de uma sociedade mais democrática, na qual a participação popular seria ampla, muito diferente do que acabou acontecendo no Brasil Independente (SANTOS, 2004). Tinha também um caráter antilusitano fomentado pelas experiências dos grupos citados acima e também por brasileiros brancos que lidavam diretamente com a concorrência portuguesa, por exemplo.

Em 1835, os revoltosos invadiram a capital Belém, assassinaram o presidente da Província, e o novo presidente acabou por não ser aceito pelos cabanos e um novo conflito sucedeu. Poucos meses depois, os revoltosos foram expulsos da capital, mas seus líderes continuaram a revolta pelo território da província. Com os conflitos, a capital ficou bastante destruída (FERREIRA, 2009). O movimento, ainda que muito diverso em sua composição e pautas, conseguiu fazer frente às instituições governamentais e, nesse ponto, podemos ver uma similaridade com a Balaiada.



Assimile

[A Cabanagem] expressava antes um momento conjuntural da história paraense na qual aquelas diferentes trajetórias haviam ganhado expressão e densidade ao se entrecruzarem, produzindo um processo aberto de confrontações armadas que colocou por terra todo e qualquer vestígio de autoridade institucional, no momento mesmo em que a pluralidade de demandas do movimento, bem como seus aspectos conflitantes inviabilizavam a emergência de um “projeto” único e de hegemonia entre os insurgentes (PINHEIRO, 2009).

Outro ponto em comum pode ser considerado o amplo desconforto com o recrutamento militar forçado, antes restrito às populações indígenas, foi estendido ao restante da população. O recrutamento foi ampliado e, além de contar com um caráter tirânico, era utilizado para encobrir a “revitalização” do escravismo indígena. Os recrutados eram muitas vezes forçados a servirem a poderosos proprietários, uma vez que esses últimos ocupavam os cargos públicos (PINHEIRO, 2009). A adesão da população ao movimento e o poderio bélico dos cabanos fez com que os conflitos se estendessem até a década de 1840.



Exemplificando

Trecho do ofício de 8 de maio de 1834:



Preciso se faz que manda a V. Exc. Dar acontecimentos, notícias desta guerra. No 1º de Maio atacaram os Cabanos o Arraial de Jacuipe ocupado por uma guarnição de 150 homens e antes que aquele posto pudesse ser socorrido por duas partidas de 50 praças, cada uma que marcharam por diferentes caminhos, foi o posto abandonado com grande perda e as suas pequenas partidas obrigadas a retirarem-se também com perdas. Hoje 8 de maio, uma pequena partida de 10 homens encontrou outra de uns Cabanos, matou três (...) Junho: (..) temos algum tempo antes que tudo volte ao seu antigo estado.

(Biblioteca Nacional, Ofício a Antônio Pinto Chichorro da Gama dando notícias de algumas ocorrências da luta contra os cabanos, 08/05/1834)

Nesse pequeno trecho do ofício, vemos o quão difícil era para tropas legalistas conter os revoltosos da Cabanagem que atacavam furtivamente e logo debandavam para outros locais. Essa estratégia fez com que a cabanagem tomasse grande parte do território do Grão-Pará e permitiu que os conflitos durassem longos anos.

Não foi apenas a região ao norte que encabeçou revoltas. A região sul teve a **Farrroupilha**, ou a **Guerra dos Farrapos**, que também teve uma longa duração, de 1835-1845. Novamente, a

maior autonomia das províncias e a recusa a um governo nacional centralizado foram algumas das pautas. A competição comercial nada vantajosa para os brasileiros em relação ao charque uruguaio era um dos pontos centrais de descontentamento, ainda mais por conta do financiamento brasileiro na atividade do país vizinho. A proximidade com uma república recém-independente preparava um campo muito fértil de projeto políticos dissonantes.

Além dos fatores já citados, a abdicação e, em sequência, a instauração de uma regência fomentou a ebulição desses projetos políticos. Os revoltosos da Guerra dos Farrapos podem ser vistos como

herdeiros políticos diretos da ala federalista dos monarquistas constitucionais e dos “liberais radicais” de 1822, que concebiam um Estado Federal marcado pela soberania das províncias onde o poder fosse distribuído de forma mais ou menos equânime entre elas, ou, nos casos mais extremos, uma república. (FUJII, 2017, p. 64)

O processo que fez com que os liberais moderados se cindissem e o jogo político se transformasse na bipolaridade marcada pelos Partidos Liberal e Conservador aconteceu com certa antecedência no Rio Grande do Sul (FUJII, 2017).

Um movimento constituído por liberais, a Farroupilha acabou por proclamar a república Rio-Grandense. O movimento, no entanto, não era uniforme. Contava com uma grande quantidade de liberais exaltados separatistas e liberais moderados que eram contra a separação do restante do Brasil. Bento Gonçalves, famoso líder do movimento, não era a favor da separação, por exemplo. Havia um lado mais radical do movimento que acabou por ser denominado de *farroupilho* (nome que no restante do país designava liberais em geral).



Pesquise mais

A Guerra dos Farrapos é um dos eventos fundantes da memória gaúcha e para saber mais sobre o assunto, veja os seguintes textos:

SCHEIDT, E. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. **Revista de História**, São Paulo, n. 147, p. 189-209, 2002.

Recorda-se que o novo governo regencial havia criado a Guarda Nacional para que cada província pudesse conter seus levantes em nível local. Porém, não contava que alguns membros da Guarda pudessem se levantar contra o próprio governo. Esse foi o caso da Guerra dos Farrapos, cujo líder tinha o cargo mais alto da Guarda Nacional da Província (SCHMITT, 2012). A Guarda Nacional sul-riograndense, no entanto, não era uniforme, tendo alguns de seus chefes lutado ao lado rebelde ou legalista. Com quase uma década de duração, a Guerra dos Farrapos causou mais de quarenta mil mortes até a assinatura de um tratado de paz em 1845 (FUJII, 2017).

O período regencial foi, como vimos na enorme quantidade de conflitos e levantes, um período de grande participação popular. Na Bahia, especialmente em Salvador, a enorme massa de africanos escravizados e libertos também se levantou, conduzindo mais um conflito: a **Revolta dos Malês**, em 1835. O levante foi de menor violência em números, é verdade, mas teve uma repercussão que se estendeu ao longo do século XIX. Escravos e libertos - africanos e muçulmanos (em iorubá, "malês") – orquestravam um ataque, envolvendo incêndios pela cidade de Salvador. Na noite anterior, a guarda da cidade encontrou o local onde os revoltosos estavam reunidos e quando arrombou a residência se deparou com um grande número de pessoas, "entre 50 e 60 africanos, que saíram atirando, agitando suas espadas, aos gritos de 'mata soldado'" (REIS, 2003, p. 93). Os africanos que conseguiram fugir e alguns novos focos insurrecionais passaram de porta em porta avisando para que adiantasse o levante, previsto inicialmente para o dia seguinte. Foram à cadeia da cidade, tentando libertar um muçulmano "muito estimado" que estava preso, atacaram soldados locais no teatro (REIS, 2003). Com o conflito crescendo e as forças militares encurralando os revoltosos, muitos deles fugiram para as matas próximas ou nadando, outros foram mortos fuzilados ou afogados. Na manhã seguinte, alguns escravos que não souberam do levante fracassado e atearam fogo na casa de seu senhor. A estratégia era espalhar a insurreição para fora de Salvador. De acordo com o historiador João José Reis, os rebeldes "não apelaram para a violência indiscriminada. (...) sequer promoveram violências contra seus senhores e suas famílias (...) Ao invés disso, optaram por um enfrentamento quase clássico, de combater somente as forças organizadas para combatê-los" (REIS, 2003, p. 105).

O número de mortos chegou a 70, sendo 50 africanos. A organização de um levante por escravos amedrontou os senhores e espalhou certa desconfiança de novas revoltas do tipo em todo o Brasil. O medo de que revoltas como a dos Malês e a de São Domingos (Haiti) acontecessem no Brasil se tornou constante entre os senhores e as autoridades. A revolta escrava na Bahia poderia ainda fomentar ideais liberais emancipacionistas entre os cativos, tornando o controle senhorial sobre a mão de obra bem mais precário. Afinal, é impressionante pensar que, mesmo sob vigilância constante das autoridades locais e de seus próprios senhores, esses cativos conseguiram se encontrar e organizar uma revolta. As influências dessa revolta seriam sentidas, portanto, nos anos seguintes.

A Bahia e, novamente Salvador, seria palco de mais uma revolta: a **Sabinada** tomou a cidade em novembro de 1837, acabando só em março de 1838 e teve influências da Revolta dos Malês e da Guerra dos Farrapos, no sul. A liderança do movimento ocupou a capital da Província, estabeleceram um próprio "governo e, sobretudo, obrigou os 'legalistas' a acamparem no Recôncavo, num veraneio" (LEITE, 2006, p. 9). Declararam a independência da província, aclamaram um novo governador, deram recompensas ao corpo militar. (LOPES, 2010). Porém, a população, temendo o avanço do conflito, evadiu-se de Salvador e os rebeldes, ao perceberem a perda de apoio, voltaram atrás sobre a independência da Bahia. Nesse período de inconstâncias, o governador anterior articulou-se com senhores de engenho locais e retomou o poder. Prisões em massa foram feitas, líderes sabinadas foram condenados à morte (LOPES, 2010).



Exemplificando

Trecho de um jornal *O Carapuzeiro*, de Recife,

República entre nós é só para matar, e roubar: é a Lei Agrária executada em toda a sua extensão, isto é, os pobres ficarem ricos, e os ricos pobres. Esta política inferna é muito antiga (...) Vejam a que tempos República é sinônimo de surripiar! Tenho bem fundadas esperanças de que breve se extinga a Sabinada da Bahia; porque estou bem persuadido, que os Bahianos honrados, pacíficos, industriosos, e que tem [o] que



bem longe de anuir, hão de se coligar para dar cabo dessa encamisada de saltimbancos republiqueiros, verdadeiros réus de polícia (Biblioteca Nacional, O Carapuiceiro, Recife, 14/02/1838, ed. 9, p. 2)

O jornal aqui escolhido era um jornal satírico que costumeiramente criticava diversas vertentes políticas. Sabemos, no entanto, que o seu editor era um forte crítico da República e nesse pequeno trecho podemos ver que havia um grande receio difundido sobre o avanço dos ideais liberais. As sabinadas queriam a república e o que mais poderiam querer? Que se invertesse a ordem social, ficando os ricos pobres e os pobres ricos? Esse era um sentimento que estava bastante espalhado, daí deriva-se a necessidade de conter esses motins para que os ideais liberais mais radicais não se tornassem realidade.

Clubes e associações foram de extrema importância nesse período, pois permitiam o encontro de pessoas e a formulação de projetos diversos. Nas duas revoltas baianas citadas nesta seção, essas associações foram de importante relevância na organização de levantes. Vale lembrar que os clubes eram sociedades nas quais indivíduos se organizavam por meio de uma identidade política, racial, ou de trabalho, por exemplo. Novamente, o cenário em ebulição, repleto de projetos políticos, extrapolava as assembleias e, de certa maneira, abarcava uma grande quantidade de grupos sociais. Talvez a vacância no poder – afinal um imperador menino não é bem um imperador atuante – tenha fomentado o surgimento de diversas expressões políticas e permitido que as províncias gargassem seus próprios projetos.

As constantes sublevações apontam para o fato de que não havia ainda uma identidade brasileira formada e decantada, além disso, o projeto para o futuro do país ainda estava sendo disputado. Para além de defender os interesses de uma oligarquia que se formava, talvez, o governo moderado tenha se tornado, em poucos anos, bastante conservador pela pressão feita pelo grande número de revoltas e sublevações. O medo de que outros projetos políticos se tornarem bem-sucedidos fez com que os ideais liberais deixassem de compor o governo da regência. De qualquer maneira, vimos que a história é

bem pouco previsível. De um lado havia o governo regencial e, de outros, províncias em ebulição declarando independência, fazendo guerras civis e ainda escravos em uma guerra religiosa. Essa ebulição vai marcar toda a regência nos lembrando de que o caminhar da história não é nada calmo.

Sem medo de errar

Esta unidade o preparou, professor, para responder ao questionamento de seu aluno. Vimos que as revoltas estavam espalhadas por todo o território nacional e, diferentemente das décadas anteriores, a política parecia ser uma atividade de todos, de escravos a senhores, de políticos a trabalhadores. Você explicita, citando alguns aspectos das revoltas que marcaram esse período, que a política era feita nas ruas, nos clubes e nas associações, em templos religiosos e em qualquer lugar. Para convencê-los ainda mais e os engajar na temática, você lê um relato de um mineiro que viveu, menino, a regência.

esse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico; ou, em outros termos, vivia em uma atmosfera tão essencialmente política que o menino, que em casa muito depressa aprendia a falar liberdade e pátria, quando ia para a escola, apenas sabia soletrar a doutrina cristã, começava logo a ler e aprender a constituição política do império. Daqui resultava que não só o cidadão extremamente se interessava por tudo quanto dizia à vida pública; mas que não se apresentava um motivo, por mais insignificante que fosse, de regozijo nacional ou político, que imediatamente todos não se comovessem, ou que desde logo não se tratasse de cantar um Te-Deum mais ou menos solene e ao qual todos, homens e mulheres, não deixavam de ir assistir; ou que não fosse isto ocasião para que à noite, pelo menos, se tratasse de por na rua uma bonita alvorada mais ou menos estrondosa” (REZENDE apud BASILE, 2009, p. 62)

O pequeno trecho da memória de Francisco Paula Rezende traz elementos importantes para entendermos o período das regências e a forma como a política estava espalhada na sociedade. A religião, ensinada nas escolas e ouvidas em hinos, Te-Deum, com os vizinhos,

compartilhava espaço com a constituição e alvorada, ou seja, a política estava se tornando tão importante quanto as atividades religiosas, muito fortes naquela época. A política era ainda parte do cotidiano de pessoas simples, de homens e mulheres. Muitos assuntos, pautas governamentais, passaram a ser discutidos nas ruas e ganharam lugar na imprensa que há poucas décadas tinha sido instaurada no país. Pressões vinham de todos os lados em direção ao governo regencial. Dessa maneira, você retoma a reclamação de seus alunos e mostra que a política ganhava uma nova forma de se expressar ainda na década de 1830, envolvendo diversos setores e vários locais do país.

Faça valer a pena

1. Leia esse parágrafo de Angelo:



As disputas por espaço político nos tempos regenciais foram estabelecidas por diferentes meios, pois, além do debate político, a insurreição também esteve muito presente na década de 1830. No Pará, a Cabanagem mobilizou indivíduos de baixa condição social (assim como a Balaiada) na reivindicação pela participação política e inserção social, e a Revolução Farroupilha foi uma importante revolta de caráter declaradamente republicano, com duração até o II Reinado (ANGELO, 2015, p. 38)

Sobre o trecho e período, assinale a alternativa correta:

- a) As revoltas regenciais pouco dialogavam entre si, especialmente por conta da dimensão continental do país que dificultava a circulação de informações.
- b) A Revolução Farroupilha foi um movimento de retaliação dos estancieiros que viram a derrocada de suas milícias na Guerra de Cisplatina.
- c) A Cabanagem foi uma revolta de proporções impressionantes, com muitas mortes e com efeitos na economia local que perduraram alguns anos.
- d) A Sabinada foi um motim isolado que durou apenas algumas horas em Salvador por não ter apoio popular.
- e) A Balaiada foi uma revolta de caráter militar contra o alistamento numerosos de jovens para combater as revoltas regenciais.

2. Leia o excerto abaixo de Marcello Basile e as afirmações a seguir:

“Nesse peculiar contexto de vacância do trono, de fraca coesão entre as elites e de intensa participação popular, as rivalidades políticas e as tensões sociais muitas vezes explodiam em manifestações violentas”

- I. A intensa participação popular extravasava os momentos de eleição. O fato de uma pequena parte da população não ser eleitora não impedia engajamento nas pautas políticas da época.
- II. A vacância no trono permitiu um governo unido na pauta conservadora, uma vez que o liberalismo havia sido responsável pela saída abrupta de D. Pedro do Brasil.
- III. As manifestações violentas tomaram, principalmente, a região do norte do país, pois abarcava uma maior quantidade de províncias e habitantes.
- IV. A expressão “rivalidades políticas” se refere aos três grupos políticos que entraram em disputa pelo poder governamental: liberais moderados, restauradores e liberais exaltados.

Sobre o trecho e os primeiros anos da Regência, assinale a alternativa correta:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I e IV.

3. Analise o trecho da historiadora Emília Viotti da Costa e as afirmações abaixo:

“Os grupos no poder consideravam o Ato Adicional (1834), que garantiu maior autonomia aos governos provinciais, a última concessão aos anseios dos grupos radicais. A partir de então, as elites se tornaram mais conservadoras e trataram, na expressão de um de seus representantes, de ‘parar o carro revolucionário’.”(COSTA, 1999, p. 10)

Sobre o período mencionado no trecho, assinale a alternativa correta:

- a) O Ato Adicional dava mais autonomia aos governos provinciais, pois transformava o presidente em primeira autoridade e permitia eleições amplas aos habitantes locais.
- b) A aprovação de um Ato Adicional teria sido uma maneira de acalmar os ânimos que tomavam conta das Assembleias, mas pouco serviu já que a Regência foi dominada por liberais radicais.

- c) O Ato Adicional e também a criação da Guarda Nacional não foram bem recebidas pelos Presidentes das Províncias.
- d) Os grupos no poder eram formado por políticos e pouco dialogavam com as classes mais abastadas, como os senhores de engenho.
- e) A expressão “parar o carro” refere-se aos ideais liberais mais radicais que tomavam a Câmara e poderia vir a tomar o governo.

Seção 2.3

O acordo das elites e o golpe da maioria

Diálogo aberto

Seja bem-vindo, aluno!

Em sala de aula e tantos outros ambientes somos confrontados, como professores de história, a falar sobre a política do Brasil e de outros países. Parentes, amigos e colegas de trabalho nos questionam se no passado a política era melhor, menos complicada e menos cheia de interesses pessoais ou de classe. A construção de um passado idílico sem conflitos políticos é comum quando se pretende construir críticas ao presente. Alguns alunos, envolvidos por essa lógica, lhe perguntavam se você não preferia que o Brasil fosse monarquista. Diziam eles, *“o imperador era poderoso, mandava e desmandava e não deixava que os interesses dos políticos entrassem no caminho do país”*; *“No Império, a gente aposta que o país não ficava entre esses jogos de interesses, entre um partido e outro. Além do mais o imperador seria o responsável por resolver os grandes problemas”*.

Você, como professor, questiona imediatamente desse passado idílico sem conflitos imaginado por seus estudantes. Já vimos, nas últimas seções, que a vida de um imperador estava, assim como a de outros governantes, sob influência de muitas visões políticas, partidos, grupos ricos e, também, sobre a pressão dos populares. A ideia de um imperador governando sem contestação e uma população vivendo a sua vida sem interferir no andamento do governo não parece, **e não foi**, o que aconteceu. O período das regências e que levou ao golpe da maioria do imperador apontam para um jogo político organizado perpetrado por alguns setores. Novamente, eram anseios e projetos em disputas entre diversos setores que serão trabalhados aqui. Havia partidos, grupos políticos e elites, ou seja, a vida e a governança do imperador era bastante complexa; Dependeu e, simultaneamente, influenciou e foi influenciado por diversos setores. A existência de um governo centralizado impediria a formação de disputas políticas? Seria ele capaz de calar as vozes dissonantes?

Não pode faltar

A abdicação de D. Pedro I e a sua ida em definitivo à Portugal deixou como imperador um menino, D. Pedro II, em 1831. A solução encontrada para que uma criança não fosse responsável por reger um país foi a instauração, primeiramente, de uma Regência Trina e, alguns anos depois, de uma Regência Una.

Ao longo da regência Trina, no qual três regentes eram responsáveis por governar o país, o **Padre Diogo Feijó (1784-1843)** exerceu o cargo de ministro da Justiça. E, em 1835, foi eleito o primeiro Regente Uno, por meio de "eleição direta, em que todos os eleitores aptos escolheram o governante máximo da nação para uma gestão de quatro anos" (MOREL, 2003, p. 29). Portanto, esse período subsequente, no qual apenas um Regente esteve sob o comando, foi marcado pela figura do padre.

Feijó é uma figura que sintetiza bem a complexidade política da época. Enquanto Ministro da Guerra, durante a Regência Trina, o padre foi contra a repressão aos movimentos de 1831 e 1832. Porém, como Regente Uno, Feijó adotou uma política muito mais repressiva, o que lhe garantiu apoio de muitos e permitiu que se sustentasse no poder por algum tempo (FABRIS, 2010). De modo sucinto, podemos dizer que Feijó tinha aspirações liberais bastante fortes e presentes antes de assumir cargos no governo e no início de sua posição como ministro. Após se tornar regente, suas atitudes não lembravam nada os ideais liberais pelos quais o padre havia sido conhecido.

Feijó, no entanto, não conseguiu se manter como Regente por muito tempo. Como vimos, as revoltas do período regencial se espalharam como rasilho de pólvora, acontecendo em diversas regiões do país, causando dezenas de milhares de mortes. E a dificuldade do padre em conter esses levantes foi um motivo para que o regente sofresse duras críticas. As críticas partiam das assembleias que estavam se tornando, especialmente a partir de 1835, de maioria conservadora, retirando a maioria moderada dos anos anteriores (FABRIS, 2010). Esse período do aumento da pauta conservadora entre os parlamentares é chamado de **"O Regresso"**.



Todo poder ao Imperador?



um sistema político complexo no Império; sistema este que transcendia a vontade de um monarca ou de uma elite política homogênea. A existência de eleições periódicas e disputadas, de debates parlamentares acalorados e de projetos dissonantes em meio à elite nacional; a organização de partidos políticos, de grupos de pressão e de uma opinião pública; as rupturas e os alinhamentos entre posições políticas dentro e fora da arena parlamentar; o combate aos desvios da norma (fraude, corrupção etc.) e o apego à legalidade e às instituições; a circulação das ideias políticas por meio de uma imprensa militante; e outros muitos fatores **demonstram que as disputas políticas no Brasil oitocentista iam muito além de uma simples fachada para um regime de cunho antiliberal** (SABA, 2010, p. 2. Grifos nossos)

Teria o imperador, a partir do Poder Moderador, ampla liberdade para governar à sua maneira ou sofreria influências da sociedade, dos partidos políticos e de diversas classes?

Para entendermos esse processo de “Regresso”, vamos retornar ao momento posterior à Abdicação de D. Pedro I no qual o Partido Liberal conseguiu reformar muitos pontos da legislação imperial, conferindo um caráter mais democrático a ela, por meio de uma descentralização do poder, a instauração de um judiciário local e colocando as províncias como responsáveis pela sua própria polícia (LYNCH, 2015). Quando os levantes eclodiram pelo país, a ala mais moderada do partido Liberal aproveitou para criticar o governo pelas suas atitudes liberais. Percebemos, aqui, a complexidade de um partido político cujos membros, apesar de liberais, discordavam sobre muitos pontos, apontando, então, para existência de alas diferentes dentro desse mesmo partido. Feijó foi derrubado devido às pressões feitas por esses parlamentares do “Regresso” e pela incapacidade de conter as revoltas. Temos de lembrar que a Guerra dos Farrapos

(1835-1845), no sul do país, evidenciou a incapacidade de Feijó como Regente aos olhos dos parlamentares da época.

Então, por que o avanço dessa ala crítica a Feijó foi chamada de “O Regresso”? Chefiada por Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), essa ala que veio a se tornar dominante objetivava “frear o avanço das províncias”; “retirar das províncias o controle da polícia e do judiciário de primeira instância, devolvendo-o à União; e, por fim, unificar a cadeia de comando no plano da União, subordinando o Judiciário e o Legislativo ao Executivo” (LYNCH, 2015, p. 317). Portanto, “O Regresso” tinha como objetivo o retorno à uma situação prévia e a retirada do avanço/progresso liberal. A Regência estava em crise, dividida entre dois grupos de um mesmo partido, o liberal. Em oposição a esses grupos, “figuras ilustres da política nacional se reuniram na casa de um senador pelo Ceará, o padre José Martiniano Pereira de Alencar, para traçar um plano de ascensão: fundava-se o *Clube da Maioridade*” (SABA, 2010, p. 65)



Assimile

Política e economia: o Estado e as exportações

O ponto crucial da questão era o relacionamento do Estado imperial com a agricultura de exportação de base escravista. Esse relacionamento caracterizava-se pelo que chamamos de dialética da ambiguidade, usando uma expressão de Guerreiro Ramos. Independentemente da elite política, o Estado não podia sustentar-se sem a agricultura de exportação, pois era ela que gerava 70% das rendas do governo-geral via imposto de exportação e importação. Não cabe, assim, falar de um Estado separado e dominando a nação como queriam os liberais da época (quando fora do poder). (CARVALHO, 2008, p. 232)



Integraram o Clube da Maioridade os senhores de engenho e de café que haviam se fortalecido nas décadas anteriores pela alta demanda internacional de café e açúcar. A constante alta dos preços desses produtos exportáveis “minava ainda mais a posição dos pequenos comerciantes e artesãos que haviam constituído as bases

dos movimentos radicais no Rio e em outras cidades portuárias” (COSTA, 1999, p. 155) ou ainda, em outras palavras, a ascensão desses senhores de engenho e cafeicultores retirava ainda mais poder político dos liberais que já estavam no poder.

Novamente, a imprensa teve um papel muito importante no debate sobre a antecipação da maioridade. Vimos, nas seções anteriores, que a imprensa vinha se constituindo um campo de críticas desde o governo de D. Pedro I. Ao longo da regência, período já conhecido como de grande participação popular na política, a imprensa foi como um “fórum alternativo para a discussão e manifestação das ideias dos diversos grupos políticos” (QUEIROZ, 2015, p. 2). Afastados do poder por conta da queda do Regente Feijó, liberais e progressistas, “transformaram através de sua imprensa a menoridade do imperador em um problema que deveria ser “solucionado”, a fim de salvar o país da “desordem” (QUEIROZ, 2015, p. 2).

Em uma primeira tentativa de dar o Golpe da Maioridade, esse grupo iria colocar em votação na Assembleia Geral a elevação de D. Pedro II ao trono, porém, o líder do ‘Regresso” conseguiu o adiamento da sessão. Sem seguir as vias democráticas, os parlamentares a favor da antecipação da maioridade, a implementaram, “no que ficou conhecido como Golpe da Maioridade” (MOREL, 2003, p. 68)



Exemplificando

Exposição do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, ex-ministro do Império, sobre os memoráveis acontecimentos ocorridos ultimamente na corte

São hoje sabidas dos habitantes desta capital, e sê-lo-hão em breve dos de todo império, as melancólicas ocorrências dos dias anteriores ao referido 22 de julho, por ocasião de se ocupar a câmara de deputados da questão do suprimento de idade de S. M o I [senhora majestade o Imperador] não tinha maioria de votes nem na câmara dos senadores, nem na dos deputados, posto que aqueles mesmos que a impugnavaõ não faltassem ardentes e sinceros desejos de vê-la realizada sem ofensa dos princípios constitucionais: este facto e não era desconhecido dos que conceberão este ano a idéia de investir o



jovem imperador da sua autoridade. No senado, fora hum tal projecto rejeitado, bem que ninguém o impugnasse na discussão e houvesse quem o sustentasse. ” (Biblioteca Nacional, O Despertador, ano 1840, ed. 719, 30 de agosto de 1840, p. 3)

Nesse pequeno trecho da longa exposição sobre o Golpe da Maioridade, feita por Bernardo Pereira de Vasconcelos, político liberal e principal teórico do “Regresso”, vemos o descontentamento do parlamentar ao ver a maioria sendo colocada em vigor sem votação. Afirmou Bernardo que os liberais, por trás da proposta, não tinham maioria para aprovar a antecipação da maioria. Vasconcelos não era contra o fato de D. Pedro assumir o Império, mas isso deveria ser feito “sem ofensa aos princípios constitucionais”, ou seja, dentro da maioria. Em suma, esse excerto mostra dois importantes elementos: as disputas dentro das câmaras acerca da maioria e a importância da imprensa que passava a ser uma tribuna alternativa para que as discussões continuassem, mesmo que fora do governo, como foi o caso da exposição do parlamentar.

Em julho de 1841, como um monarca poderoso, a aclamação de D. Pedro II aconteceu de maneira extremamente luxuosa, com a presença de diplomatas europeus, do povo e de parlamentares. A figura de D. Pedro II, mesmo antes de se aventar a possibilidade da antecipação de sua maioria, vinha sendo construída para que fosse vista como um governador poderoso. De acordo com Lilia Schwarcz, “transformado em uma ‘instituição nacional’ muito antes de ter qualquer possibilidade de comando em suas mãos, D. Pedro II convertia-se em uma representação política guardada ciosamente pelas elites locais” (SCHWARZ, 1998, p. 80). Esse momento era aguardado, pois apontava para uma possível estabilidade do governo. Temos de lembrar que as décadas precedentes foram repletas de conflitos, levantes, reformas e disputas políticas entre os partidos e a figura de um monarca nascido no Brasil se tornava a solução personificada para trazer coesão ao país.

Essa coesão, no entanto, parecia mais uma quimera. O governo de D. Pedro II, logo em seu início, se viu em meio a uma grande polêmica, que envolvia a intervenção no processo eleitoral no que

ficou conhecido como “eleições do cacete” e que iriam se estender por todo o período do Segundo Reinado.

Ao longo da década de 1840, vemos um avanço dos conservadores. Em um primeiro momento, parlamentares liberais foram responsáveis pelo Golpe da Maioridade, em retaliação ao avanço dos políticos do Regresso. Em acordo com o imperador, possibilitaram que D. Pedro fosse aclamado e, em troca, receberam um ministério Liberal, a dissolução da Câmara conservadora e a convocação de novas eleições (DOLHNIKOFF, 2017, p. 66). Os liberais venceram, elegendo uma grande maioria da Câmara de Deputados. Entretanto, foram acusados de usarem força e coerção nas eleições e viram sua eleição ser dissolvida assim como desfeito o ministério liberal. No ano de 1841, o imperador, cada vez mais alinhado aos conservadores, colocou um ministério conservador no poder.



Exemplificando

Figura 2.2 | Eleições do Cacete Jornal O Brasil – Rio de Janeiro 15.09.1840



Fonte: Biblioteca Nacional, jornal O Brasil, ano 1840, ed. 34., p. 1.

Destacamos um trecho do jornal que descreve bem as irregularidades das eleições do Segundo Reinado.



Sabe-se que os soldados, depois de virem debaixo de forma trazer suas listas, iam aos quartéis vestir-se a paisana, e vinham trazer novas listas. Sabe-se que para organizar em S. Rita uma meza de compadres, que consentissem as fraudes (...) Em S. Rita, o governo e seu aliado o Sr. Gabriel haviam-se illudido acerca do character de um muito honrado, e muito digno cidadão, cuja escolha tinham imposto ao Sr. Juiz de paz; não queria este annuir ás fraudes eleitoraes, antes as repellia com o denodo do varão justo, do patriota que só a lei attende. **Então intervêm vociferações, ameaças, pancadas, a vida de muitos cidadãos acha-se em perigo: o governo devia protegê-los, não o fez: estes cidadãos vendo que a força pública não defendia a lei e a justiça, vendo que o governo deixava que na freguezia dominassem os punhaes e os cacetes, não querem baratear suas vidas, abandonam seu logares que são preenchidos por gente da facção ameaçadora: e toda a fraude fica sendo lícita.** (Biblioteca Nacional, jornal O Brasil, ano 1840, ed. 34., p. 1, grifos nossos)

As eleições parecem ter sido repletas de irregularidades perpetradas principalmente por aliados do governo. Esse último “deixava que na freguesia dominassem os punhaes, e os cacetes”, ou seja, de acordo com o jornal, o governo fazia vistas grossas à violência das eleições, permitindo que as pessoas temessem tanto por suas vidas que deixassem de comparecer e votar, apesar de os votos desses eleitores serem contabilizados de maneira fraudulenta. As listas de votantes também eram fraudadas e podemos notar a participação dos militares que entregavam uma lista vestido de fardas e depois, à paisana, voltavam e entregavam outra lista. A fraude e a violência estavam disseminadas nas eleições do Segundo Reinado.

Ao longo de todo o Segundo Império, foram diversas as acusações, partindo de liberais e conservadores sobre o andamento e a legitimidade das eleições. Mesmo eleições locais, em pequenas freguesias, tinham uma importância grande para esses dois partidos.

Ao controlar, via violência e fraudes as eleições locais, controlava-se a máquina eleitoral da província e se fazia eleger os aliados para a Assembleia Nacional. À época, a “teoria dos cacetes” colocava o governo central como um agente vital para as fraudes e coerções das eleições (SABA, 2010, p. 84).

O jogo político da década de 1840 foi responsável por construir e moldar os pilares da política do período do Segundo Império, ou seja, até 1889. Vamos nos deter aos atores desse jogo. Chamados de **Luzias** e **Saquaremas**, esses dois grupos estiveram presentes ao longo das quase cinco décadas que durou o governo imperial.

As revoltas e conflitos que marcaram o período regencial estavam repletas de ideais liberais, o que pode ter contribuído para que os conservadores ganhassem força. Os ideais liberais foram, após essas revoltas, exilados do poder estatal. “O projeto político liberal, que tantos transtornos tinha trazido à ordem política imperial durante as décadas de 1820 e 1830, sucumbiu na década de 1840 sob a dominação centralizadora da elite saquarema” (SABA, 2010, p. 6). Mas, afinal, quem eram os saquaremas? Eram conservadores fluminenses que se originaram no movimento do “Regresso” de alguns anos antes. Eram membros da “alta burocracia do Estado até os proprietários de terras, passando por jornalistas, médicos, professores, literatos”. (SABA, 2010, p. 5-6)

Os Luzias, ou os liberais, faziam parte das elites políticas liberais das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco. Os dois grupos mencionados disputavam entre si a hegemonia no governo. Podemos dizer que os conservadores (saquaremas) defendiam a centralização do poder imperial, enquanto os liberais (luzias) pediam uma monarquia federativa, com maior autonomia provincial e eram opositores do Poder Moderador e do cargo vitalício de senador, comumente dominado pelos conservadores. Apesar de apresentarem diferenças entre si, ambos os grupos não pretendiam mudanças profundas na sociedade brasileira. Queriam a manutenção do governo monárquico imperial e também da escravidão no país.



A construção do Estado e a classe senhorial



Parece-nos que mais importante será sublinhar que a identificação que Luzias e Saquaremas procediam, quanto a diferenças e semelhanças, era apenas a expressão, nesse aspecto particular, da visão que possuíam e veiculavam da política e da sociedade, visão essa que – podemos afirmar – vinha se constituindo desde o próprio forjar do processo de colonização, e que no momento que ora consideramos tendia a se apresentar de forma cristalizada como decorrência sobretudo dos processos complementares de construção do Estado Imperial e de constituição da classe senhorial. (MATTOS, 1987, p. 112)

É nesse embate e na hegemonia política dos Saquaremas que vemos a classe senhorial ter um papel fundamental na construção do Estado Brasileiro e no modo de se fazer política. Mattos, um dos maiores estudiosos sobre a época, aponta alguns fatores essenciais para o entendimento desse momento em seu livro. A manutenção da ordem “não significava, unicamente, prevenir ou reprimir os diferentes crimes públicos, particulares e policiais arrolados no Código Criminal, reprimir os levantes da malta urbana”. (MATTOS, 1987, p. 281) A manutenção da Ordem para os Saquaremas seria “garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos, da casa-grade e da senzala, dos sobrados e dos mocambos; do monopólio da terra pela minoria privilegiada que deitava suas raízes na Colônia” (MATTOS, 1987, p. 282). Ou ainda, significava a prevalência política das elites das províncias que estavam intimamente ligadas ao mercado internacional, com a produção mercantil.

Alternando-se no poder, disputando cargos e sendo parte de assembleias dissolvidas pelo imperador, Luzias e Saquaremas apontavam para inúmeras permanências da ordem. Deve ser a necessidade da manutenção dessa ordem que transformou as eleições em momentos de violência, coerção, medo e fraudes. A permanência do Poder Moderador no Segundo Reinado pode

também ter contribuído para que os ânimos se acirrassem entre os partidos, uma vez que a dissoluções de assembleias e câmaras não foram incomuns nessa época. Por outro lado, ainda que para alguns, o Poder Moderador pudesse soar como um poder centralizador, tinha também um fator conciliatório, o que nos lembra da complexidade da política do Segundo Reinado.



Pesquise mais

Para saber mais sobre a política de Saquaremas e os Luizas, veja o livro clássico de Ilmar Mattos, *O Tempo Saquarema*

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. 5. ed., São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

O imperador, ao usar a prerrogativa do Poder Moderador,

fazendo e desfazendo gabinetes, dissolvendo Câmaras e, por fim, promovendo a Conciliação, o monarca garantiria o funcionamento do sistema político imperial, garantindo o rodízio entre conservadores e liberais a despeito da pouca relevância ou até mesmo da insignificância das diferenças partidárias. (FABRIS, 2010, p. 173)



Esse jogo ficou perceptível já no Golpe da Maioridade no qual vimos a articulação dos liberais com o imperador, mas a ascensão dos conservadores no primeiro gabinete mostrou, portanto, que não havia uma hegemonia concreta e segura em nenhuma dessas três forças: liberais, conservadores e imperador, todo o tempo trocavam interesses e negociavam alianças. A complexidade da política do período salta aos nossos olhos. Vale lembrar também que há grande participação popular nesse período, mas quando analisamos a política tradicional dos partidos e das câmaras, parece que as pessoas comuns não estavam presentes. Vimos as diversas revoltas que tomaram o período regencial, muitas de suas críticas eram diretamente direcionadas aos representantes do Estado como foi a Balaida durante a qual os questionamentos aos oficiais da municipais e provinciais eram constantes.

Portanto, a ausência de indivíduos comuns refere-se mais à natureza das fontes históricas que permitem estudar a política e

que são apresentadas nos livros de história do que uma deficiência na participação popular. Discursos, leis, correspondências e documentos oficiais são fontes bastante difíceis de se cotejar a presença de populares. Porém, sabemos que a imprensa estava cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, transformando os embates políticos em arena pública e em “fóruns alternativos”.

Sem medo de errar

O Golpe da Maioridade, a construção do Segundo Reinado e as disputas políticas entre os diversos grupos mostram o quão complexo era esse momento na história de nosso país. De maneira alguma, o Império foi governado sem problemas ou conflitos, sejam esses físicos como os levantes que vimos e ainda veremos mais, ou políticos, entre liberais e conservadores. A monarquia, na figura de D. Pedro, contava com grupos políticos diversos que se articulavam de maneira a demandar do monarca certas atitudes que pudessem os beneficiar. O monarca, por sua vez, por meio do Poder Moderador, dissolvia assembleias e ministérios para participar desse jogo político e teve papel essencial na coesão das forças políticas da época. A monarquia governava articulando seus interesses com os dos conservadores e dos liberais, ou de saquaremas e luzias. De forma que era ora um, ora outro estavam ao lado de D. Pedro II, apontando para a complexidade do período. Um dos poucos pontos que unia esses três poderes era a manutenção da ordem, das relações sociais, da economia, do trabalho escravo. Sabendo de todos esses elementos, você, escreve na lousa: Eleições Fraudulentas, Conflitos entre Partidos e Oscilação no Poder. Pergunta a seus alunos sobre qual período histórico essas palavras se referem. Alguns, querendo acertar, fazem apostas amplas: “agora”, “século XX”. Outros dizem, “primeira república” ou “Café com Leite”. Você encerra o momento das apostas e escreve ainda maior na Lousa, Império do Brasil! Os alunos não acreditam e ficam bem perplexos, achando que era alguma pegadinha. Você, então, explica as forças políticas dos liberais e conservadores e como esse jogo de forças foi responsável pela mudança da Regência Trina para Uma e depois pelo Golpe da Maioridade. Aponta a ascensão da classe senhorial, com a venda para o mercado internacional de açúcar e café, como um fator que corroborou com a permanência da escravidão e da ascensão dos

conservadores. Fala ainda como D. Pedro II dissolvia e instaurava ministérios a fim de garantir certa estabilidade no poder. Termina, dizendo que a presença de um monarca na concepção atual e do senso comum faz com que pensemos que um rei ou uma rainha seriam capazes de anular conflitos e unir uma população. Explica ainda que essa concepção faz parte de uma ideia nostálgica de que o passado poderia ser melhor que o presente. Por fim, você relembra seus alunos de que história é muito mais complexa que um rei ou um imperador. É feita de carne e osso, de desejos e anseios de milhares de indivíduos e repleta de conflitos.

Faça valer a pena

1. Leia esse trecho do professor Christian E. Lynch:

As sessões parlamentares de 1838 e 1839, de hegemonia do grupo de Vasconcelos, foram atravessadas pelo tema do "regresso", que se tornou um conceito chave para se compreender as mudanças na política brasileira, polarizando-a entre a situação *regressista* e a oposição *progressista*. (Lynch, 2015, p.319)



Sobre o período mencionado e o "Regresso", assinale a alternativa correta:

- a) Descontentes com os regentes, vários parlamentares conservadores uniram-se pedindo o regresso de D. Pedro I.
- b) Os parlamentares que apoiavam o regresso queriam retirar a autonomia das províncias e fazer com que a nomeação de juizes, por exemplo, retornasse ao governo central.
- c) O movimento do "Regresso" foi levado por parlamentares liberais que viram sua hegemonia ameaçada.
- d) O movimento do "Regresso" teve atuação exclusiva nesses dois anos, desaparecendo depois.
- e) O movimento progressista apontado no texto refere-se ao avanço dos abolicionistas.

2. Leia esse trecho do professor Christian E. Lynch:

A vontade dos cidadãos fora deturpada pela ação dos maioristas: caso resultados como aqueles obtidos em Minas fossem aceitos, toda a ordem constitucional corria o risco



de se esfacelar. O regime representativo, que se buscava consolidar nas terras brasileiras, se transformaria num campo de guerra entre facções inimigas; os interesses mais relevantes da sociedade seriam esquecidos caso a vileza dos fraudadores tomasse conta do país. (SABA, 2011, p.142)

Sobre o trecho e as eleições do Império, assinale a alternativa correta:

- a) As acusações de fraude e violência ao longo das votações era apenas uma estratégia para desestabilizar o governo.
- b) As fraudes eram perpetradas por diversos grupos, incluindo militares e juizes, por exemplo. Ambos os partidos fraudavam.
- c) A violência e fraude cometidas eram feitas somente nas eleições de maior importância como as para deputados.
- d) Constantemente, denúncias eram feitas por pessoas que eram prejudicadas pelas fraudes, mas não eram acatadas pelo governo.
- e) As fraudes eram feitas apenas em cidades maiores nas quais os atritos entre partidos estavam presentes.

3. Analise o seguinte excerto, de Ilmar Mattos, e as afirmativas abaixo:



[O] acontecimento da Maioridade não deixava de preencher de maneira exemplar sua função: em si mesmo, como todo e qualquer acontecimento, ele não era o criador de uma mudança; enquanto ideais de acontecimento, todavia, ele se constituía em revelador e acelerador, sua ação sendo o de concatenador de um certo número de mudanças que se apresentavam isoladas uma das outras. Com todo o seu aparato de encenação, a Aclamação e a Coroação do jovem imperador assinalavam para quanto a viviam uma ruptura e uma espécie de criação de um tempo novo; embora nem sempre dissesse se dessem conta, representava também uma continuidade. (MATTOS, 1987, p. 81)

- I. A maioria propunha uma nova ordem social, colocando um imperador com anseios liberais de liberdade e emancipação escrava no poder.
- II. A ascensão do novo imperador não propunha ideais novos, pois mantinha a ordem já estabelecida; a escravidão, a força das elites mercantis e a monarquia.
- III. A expressão “tempo novo” utilizada pelo autor pode se referir ao poder de coesão que a figura do imperador poderia vir a ter, especialmente devido aos embates frequentes dos partidos políticos.

IV. A continuidade mencionada no excerto refere-se a polarização dos partidos políticos, Liberal e Conservador, sendo o último destes um defensor do fim da escravidão e a conservação dos ideais liberais mais plenos.

Assinale as afirmativas corretas:

- a) II, III e IV.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) III e IV.

Referências

- ALADREN, G. Experiências de liberdade em tempos de guerra: escravos e libertos nas Guerras Cisplatinas (1811-1828). **Estud. hist.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 439-458, 2009.
- ANGELO, L. B. Projetos e Perspectivas na Construção da Nação Brasileira (1822-1840). **s/Ecolum - Revista de História**; João Pessoa, p. 31-47, 2015.
- BASILE, M. Sociabilidade e política na Regência: as associações caramurus da corte. In: FONSECA, S. C. P. de Brito; CORRÊA, M. L. [orgs]. **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Campa, 2009.
- _____. O laboratório da nação: o período regencial (1831-1840). In: GRINBERG, K. SALLES, R. (Orgs.). **O Brasil Imperial – Volume II (1831-1870)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CARVALHO, M. J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Rev. bras. Hist.** [online]. v.18, n. 36, p. 331-366. 1998.
- CARVALHO, J. M. de. A Construção da Ordem: a elite política imperial. **Teatro de Sombras: a política imperial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- FERNANDES, G. da S. R. **7 de Abril: usos políticos e representações na Regência (1831-1840)**. Dissertação de Mestrado em História, Juiz de Fora, UFJF, 2013.
- FERREIRA, E. R. Cidade de malvadezas ou de matar "bicudos"? Belém entre a Cabanagem e a belle époque. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- DOLHNIKOFF, M.. **História do Brasil Império**. São Paulo: Contexto, 2017.
- GOMES, C. R. A. de S. **De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso. Um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)**. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.
- IAMASHITA, L. M. C. **Modernização e rebeldia: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841)**. Tese de Doutorado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- JANOTTI, M. de L. M. Balaiada: construção da memória histórica. **História**, Franca, v. 24, n. 1, p. 41-76, 2005.
- LEITE, D. G. **Sabinos e diversos: emergências políticas e projetos de poder na revolta baiana de 1837**. Dissertação de Mestrado em História. UFBA, Salvador, 2016.
- LOPES, J. S. C. Liberdade, Liberdades: Dilemas da Escravidão na Sabinada (Bahia, 1837-1838). **Sankofa**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 26-44, 2010.

LYNCH, C. E. C. Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de "regresso" no debate parlamentar brasileiro (1838-1840). **Almanack**, Guarulhos, n. 10, p. 314-334, Aug. 2015 .

MATTOS, I. R. de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1987.

MOREL, Marco. **O período das regências** (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

OLIVEIRA, C. E. F. de. **Construtores do Império, defensores da província**: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

PANDOLFI, F. C. A viagem de D. Pedro I a Minas Gerais em 1831: embates políticos na formação da monarquia constitucional no Brasil. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 35-55, 2016.

PEREIRA, A. P. O debate parlamentar e a implicação dos tratados de 1825, 1826 e 1828 na formulação da política externa do Brasil. In: FERREIRA, T. B. da C.; MATINS, I. de L.; RIBEIRO, G. S. (**orgs**). **O Oitocentos sob novas perspectivas**. São Paulo: Alameda, 2014.

PINHEIRO, L. B. S. P. O ensaio geral da Cabanagem: Manaus, 1832. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais do XXV Simpósio Nacional de História** - História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

_____. **Visões da Cabanagem**: uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Valer, 2001.

REIS, J. J. Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REZENDE, F. de P. F. **Minhas recordações**, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1988.

RIBEIRO, J. I.; FARINATTI, L. A. Interesses em disputa: a criação da Guarda Nacional numa localidade de fronteira (Alegrete, Rio Grande do Sul). In: MÜGGE, Miqueias; COMISSOLI, Adriano. 2011. **Homens em armas**: recrutamento militar no Brasil (século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2011.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RODRIGUES, M. C. de M. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. **Tempo** [online]. 2013, v. 19, n. 35, p. 161-183.

SABA, R. N. P. F. **As vozes da nação**: a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado. USP, 2010.

SABA, R. N. P. F. As "eleições do cacete" e o problema da manipulação eleitoral no Brasil monárquico. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 126-146, Dec. 2011.

SANTOS, S. C. dos. **Cabanagem**: crise política e situação revolucionária. (Dissertação de mestrado em História), UNICAMP, Campinas, 2004.

SCHEIDT, E. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. **Revista de História**, São Paulo, n. 147, p. 189-209, 2002.

SILVA, D. A. Na trilha das "garrafadas": a abdicação de D. Pedro I e a afirmação da identidade nacional brasileira na Bahia. **Anál. Social**, Lisboa, n. 203, p. 268-297, 2012.

QUEIROZ, T. R. de A Construção de Significados e Identidades Políticas na Imprensa Periódicas do Século XIX (1840-1841), **Anais do XXVIII** Simpósio Nacional de História – ANPUH, (Florianópolis, 2015).

Escavidão e liberdade como projetos

Convite ao estudo

Aluno, seja bem-vindo a mais uma unidade da disciplina História do Brasil Imperial! Nessa unidade, vamos imergir em um assunto de extrema importância para a país: **a escravidão**. Como você sabe, essa instituição permaneceu entre nós após a independência, ao contrário do que aconteceu nos demais países da América Ibérica. Nosso país, o último a abolir a escravidão, sofreu pressões inglesas para extinguir o tráfico até a década de 1830, mas o postergou por mais vinte anos. Ou seja, foi no século XIX que a escravidão e o tráfico atlântico de africanos ganharam força, mas foi nesse mesmo século que foram abolidos. Como explicar esses acontecimentos que parecem tão contraditórios? Para entendermos esse processo, precisamos, primeiramente, contestar algumas ideias sobre a História do Brasil.

Com frequência, a escravidão é tratada, pelo senso comum e até mesmo por alguns livros, como **apenas** um dos muitos elementos caracterizadores do Brasil Colonial e Imperial; ou apenas como uma forma de trabalho empregado. Vemos novelas, minisséries ou reportagens sobre escravidão que costumam tratar o tema como se existisse separadamente do resto da sociedade; uma forma de trabalho que afetava apenas os africanos e seus descendentes. As resistências escravas são frequentemente resumidas à figura de Zumbi dos Palmares; a Lei de Terras é explicada exclusivamente a partir da perspectiva da vinda de imigrantes e de restringir o acesso à terra aos trabalhadores que se emancipariam décadas depois. Além dessas simplificações, é costumeira a abordagem sobre a contradição de “uma lei para inglês ver” que extinguiu o tráfico

na legislação, mas que não foi respeitada: ora, se a escravidão era apenas um simples aspecto da sociedade brasileira, o tráfico não teria sido facilmente extinto? É possível pensar qualquer aspecto da sociedade brasileira do XIX sem abordar a escravidão?

Essa minimização da importância da escravidão acaba por transformá-la em algo monolítico, que parece ter existido sem qualquer transformação durante quatro séculos e cuja importância foi decaindo, conduzindo a um inevitável fim em 1888, quando todos os países independentes já haviam declarado a abolição. A escravidão, seguindo essa lógica, não parece ter influenciado a economia e a sociedade da qual fazia parte, mas, sim, ter seguido uma lógica própria de ascensão e queda, influenciada quase que exclusivamente pela experiência de outros países. Entretanto, a História não é construída com divisórias que isolam os efeitos e consequências da economia e política, por exemplo. Esses campos se conectam e são interdependentes: com a escravidão não seria diferente.

A escravidão estava por toda a sociedade, nas relações sociais entre senhores e escravos, libertos e livres; na economia internacional e também local; nas propriedades de grandes senhores de engenho e café, e nas casas de pessoas comuns. A sua história, a história de milhões de africanos e seus descendentes, contaram com sujeitos diversos; parlamentares, políticos, comerciantes que lutaram pela permanência do cativo e escravos, juristas, libertos e abolicionistas que moveram esforços para construir e implementar projetos de liberdade.

Veremos, então, como a ascensão de novas elites escravocratas, especialmente no Sudeste do país contribuiu diretamente para a permanência da escravidão e do tráfico transatlântico, apesar das pressões internacionais para a abolição dos mesmos. Entre cafezais e canaviais, essas elites fundaram seu poder no trabalho escravo e passaram a ter uma grande força política no destino do país. Ao mesmo tempo que a escravidão e o tráfico ganhavam um novo

fôlego, os escravos se rebelavam contra seus senhores, organizavam-se juntamente com os abolicionistas para exigir políticas de emancipação, por meio de leis e decisões judiciais. Vamos questionar a explicação de que as Leis anti-tráfico aconteceram apenas pela influência internacional e também discutir o pensamento, bastante difundido, de que um certo progresso tecnológico e econômico teria vindo com a imigração de europeus e não da escravidão. Veremos, então, que a escravidão tinha grande força em diversas esferas, política, social e econômica e que ao mesmo tempo que se fortalecia, os escravos lutavam pela emancipação. Em poucas palavras, a escravidão não foi uma instituição estagnada que com o desgaste do tempo se desfez. Ela estava em disputa tanto pelos escravocratas quanto por abolicionistas e era parte constitutiva de nossa sociedade.

Vamos pensar em como usar essa unidade para analisar a escravidão como um dos pilares fundantes não só da economia, mas das relações sociais do Brasil Imperial? Como podemos ressaltar a importância do tema em sala de aula, contrapondo-nos diretamente à visão reducionista do senso-comum sobre o tema?

Seção 3.1

Escravidão e tráfico negroiro

Diálogo aberto

Como professor, você sabe o quanto o debate sobre a história nacional pode esquentar em sala de aula. Diferentes temáticas tratarão de assuntos dos quais os estudantes já possuem uma opinião – nem sempre consistente – formada a partir de recriações no cinema e na TV, por exemplo. Infelizmente, até mesmo afirmações incorretas de colegas professores de outras áreas a respeito da história nacional são assumidas pelos estudantes como verdade absoluta. Como problematizar essas certezas? Pensemos em um caso prático.

Mais um dia de aula se inicia e você, como professor, vai até a lousa para escrever o título da aula do dia: “A Abolição do Tráfico de Escravos”. Alguns alunos reviram os olhos e um deles diz: “A lei para inglês ver. Nenhuma novidade nisso, hein, professor?! Podemos pular para qualquer outra matéria?” É verdade, você pensa, que essa ideia de que a lei anti-tráfico de africanos carrega esse estigma. Nossa história é atribuída ora como atrasada ora como fruto da influência de terceiros. Com frequência, ouvimos que somos os últimos a abolir a escravidão na América. Os únicos a ter uma família real na colônia ou os únicos a manter um membro da realeza depois da independência. Parece que nossa história nunca foi feita pelas pessoas que moravam no país, não é mesmo? As influências são externas, as decisões seriam feitas em outros países e por famílias reais europeias. A nossa história, de acordo com esse senso-comum, não nos pertence. A abordagem da lei como “lei para inglês ver” e a discussão sobre abolição do tráfico são só mais alguns dos elementos dessa interpretação equivocada. Você, no entanto, sabe que a história é muito mais complexa que a simples influência de um país sobre o outro e está disposto a mostrar isso aos alunos a partir do tema dessa seção.

Não pode faltar

A partir das últimas décadas do século XVIII, o Brasil recebeu um enorme contingente de cativos africanos. As elites, especialmente do Sudeste, fortaleciam-se com o tráfico transatlântico, com o trabalho dos cativos em seus engenhos e cafezais e estavam dispostas a prolongar ao máximo a duração da escravidão e do comércio de cativos.



Refleta

A importância do tráfico e o combate às explicações simplistas

Quatro entre cada dez escravos africanos desembarcados nas Américas foram importados pelo Brasil e apenas no século XVIII aportaram na América portuguesa menos negros do que em outra região do Novo Mundo. Apesar disso, a história do comércio negreiro para o Brasil é, talvez, a menos conhecida entre os grandes tráficos da Época Moderna, o que não raro enseja a apresentação de soluções algo artificiais a intrincados problemas teóricos e de interpretação. (FLORENTINO, 2009, p. 70)



A partir do trecho, reflita: seria o tráfico atlântico pouco importante para a história do Brasil? Nossa história no XIX foi mesmo determinada a partir de uma relação exclusiva com Portugal ou Inglaterra?

Vimos que a Inglaterra exigiu, para reconhecer a independência do Brasil, que o país se comprometesse a abolir o tráfico transatlântico em um período de três anos (CHALHOUN, 2012), ou seja, após a assinatura desse acordo em meados de 1826, o governo brasileiro teria que extinguir o comércio internacional de escravos até 1830. Internamente e ignorando o tratado, o governo brasileiro não havia feito muitos esforços para cumprir o acordo que foi adiado. Apesar das pressões internas e externas, projetos para uma permanência da escravidão e do tráfico ainda estavam em disputa no país. No mesmo ano no qual o acordo com o governo inglês foi assinado, por exemplo, Clemente Pereira, deputado do Rio de Janeiro, propunha o prolongamento do tráfico até a década

de 1840 (RODRIGUES, 2000). Após muitos debates parlamentares sobre o assunto, uma data foi estipulada: o tráfico estaria abolido a partir de 1831. De acordo com Sidney Chalhoub, o alto número de escravos traficados para o Brasil às vésperas da lei entrar vigor e, em seguida, uma queda vertiginosa no número de embarcações vindas da África evidenciavam que a lei não era “para inglês ver”, como se postulava. Senhores de escravos acreditaram que o tráfico iria de fato ser abolido e correram para comprar os últimos cativos de forma legal.



Assimile

O aumento das exportações de café e açúcar e o tráfico de africanos



Não obstante a proibição legal, e após decréscimo temporário nas entradas de africanos durante a primeira metade da década de 1830, o comércio negreiro, então clandestino, assumiu proporções aterradoras nos anos seguintes, impulsionando pela demanda por trabalhadores para fazendas de café, useiro e vezeiro no logro aos cruzeiros britânicos auxiliado pela conivência e corrupção de autoridades públicas e com o apoio de setores diversos da população. (CHALHOUB, 2012, p. 36)

A lei que abolia o tráfico foi promulgada em 1831, porém o tráfico “reassumiu a constância anterior e até aumentou seu volume, apesar das duras penas previstas na legislação” (RODRIGUES, 2000, p. 108), devido às elites que se formaram e se fortaleceram nas primeiras décadas do século XIX no Sudeste do país. A grandeza do montante de escravos traficados no século XIX fica explícita se fizermos uma comparação mais ampla: **42% “das importações de africanos para o Brasil em três séculos de tráfico negreiro aconteceram apenas na primeira metade do século XIX”** (CHALHOUB, 2012, p. 35), sendo a grande parte desse tráfico destinada para a região Sudeste já no período de ilegalidade do tráfico transatlântico.

Esse aumento no tráfico e a formação de novas elites e regiões, como o Sudeste brasileiro, que baseavam diretamente sua economia na escravidão não foi uma exceção do nosso país. Outras áreas receberam uma grande quantidade de escravos africanos nas

primeiras décadas do século XIX, como Cuba, Jamaica, Antilhas e Caribe. Impulsionadas pelas enormes demandas de países em industrialização, ávidos por algodão, café e açúcar, novas regiões passaram a produzir esses dois produtos utilizando a mão-de-obra escrava. E, apesar do avanço dos discursos abolicionistas, o mundo atlântico viu uma retomada, em número e expressividade, do tráfico de africanos e da escravidão. Esse movimento que atingiu massivamente os países que circundavam o Atlântico é comumente chamado de **Segunda Escravidão**.



Pesquise mais

Para saber mais sobre esse período, chamado de “Segunda Escravidão” no contexto atlântico, veja o livro:

TOMICH, Dale W. Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: EdUSP, 2011.

Para os senhores de escravos donos de engenhos de açúcar ou cafezais, o trabalho escravo era imprescindível para a manutenção de suas riquezas e também de seu poder político. Os escravos eram a mão-de-obra mais utilizada pelas unidades produtoras de açúcar e café, mas também serviam como garantia de empréstimos, ou seja, eram essenciais para a manutenção dessas elites que não mediram esforços para manter a escravidão. Os dois partidos, conservador e liberal, assim como seu eleitorado, defendiam a permanência do tráfico. Acreditavam que a escravidão e o tráfico eram um elemento indispensável à agricultura do país. Por muitas vezes, uma considerável parte dos parlamentares colocava a questão do tráfico como mérito de soberania nacional frente às investidas inglesas e, não como uma discussão sobre emancipação e escravidão (RODRIGUES, 2000).

A pressão das elites escravocratas do Sudeste na política era tão grande que um projeto foi apresentado no Senado, modificando as penalidades da Lei de 1831. Os compradores dos escravos africanos não seriam mais penalizados. Apenas os traficantes, membros das embarcações e todos os indivíduos que auxiliavam no trajeto receberiam penas de acordo com a lei, mas os senhores de tais escravos, não. Inclusive, os africanos trazidos ilegalmente, de

acordo com esse projeto, não poderiam “reivindicar a condição de livre”, permanecendo escravizados e sob o poder dos indivíduos que davam continuidade ao tráfico (RODRIGUES, 2000). Menos rigoroso do que a própria lei, o projeto mencionado, de autoria de Caldeira Brant (1772-1842), ou o Visconde de Barbacena, retirava, portanto, a responsabilidade dos senhores e incriminava apenas os traficantes. Veremos, no entanto, mais adiante, que os africanos resgatados das embarcações apreendidas passavam a ser tutelados pelo Estado e recebiam um destino muito similar ao dos escravizados.

Em 1835, artigos adicionais à Lei de Abolição do Tráfico foram acordados entre brasileiros e ingleses. Esses artigos permitiam o apresamento de navios e sua tripulação, usando apenas como indício os equipamentos presentes dentro da embarcação. Apesar do acordo diplomático, o número de africanos trazidos por meio do tráfico ilegal voltara a crescer depois de alguns anos da proibição, mostrando o descumprimento da lei nacional de 1831 e também do acordo firmado em 1836 (CERVO & BUENO, 2002).



Exemplificando

Biografia de um escravo africano: Mohammah Baquaquá



Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço e assim arrastados para a beira-mar. O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um navio antes e pensei que fosse algum objeto de adoração do homem branco. Imaginei que seríamos todos massacrados e que estávamos sendo conduzidos para lá com essa intenção. Temia por minha segurança e o desalento se apossou quase inteiramente de mim. (...) O primeiro barco alcançou o navio em segurança, apesar do vento forte e do mar agitado; o próximo a se aventurar, porém emborcou e todos se afogaram, com exceção de um homem. (...) Fui então colocado no mais horrível de todos os lugares. Seus horrores, ah! Quem pode descrever? Ninguém pode retratar seus horrores tão fielmente como os pobres desventurados, o miserável desgraçado que tenha sido confinado em seus portais. Oh! Amigos da humanidade, tenham piedade do pobre

africano, alijado e afastado de seus amigos e de seu lar, ao ser vendido e depositado no porão de um navio negreiro (...) Fomos arremessados, nuns, porão adentro, os homens apinhados de lado e as mulheres do outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar em pé, éramos obrigados a nos agachar ou sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono no sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. Ficamos desesperados com o sofrimento e a fadiga. Oh! A repugnância e a imundície daquele lugar horrível nunca serão apagadas de minha memória.

Trecho da biografia de Mahommah G. Baquaqua, transcrito pela professora Sílvia Hunold Lara (LARA, 1989, p. 271)

O excerto faz parte de uma biografia publicada primeiramente em Detroit, Estados Unidos, em 1854, quando seu autor tinha por volta de trinta anos (LOVEJOY, 2012). Escrita por um africano escravizado que foi trazido para o Brasil, onde viveu e trabalhou, mais especificamente nas províncias de Pernambuco e Rio de Janeiro, essa biografia é uma das poucas de seu gênero. Baquaqua, apesar de ter sido traficada para o Brasil, acabou fugindo para os Estados Unidos, onde teve contato com abolicionistas os que lutaram pela liberdade do africano.

Esse trecho nos dá a oportunidade de analisar vários elementos da época. Primeiramente, o estranhamento de Baquaqua ao ver um navio e encará-lo como um objeto que o "massacraria", nos faz pensar sobre o sofrimento que o africano passou ao esperar o embarque e o destino incerto que sua vida tomara. Afinal, havia acabado de presenciar a morte de uma embarcação inteira de escravos que estavam sendo conduzidos para o mesmo navio que ele. A alta mortalidade entre os africanos embarcados era uma perspectiva desde o início da viagem. A descrição do navio, do espaço limitado, dividido entre os sexos e o cansaço extenuante da viagem mostram a brutalidade do tráfico transatlântico. Uma das poucas fontes escritas diretamente por escravizados, a biografia de Baquaqua também é fruto de seu tempo, ou seja, tinha influências do discurso abolicionista. A maneira que se refere ao leitor, mostrando o sofrimento dos escravizados, e também os horrores do tráfico poderiam ser uma estratégia para sensibilizar ao máximo as pessoas para a causa da emancipação. Assim como qualquer produção literária, a biografia de Baquaqua tinha influências, mas também influenciou outras produções e o próprio movimento abolicionista do século XIX.

O contínuo descumprimento do acordo e da lei fazia parte de uma questão maior. Por grande parte dos parlamentares, a continuidade do tráfico foi tratada como um assunto de soberania nacional, isto é, a intervenção inglesa na matéria não era bem-vinda e a decisão sobre a continuidade ou renúncia ao tráfico deveria ser uma questão exclusiva do governo brasileiro. As intervenções do Império Britânico, portanto, eram vistas como uma ameaça à soberania do estado brasileiro e o rompimento com o acordo de 1826 era a retomada dessa soberania (CERVO & BUENO, 2002)

O tráfico ilegal estava disseminado. Se o governo seguisse a lei e os acordos com a Inglaterra, nas palavras do deputado Francisco Jê Acaiaba Montezuma (1794-1870), haveria de "a metade da nação, meter na cadeia, e a outra metade montar guarda"; tamanho era o descumprimento das leis (RODRIGUES, 2000, p. 112). Esse descumprimento endêmico aparecia também nas assembleias e discussões políticas, as quais pararam de questionar os termos do tratado, já que a lei e as autoridades brasileiras se mostravam ineficientes em extinguir o tráfico (RODRIGUES, 2000).

Mas por que a Lei de 1831 não foi cumprida se logo após a sua promulgação houve a queda no tráfico, evidenciando que ela poderia ter funcionado? Para o historiador Chalhoub, a (des)organização burocrática do país recém-independente contribuiu de forma direta para que a lei fosse burlada (CHALHOUB, 2012). A polícia, as autoridades públicas – provinciais, locais e centrais – não se decidiam quanto aos procedimentos de combate ao tráfico transatlântico. Não sabiam o que fazer com os africanos apreendidos que, por vezes fugiam e por tantas outras eram ilegalmente transformados em escravos "brasileiros".

A situação diplomática piorava à medida que diversos navios brasileiros eram apreendidos pelos ingleses e as decisões das cortes judiciais britânicas sobre penalidades à apreensão passavam a ser questionadas. Até que, em 1845, o governo brasileiro deixou de fazer parte da convenção de 1826, ou seja, de respeitar o acordo firmado entre Brasil e Inglaterra. Este acordo, além de colocar fim ao tráfico, estabelecia o direito ao apresamento de embarcações que se destinavam a comerciar africanos (CERVO & BUENO, 2002).

A investida brasileira pela soberania e a favor do tráfico gerou a retaliação do ministro de relação exteriores inglês, Lorde Aberdeen

(1784-1860). O Ministro conduziu, em 1845, ao parlamento da Inglaterra, um Ato que foi nomeado com seu nome (Bill Aberdeen), e que dava o direito aos ingleses de apresarem embarcações utilizadas para tráfico de africanos, mesmo que esses navios estivessem em águas brasileiras. Os ingleses poderiam ainda julgar a tripulação em tribunais do seu país. Apesar dos protestos dos brasileiros, a lei foi promulgada na Inglaterra e rapidamente posta em prática na costa brasileira. E, novamente, os fazendeiros do Sudeste, assim como outros senhores de escravos procuraram comprar o máximo de escravos com medo do fim do tráfico (FLAUSINO, 2006).



Assimile

Brasil: entre as pressões dos apresamentos ingleses e dos barões do café

O legislativo encontrava-se entre duas pressões poderosas: de um lado, os britânicos pressionando pela manutenção dos termos do tratado de 1826 e da proibição do tráfico, exigências que não se limitavam às conversões diplomáticas, mas que assumiam formas bélicas, como o apresamento de navios no próprio litoral brasileiro; de outro lado, a pressão dos senhores brasileiros que, diretamente ou por meio das assembleias provinciais, pediam modificações ou a revogação da lei de 7 de novembro de 1831 (RODRIGUES, 2000, p. 113).



Após a aprovação da Lei Aberdeen, foram muitos os navios apresados em águas brasileiras e até mesmo nos portos do país. Com a comoção entorno do assunto, a Câmara de Deputados voltou-se a um projeto que já havia transitado anteriormente, e cujos artigos tinha sido aprovado em grande parte (RODRIGUES, 2000). O projeto, chamado de Barbacena, seguindo o nome do marquês que o havia proposto anos antes, pretendia extinguir o tráfico no Brasil. Após debates acalorados, o tráfico foi comparado à pirataria, em termos jurídicos, ficando os traficantes sob o julgamento do tribunal da Marinha e os senhores de escravos na justiça comum (RODRIGUES, 2000). A nova lei tinha uma diferença importante em relação à da década de 1830; ela não feria os direitos de propriedade

dos senhores, o que tornava sua aplicação mais fácil, uma vez que apenas traficantes receberiam penas duras.

A garantia ao direito à propriedade escrava prescrito na nova lei era uma consequência da posição que a própria escravidão tinha nos debates parlamentares. A escravidão ganhara novo fôlego nas primeiras décadas do século XIX e ainda tinha bastante respaldo entre muitos membros da elite política, apesar das leis e dos acordos internacionais que tentavam barrar o tráfico de africanos. O tema era constantemente discutido nas assembleias e projetos de país eram orquestrados, considerando soluções para a emancipação, o tráfico e a grande presença de africanos no Brasil.

José Bonifácio de Andrada (1763-1838), que participou ativamente da independência e compôs o governo de D. Pedro, era um parlamentar que defendia que os africanos, pela vida “selvagem” que levavam, seriam resistentes à civilização. O estado deveria ter uma postura firme para integrá-los, principalmente por meio da cessão de terras. Era contrário ao tráfico e, para extingui-lo, deveria ser cobrado o dobro de imposto sobre os cativos (AZEVEDO, 2004). Bonifácio se opunha veementemente à uma ideia muito difundida à época, de que o tráfico de escravos era uma oportunidade de retirar os africanos do pecado e lhes apresentar o cristianismo (CHALHOUB, 2012).

Algumas propostas eram muito mais radicais, como a de Frederico Leopoldo César Burlamaqui (1803-1866), que, em 1837, defendeu a devolução de todos os africanos à África, tamanho o perigo que representavam ao Brasil (CHALHOUB, 2012). Vale lembrar que o medo de uma insurreição escrava violenta como a do Haiti estava impregnada no imaginário daquela época, especialmente, após o **Levante dos Malês** na Bahia.

Entre alguns dos parlamentares, africanos não eram considerados, por conta de sua natureza, morigerados, ou seja, afeitos a trabalhar e para incutir a ética do trabalho, a intervenção estatal se fazia imprescindível. Essa ideia de que os africanos não eram acostumados à civilização ou ao trabalho incorporou também a Lei de 1831. “Os africanos ilegalmente importados apreendidos e ‘emancipados’ passaram a ser chamados de ‘africanos livres’, ou vulgarmente, de ‘meia-cara’” (BERTIN, 2006, p. 9). Eram então recolhidos para a Casa de Correção no Rio de Janeiro, passavam catorze anos trabalhando

para particulares ou no serviço público, “para que fossem protegidos da escravização” e também para que supostamente “aprendessem” a ética do trabalho, adquirindo a liberdade apenas depois desse período (BERTIN, 2006). Esses africanos traficados ilegalmente eram retirados da escravidão quando o comércio fora da lei era descoberto pelas autoridades, mas eram enviados diretamente para o trabalho compulsório, ou seja, não tinha acesso à liberdade, diferentemente de qualquer outro cidadão livre brasileiro.



Exemplificando

O trabalho dos africanos apreendidos: A Fazenda Normal

Documento I – Trecho da Carta enviada ao Presidente da Província de São Paulo, 20.06.1837

Sendo indispensável trabalhadores para a Fazenda Normal, por não bastarem para cultivar os poucos africano que nela existem e julgando que se V. Exc.^a assim o julgar conveniente, facilmente se obteria do Rio de Janeiro 20 ou 25 africanos (dos que quase sempre ali há, das continuas tomadias [apreensões] que se fazem) e de idade própria para o trabalho; assim como vieram ainda não há muito, uma boa porção deles para a Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema(...). (Arquivo do Estado de São Paulo, Ofícios Diversos, Carta de 20.06.1837 enviada por Alexandre Antônio Vandelli)



Documento II – Trecho da Carta enviada ao Presidente da Província de São Paulo

Sendo indispensável dar alguns castigos aos Africanos da Fazenda Normal, para os conter e conservar a boa ordem, assim como para que trabalhem; e tendo já tido queixas de desobediência de alguns deles e de não querem [sic] fazer o que se lhes manda: Vou rogar a V.ex.^a se digne determinar-me os castigos que se podem dar aos sobreditos africanos quando necessário. 14.03.1837 (Arquivo do Estado de São Paulo, Ofícios Diversos, Carta de 14.03.1837, enviada por Alexandre Antônio Vandelli)



Esses dois trechos foram retirados de cartas enviadas ao Presidente da Província de São Paulo. Ambas apresentam o uso muito disseminado do trabalho compulsório feito por africanos apreendidos nas embarcações responsáveis pelo tráfico ilegal. Os documentos, remetidos pela Fazenda Normal, gerenciada pelo Estado, trazem informações sobre o destino dos africanos apreendidos e a maneira como eram tratados.

Na primeira carta, vê-se que uma certa quantidade de africanos livres já tinha sido enviada à Fábrica de Ferro, e a Fazenda Normal, por sua vez, pedia um grupo similar de trabalhadores para se juntar aos que lá estavam, já que os que tinha eram insuficientes. Apontou ainda a grande quantidade de africanos livres apreendidos no Rio de Janeiro. "Facilmente", as dezenas de africanos apreendidos seriam encontradas na corte, pois as apreensões de embarcações eram corriqueiras. Nota-se também a especificação da idade desses africanos; a Fazenda Normal quer africanos próprios para o trabalho. A necessidade de fazer a ressalva sobre a idade dos africanos é uma evidência de que havia indivíduos muito novos, incapazes de trabalhar, sendo traficados ilegalmente.

A segunda carta traz elementos sobre o cotidiano desses trabalhadores compulsórios. Eles não deveriam estar satisfeitos com seus destinos, sendo utilizados como trabalhadores na Fazenda Normal, e também deveriam estar em desacordo com o tratamento recebido. Segundo o trecho retirado da carta, eles precisavam ser "contidos" e para que a "boa ordem" fosse preservada, castigos eram necessários, ou seja, os africanos livres da Fazenda Normal não aceitavam passivamente o destino imputado pelo tráfico transatlântico. Alguns deles, inclusive, negavam-se a trabalhar, fazendo com que a Fazenda Normal indagasse ao governo da Província sobre os possíveis castigos aplicáveis. Por fim, a dúvida sobre a maneira de castigar esses africanos remonta ao fato de que eles não eram escravos, portanto, não poderiam ser tratados como tal, de acordo com a lei. Na prática, a vida desses africanos apreendidos parece ter sido muito similar ao cotidiano dos escravos.

Uma vez apreendidos, esses africanos ficavam à disposição do Estado, que poderia utilizar sua mão-de-obra para a construção de estradas, por exemplo. Era corriqueiro ainda o leilão dos serviços desses homens e mulheres a particulares, que ficavam responsáveis pela manutenção, com roupas e comida, mas também que poderiam empregar o trabalho dos africanos, lucrando sobre seus serviços

(BERTIN, 2006). Os africanos, portanto, ficavam ou sob a tutela de indivíduos ou do Estado, mas nunca eram vistos como cidadãos livres. A resistência dos africanos a essa condição era recorrente. São diversos os ofícios relatando a fuga desses indivíduos e a recusa em trabalhar (BERTIN, 2006). Insubordinavam-se contra seus tutores, brigavam, dissimulavam o trabalho, suicidavam-se e fugiam como forma de resistir ao destino imposto a eles.

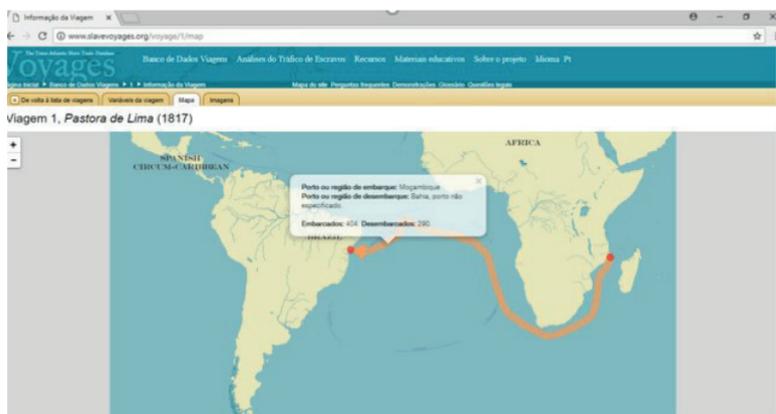
A resistência foi além do ambiente de trabalho e chegou à justiça. A lei previa catorze anos de trabalho para os africanos livres, ou seja, em 1845, as pessoas apreendidas após a lei de 1831 poderiam exercer totalmente sua liberdade, mas não foi isso que aconteceu. Nesse mesmo ano, o “Ministério da Justiça determinava o envio para a Casa de Correção da Corte” (BERTIN, 2006, p. 175) os africanos que se emancipariam e, adiando mais uma vez a conquista da liberdade, ficou estabelecido que teriam um curador para analisar contratos e cuidar dos direitos e deveres deles. A curadoria era estabelecida quando alguém não teria capacidade, pela idade ou doença, de gerir a própria vida. Aplicada aos africanos, era uma negação clara de seus direitos como indivíduos independentes. Muitos africanos, então, recorreram à justiça para poder se emanciparem finalmente (BERTIN, 2006). A emancipação desses africanos só se transformaria em irrestrita em 1864, ou seja, catorze anos depois da promulgação da lei que finalmente aboliu o tráfico de escravos, em 1850. Havia ainda um enorme número de africanos que entravam na justiça requerendo emancipação, uma vez que teriam sido traficados ilegalmente. Era comum a prática de senhores em adular a idade desses indivíduos, colocando-os como mais velhos, ou seja, com a chegada ainda na legalidade. Ao perceberem que poderiam conquistar a liberdade com esse argumento, africanos entravam na justiça exigindo a libertação (AZEVEDO, 2003).

As causas, para além das tecnicidades da lei já apontadas aqui, para o fim do tráfico podem ser muitas. Para alguns estudiosos, o aumento da população africana na composição do país gerava o medo de revoltas, como a dos Malês, o que teria contribuído para adesão ao término do tráfico. A pressão internacional inglesa também foi um dos fatores cruciais para o fim do comércio ilegal, afinal o constante apresamento das embarcações por parte dos ingleses trazia prejuízos enormes aos traficantes. No sentido diplomático, acordos entre Brasil e

Inglaterra poderiam ser rescindidos, sanções poderiam ser feitas, o que deve ter influenciado diretamente na decisão pela extinção do tráfico. A constante ameaça à soberania nacional também foi um elemento constantemente lembrado pelos parlamentares. O fim do tráfico traria o fim das interferências inglesas nas águas brasileiras. Um novo ponto que também contribuiria com a efetivação da lei de 1850 foi a pressão norte-americana. Havia interesse por parte de alguns senhores do sul dos Estados Unidos em vir se estabelecer no Brasil, em uma política de expansão em direção ao sul da América. Finalmente, não podemos esquecer o fato de que o próprio desenrolar da burocracia do estado recém-independente contribuiu para o cumprimento das leis contra o tráfico. A trajetória de **Eusébio de Queiroz** (1812-1868), cujo nome se emprestou à **Lei de 1850**, apesar das incertezas dos procedimentos é bastante significativa do período.

 **Pesquise mais**

Figura 3.1 | Slavevoyages.org



Fonte: <<http://www.slavevoyages.org/voyage/1/map>>. Acesso: 25 jun. 2018

O site **slavevoyages.org** é um banco de dados que reúne informações sobre mais de trinta mil viagens do tráfico transatlântico. Há informações sobre os locais de embarque e desembarque, o número de mortos ao longo das viagens, o nome dos escravizados e suas origens.

Como dissemos acima, as resistências escravas incidiram também para o fim do tráfico. O medo que o Brasil se tornasse um Haiti e fosse palco de uma revolução sangrenta, assim como a Revolta dos Malês, mostrando que insurreições estavam sendo confabuladas cotidianamente, os pedidos formais na justiça pela liberdade e também as resistências ao trabalho, seja ainda pela negação e fuga apontavam para os limites do controle estatal no que se referia às consequências do controle do tráfico ilegal de escravos. Todos esses fatores podem ter contribuído para a extinção do tráfico transatlântico de africanos para o Brasil.

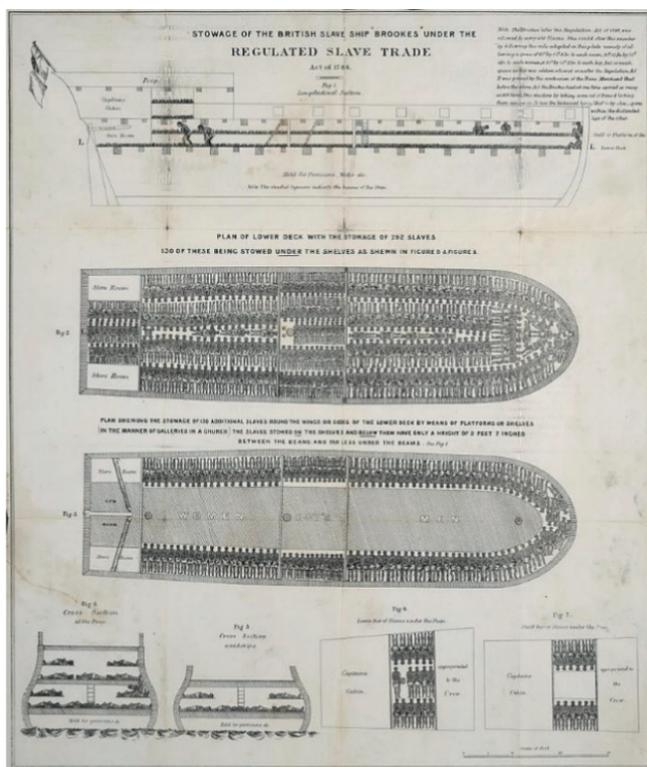
Quando nos deparamos com uma lei, como foi a Lei Eusébio de Queiroz, não pensamos, em um primeiro momento, sobre a variedade das suas influências. Vimos que a demanda internacional por açúcar e café aumentou muito a procura por mão-de-obra escrava, ao mesmo tempo que a Inglaterra pressionava o Brasil para abolir o tráfico atlântico de africanos. Essa mesma demanda por açúcar e café enriqueceu toda uma nova região do país, o Sudeste, e fortaleceu diretamente seus senhores de escravos que buscavam defender a continuidade do tráfico. Apesar desses esforços, a contínua fuga dos africanos, os pedidos por liberdade na justiça e também as pressões internacionais levaram ao fim do tráfico em 1850. Em poucas linhas, podemos dizer que a análise histórica para explicar a necessidade de uma nova lei, que extinguisse finalmente o tráfico, envolveu elementos sociais, econômicos, políticos, vindos da justiça, dos discursos parlamentares e das resistências dos escravizados. Em resumo, a lei de 1831 e a necessidade da lei de 1850 só podem ser explicadas se imergirmos simultaneamente em vários campos da sociedade. Afinal, o estudo da história, assim como o presente, recebe influências de todas as formas.

Sem medo de errar

Depois de ser indagado se era possível deixar o assunto do tráfico para trás, já que, para alguns alunos, era só explicar que a Lei de 1831, responsável por abolir o comércio transatlântico de escravos, era “para inglês ver”, você mostra duas figuras para seus alunos. A primeira gravura retrata o fundo de um navio negreiro e a segunda de **Johann Moritz Rugendas** (1802-1858).

A primeira mostra um desenho feito por um abolicionista de um navio chamado Brooks. Trata-se de um esquema para organizar os africanos escravizados dentro de um navio, de acordo com um Ato inglês de 1788, que estabeleceu especificações para diminuir a mortalidade dos traficados.

Figura 3.2 | Esquema de organização dos africanos em um navio

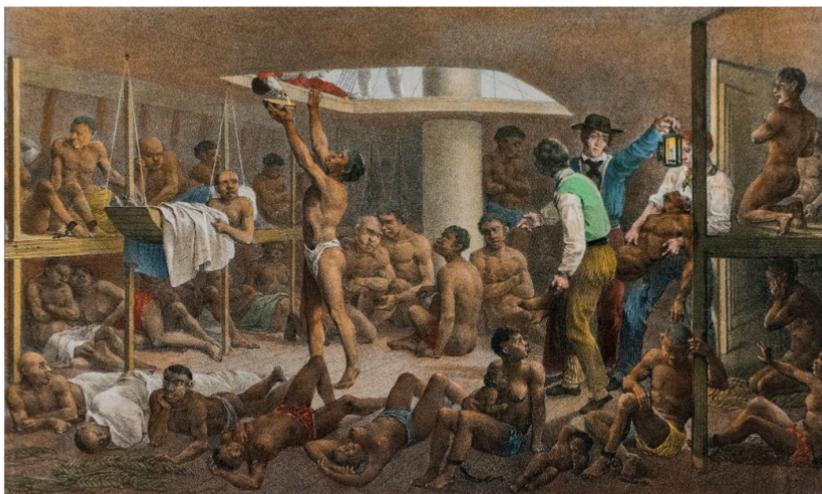


Fonte: <<https://goo.gl/ZJPMvx>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

Deveriam ter, no máximo, 482 africanos no navio, porém, havia notícias de mais de seiscentos escravizados ocupando tal espaço. Um sobre os outros, esses africanos escravizados eram traficados para atender a demanda crescente de mão de obra em lugares como Brasil, Cuba e Caribe. Você, então, diz como uma região inteira no país onde eles viveram enriqueceu com o trabalho escravo. O Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, importou muitos escravos na primeira década do XIX. Diz ainda que,

na verdade, importaram proporcionalmente mais nesse período do que em toda a história do Brasil. Como esses senhores de açúcar e café abririam mão desses trabalhadores e, por consequência, de seus lucros, por causa de pressões externas? Eles não queriam e se articularam para impedir o cumprimento da lei. Em seguida, você mostra a figura **Navio Negreiro**, de Rugendas, um artista alemão.

Figura 3.3 | Navio Negreiro



Fonte: <<https://goo.gl/aXuRmS>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Você diz que aquela peça fazia parte de uma campanha abolicionista do pintor e pede para seus alunos elencarem elementos que serviriam para convencer as pessoas a não apoiarem mais a escravidão. Eles apontam o sofrimento dos homens e mulheres, o reduzido espaço, o homem no centro pedindo algo que parece ser um pouco de água. Ainda apontam para o cadáver de um africano carregado por dois homens e o sofrimento de algumas pessoas em volta, provavelmente, pela morte de um dos seus. A presença de bebês e de idosos também é retratada. Você, no entanto, faz um adendo, e diz que Rugendas provavelmente exagerou na altura dos tumbeiros, nome dado aos navios do tráfico devido à alta mortalidade causada. Os espaços eram muito mais estreitos e que ele deve

ter aumentado o porão para poder incluir todos os símbolos de sofrimento possíveis.

Você então diz que, apesar dessa demanda por mão de obra escrava, havia um movimento forte contra o tráfico, não só na Inglaterra, mas também em muitos países, como no Brasil. O Brasil foi mais um desses países a integrar a discussão sobre a emancipação e o tráfico. Mais do que pressões inglesas, havia uma mudança também nos discursos sobre escravidão que passava a ser cada vez mais criticada por abolicionistas fora e dentro do país. Não podemos esquecer, no entanto, que o Brasil estava no ápice de sua demanda de mão-de-obra e é esse embate de interesses que importa entender.

Faça valer a pena

1. Analise o texto de Irineu Cavalcanti:



A demanda por escravos na capitania do Rio de Janeiro sempre foi crescente, principalmente a partir do início da exploração das minas, em 1694; do aumento de construção de engenhos para fabrico de açúcar e aguardente da terra, a exigir extensivas áreas plantadas de cana; do desenvolvimento da agricultura de abastecimento como a mandioca, para a produção de farinha, o arroz, o feijão, o milho e outras culturas como o anil e, a partir do último quartel do século XVIII, o café. (CAVALCANTI, 2005, p. 22)

Sobre a escravidão no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) Estava difundida em diversas áreas da sociedade, como a agricultura e a mineração e atingiu seu ápice com a mineração em 1694.
- b) Era utilizada essencialmente na produção de exportáveis como açúcar e café, sendo a produção de alimento legada aos livres.
- c) Estava presente em pequenas e grandes propriedades, na agricultura e na mineração, assim como outras muitas atividades.
- d) Em Minas Gerais, foi utilizada até o século XVIII quando a extração de minérios decaiu, prejudicando a compra de novos escravos.
- e) Passou por um aumento significativo após a dedicação exclusiva dos cativos na produção de café, como assinalado no texto.

2.

O tratado anglo-português de 1818 vetava o tráfico no norte do equador. Na sequência do tratado anglo-brasileiro de 1826, a lei de 7 de novembro de 1831 proibiu a totalidade do comércio atlântico de africanos no Brasil. Entretanto, 50 mil africanos oriundos do norte do Equador são ilegalmente desembarcados entre 1818 e 1831, e 710 mil indivíduos, vindos de todas as partes da África, são trazidos entre 1831 e 1856, num circuito de tráfico clandestino. Ora, da mesma forma que o tratado de 1818, a lei de 1831 assegurava plena liberdade aos africanos introduzidos no país após a proibição. (ALENCASTRO, 2010, p. 6)

Com base no trecho e nos seus conhecimentos, é correto afirmar que a continuidade do tráfico após o acordo firmado com a Inglaterra em 1826:

- Não permitiu o aumento do número de escravos no Brasil, tendo em vista a quantidade reduzida de africanos traficados na ilegalidade.
- Teve influências diversas, sobressaindo-se o desajuste burocrático pós-independência e a demanda dos senhores de cana e barões do café, localizados na região nordeste e sul do país.
- Sofreu diversas críticas dos ingleses que tomaram providências apenas em 1845, com a Lei Bill Aberdeen de apresamento em águas brasileiras.
- Aconteceu devido a uma junção de fatores como a demanda contínua, principalmente dos senhores do Sudeste que também ocupavam importantes cargos políticos.
- Sofreu intensas retaliações do governo brasileiro, que não mediu esforços para punir tanto senhores como traficantes de escravos.

3.

Sem o efetivo combate ao tráfico de escravos até 1850, a lei de 1831 tornou-se uma mera formalidade diplomática, ainda que os africanos livres e alguns poucos elementos da sociedade livre buscassem o seu cumprimento. Não obstante a crença na aplicabilidade da lei por parte da sociedade, a atuação do Estado nessa direção foi imprecisa (...) Ainda assim, diversos africanos procuravam o Estado para proteger-se da escravidão por acreditarem no seu direito à liberdade (...). (BERTIN, 2006, p. 126)

Considerando as informações apresentada no excerto, avalie as afirmativas:

- I. Os africanos traficados tornavam-se emancipados caso a embarcação fosse apreendida pelas autoridades brasileiras.
- II. Os africanos escravizados frequentemente fugiam do poder dos senhores, recusavam-se trabalhar e iam à justiça tentar a emancipação.
- III. Os africanos traficados ilegalmente poderiam optar ficar sob a tutela do estado brasileiro ou de particulares até obterem o visto para permanecer no país.
- IV. A condição dos africanos, uma vez apreendidos no tráfico ilegal, era bastante dúbia, uma vez que não lhe era concedida à liberdade plena.

É correto o que se afirma em:

- a) Apenas IV. d) II, III e IV.
- b) Apenas II. e) II e IV.
- c) I e II.

Seção 3.2

Economia no Segundo Reinado

Diálogo aberto

Seja bem-vindo, caro aluno! Como professores de História somos constantemente confrontados com explicações esquemáticas, como se a história de nosso país seguisse apenas um caminho. Alunos, colegas de trabalho e também curiosos têm sempre suas próprias teses particulares e problemáticas para nos questionar, ainda que tratemos de saberes históricos fundamentados em fontes, metodologia de pesquisa e extensa historiografia.

Como de praxe, em meio a uma aula sobre o Brasil do XIX, um dos seus alunos veio questioná-lo sobre a preponderância do tema da escravidão em suas aulas. Afinal, ao abordar diferentes assuntos da economia, política e cultura do Brasil Imperial, você sempre enfatiza os alicerces escravocratas daquela sociedade. Nesse cenário, um de seus alunos veio te questionar por que você não havia falado de imigrantes. Ele completou “minha família é de origem imigrante e, depois do fim do tráfico negreiro, eles é que foram explorados pelos fazendeiros. A partir daí, eles é que são importantes também para a história do Brasil”. Outros alunos também reclamavam que você não havia ainda falado desse tópico e só falava de escravidão que, de acordo com eles, minguou depois do fim do tráfico. Você os lembra que a escravidão ainda perduraria quase quatro décadas no país, sendo o tráfico interno um substituto à proibição do atlântico. Eles ficaram muito surpresos com essas informações. “Como assim, tráfico interno?!” Você, a partir dos conteúdos trabalhados nesta seção, explica a continuidade da escravidão e a substituição do tráfico transatlântico pelo interno. Porém, devolve o questionamento: por que a nossa memória coletiva tende a apagar a escravidão, minimizar sua presença e participação na formação da nossa economia e a sobrepujar com a imigração europeia, que se tornaria representativa apenas nas últimas décadas do século XIX?

Não pode faltar

Ao longo do período Imperial, o Brasil forneceu de forma massiva açúcar, café e borracha para o mercado mundial. Essa colocação na economia do mundo atlântico cobraria altos preços dos escravos, trabalhadores livres e também agricultores. A alta demanda por açúcar e café na região sudeste extenuava os escravos, enquanto a extração da borracha no Norte nos traz questionamentos aos limites da liberdade na expressão “trabalhadores livres”.

Essas mudanças alteraram paisagens, consumindo florestas e vidas. Regiões inteiras do Sudeste brasileiro, como o Vale do Paraíba, que em 1800 era pouco ocupado, mas que em poucas décadas se tornariam áreas de produção para exportação com “caráter de típica região escravista de plantation” (MARQUESE&TOMICH, 2008, p. 341-342). É importante ressaltar que a área do Vale do Paraíba engloba regiões do Rio de Janeiro, de Minas e São Paulo. Em menor escala, mas ainda com a rapidez marcada pela expansão da produção do açúcar e café, o interior paulista também sofreria intensas transformações. Não foi à toa, portanto, que vimos as elites políticas dessas províncias se fazerem tão presentes nas decisões das regências e do império; comandando grande parte da economia do país.

Mas, por que a região do Vale do Paraíba e do Sudeste receberam o café? Além da alta fertilidade encontrada no solo local ainda inexplorado, havia uma certa infraestrutura que possibilitou o avanço da produção para exportação. A região já havia se aproveitado do colapso de São Domingo para abastecer o mercado mundial com açúcar e contava com uma vasta área intocada. Havia uma rede bem estruturada de tráfico transatlântico de africanos para a região e, por fim, foram diversos caminhos construídos ainda no século XIX para conectar as províncias do Sudeste com o restante do país (MARQUESE&TOMICH, 2008, p.353). Senhores de engenho e de café articularam-se politicamente dentro do Partido Conservador para continuar o tráfico transatlântico ilegalmente após a proibição de 1831.



O fim do tráfico transatlântico, a convivência do Estado e o comércio interno de escravos

Vê-se, por conseguinte, que o avanço do Brasil dependeu de modo estrito de acordos políticos internos que dessem segurança institucional aos que investiam no ramo. Todos os escravos africanos importados depois de 1831 eram formalmente livres, mas em momento algum o Estado brasileiro questionou a posse efetiva dos fazendeiros. A massa de africanos ilegalmente escravizados só se tornou questão política depois (...). Em meados do século XIX, os municípios cafeeiros do médio Vale Paraíba encontravam-se suficientemente abastecidos de trabalhadores cativos; e de agora em diante, a reposição dessa força de trabalho (...) ocorreria basicamente por meio do tráfico interno, que foi articulado econômica e politicamente logo nos primeiros anos da década de 1850. (MARQUESE&TOMICH, 2008, p. 367)

Após a Lei de 1850 que efetivamente extinguiu o tráfico transatlântico, os produtores das regiões exportadoras do Sudeste apoiaram-se no tráfico interno para abastecer suas fazendas com trabalhadores escravos. Assim como no tráfico transatlântico, os homens em idade para trabalho eram comercializados em grande quantidade, mas dessa vez eram trazidos das regiões do norte do país. Poderia ser via terrestre ou por meio da via marítima, no que ficou conhecido como comércio de cabotagem. O tráfico interno, no entanto, não teve início apenas em 1850, mas se intensificou a partir desta década, exatamente por causa da falta do abastecimento transatlântico (ROSSINI, 2015, p. 11).

Então, de onde vinham esses escravos? Por muitos anos, a historiografia acreditou que as propriedades algodoeiras e açucareiras do Norte e Nordeste passavam por um declínio em sua produção, perdendo importância na economia do país, por tal descenso teriam dominado o mercado do tráfico interprovincial no papel de fornecedores. Mais do que analisar a origem desses

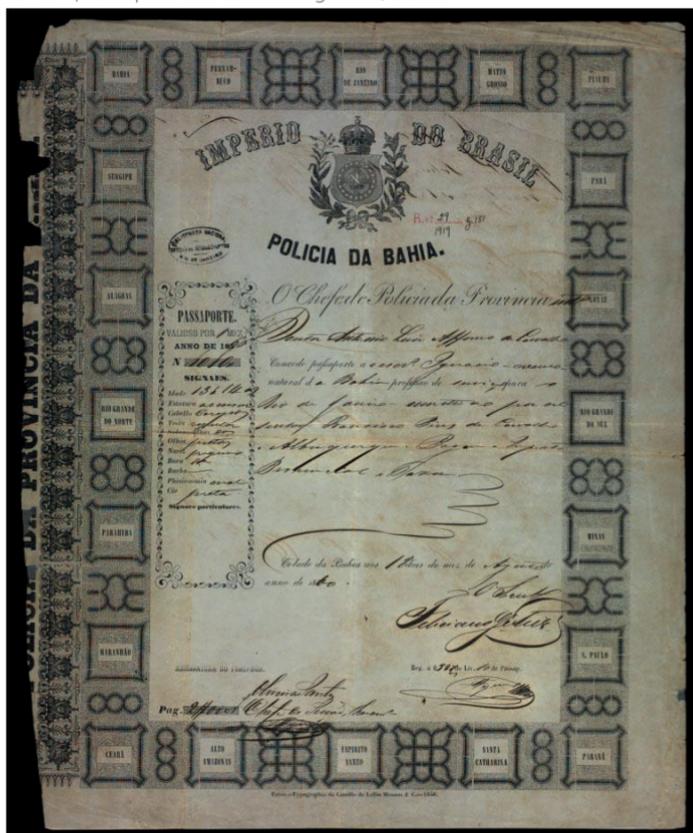
escravos, os estudos centraram-se em afirmar um possível declínio econômico na região. Entretanto, os produtores de açúcar das províncias do Nordeste, por exemplo, foram mais estáveis do que se imaginava e apenas forneceram escravos massivamente após 1870 (ROSSINI, 2015 apud Slenes, 1976). A Bahia estava entre uma dessas províncias e se manteve no posto de terceira maior população escrava até início da década de 1870.

Esses dados nos ajudam a pensar que não teria havido, portanto, um declínio na economia da região ou uma simples troca no eixo econômico do país, do Norte-Nordeste para o Sudeste, como muitos pesquisadores apontaram. É muito provável que os ciclos inflacionários do preço de cativos após 1850 tenham impulsionado a venda dos escravos para o comércio interprovincial de maneira geral. Ou seja, muitos senhores de escravos aproveitaram os preços altos dos cativos e os venderam para províncias que demandavam essa mão de obra, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. As secas nas províncias do Nordeste, nas décadas 1850 e 1870 também contribuíram para fomentar o comércio de escravos para o sul. (ASSUNÇÃO, 2009). Havia, portanto, uma dificuldade em competir com o poder de compra dos fazendeiros do Sul (OLIVEIRA, 2013). Para além, o mercado interno das próprias províncias, por exemplo, realocava a mão de obra dentro de suas fronteiras.

Como dito anteriormente, o tráfico interno ou interprovincial de escravo apenas se intensificou após o término do comércio transatlântico e com o aumento do volume de cativos sendo movimentado pelas províncias, novas formas de controle foram colocadas em prática. O tráfico interprovincial de escravos era controlado pelas autoridades por dois motivos: coleta de impostos e controle da movimentação dos cativos. Controlar a movimentação dos escravos era uma maneira de se evitar futuras fugas e também roubos da mão de obra cativa.



Figura 3.4 |Passaporte do Escravo Ignácio, Bahia



Fonte: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss148_17_7.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2018.

Passaporte valioso por 1 mez, anno de 1860, n.1010. Signaes: Idade 15 ou 14 [anos]. Estatura. [?] Cabelo: carapos. Testa: regular. Olhos: retos. Nariz: pequeno. Boca: . Barba: - . Phisionomia: oval. Cor: preta.

O Chefe da Polícia da Província Doutor Antonio Luis Affonso de Carvalho concede passaporte ao escravo Ignácio [?] natural da Bahia profissão de servir para o Rio de Janeiro – [remetido] por seu senhor Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque. (Trecho transcrito a partir do Passaporte de Escravos de Ignácio. Biblioteca Nacional, Passaporte de Escravos, Bahia, 18 ago. 1860).

A necessidade de ter um passaporte para remeter um escravo para outra província era anterior à lei do fim do tráfico atlântico, mas sua aplicação se intensificou após 1850. Em outras palavras, os escravos só poderiam sair da província com um passaporte emitido pelo chefe de polícia da região, assim, escravos fugidos não seriam capazes de adquirir esse documento e ir muito longe em sua fuga. O passaporte visava garantir ainda que escravos roubados não fossem levados para outras províncias (SCHEFFER, 2006). O que se viu com o aumento do tráfico interprovincial foi uma maior burocracia na concessão de passaportes e um maior controle da movimentação da população negra. A cada cativo movimentado pagava-se um imposto e muitos traficantes de escravos falsificavam a documentação com o intuito de burlar o pagamento às províncias. No passaporte apresentado, vemos a pequena duração do documento: um mês. Dessa maneira, evitava-se que alguém roubasse o escravo e fosse o conduzindo para outras províncias ao longo do tempo. Essa segurança também era reafirmada com a descrição do destino final, o Rio de Janeiro, ou seja, o escravo não poderia ser conduzido para outro lugar. “Os signaes” do escravo permite ainda que o passaporte não fosse utilizado para outro indivíduo e fornece elementos para uma descrição em uma eventual fuga.

Na década de 1850, portanto, vemos o tráfico interprovincial de cativos aumentar para suprir, em grande parte, as províncias que exportavam. Nessa mesma década, vemos também uma mudança importantíssima no acesso à terra pelos cidadãos brasileiros: a **Lei de Terras**, aprovada também 1850 e regulamentada em 1854. Quais mudanças essa lei traria para a legislação agrária? Por que uma Lei de Terras em 1850?

A principal mudança feita pela lei foi a proibição da posse após 1850. Até então, muitos agricultores aproveitando-se de terras desocupadas, faziam uma posse e após anos trabalhando na terra, acabavam por passá-las a seus filhos que se tornavam donos do terreno. Após a Lei de 1850, essa maneira de acessar a terra foi extinta (CRISTILLINO, 2010) e o título das terras passaria a ser pré-requisito para ser proprietário. Pequenos agricultores faziam posse, mas grandes latifundiários também, especialmente após 1822. O número de posses cresceu de maneira desenfreada após a independência, uma vez que o sistema anterior para ceder terras, via sesmarias, fora abolido sem a instauração de nenhum outro substituto. De tal modo,

“criou uma situação anárquica no sistema de propriedade rural, uma vez que os direitos dos ocupantes não foram reconhecidos” pela nova lei (COSTA, 1999, p. 176). Essa situação se agravaria ainda mais com a expansão das plantations de açúcar e das grandes propriedades de café. A Lei de Terras funcionava, portanto, como uma recentralização do regime fundiário nas mãos do governo, porém garantindo privilégios, ainda que ilegais, aos latifundiários.

Outro ponto importante é sobre as terras devolutas do Estado. Terras devolutas são terras não ocupadas ou não utilizadas. A Lei de Terras estabeleceu que as terras devolutas do Estado só poderiam se tornar propriedade por meio da compra, reafirmando a extinção da posse. Essas decisões afetariam toda a população livre pobre que teria que pagar pela terra e que não mais poderia se tornar proprietários por meio da posse.

Há uma interpretação muito difundida por estudiosos e também pelo senso comum de que a aprovação da Lei de Terras era um projeto para limitar o acesso dessa população livre à terra e conduzi-la ao mercado de trabalho, uma vez que a escravidão estaria com os seus dias contados. Bem, a escravidão duraria ainda quase quarenta anos e a explicação para a aprovação de uma legislação agrária em 1850 tem relações com muitos outros fatores do que a escravidão, o fim do tráfico e o trabalho livre.

Uma das influências pouco trabalhadas na história da Lei de terras é a força dos grandes proprietários na aprovação e regulamentação de uma legislação que beneficiasse a apropriação ilegal de propriedade. A regulamentação da lei permitia que se registrassem posses anteriores à lei. Dessa maneira, grandes proprietários registravam terrenos que nunca haviam ocupado anteriormente. Consolidou-se, portanto, o poder de grandes latifundiários que a partir de 1850 conseguiram se tornar ainda maiores proprietários de terras. A lei, porém, abriu uma pequena brecha para que alguns agricultores simples também legalizassem suas posses (MOTTA, 2008).



Assimile

A expansão do latifúndio pela letra da lei

Em primeiro lugar, muitos dos senhores de terras não estavam acostumados a seguir uma determinação legal



acerca da medição e demarcação de suas terras. (...) o mais provável era que estes senhores agissem como sempre o haviam feito, ou seja, descumprindo qualquer norma que pudesse limitar seus poderes. Em segundo lugar, qualquer indivíduo podia estar ciente de que os pressupostos estabelecidos pela Lei de 1850 permitiam que todos os posseiros – independentemente da extensão de suas terras – pudessem registrá-las. Este procedimento, em tese, permitiria legalizar a ocupação. Em terceiro lugar, a obrigatoriedade de registrar uma parcela de terra não vinha acompanhada de qualquer exigência quanto à prova documental ou testemunhal em relação à área efetivamente ocupada. (MOTTA, 2008, p. 166)

A Lei de Terras teve amplo apoio dos cafeicultores do Rio de Janeiro e São Paulo. Em regiões onde o café não era forte, no entanto, houve bastante resistência a sua aplicação (SILVA, 2015). Essa resistência era em parte pela necessidade de medir as propriedades e a falta de funcionários para tal, o que atrasava a venda de terrenos devolutos (SILVA, 2006). Passava também pelo fato de que a legislação agrária sempre havia sido desrespeitada pelos “senhores de terras” quando lhes convinham. Envolveria mais do que uma diferença regional ou de caráter econômico; estava relacionado ao poder desses latifundiários que se fizeram presente nas discussões parlamentares e na aprovação da lei.

Não foi apenas no sistema agrário que grandes produtores de exportáveis defenderam seus interesses. A força das exportações, lideradas principalmente pelo café, impulsionou a movimentação de mão de obra escrava por todo o país e também a construção de ferrovias para que o escoamento da produção até os portos fosse mais rápido. A partir de 1830, ferrovias passaram a ser construídas ao redor do porto de Santos, Rio de Janeiro e Salvador (FRACCARO, 2008). “O comércio do café, na segunda metade do século XIX, garantiu vultosos rendimentos na balança comercial brasileira, ao passo que criou condições internas favoráveis a grandes investimentos, principalmente estrangeiros” (SOUZA, 2016, p. 25). As estradas de ferro complementavam o sistema de navegação fluvial

e também o transporte marítimo, auxiliando a escoar os exportáveis e atendiam “às aspirações de desenvolvimento e progresso das elites agrárias” e contemplavam “as estratégias da política imperial de integração e povoamento para a consolidação do território brasileiro” (SOUZA, 2016, p. 26). Ainda que algumas ferrovias tenham iniciado suas construções na primeira metade do século XIX, foi com o decreto imperial de 1852, que a ferrovia foi impulsionada. O decreto estipulava a isenção de impostos e a desapropriação de terrenos para as ferrovias, para estimular o investimento de capitais nacionais e estrangeiros.

As demandas internacionais e investimentos estrangeiros não ficaram restritos à região Sudeste, ainda que o café tenha ganhado grande proeminência entre as exportações. Ainda no século XVIII, a borracha se tornava “um produto essencial para a produção industrial” (LIMA, 2013, p. 26). A borracha estava presente em diversos itens; dentro das fábricas em equipamentos, no transporte de líquidos e nas confecções de utensílios.

As províncias do Norte foram impulsionadas ao longo do século XIX pela demanda por esses artigos, produzidos a partir da goma elástica, extraída, por sua vez das seringueiras, abundantes na região amazônica. A Província do Grão-Pará passaria a manufaturar alguns artigos de borracha, como calçados, e a importá-los entre 1820-1855, período anterior à vulcanização da borracha que forçaria os produtores brasileiros a exportar apenas a matéria prima (LIMA, 2013). Ainda assim, desde a década de 1840, a cotação do preço da borracha foi crescente, alavancando a extração dessa matéria prima (TAVARES, 2016). No mercado mundial, o domínio da região amazônica sobre borracha se estenderia até a primeira década do século XX quando as plantações do sudeste asiático começaram a exportar o látex (LIMA, 2013).



Pesquise mais

Para saber mais sobre a borracha na região Amazônica:

WEINSTEIN, B. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec/ Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Foi, no entanto, na década de 1870 que a região recebeu uma enorme quantidade de migrantes, que se dirigiram à Amazônia como uma solução para contornar os anos de seca que os atingiam no Nordeste.



Esses migrantes chegavam, seja acoçados por intempéries climáticas, seja trazidos por aliciadores a mando de seringalistas, ou ainda imbuídos do espírito de aventura, em busca da propalada fortuna fácil das árvores que ‘jorravam látex’, onde se acreditava poder juntar dinheiro (LIMA, 2013, p. 28)

Apesar das promessas de dinheiro fácil, extração abundante de látex e terras disponíveis para se estabelecerem, esses trabalhadores se depararam com o trabalho compulsório. De maneira sucinta, esses trabalhadores se viam impossibilitados de deixarem o local, se endividavam para se sustentar e eram colocados em ritmos extenuantes de trabalho, muito similares ao feito por escravos.

Muitos dos seringalistas colocavam altíssimos preços nos produtos de seus armazéns para maximizar seus lucros. Assim, seringueiros não tinham outra saída a não ser arcar com o abuso de seus patrões, pois não haveria competição para os produtos oferecidos. Trabalhadores passavam a pagar caro em alimentos e na sua manutenção, assim como na compra de ferramentas para extração do látex (LIMA, 2013). Era comum ainda que se endividassem e acabassem trabalhando para saldar suas dívidas; esse ardil para o endividamento por meio do fornecimento exclusivo de itens super-inflacionados é o que chamamos atualmente de esquema de barracão.



Refleta

Para além da escravidão:



Fruto da impiedosa exploração dos trabalhadores, a acumulação gerada pela borracha transformou Manaus numa cidade dinâmica e eminentemente comercial, atraindo e concentrando grande número de migrantes nacionais e estrangeiros e criando fortes matizes e

contrastes sociais. Assim, ao lado de ingleses e norte-americanos endinheirados, crescia de forma alarmante a população pobre que se espalhava pelos subúrbios e arrabaldes. Dentre os trabalhadores urbanos, as categorias ligadas ao comércio e às atividades portuárias (estivadores, carroceiros, catraieiros, marítimos, etc.) foram as mais numerosas, embora quase nunca bem remuneradas. (PINHEIRO, 2007, p. 3)

A modernização de Manaus, assim como outras tantas capitais no país, foi fruto do enriquecimento de alguns que, por sua vez, era fruto da exploração de trabalhadores escravos e 'livres'. O quanto de pobreza e exploração há na riqueza? Quantos trabalhadores compulsórios e mal remunerados construíram palacetes, ferrovias e teatros?

A modernização trazida pelas ferrovias e pelo desenvolvimento econômico das grandes exportações, especialmente após 1850, trouxe um período novo na política. Iniciado em 1852 e com duração de uma década, o período chamado de Conciliação foi marcado pela cooperação entre Liberais e Conservadores. Os movimentos revolucionários e revoltosos foram contidos na década anterior, o que deixava poucos embates e diferenças políticas entre os políticos liberais e conservadores, sendo muito comum membros de um partido apoiar causas defendidas por outro (COSTA, 1999). Interesses agrários de grandes proprietários encontravam ressonância dentro dos dois partidos. Havia algumas diferenças na composição dos dois partidos, como os comerciantes em maior número no lado conservador e profissionais liberais do outro lado, mas nada que incidisse em diferenças mais agudas.



Exemplificando

Tabela 3.1 | Expansão das ferrovias no Segundo Império

Ano	Extensão em Tráfego (KM)	Ano	Extensão em Tráfego (KM)
1854	14,500	1872	932,154
1855	14,500	1873	1.128,844

1856	16,190	1874	1.283,877
1857	16,190	1875	1.800,895
1858	109,376	1876	2.122,407
1866	513,040	1884	6.302,094
1867	597,526	1885	6.930,285
1868	717,626	1886	7.585,644
1869	736,840	1887	8.399,667
1870	744,922	1888	9.320,881
1871	868,779	1889	9.538,067

Fonte: <<https://goo.gl/n55fNt>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

Não quer dizer, no entanto, que esse tenha sido um período pacífico. Certas atitudes violentas persistiam, como as perseguições em tempo de disputas eleitorais ou mesmo a fraude ao longo das eleições. Roubo de urnas, intimidação da oposição por meio de violência e contagem de votos questionáveis continuavam a marcar as eleições regionais (COSTA, 1999). Pode-se dizer que sem uma oposição política sistemática, o período de Conciliação teve uma maior participação direta de D. Pedro II e seus ministros, “o que significou uma maior intervenção do monarca na política” (ESTEFANES, 2010, p.165). Ainda que houvesse maior participação de D. Pedro, novos projetos puderam ser aprovados e o país passou por uma década sem conflitos, bastante incomum desde a independência.

As décadas que sucederam o fim efetivo do tráfico atlântico foram de grande desenvolvimento econômico, mas trouxeram novos questionamentos sobre a continuidade da escravidão, agora a partir do tráfico interprovincial. Fomentado pela mão de obra escravizada, esse mesmo desenvolvimento econômico proporcionou estradas de ferro e uma certa estabilidade política, uma vez que os partidos não construíam grandes oposições como nas décadas anteriores. Os interesses dos grandes latifundiários, especialmente aqueles do Sudeste, foram assegurados com a Lei de Terras, ao mesmo tempo que o governo conseguiu centralizar o sistema agrário. Apesar dessa

tranquilidade na política e da falta de revoltas populares, a escravidão continuava a todo o vapor e novas formas de trabalho compulsório saltavam aos olhos, como aconteceu na Amazônia. As transformações impostas por esse novo ritmo econômico cobriam em breve seu preço em revoltas escravas e de trabalhadores, mas deixaremos isso para a próxima seção.

Sem medo de errar

Feito o questionamento sobre memória, escravidão e imigração, alguns de seus alunos elencam elementos importantes. “Queremos esquecer a escravidão porque foi dolorosa”, “é uma mancha na nossa história”. Você concorda com os apontamentos, mas muitos dos alunos estão descrentes da importância da escravidão após o fim do tráfico em 1851. Você, então, propõe um desafio: “Me digam de quando são essas duas imagens e expliquem a relação entre elas. Se conseguirem, a gente não fala mais da escravidão!” Você mostra a imagem abaixo:

Figura 3.5 | Planta geral da estrada de ferro D. Pedro II



Fonte: Biblioteca Nacional. Planta geral da estrada de ferro D. Pedro II: e das outras estradas de ferro das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais do Império do Brasil. 1879.

E mostra essa fotografia de Marc Ferrez

Figura 3.6 | Partida para a colheita de café



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles. Partida para a colheita de café, c. 1882, Vale do Paraíba.

Seus alunos então não entendem como aqueles trabalhadores de uma fazenda estariam ligados a um mapa de estrada de ferro. Apostam que os trabalhadores são de 1910, outros dizem que é de 1870, mas nenhum conseguiu relacionar as imagens.

Você explica que, apesar do senso comum dar pouca importância para a escravidão e muitos acharem que ela minguou após o fim do tráfico, ela, na verdade, manteve-se forte. O tráfico atlântico foi substituído pelo interprovincial e os senhores de escravos continuaram a receber novos trabalhadores escravizados. O trabalho desses homens e mulheres fez com que o Brasil se despontasse como o maior produtor mundial de café! Ora, como a escravidão acabaria assim rapidamente? Boa parte das estradas de ferro que persistiram no país até hoje tem ligação com esse boom cafeeiro e escravocrata. Você, então, concluiu: a escravidão foi base de nossa economia por séculos, apesar de todo o sofrimento que causou, e merece o devido destaque nas nossas aulas.

Faça valer a pena

1.



A experiência desses escravos, arrancados de suas distantes províncias de origem e negociados no Sudeste, geralmente para fazendas de café, podem ser mais bem contextualizada

no quadro mais amplo do tráfico interprovincial na segunda metade do século XIX. Segundo as estimativas de Robert Slenes, esse movimento de população despejou no Sudeste, a partir de 1850, cerca de 200 mil escravos. (CHALHOUB, 2011, p. 50)

Com base no trecho e nos seus conhecimentos, é correto afirmar que o tráfico interprovincial:

- a) Passou a existir no Brasil após a Lei Eusébio de Queirós que finalmente aboliu o tráfico atlântico, mas que impediu o abastecimento via atlântico de mão de obra escrava.
- b) Ganhou força após a década de 1850 por causa da demanda por mão de obra escrava vindo especialmente das províncias do sudeste responsáveis pela produção de café para o exterior.
- c) Foi limitado às províncias do Sudeste, que ávidas por mão de obra escrava para seus cafezais exportadores, acabaram por adquirir a maior parte dos cativos.
- d) Foi bem visto pelo governo que permitiu a livre circulação de cativos pelo território nacional a fim de não prejudicar o fornecimento de mão de obra para as fazendas de café.
- e) Apontava para o fim da escravidão no país que já não contava com um número muito alto de cativos em seu território.

2. Leia o trecho escrito pela historiadora Márcia Motta e avalie as afirmações:

A meu ver, nos avanços e retrocessos, há uma tradição cultural que explica quais são os elementos através dos quais os seres humanos legitimam o seu acesso a terra ou de outrem. Logo, se para os fazendeiros a ocupação das terras devolutas, a incorporação das mesmas como parte de seus domínios, faziam e fazem ainda parte de uma visão de que ser senhor de terra implica poder expandi-la sem se submeter a nenhuma determinação de terceiros; para os pequenos posseiros, há também uma tradição que justifica a legitimidade da primeira ocupação como forma de aquisição de uma parcela de terra. Ambos, muitas vezes navegam no mesmo pressuposto: alegam serem os primeiros a ocupar o quinhão em disputa. Mas se para o fazendeiro, tal pressuposto está inserido numa concepção patrimonial acerca da terra, para os pequenos posseiros ele

está relacionado à possibilidade de exercer uma liberdade efetiva, na reprodução de sua unidade familiar, sem a dependência para com um senhor de terras. (MOTTA, 2006, p. 54)

- I. A Lei de Terras, ao não pedir comprovação de ocupação prévia para registrar terrenos, permitiu que latifundiários expandissem ainda mais suas propriedades.
- II. A autora contrasta as duas formas de acessar a terra por “fazendeiros” e “pequenos posseiros”.
- III. Os pequenos posseiros, descritos no trecho, legitimavam sua posse por meio da ancestralidade de sua ocupação, referida como “primeira ocupação”.
- IV. Ainda que sob críticas, a Lei de Terras veio confirmar um costume antigo de ocupar a terra por meio da posse.

Assinale as afirmações corretas:

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

3.

A constituição de um ministério de conciliação nos meados do século, expressando uma união temporária entre liberais e conservadores, representou a superação das desinteligências iniciais e consolidou a hegemonia de uma elite basicamente conservadora. Nos anos que se seguiram, liberais e conservadores se revezariam no poder, mas, a despeito das diferenças programáticas que os separavam e não obstante o jogo político que os dividia em grupos antagônicos, mantiveram concordância de pontos de vista a respeito de questões fundamentais tais como a manutenção da economia agrária e da escravidão. (COSTA, 1999, p.11)



Sobre o trecho e o período histórico correspondente, é correto afirmar que o período de conciliação:

- a) Refere-se aos anos de 1852-1862, no qual o imperador aceitou ser espectador, deixando os dois partidos liderarem as decisões políticas.
- b) Foi de menor oposição, se compararmos as disputas travadas nas décadas anteriores, especialmente por causa da pouca intervenção do imperador nas questões políticas.
- c) É conhecido na historiografia como um período de poucas disputas entre os dois partidos ainda que guardasse uma grande participação do Poder Moderador, sempre alvo de críticas
- d) Foi um período no qual os interesses agrários sofreram pesada mudança com a Lei de Terras, fazendo com que políticos se unissem em uma pauta única.
- e) É um termo irônico para chamar uma década na qual havia eleições violentas e repletas de fraudes.

Seção 3.3

Escravidão e revoltas escravas no Segundo Reinado

Diálogo aberto

Olá, aluno! Seja bem-vindo à última seção de nossa unidade. Veremos que escravos, libertos e abolicionistas tiveram um peso importantíssimo ao longo do século XIX na luta contra a escravidão. Em outras palavras, da mesma maneira que a escravidão crescia em número e importância para a economia do país, a luta contra essa instituição se acirrava e era também conduzida pelos escravos. Vamos, então, desconstruir a ideia de que os escravos e libertos estavam alheios aos acontecimentos e afirmar que suas lutas foram essenciais para a queda da escravidão.

Esta seção nos apresenta a história feita pelos “de baixo”, indivíduos que por muitos anos e séculos não eram vistos como sujeitos históricos e que passam a ser reconhecidos como peças importantes na transformação do curso histórico. Mesmo que a Lei Áurea e a Princesa Isabel ocupem um pedaço importante na memória, veremos que a abolição não iria depender exclusivamente do desejo da monarquia brasileira ou de um imaginado desinteresse nesse tipo de mão de obra.

Um dos seus alunos, percebendo o conteúdo da aula sobre a comemoração do feriado de 20 de novembro, diz “Já sei, a gente vai ter de novo Zumbi dos Palmares... massa”. Você sabe que é muito difícil a História ser construída por um só homem ou uma só ação e então pergunta: E se fossem centenas de zumbis no Brasil?

Seus alunos estão certos de que seu comentário não fazia nenhum sentido e continuam afirmando que tinha apenas um Zumbi em um quilombo e uma Princesa responsável pela abolição.

Como, então, explicar para seus alunos que a história poderia também ser feita, conduzida, por uma massa de escravos que por muitos séculos eram retratados como passivos? Como explicar que as resistências impostas eram muito diversificadas e que iam além da figura de Zumbi?

Não pode faltar

Como vimos, o século XIX foi um período no qual a escravidão ganhou grande força, especialmente por conta das grandes exportações de açúcar e café: nesse período, o ritmo de produção desses dois exportáveis foi sem precedentes. Esse processo só foi possível porque a ilha de São Domingos – hoje Haiti – havia passado pela gigantesca revolta escrava de 1794. No Brasil, especialmente, os produtores do Sudeste aproveitaram a brecha oferecida pela destruição da colônia francesa e passaram a ser um dos grandes fornecedores de açúcar para o mundo transatlântico. Mas a revolta de São Domingos não trouxe apenas mudanças econômicas. A notícia de que escravos tomaram a colônia, matando seus senhores, destruindo plantações e declarando a independência não demorou a chegar no Brasil, fomentando novas rebeliões no país.

Vamos, portanto, usar o decorrer do século XIX para explicar as diversas resistências escravas, ao mesmo tempo analisaremos as mudanças nas formas que a luta pela emancipação teve, especialmente na justiça. Cotidianamente, escravos se organizavam para exigir melhores condições de tratamento, para reivindicar respeito a costumes antigos firmados com seus senhores, entre outras tantas demandas. Esse tipo de resistência, assim como as mais violentas revoltas, será analisado nesta seção, pois o século XIX criou um contexto próprio no qual o medo senhorial contribuiu para que as revoltas escravas tomassem grandes proporções no imaginário daquela sociedade. Ao mesmo tempo, foi no século XIX que os cativos encheram a justiça com demandas diversas, indo, por vezes, contra os interesses senhoriais.

Logo nas primeiras décadas do século XIX, o Brasil, recém-independente, deparou-se com duas importantes e violentas revoltas escravas: **Carrancas** (1833) em Minas Gerais e **Malês** (1835) na Bahia. Ambas as revoltas contribuíram para o surgimento do medo de que o cenário de São Domingos se repetisse no solo brasileiro. Essas rebeliões influenciariam diretamente na aprovação de uma lei capital que punia os revoltosos. “A lei de 10 de junho de 1835 confirmava a pena máxima (morte por enforcamento) e punia com mais rigor todos os escravos envolvidos em insurreições e assassinatos de seus senhores e prepostos” (ANDRADE, 2011, p. 1).

A Revolta de Carrancas, além de bastante violenta e de ter acontecido nas propriedades de importantes políticos, contou com a participação de dezenas de escravos e, por tais razões, merece ser detalhada. Foi iniciada na fazenda do deputado Gabriel Francisco Junqueira em 1833. Os cativos mataram o filho do político e procederam para uma outra propriedade rural, de um dos irmãos do dito deputado onde, com apoio de alguns escravos dessa outra fazenda, mataram oito membros da família Junqueira (ANDRADE, 2011). Os cativos sofreram punições exemplares, sendo dezesseis enforcados em praça pública, número muito maior de executados do que na Revolta dos Malês. Apesar das punições exemplares, evitou-se falar sobre a rebelião em uma tentativa “de evitar uma onda sucessiva de levantes e trazer pânico à população” (ANDRADE, 2011, p. 4). O medo de revoltas escravas era bastante intenso em regiões com alta concentração de escravos, geralmente “nas regiões agroexportadoras, mineradoras e portuárias” (SILVA&REIS, 1989, p. 70).



Assimile

Medo de revoltas como a de São Domingos- Haiti



Os discursos políticos, as correspondências entre as autoridades judiciárias, a documentação camarária e a imprensa periódica estão repletos de passagens que reforçam o fantasma do “haitiniano” no Brasil e o temor de uma insurreição escrava de grandes proporções que escapasse ao controle das autoridades e dos agentes de repressão. Se muitos desses discursos beiravam a histeria e têm de ser compreendidos considerando o contexto em que foram formulados e os interesses e as disputas políticas de quem os proferiram, por outro lado não deixam de ser reveladores da tensão que marcou o período. (ANDRADE, 2017, p. 266)

É importante ter em mente que nem todas as resistências dos escravos culminavam em confrontos diretos, ainda que pareça haver um aumento no número desses eventos ao longo do século XIX ou uma mudança de percepção sobre eles, que os teria tornado mais ameaçadores da ordem senhorial. Entre as formas de resistir, estava

a diminuição do ritmo de trabalho quando não havia fiscalização direta, por exemplo (STEIN, 1960, p. 196).

Muitos crimes cometidos por escravos, no entanto, eram motivados por ações cotidianas tomadas por senhores, feitores e capatazes as quais acabavam sendo interpretadas como um desrespeito a “direitos” conquistados ou abusos. Em geral, os escravos tinham o domingo como um dia de descanso quando poderiam se dedicar a seu próprio roçado, vender excedentes, trabalhar para terceiros e ir à missa. Se essa conquista – um dia de descanso – era retirada, por exemplo, e o trabalho era retomado, poderia causar atritos entre cativos e seus senhores ou feitores (ALVES, 2010). Alguns historiadores interpretam essas concessões dos senhores como uma forma de controlar a escravaria, ou seja, donos de engenho, por exemplo, davam alguns dias de descanso, permitiam festejos e ter um pequeno roçado para evitar que seus escravos fugissem ou se rebelassem. Outros historiadores argumentam, no entanto, que essas concessões eram demandas da escravaria que negociava frequentemente por uma vida menos sofrida na escravidão.

Os embates cotidianos entre senhores e escravos apontam para as tensões do regime escravista e esses confrontos, simbólicos e ou físicos, serviram para o poder senhorial como instituição fosse paulatinamente questionado.



Exemplificando

Carta sobre escravos “insubordinados”

Ilmo. Sr. (...) Participo igualmente a V.Exa. a insubordinação em que se acham os escravos pertencentes ao Caminho, desobedecendo aos Feitores, como ainda a pouco aconteceu em não quererem trabalhar em um dia santo dispensado, declarando unânimes, que mais fácil era morrerem todos do que a isso sujeitarem [se] e estou convencido que tem toda patê nessa insubordinação o escravo Severino o qual julgo necessário separar-se de entre os outros, por isso que tendo já sido por vezes castigado, continua a ser sempre o pior, e causa da insubordinação dos mais. (Arquivo do Estado de São Paulo, Carta de 09.01.1831, de Antônio Joaquim de Oliveira ao Presidente Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho)

Nessa correspondência enviada ao presidente da Província de São Paulo à época, o remetente fala sobre a "insubordinação" dos escravos que trabalhavam na construção de caminhos, estradas. Negavam-se a trabalhar no "dia santo dispensado" e diziam, em unanimidade, que preferiam a morte do que o serviço naquele dia. O que podemos analisar nesse pequeno trecho? Havia um acordo prévio, bastante difundido, que escravos não trabalhavam aos domingos ou dias santos, porém, uma vez descumprido o costume, os escravos se negavam fazer o serviço. A ameaça velada, na qual diziam preferir a morte, provavelmente era um aviso de que nem sob açoite e castigos aceitariam o trabalho no tal dia. Sabiam muito bem que não seriam todos mortos pelos feitores. O segundo e muito importante ponto é a organização da escravaria; a unanimidade orquestrada em torno de uma demanda específica. Conseguiram todos afrontar as ordens de seu feitor que acabou pedindo soluções ao presidente da província para lidar com a tal "insubordinação".

É nessa mesma época que muitos escravos recorreram à justiça para terem suas reivindicações atendidas. Os cativos tinham demandas bastante variadas. Uns reclamavam dos abusos físicos que recebiam de seus senhores, pedindo, inclusive que fossem vendidos para outras pessoas (AZEVEDO, 2003). Muitos escravos buscavam comprar sua liberdade, que antes de 1871, requeria o consentimento senhorial. Não bastava, portanto, ter o valor correspondente de um cativo de mesma categoria para que a alforria fosse alcançada. Era necessário também que o senhor consentisse em alforriar o cativo, como veremos mais adiante.

À medida que o século passava e o número de demandas e exigências na justiça e no cotidiano aumentavam, havia também uma mudança no discurso e interpretação dos escravos que passaram a demandar, por meio de premissas gerais, transformando "em 'direitos universais dos escravos' determinadas prerrogativas antes comuns às comunidades mais estruturadas de cativos nas grandes fazendas" (CASTRO, 1995, p. 182). Em outras palavras, combinados e costumes recorrentes em grandes fazendas passaram a ser exigidos de maneira geral pelos escravos.



Negociando entre desiguais: escravos e senhores

A escravidão assume, dessa forma, aspectos de um sistema de trabalho com características contratuais, não legalmente reconhecidas nem entre pessoas com igual poder, mas em que senhores e escravos tinham obrigações mútuas que, quando não cumpridas, trariam reações, talvez muito sérias, partindo de ambos os lados. Nesse sentido, além do crime, era possível que escravos que entendiam estar trabalhando demais justificassem assim desvios das colheitas. A interpretação politizada do cotidiano permite entender estas relações como contratuais; a legislação vigente era a explanação da defesa de um dos envolvidos na barganha, o mais poderoso, sim, mas na qual os outros envolvidos poderiam não se reconhecer. (ALVES, 2010, p. 37)



Resistências escravas sempre aconteceram na história do Brasil, é verdade, mas o evento de São Domingos, o levante baiano e o crescente discurso abolicionista foram como combustível para uma fogueira que já queimava, especialmente na segunda metade do século XIX. Foi nesse mesmo período que as discussões sobre o fim do tráfico retomaram os debates com a aprovação da Lei Aberdeen. Anteriormente, os discursos condenatórios à escravidão, em seu sentido moral, não encontravam ressonância no país. A partir de 1850, no entanto, “a condenação moral dos filósofos, tanto quanto a condenação ‘técnica’ de economistas” ganharia força. (SILVA; REIS, 1989, p. 71) Na segunda metade do século XIX, principalmente após 1860, os cativos tinham “sua busca por liberdade (...) amparada, nos tribunais ou fora deles, por advogados que assumiam sua defesa, elaborando estratégias e argumentações jurídicas que sustentassem tecnicamente sua causa” (AZEVEDO, 2003, p. 15).

Escravos, portanto, passaram a encontrar amparo, ainda que limitado, na justiça para suas demandas e na sua busca pela liberdade. Foi também por meio da justiça que muitos construíram estratégias para amenizar as agruras da escravidão. Um exemplo importante dessa estratégia e do entendimento dos escravos sobre a própria escravidão

era o atentado a seus senhores. A pena de morte para os escravos que tentassem matar seus senhores acabou por ser convertida, com certa frequência, a galés perpétuas, ou seja, estar preso e trabalhar para o Estado. Muitos escravos cientes dessa mudança atentavam contra seus senhores com a esperança de terem melhores condições de vida. Para muitos, ser um preso perpétuo e trabalhador escravizado do Estado eram melhores perspectivas do que continuar sob o julgo de um senhor violento, por exemplo. Procuravam, então, no atentado aos senhores formas melhores de vida, ainda que não fosse a liberdade (AZEVEDO, 2003, p. 59).



Fossem impulsionadas pela ideia de que as cadeias e a pena de galés eram mais convenientes que a escravidão, ou por terem na justiça a esperança de uma interferência efetiva nas relações com seus senhores (...) essas atitudes escravas geravam o desespero de cidadãos que esperavam do poder judiciário e da polícia. (AZEVEDO, 2003, p. 56)

ações efetivas para manter a “ordem e o controle das relações escravistas.” (AZEVEDO, 2003, p. 56)



Exemplificando

Requerimentos de escravos e libertos

Requerimento 1:



Diz Ana Maria de Jesus, parda, liberta, e moradora no termo da vila de Santos que fazendo se arrematar como escravo um seu filho forro de nome Flabio, pela Justiça da Vila de São Vicente e estando ela suplicante tratando judicialmente de mostrar a injustiça com que o mesmo fora vendido em hasta pública, demorando-se lhe os deferimentos a respeito deste, mandou-se para Bilhete de Praça para também ser vendida uma sua filha chamada Gertrudes” (Arquivo do Estado de São Paulo, Requerimentos, Pasta 1.1.627, 30.01.1822)

Requerimento 2:

Aos benignos pés de V. Excellência se prosta com toda a submissão e respeito Antônio crioulo casado com Luciana crioula, escravos que foram do falecido Lourenço Rodrigues de Siqueira da Vila de Bragança e de presente escravos de Antônio José delande (...) tem o suplicante sofrido há muitos anos imensos trabalhos e amofinações por respeito de sua mulher com quem o dito meu senhor por fragilidade humana se embaraçou ainda em tempo que vivia sua mulher D. Cristina falecida há cinco para seis anos e muito depois do falecimento dela em até o presente momento por quanto além de o vexar com excessivos serviços da roça e de casa, sem exceção alguma de Domingos, e dias santos de guarda; as comidas não passam de feijão, água e sal, o vestuário nada mais que uma camisa e uma ceroula de algodão para o trabalho e nada absolutamente. (...) e como o senhor tem chegado aos maiores excessos não só de o espancar, como fez em uma ocasião sobre o estomago do suplicante com uma mão de pilão, que o deitou por terra onde esteve quase morto por grande espaço de tempo (...) deseja ser vendido junto com sua mulher a outro senhor que eles escolherem. (Arquivo do Estado de São Paulo, Requerimentos, 1.1.626, 04.08.1819)

Essas duas fontes foram escolhidas para mostrar como escravos e libertos acionavam as autoridades, mesmo antes de muitos de seus direitos serem transformados em leis e do movimento abolicionista ter ganhado força. Ambos documentos são das primeiras décadas do século XIX e mostram a articulação desses indivíduos ao exigirem mudanças. O primeiro requerimento foi feito por uma liberta e seu procurador e faz parte de uma história muito maior, detalhada em muitas folhas. Ana Maria foi alforriada através de um testamento e de acordo com a vontade do falecido, ela teria três anos para pagar a liberdade de seus dois filhos. Porém, ela demorou sete anos, o que fez com que sua senhora entendesse que as crianças ainda eram escravas. Não bastasse a escravidão, a senhora colocou as crianças em leilão público, podendo ser compradas por qualquer pessoa, inclusive por indivíduos que não morassem na cidade, o que separaria a família. Ana, então, avisou as autoridades locais de que seus filhos estavam sendo vendidos, mesmo

sem uma decisão final da justiça. Ela, portanto, além de ter recorrido à justiça para reaver seus filhos, mobilizava-se em outra instância para impedir a venda deles. Recém-libertada, Ana, buscou a justiça como uma forma de impedir os desmandos e abusos de sua ex-senhora.

No mesmo sentido, o Requerimento 2 mostra a luta dos escravos contra os abusos de seus senhores. Antônio e Luciana foram ao juiz da vila de Bragança pedir que fossem vendidos a outro senhor, pois o novo senhor estava perseguindo o casal. Antônio, ao longo do requerimento, parece adotar uma postura de bastante humilde, pedindo clemência e destacando que seria um bom escravo. Porém, vai contra seu senhor, denunciando todos os maus tratos contra ele e sua esposa. Não era alimentado direito, nem vestido. Havia apanhado e sua esposa era obrigada a viver em concubinato. Pedia, então, para que fossem vendidos a outro senhor. Dentro da própria escravidão, Antônio e Luciana buscaram maneiras de se verem respeitados.

A busca pela emancipação enchia os tribunais, mas antes de adentrarmos nas disputas judiciais pela liberdade é necessário esclarecer alguns tipos de alforria. Escravos, ainda bebês, poderiam ser alforriados no dia do nascimento pelos seus senhores. Frequentemente, os senhores entendiam esse ato como benevolente e também constitutivo de sua prerrogativa senhorial que os permitia exercer tal poder. Esse ato ainda pode ser interpretado como uma tentativa de construir uma imagem de piedoso frente à sociedade, pagando, inclusive, para que jornais noticiassem tal alforria. Havia ainda a interferência dos pais das crianças que construíram ao longo de anos um laço de confiança com senhores para que pudessem garantir liberdade a seus filhos (SILVA, 2008). Os escravos poderiam ainda ser alforriados após o falecimento de seus senhores, por meio dos testamentos deixados. Novamente, a alforria concedida não pode ser vista como a vontade do senhor,



imposta de cima para baixo. (...) apesar de constituir um importante instrumento de controle espiritual, público e privado, o testamento é o resultado de uma vida de trocas cotidianas e de experiências compartilhadas entre os mais diferentes sujeitos históricos, interpretadas por eles de maneiras distintas. (FERRAZ, 2010, p. 77)

As alforrias testamentais poderiam ainda deixar os escravos por alguns anos sob condição de servir a um ou mais herdeiros do falecido, prolongando a escravidão por um determinado período, ou poderiam libertá-los sem condição alguma. Havia ainda a possibilidade de se alforriar pagando o seu próprio valor ao senhor.



Assimile

Alforria e seus diversos registros

A liberdade pela alforria é um dispositivo legal. Pode ser concedida solenemente ou não, direta ou indiretamente, expressamente, tacitamente ou de maneira presumida, por ato entre vivos ou como última vontade, em ato particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Mas se não há uma ata, faz-se necessário que haja testemunhas comprovantes da alforria. Em geral, esta é concedida em documento escrito, assinado pelo senhor ou por um terceiro, a seu pedido, se ele é analfabeto. Para evitar contestação, tornou-se hábito que o documento seja registrado no cartório em presença de testemunhas. Com muita freqüência ocorre, porém, que se passem anos entre a concessão da alforria e seu registro em cartório. Muitas delas são outorgadas por manumissão em testamento ou nas pias batismais. (MATTOSO, 1988, p. 177-178)



Todas essas formas de alforria, por vezes, encontravam entraves: herdeiros não concordavam com a liberdade de parte de seus bens, os escravos, e impediam que testamentos fossem cumpridos; escravos tentavam comprar suas alforrias, mas senhores sempre estipulavam preços mais altos; alforrias condicionais eram abusivas demais e mais duradouras do que o combinado. Todos esses entraves eram frequentemente levados à justiça pelos escravos.

Vários [escravos] souberam (...) como conseguir o direito legal à liberdade e, percebendo a possibilidade de alforria, procuravam o auxílio de homens livres, fugiram para



a polícia, se apresentaram às autoridades judiciais e, o que é mais surpreendente, perceberam muitas vezes exatamente o que deviam fazer para conseguir transformar em histórias de liberdade alguns daqueles calhamaços que se encontram até hoje nos cartórios e arquivos públicos” (CHALHOUB, 1990, p. 173-174)

Muitas dessas buscas por emancipação por vias judiciais contaram com a ajuda de abolicionistas que advogavam pela causa. Homens como Luís Gama (1830-1882), André Rebouças (1838-1898) e José do Patrocínio (1854-1905), negros e abolicionistas, pululavam nos tribunais e nos jornais com seus discursos inflamados pela emancipação dos escravos (AZEVEDO, 2003). Muitos outros abolicionistas organizavam fundos particulares, para poderem pagar por alforrias (CASTILHO & CAWLING, 2013).

Esse quadro se intensificou com a aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, depois chamada de Lei do Ventre Livre. Essa lei colocava um fim definitivo na escravidão, decretando – após intensa contenda política – que os filhos das escravas a partir da mencionada data nasceriam livres. Porém, estabeleceu que os menores ficassem até os 21, sob a tutela dos senhores que usufruiriam dos trabalhos desses indivíduos como retribuição pela moradia e alimentação dispendida em suas criações (PAPALI, 2003). Ainda que colocasse os ingênuos, maneira como chamavam os filhos livres das escravas, sob tutela do senhor até atingirem a maioridade, a Lei de 1871 garantiu que escravos tivessem o direito reconhecido de juntar pecúlio – dinheiro para alforria – e de demandar sua emancipação, pagando por sua liberdade (CHALHOUB, 1990).

De acordo com o historiador Sidney Chalhoub, não haveria um sentido único para a Lei de 28 de setembro de 1871 (CHALHOUB, 1999). Se, por um lado, prolongava a escravidão para os ingênuos, por outro, garantia que escravos poderiam juntar pecúlio e pedir por sua alforria. Escravos que não conseguiram negociar sua alforria, via pagamento, com seus senhores tinham respaldo na lei para exigir suas alforrias na justiça, sendo avaliados judicialmente e depositando o pecúlio em juízo (PAPALLI, 2002). Além desses aspectos, criou um fundo de emancipação, que tinha o “objetivo de libertar anual e gradualmente a população cativa mediante indenização pecuniária ao senhor” (PERUSSATO, 2010, p. 123).



Pesquise mais

Para saber mais sobre ingênuos, veja as seguintes obras:

PAPALI, M. A. C. R. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). Annablume: FAPESP, São Paulo, 2003.

ARIZA, M. B. de A. **Mães infames, rebentos venturosos**: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo. 2017. Tese (doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo.

O caminho que a escravidão e a emancipação tomaram ao longo do século XIX não foi nada previsível. Em meio a tantos revezes, os escravos conseguiram arrancar do Estado e dos senhores, determinados direitos. Rebelavam-se, fugiam, iam à justiça, incidindo diretamente no poder senhorial que buscava de todas as formas garantir trabalhadores, ainda que fossem ingênuos.



Refleta

Vivências de liberdade na escravidão

Os escravos poderiam encontrar diferentes formas de ingressar no mundo dos livres, sem, no entanto, lhes ser garantida uma inserção social igual a dos brancos. Nesse sentido, algumas estratégias e predisposições seriam necessárias aos libertos para a consecução de objetivos de mobilidade social. A família aparecia como pré-condição social para o acesso a uma parcela de terra, por exemplo, e para a introdução de um sujeito em uma teia de relações sociais de reciprocidade, solidariedade e aceitação por parte de uma comunidade. Essas estratégias muitas vezes até determinariam o trânsito entre o cativo e a liberdade, e/ou a possibilidade da vivência de experiências de liberdade. (PRADO, 2011, p. 85-86)

Da mesma maneira que alguns historiadores consideravam a concessão de festejos e roçados como uma estratégia de inibir revoltas, outros apontavam que a anuência dada aos escravos para formarem famílias

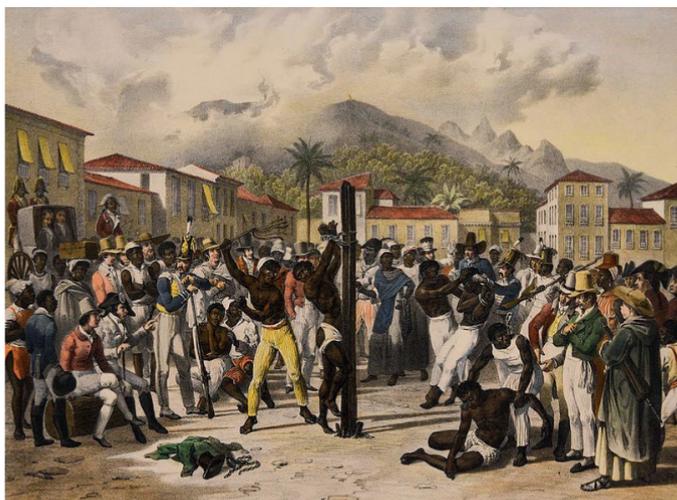
era uma forma de controlar fugas e resistências. Como entender essas concessões, uma luta para vivenciar 'experiências de liberdade' ou uma forma de controlar a escravidão?

Sem medo de errar

Os alunos perguntam se você vai mesmo falar que existiam muitos "Zumbis dos Palmares". Você diz que Zumbi não é bem o tema da aula, já que ele é bem anterior ao século XIX. A sala, então, fica bem desanimada, mas logo você mostra duas gravuras para eles, com o objetivo de explicar que as resistências estavam muito difundidas pelo Brasil.

A primeira é de Johan Moritz Rugendas (1802-1858):

Figura 3.7 | Escravo açoitado

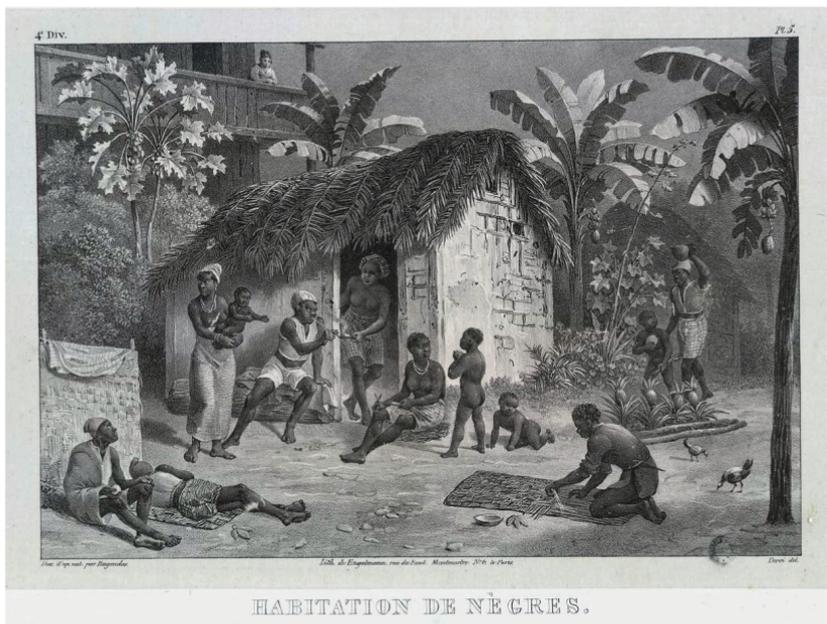


Fonte: <<https://goo.gl/dEz4ea>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

"O que vocês veem aqui?", você pergunta. Eles logo mencionam que eram os castigos dados aos escravos. Você pergunta, por que havia castigo e eles balbuciam algumas coisas, até que um deles responde: "óbvio, era escravidão". Você responde então que havia castigo, porque os escravos constantemente se rebelavam. Deriva da rebeldia, a necessidade de se 'disciplinar' os escravos em praça pública, como retratado por Rugendas. Não aceitavam muitas das condições impostas pelos senhores e que, inclusive, conseguiam negociar algumas 'brechas'

dentro da escravidão, como uma pequena roça, descanso em dias santos e até visitar um parente em uma fazenda perto. A gravura de Rugendas, ainda que retrato da violência, nos traz esse importante questionamento: por que senhores castigavam? Alguns alunos pontuam que era outro escravo que castigava o cativo que estava no tronco. Você concorda com o apontamento e explica que dentro de uma escravaria, o senhor criava uma certa hierarquia entre os escravos, sendo alguns conduzidos a serem 'braço direito' do senhor. Ainda que estivessem em uma posição minimamente melhor que os outros cativos, não deixavam de ser escravos e, por vezes, participaram de revoltas e assassinato de seus senhores. A resistência era cotidiana, na recusa ao trabalho acelerado, na exigência ao respeito a alguns rituais como festejos e cantorias. Nada disso, no entanto, fazia a vida na escravidão ser fácil. Você pontua que na adversidade e violência da escravidão, os cativos buscavam formas de exercer sua humanidade, casando, festejando, cultivando. Mostra, então, a segunda gravura, também de Rugendas: Habitação de Escravos, Biblioteca Nacional.

Figura 3.8 | Habitação de escravos



Fonte: <<https://goo.gl/ux2SwA>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

Você pede então evidências, pistas, retratadas na gravura de negociações feitas por escravos. Seus alunos passam a apontar os escravos descansando no canto esquerdo. Um escravo tecendo esteiras. A família e todos em volta de uma pequena casinha. Você concorda e diz que Rugendas conseguiu colocar diversas negociações dos escravos na mesma figura. Faziam famílias, podiam morar fora das senzalas com seus familiares, tinham o domingo e dias santos para descanso e em seu tempo livre, podiam fazer outras atividades, como tecer esteiras.

Você, então, concluiu que a escravidão era muito mais complexa do que o senso comum nos faz acreditar. Havia maneiras de resistir e negociar com os senhores e muitos escravos tomavam as rédeas dessas negociações interpretando certas permissões dos senhores como costumes e direitos adquiridos.

Faça valer a pena

1. Leia o excerto e as afirmações:



Dos primórdios da colonização até a década de 1870 mais ou menos, isto é, sob vigência do paradigma ideológico colonial, a principal motivação para fugas e revoltas parece ter sido a quebra de compromissos e acordos anteriormente acertados. Existia em cada escravo ideias claras, baseadas nos costumes e em conquistas individuais, do que seria, digamos, uma dominação aceitável. (SILVA&REIS, 1989, p. 68).

- I. Os escravos negociavam frequentemente com seus senhores sobre trabalho, descanso e outras questões.
- II. A referência, no excerto sobre a década de 1870, é uma indicação no recrudescimento das leis que acabavam por dificultar a ida de escravos à justiça.
- III. A referência, no excerto sobre a década de 1870, é uma indicação para um aumento no número de ações pela emancipação.
- IV. Após a década de 1870, queixas cotidianas deixaram de pautar a luta dos escravos, passando a importar a emancipação plena.
- V. Após a Lei de 1835 que previa a pena de morte para escravos que atentassem contra seus senhores, a violência diminuiu.

Assinale as afirmações corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, III, V.

2. Leia o trecho escrito pela historiadora Sheila de Castro Faria:

[A] alforria cartorária, a das cartas de alforria, não era a única forma de um escravo ter sua liberdade legalizada. Havia também as alforrias nos testamentos ou codicilos, na pia batismal, essa última quase sempre de crianças, e as cartas, ou papéis particulares, não registradas em cartório. Todos eram meios legais de se obter e provar a liberdade. (FARIA, 2007, p.16)

Sobre o trecho e o período, é correto afirmar que as alforrias:

- a) Podem ser interpretadas como concessões senhoriais a escravos cujo comportamento eram exemplar.
- b) Por pecúlio, isto é, por pagamento de certa quantia juntada pelo escravo, passou a vigorar após 1871.
- c) Eram de diversos tipos, mas tinham em comum os escravos crioulos, nascidos no Brasil.
- d) Não poderiam ser compradas por membros da família.
- e) Eram de natureza diversas, concedidas a escravos recém-nascidos e àqueles que pagavam por ela.

3.

Marcada por contradições e questionamentos, a escravidão sobrevivia e vivia para submeter e violentar os corpos e mentes dos homens e mulheres que ela subjugava. Mas nunca pôde vencê-los totalmente como o provam os reiterados documentos que registram as ações e reações daqueles sujeitos em eterna busca por espaços de autonomia e liberdade, fossem quais fossem os significados que eles lhe atribuísem. (ALVES, 2015, p. 295)

Sobre o trecho e a escravidão, é correto afirmar:

- a) As lutas e resistências dos escravos tiveram pouco efeito pois “a escravidão sobrevivia e vivia para submeter e violentar os corpos e mentes dos homens e mulheres”.
- b) Escravos buscavam constantemente formas de ter maior autonomia e também liberdade, porém os senhores, para manter seu poder, não faziam qualquer concessão.
- c) As negociações entre senhores e escravos eram frequentes e era comum que, quando os cativos se deparavam com um ponto de inflexão, procurassem as autoridades e a justiça.
- d) Autonomia e liberdade foram pretensões abolicionistas ensinadas aos escravos que após essa influência intelectual buscaram a justiça para se emancipar.
- e) Eram muitas as evidências das “ações e reações” desses sujeitos, porém o tempo destruiu grande parte dela, impedindo novos estudos.

Referências

ALVES, M. C. **Quando falha o controle**: crimes de escravos contra senhores. Campinas, 1840/1870. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANDRADE, M. F. Rebelião escrava no Sudeste do Império do Brasil: a revolta de Carrancas - Minas Gerais (1833). In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26, 2011, São Paulo.

ARIZA, M. B. de A. **Mães infames, rebentos venturosos**: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo. 2017. Tese (doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

AZEVEDO, E. **O direito dos escravos**: Lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX. 2003. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. **Entre escravos e doutores**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. 1997. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CASTILHO, C.; COWLING, C. Bancando a liberdade, popularizando a política: abolicionismo e fundos locais de emancipação na década de 1880 no Brasil. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 47, p. 161-197, 2013.

CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FARIA, S. de C. A riqueza dos libertos: os alforriados no Brasil escravista. In: CHAVES, C. M. das G.; SILVEIRA, M. A. (orgs.) **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte/Brasília: Argvmentvm/CAPES, 2007.

FERRAZ, L. M. **Entradas para a liberdade**: formas e frequência da alforria em Campinas no século XIX. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MATOSSO, K. M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

PAPALI, M. A. A Legislação de 1871, o Judiciário e a Tutela de Ingênuos na Cidade de Taubaté. In: **Revista Justiça & História/Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul**, v. 2, n. 3, Porto Alegre: Tribunal de Justiça, 2002, p. 195-218, 2002.

PAPALI, M. A. C. R. **Escravos, libertos e órfãos**: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). Annablume: FAPESP, São Paulo, 2003.

PRADO JUNIOR, M. B. Conflitos e estratégias sociais em torno da liberdade: famílias escravas em Mangaratiba no século XIX. In: Martha Abreu; Matheus Serva Pereira. (Org.). **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF., 2011, v. 1, p. 73-94.

SILVA, E.; REIS, J. J. **Negociação e conflito**: resistência negra no Brasil escravista, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

SILVA, C. L. da. O serviço mais íntimo e delicado: aspectos do universo da escravidão doméstica e algumas formas de conquista de alforria. **Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano 1, v. 1, n. 1, p. 89-110, 2008.

STEIN, S. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba com referência especial ao município de Vassouras**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

O Império em disputa

Convite ao estudo

Aluno, seja bem-vindo a mais uma unidade! Vamos caminhar pelas últimas décadas do Brasil Imperial e entender os motivos que levaram à proclamação da República em nosso país. Veremos que a história do Brasil Imperial não pode ser exclusivamente desenhada com política ou economia, pois o surgimento de novos pensamentos e teorias incidiram diretamente nos eventos históricos. Positivistas, republicanos e liberais formularam questões duras à permanência da monarquia, desafiando diretamente o poder monárquico. A presença de teorias e de diversas formas de analisar a sociedade transformou também o mercado de trabalho livre; teorias raciais e racialização dos discursos contribuíram para o aumento do preconceito e na formação de uma agenda de imigração europeia com fins claros de embranquecer a população. É, portanto, salutar entender como esses pensamentos se articularam para a queda do império e a ascensão de um país republicano dando origem ao Brasil que entraria no século XX.

Como já deve estar claro para você, estamos abordando aqui questões centrais para entender a formação do Brasil contemporâneo. Temas como racismo e identidade nacional, por exemplo, sempre estarão presentes em debates políticos ou em sala de aula – e é fundamental que você tenha condições de mobilizar fontes e historiografia para enriquecer essa discussão com uma visão mais aprofundada e propriamente histórica dessas questões.

Veremos que a própria disciplina *História* se tornou central para o debate político já no XIX: o “século da história”, ao

construir uma narrativa para o país, buscou provê-lo não apenas de uma interpretação de seu passado, mas também de uma identidade e, assim, de um projeto de futuro. Quem é o brasileiro pensado pelas elites políticas e intelectuais do Império e da República? Como a resposta dada a essa questão há mais de um século ainda reverbera em diferentes narrativas sobre o passado nacional? Como podemos utilizar a historiografia para debater as diferentes versões simplistas que povoam a internet, o imaginário de estudantes e publicações amadoras?

Seção 4.1

O debate intelectual do final do XIX

Diálogo aberto

Especialmente no Sul e Sudeste do país abundam homenagens, museus e monumentos aos imigrantes europeus. É curiosamente comum, além disso, que pessoas que expressam destacada aversão à presença de imigrantes vindos de países orientais, africanos ou de vizinhos latino-americanos tenham grande orgulho de narrar a presença de imigrantes europeus em sua genealogia. Em resumo: há uma narrativa profundamente positiva para a vinda dos trabalhadores **brancos** no imaginário nacional, que raramente questiona as motivações e debates racistas que constituíram esse processo e auxiliaram para a sua elevação e manutenção como uma passagem heroica da história brasileira. A imigração de europeus é vista, com frequência, dentro e fora de aula, como a única solução para que a economia brasileira se desenvolvesse, pois esses trabalhadores e trabalhadoras seriam mais especializados e “acostumados” ao trabalho industrial do que os brasileiros.

Nesse cenário, consideremos a seguinte situação: você estava se preparando para iniciar sua aula sobre imigração quando alguns alunos, querendo mostrar conhecimento, começam a falar sobre o assunto e acabam por reproduzir muitos preconceitos e explicações rasas. Afirmam que os imigrantes eram necessários, dada a inferioridade do brasileiro. Quando perguntados sobre a fonte daquelas opiniões, eles dizem que assistiram a um famoso autor de livros de história que também é *youtuber* dizendo isso e “que ele tinha novas abordagens, muito mais críticas que os livros chatos da escola”. Você, então, explica que esses argumentos encarados por eles como novidades são, na verdade, muito antiquados e não encontram mais espaço entre pesquisadores profissionais, teses e livros acadêmicos de história – e, por isso, essas antigas ideias não aparecem nem no livro didático.

Essas falas lembram, como você explica, os argumentos utilizados pelos políticos racistas que defendiam o embranquecimento da

população brasileira. A caricatura dos políticos foi proposital para causar choque nos jovens alunos que ficaram desconfortáveis com a situação. Como seguir com essa aula/debate? Como mobilizar fontes e historiografia para demonstrar aos estudantes às raízes historicamente racistas dessa argumentação a respeito da imigração europeia? Como evitar que uma história construída de análise, método e debate acadêmico seja vista apenas como “uma versão chata” diante da narrativa contada pelo tal autor/youtuber?

Não pode faltar

Na segunda metade do século XIX, o império recentemente criado ganhava elementos de discursos nacionalistas, que imaginavam uma nação coesa, homogênea. O processo pelo qual nosso país passava era comum a vários outros e se baseava na projeção de um futuro civilizado, seguindo ideais europeus. Para que o progresso pudesse ser atingido, acreditava-se que as diferenças deveriam ser aplainadas para o bem de uma ordem maior que conduziria ao desenvolvimento. Para atingir essa civilidade e o desenvolvimento pretendido, havia de se terminar com a escravidão no país e, até mesmo, apagar os rastros deixados pela população cativa.



Refleta

Nacionalismo: uma construção perigosa



A identificação das nações fundamentada na ideia de raça, assim, suplantou, ao final do século XIX, o nacionalismo cultural elaborado pelo romantismo, no qual a língua nacional era o elemento fundamental, juntamente com o folclore demarcador das “tradições populares”. Muitos nacionalismos, então, descobriram o que Hannah Arendt (1976) chamou de “nova chave da história” – o racismo. Este termo designa as doutrinas que afirmaram a desigualdade das raças humanas partindo dos pressupostos que a cultura é biologicamente determinada. A ideia

de raça construída sobre hierarquias denotando desigualdade dominou o pensamento social em muitos lugares, inclusive no Brasil. Foi respaldada, em parte, pela ciência, principalmente pela Antropologia Física empenhada em classificar a humanidade em tipos naturais, arbitrando certas características fenotípicas por suas frequências em diferentes grupos humanos; mas, igualmente, por alguns estudiosos do campo das ciências sociais e humanas, que usaram e abusaram da metáfora darwinista da “sobrevivência dos mais aptos” e que inventara a Eugenia para sugerir políticas públicas que, entre outras coisas, implicavam limpeza étnica. (SEYFERTH, 1996, p.42)

Nesse pequeno trecho, vemos a autora apontar a construção de nacionalismos a partir de elementos como a “língua” e o “folclore” e, posteriormente, ser fundado no racismo, o que nos leva a questionar: o quanto de nosso nacionalismo é e foi construído em uma coesão imaginada a partir da “língua” e de um “folclore” comum? E quanto de nosso nacionalismo tem fundamentos no racismo?

Fundante para esse tipo de discurso estava também a união da “nação em termos biológicos” (SCHWARTZ, 1993, p. 166). No Brasil, essas constatações ganhavam diferentes contornos, uma vez que, para os cientistas brasileiros, o país tinha uma “raça mestiça”, ou seja, diametralmente oposta ao que pensadores do nacionalismo argumentavam. Uma raça coesa, homogênea, nada se parecia com uma raça mestiça.

Se falar na ‘raça’ parecia oportuno – já que a questão se referendava empiricamente e permitia certa naturalização de diferenças, sobretudo sociais –, o mesmo tema gerava paradoxos: implicava admitir a inexistência de futuro para uma nação de raças mistas como a nossa. (SCHWARTZ, p. 166)

É importante pontuar, no entanto, que a discussão sobre raça não começou apenas com o avanço das teorias nacionalistas ou do determinismo, por exemplo. Já na década de 1840, a ideia de que o Brasil havia sido formado por três raças ganhava ares científicos. Um dos primeiros e principais pensadores a divulgar essa ideia no país foi **Carl F. P. von Martius (1794-1868)**, autor de um ensaio premiado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1843 (MONTEIRO, 1996, p. 16). De acordo com essa ideia, o Brasil seria formado por três raças: indígena, africana e europeia.



Assimile

Debates sobre raça e civilização mudam de enfoque ao longo do século XIX



O que estava em jogo, evidentemente, era a caracterização do Brasil enquanto país civilizado ou, pelo menos, como um país capaz de superar o atraso e as contradições para alcançar um lugar ao lado das luminosas civilizações do hemisfério norte. Intrinsecamente amarrada aos problemas do índio e da escravidão, a perspectiva de se atingir tal estado dependia, em última instância, da incorporação ou da eliminação (e substituição, no caso dos escravos) destes elementos. No entanto, pelo menos enquanto ainda vigorava a escravidão, o debate em torno das ideias de “raça” e “civilização” fixava-se prioritariamente no índio. (MONTEIRO, 1996, p. 17)

Os indígenas, de acordo com Martius, não permaneceriam por muito tempo como componentes da civilização brasileira, tendo a extinção como seu futuro. Antes do século XIX, pensadores e acadêmicos, em geral, defendiam que todos os povos poderiam progredir, porém, no desenrolar daquele século, diferenças inatas, incapacidades e poucas habilidades apareciam como indicadores de que certos povos não poderiam avançar como os demais (BANTON, 1979, p. 76). Vale lembrar que a escravidão foi, por muito tempo, justificada como uma forma de apresentar aos africanos ao deus cristão. Esse tipo de abordagem foi sendo paulatinamente substituída

ao longo do século XIX por análises raciais preconceituosas que apenas reiteravam o discurso colonial europeu. Podemos dizer que antes da ascensão do racismo, como entendemos hoje e do fortalecimento das teorias raciais, o país passou por um processo de *racialização*, isto é, de “pôr a ideia de raça em ação, estabelecer distinções a partir de concepções de raça” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 104).

À medida que o século passava, as análises sobre os indígenas ganhavam novos contornos. Essa abordagem reverberava também nas análises feita por cientistas do Museu Nacional. As conclusões que chegavam após analisar os crânios de diversos indígenas apontavam para pouquíssima ou qualquer evolução da “raça”. (MONTEIRO, 1996). Nessa visão “pessimista da ciência”, nem mesmo a superioridade física, anteriormente imputada aos “selvagens” se verificaria, passando os indígenas a serem considerados muitos inferiores à “raça branca” (MONTEIRO, 1996). Veremos, então, instituições importantes, como Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Museu Nacional, e faculdades de medicina, como a de Pernambuco, defendendo teorias sobre raça e desenvolvimento.

Como você já deve ter entendido, quando se discutia “raça”, discutia-se também os rumos do país. De maneira muito intensa e profunda, vemos, então, as discussões em torno da “raça” e dos projetos políticos atreladas com a “questão servil”, isto é, o futuro da escravidão. As raças, “mestiça” ou “negra”, eram frequentemente descritas de modo negativo, como empecilhos do desenvolvimento da nação.

No Brasil, principalmente a partir da década de 1870, ilustres intelectuais — entre eles Sílvio Romero (1851-1914), Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906) e Euclides da Cunha (1866-1909) — haviam encontrado na noção de raça a chave da história”, sendo através dela “possível explicar o passado, descrever o presente e prever o futuro da nação. (KERN, 2016, p. 5)

Antes de continuarmos a analisar como essas concepções afetaram diretamente os rumos e as políticas estatais do Brasil, é importante analisarmos essas “escolas” e suas concepções sobre raça.

Fundamentais para a construção da nação e presentes na Europa desde o meado do século XIX, as teorias raciais no Brasil tiveram “uma

entusiasmada acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da reduzida elite pensante nacional” (SCHWARCZ, 1993, p.14). A mencionada acolhida, descrita pela historiadora Lilia Schwarcz, daria-se, então, na década de 1870, por alguns motivos. Primeiramente, a lei de 28 de setembro de 1871, chamada de *Ventre Livre*, já anunciava o fim da escravidão. Nesse mesmo período, se dá o fortalecimento de um pensamento e ideário positivo-evolucionista, bastante marcado pelas concepções que trabalharemos mais adiante. Além desses dois elementos, a própria figura do Monarca, D. Pedro II, era bastante representativa dos rumos que a ciência tomava à época. Ele, um grande entusiasta de descobertas científicas, era um incentivador das ciências (SCHWARCZ, 1993).

O cenário fértil estava montado para receber pensamentos, teorias e conceitos que fomentariam as teorias raciais. Essas concepções baseavam-se em estudos de pensadores e cientistas da Europa, principalmente **Charles Darwin (1809-1882)** e, mais tarde, **Herbert Spencer (1820- 1903)**. A teoria de Darwin provou a existência da evolução das espécies através da seleção natural, ou em outras palavras, a sobrevivência daquelas mais aptas ao meio ambiente. Ao longo de milhares de anos, a seleção natural iria originar espécies superiores. Não demorou muito para que essa teoria se transformasse em uma visão deturpada de mundo, o *Darwinismo Social*. A influência de Spencer foi central para a articulação da teoria de Darwin com o evolucionismo chamado de social (KERN, 2016). Em resumo, em afinidade com o pensamento liberal, Spencer, em sua teoria do darwinismo social, defendia o *laissez-faire*, a intervenção mínima do Estado no capitalismo para que assim apenas os indivíduos mais aptos e superiores venceriam a disputa social, tal qual as espécies mais adaptadas na seleção natural.

O surgimento de uma teoria como a de Darwin foi uma importante cisão do século XIX. Até meados do século XIX, a visão monogenista era a dominante, ou seja, predominantemente, acreditava-se que a humanidade tinha um passado comum, uma origem e não se baseava em uma noção de evolução (SCHWARCZ, 1993). Essa percepção, no entanto, não impedia que seus defensores hierarquizassem raças e povos e atribuíssem níveis diferentes quanto à capacidade mental ou física. **Louis Agassiz (1807-1873)**, viajante e fotógrafo, foi um importante representante dessa visão.



Leia os dois trechos retirados do livro *Viagem ao Brasil (1865-1866)* de Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz:

Os naturalistas podem bem diferir de opinião sobre a origem das espécies, mas um ponto há em que estão de acordo: é que o produto do que se chama duas espécies diferentes é um ser intermediário participando ao mesmo tempo dos traços próprios de cada qual dos progenitores, sem ter com um ou outro uma semelhança tão estreita que se possa confundi-lo com este ou aquele ou considerá-lo como o representante fiel de um dos dois. Detenho-me nesse fato, cuja importância é extrema quando se trata de determinar o valor e a significação das diferenças observadas entre as chamadas raças humanas. Deixo de lado a questão da origem provável ou mesmo do número dessas raças. (...) Sabemos que, entre os animais, quando dois indivíduos de sexo diferente e de espécie distinta concorrem na produção de um novo ente, esse híbrido não apresenta uma semelhança exclusiva nem com o pai nem com a mãe e participa do caráter de ambos. Não me parece menos significativo que tal fato seja igualmente verdadeiro para com o produto de dois indivíduos de sexo diferente, pertencendo a raças humanas distintas. O filho nascido de uma preta e de um branco não é nem preto nem branco, é um mulato; o filho de uma índia e de um branco não é nem um índio nem um branco, é um mameluco; o filho de uma negra e de um índio não é nem um negro nem um índio, é um cafuzo. Cafuzo, mameluco e mulato participam dos caracteres de seus autores tanto quanto a mula participa dos do cavalo e da jumenta. (...)O resultado de ininterruptas alianças entre pessoas de sangue misturado é uma classe de indivíduos em que o tipo puro desapareceu, e com ele todas as boas qualidades físicas e morais das raças primitivas, deixando cruzados, que causam horror aos animais de sua própria espécie, entre os quais não se descobre um único que haja conservado a inteligência, a nobreza, a afetividade natural que fazem do cão de pura raça o companheiro e o animal predileto do homem civilizado. (AGASSIZ, 2000, p. 286-287)

O casal Agassiz fez uma viagem ao Brasil durante a qual descreveram populações e, a partir de seus relatos, é possível analisar as teorias raciais. Logo no início das considerações, fica visível o debate travado entre Agassiz e outros acadêmicos quanto à origem das espécies. Ele argumenta que, por mais que haja discordância na questão da origem, se poli ou monogênica, seria preciso concordar sobre os malefícios da produção de um descendente entre duas raças diferentes. Para ele, portanto, brancos, indígenas ou negros não fariam parte da mesma raça e qualquer intercurso entre eles resultaria em um "híbrido" que não teria nada de parecido com o pai e a mãe e não compartilhando do "caráter de ambos". Não conservaria nenhum dos elementos positivos das raças envolvidas. A degeneração aparece, portanto, como resultado único da relação entre diferentes raças. Ainda que inferiores, os indígenas e negros, se de um tipo "puro" guardariam certas qualidades, "físicas e morais das raças primitivas", mas que estariam em perigo se houvesse o cruzamento entre as raças.

Os poligenistas acreditavam e defendiam que a humanidade tinha origens diversas, o que justificaria as diferenças entre as raças. Dessa maneira, em suas origens, as raças teriam diferenças biológicas e intransponíveis. Dessa mesma abordagem, derivavam outras análises bastante deterministas, como a *antropologia criminal* e a *frenologia* que supunham uma determinada capacidade intelectual e social de acordo com proporções cerebrais, aspectos faciais e também corporais.



Pesquise mais

Para saber mais sobre Louis Agassiz, veja o livro:

MACHADO, M. H. P. T. e HUBER, S. (Orgs.). **(T)races of Louis Agassiz: Photography, body and science, yesterday and today/ Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje.** São Paulo: Capacete Entretenimentos, 2010.

De certa maneira, a teoria evolucionista proposta por Darwin encerrava parte do debate entre poli e monogenistas, uma vez

eliminava o criacionismo da ciência, porém acabou por agradar ambas as visões, já que proporcionava “uma justificação ainda melhor para o racismo de que ambas compartilhavam” (GOULD, 1991, p. 65).



Assimile

Racismo: teorias raciais as elites intelectuais e as classes governantes

O racismo europeu, no século XIX, foi institucionalizado e esmagadoramente majoritário na opinião das elites cultas e das classes governantes. Naquela época, a situação era diametralmente oposta à atual: quase todos os cientistas eram racistas convictos. Hoje, à distância, é até divertido desmascarar a evidentíssima parcialidade, a autocomplacência, o desleixo teórico e metodológico, as facilidades investigativas, as generalizações abusivas daquele racismo doutoral... Mas não basta apelidá-lo de pseudociência ou considerá-lo indigno da nossa memória, como se ele tivesse sido apenas um equívoco inconseqüente de homens no entanto ilustres. Pois o racismo ilustre teve pesadas conseqüências, foi provedor e legitimador de várias doutrinas políticas agressivas, atentatórias aos valores democráticos da sociedade moderna, funcionou, em resumo, como ideologia, isto é, uma lógica de intervenção no social, a qual, além do mais, desempenhou um papel político fundamental na grande reestruturação que estava tendo lugar na Europa nas últimas décadas do século XIX. (SILVEIRA, 2000, p. 89)

Outra importante visão, bastante difundida entre os brasileiros foi a do francês **Joseph-Arthur de Gobineau** (1816-1882), cuja obra – *Ensaio sobre a desigualdade da raça humana* – propunha uma perspectiva extremamente negativa da miscigenação. Para esse pensador, a miscigenação traria sempre a degeneração racial do grupo superior, branca europeia. Gobineau além de defender a origem poligenista, criou o conceito de *degeneração da raça*. De acordo com ele, a miscigenação degradaria a raça humana e impediria o progresso. Essa perspectiva encontrou bastante eco entre os pensadores brasileiros que viam a mestiçagem como um obstáculo frequente para a nação.

Essas concepções fortaleciam o *Darwinismo Social* na medida em que muitos de seus pensadores defendiam as diferentes raças humanas terem origem diferentes, assim como níveis de inteligência e força, o que tornava a miscigenação sempre negativa (SCHWARCZ, 1993). Muitos deles comparavam a miscigenação com a reprodução entre espécies diferentes na natureza, que resultavam em descendentes híbridos, incapazes de procriar e, portanto, inferiores.



Exemplificando

Figura 4.1 e 4.2 | "Escravos"



Fonte: Biblioteca Nacional, Escravos, de Christiano Junior, [1864-1866]

Figura 4.3 | "Homem com deformidades nos membros inferiores"



Fonte: Biblioteca Nacional, Carte Cabinet – *Homem com deformidades nos membros inferiores – depois*, de Christiano Junior, J. Menezes e Bernardo Pacheco José, Rio de Janeiro (188-).

Essas são três fotos tiradas no estúdio de Christiano Júnior, famoso fotógrafo que tinha seu estúdio no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. Ambas as fotografias estão em suporte, isto é, em material que lhes possibilitavam serem dadas de presente. Ou seja, os autores dessas fotos as vendiam para curiosos. De acordo com Pedro Karp Vasques, o fotógrafo fazia com frequência anúncio propagandeando a sua grande diversidade de “tipos pretos” que serviriam como boas lembranças àqueles que viajavam à Europa (VASQUES, 2002). Portanto, além do exotismo figurado na escolha dos modelos, a escolha também em fotografar pessoas com deformidades retrata o interesse da época em perseguir desvios das “raças”, as “degenerações” defendidas por Gobineau.

As teorias raciais foram centrais nas discussões sobre a imigração e a questão servil. “Durante toda a década de 1870 os temas do negro livre e do imigrante ideal nortearam os debates dos deputados provinciais” (AZEVEDO, 1987, p. 109). Como vimos, a Lei de 28 de setembro de 1871 decretou o fim da reprodução da escravidão e o debate sobre a substituição do escravo e trabalhador livre tomou grande parte das discussões das tribunas, muito antes mesmo da abolição.

Com o avanço das teorias raciais, mudaram também as perspectivas sobre a imigração. Os primeiros projetos e efetivações de políticas imigrantistas aconteceram nas primeiras décadas do século XIX, porém atraíram um número muito diminuto de estrangeiros. Os projetos imigrantistas tinham um caráter muito diferente do que se adquiririam décadas mais tarde. Ainda no início do século, a imigração tinha como objetivo preencher vazios demográficos, aumentando a ocupação territorial. Objetivava também a “formação de núcleos coloniais” com os estrangeiros sendo pequenos proprietários e por vezes trabalhadores (MENDONÇA, 2012, p. 65-66).

Foi apenas na segunda metade do mencionado século que as discussões sobre imigração tomaram novo fôlego, também por conta da Lei 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras, que “tornou mais fácil a expedição de títulos de propriedade para estrangeiros” (SEYFERTH, 1996, p. 44). Simultaneamente, os debates parlamentares ainda imaginavam soluções para a questão servil. Para muitos políticos, a emancipação seria a única maneira de tornar o país civilizado. Assim, o trabalho livre, sempre associado ao trabalhador branco europeu,

seria a solução para o incômodo secular da escravidão e para os malefícios que dela resultaram. (SEYFERTH, 1996).

Antes dos avanços das teorias raciais, a desqualificação dos negros e dos indígenas era feita em relação a uma imaginada imoralidade e da incapacidade de se transformar em trabalhadores livres. A superioridade dos europeus ainda não seguia critérios raciais, mas a um passado idílico no qual os imigrantes da Europa estariam acostumados ao trabalho rural, devido a sua história camponesa (SEYFERTH, 1996). A partir de 1870, no entanto, os discursos sobre a imigração tornaram-se carregados de elementos das teorias raciais. **Os imigrantes eram vistos como salvadores da raça brasileira, pois, após certo tempo e através do branqueamento, supostamente tornariam o fenótipo do brasileiro em branco (SEYFERTH, 1996). Vale lembrar que, quando os políticos pensavam uma política imigrantista, incluíam apenas os europeus brancos.**

A superioridade do imigrante branco europeu foi tratada frequentemente nos debates parlamentares em oposição à vadiagem, inata ao trabalhador nacional por causa de sua inferioridade racial. (AZEVEDO, 1987). Além das características negativas que os cativos carregariam, pela sua raça inferior, a própria instituição da escravidão teria sido responsável por diversos males trazidos para a sociedade brasileira (AZEVEDO, 1987). O juiz e deputado, Silvio Romero era ainda mais radical em seu "racismo aberto", chegando a defender, por causa da incapacidade e selvageria dos cativos, estes deveriam ser mantidos na escravidão. Para ele, o cativo "deveria continuar até que tivesse sucumbido no terreno econômico pela concorrência do trabalho livre" imigrante (AZEVEDO, 1987).



Pesquise mais

Para saber mais como a raça e a miscigenação eram tratadas em outros países, leia os seguintes trabalhos:

BRITO, L. da C. O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 107-130, 2016.

XAVIER, G. **Branças de almas negras?** Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). Tese. (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2012.

Os imigrantes despontam, então, como uma dupla solução: substituiriam os emancipados que eram imaginados como incapazes de se tornarem trabalhadores livres e ainda embranqueceriam a população, apagando os traços de uma sociedade mestiça. **Os imigrantes serviriam, portanto, como mão de obra, tomando lugar dos “desclassificados” e “desqualificados” negros e, simultaneamente, por meio dos casamentos com a população local, acabariam por branquear o país.** Alguns parlamentares, como **Rui Barbosa (1849-1923)**, acreditavam e defendiam, no entanto, que os libertos deveriam ser educados para que pudessem se conformar ao trabalho livre (ALBUQUERQUE, 2010). Ainda que esses políticos parecessem um tanto mais progressistas do que aqueles que defendiam a vinda de imigrantes a partir das teorias raciais, esses parlamentares, como Barbosa, acabavam por reeditar o poder senhorial sobre a população emancipada (ALBUQUERQUE, 2010).

Alguns outros parlamentares para poderem justificar a vinda de imigrantes baseavam seus discursos em uma hipotética falta de braços no Brasil. Porém, “tratava-se sempre de uma asserção genérica, sem fundamentos quantitativos, no mais das vezes feita em função de necessidades específicas regionais ou então de interesses especificamente imigrantistas” (AZEVEDO, 1987, p. 136)

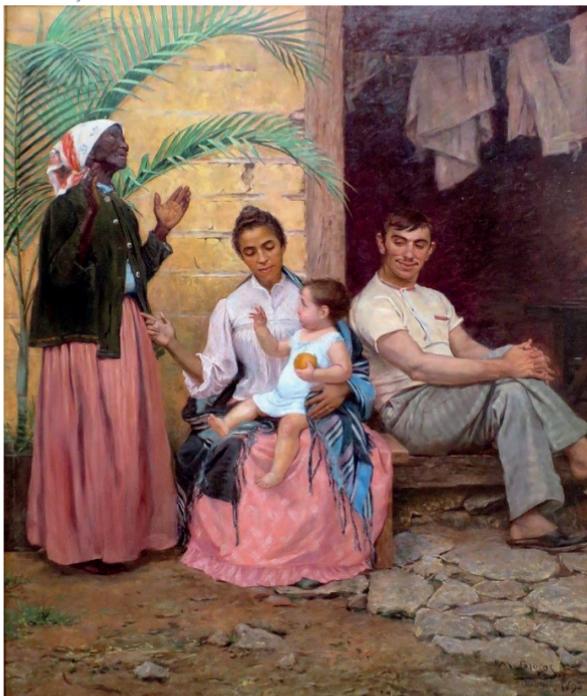
Vimos, portanto, que houve um processo paulatino de racialização, ou seja, de usar a raça para definir e categorizar grupos sociais e, principalmente, a partir de 1870, esses apontamentos ganharam bases supostamente científicas a partir das teorias raciais. Em um país como o Brasil, com uma população escrava em grande número e uma população livre majoritariamente negra, vimos uma articulação importante entre as classes governantes, pensadores e intelectuais na defesa de uma ideologia que colocou cativos, como os indígenas, de forma inferiorizada. A eles era, inclusive, negado o futuro do país. Apenas imigrantes europeus brancos poderiam conduzir o Brasil para seu futuro civilizado.

Sem medo de errar

Nosso trajeto ao longo do tema permite, como você deve perceber, demonstrar as raízes racistas de qualquer discurso que pressuponha a superioridade dos imigrantes europeus em nossa história. Lembre-se de que seus alunos inicialmente não acreditavam

que as considerações do *youtuber* e as opiniões que tinham proferido na sala de aula poderiam ser algo “antigo”. Diziam eles que tais ideias eram “modernas” e que viram essas opiniões em um canal que pretendia confrontar a “velha opinião dos professores de história”. Além de todo o exposto nesta seção, você poderia ainda usar das seguintes fontes: um famoso quadro e o texto abaixo.

Figura 4.4 | A redenção de Cam



Fonte: Museu Nacional do Rio de Janeiro, Modesto Brocco, *A redenção de Cam*, 1895.

Trecho do discurso do deputado paulista Aguiar Whitaker em 1869:



As duas raças, latina e saxônica, hão de produzir alguma coisa melhor (...) quero ir gradualmente, isto é, trazendo o estrangeiro precipitadamente para a província de São Paulo, porque eu, primeiro que tudo, sou paulista. Venha, pois o estrangeiro, sr. Presidente, façamos tudo quanto estiver ao nosso alcance para chama-lo, e mais tarde teremos a restauração de nossos foros. (AZEVEDO, 1987, p. 140)

Você, então, pede que seus alunos relacionem o trecho e o quadro. Alguns podem perceber prontamente as semelhanças entre o discurso do parlamentar do século XIX com a fala dos próprios colegas. Como professor, você aproveita e explica que o quadro é um bom resumo dos debates parlamentares. Apresenta, em síntese, a política de branqueamento. A avó, negra, provavelmente ex-escrava, agradece aos céus o nascimento de seu neto branco. Sua filha – a mulher que tem a criança no colo – ainda não era branca, mas tivera a criança com um imigrante, tendo para si um filho branco. A velha não calça nenhum sapato, em uma alusão, à escravidão. A moça, por sua vez, tem sapatos. Você pode perguntar se os estudantes conhecem a história de Cam, pois o título da obra é uma referência à Bíblia: a maldição ao filho de Noé, Cam que, por ter rido de seu pai quando este último estava bêbado e nu, foi obrigado a ser escravo de seus irmãos. Os elementos presentes no quadro e também no nome ajudam a completar a análise. O quadro era, portanto, como uma ode ao braqueamento posto pelos projetos de imigração. Assim como no trecho do parlamentar, que esperava que os imigrantes pudessem “produzir alguma coisa melhor”, o quadro trazia o produto da relação entre a sociedade brasileira e o imigrante: uma criança branca.

Finalmente, os alunos têm subsídios para entender que os comentários de seus colegas não tinham, portanto, nada de novo. Pior, reproduziam ideias racistas de mais de um século de idade. A essa altura, deve estar claro para os estudantes que eles não podem acreditar mesmo em tudo que veem na internet. Precisam questionar e entender as nuances da história.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho e depois analise as afirmações:

Romero via o Brasil como resultado de três vertentes raciais – o europeu branco, o africano negro e o índio nativo. Os pareceres que externou sobre cada uma delas não eram nada encorajadores. Com relação à cepa branca particular (‘greco-latina’) que fora para o Brasil – por meio dos portugueses – , abraçava a mesma opinião dos românticos que popularizaram o nacionalismo cultural, isto é, que era inferior ao ramo



'germânico-saxão'(...) Os índios eram por ele considerados 'certamente os mais decaídos na escala etnográfica'. Com seu baixo nível cultura, em quase nada tinham influenciado a cultura brasileira. Os africanos eram descritos como 'derrotados na escala etnográfica'. (SKIDMORE, 2012, p. 76)

- I. A análise de Romero quanto às raças formadoras do povo brasileiro é bastante representativa da ideologia presente da época.
- II. Intelectuais, cientistas e integrantes da classe governante compartilharam e reinterpretaram muitos dos conceitos e ideias fundantes das teorias raciais do século XIX.
- III. A teoria da Evolução de Darwin foi importante para provar que todos os seres humanos teriam a mesma origem, inviabilizando, portanto, discursos racistas.
- IV. O racismo presente nas teorias raciais ficou restrito a análises científicas, a ambientes acadêmicos e museus.
- V. O elemento de superioridade era o europeu branco para muitos parlamentares e cientistas da época.

Assinale as afirmações corretas:

- a) I, II e III.
- b) I, II, III e V.
- c) I e II.
- d) I, II e V.
- e) I, II e IV.

2. Leia o trecho do Professor Petrônio Domingues:

Além da defesa do trabalho livre e da condenação do trabalho escravo, esse setor do movimento abolicionista fazia apologia da "arianização" do país. Após a abolição, as teorias de branqueamento adquiriram maior vigor, principalmente em São Paulo, onde políticas públicas foram implementadas em nome da evolução natural e espontânea do quadro étnico em direção ao branqueamento. (DOMINGUES, 2004, p. 41)

Sobre os debates em relação à imigração e a questão servil no século XIX, é correto afirmar que:

- a) os imigrantes europeus, desde o início do século, eram pensados como uma solução para a falta iminente de mão de obra em terras brasileiras.

- b) as discussões parlamentares, assim como o restante da sociedade, racializaram a questão servia ao longo do século XIX, colocando o negro e o indígena como empecilho para a evolução do país;
- c) muitos parlamentares defendiam que a escravidão não seria um problema para o país se concomitantemente o Estado trouxesse imigrantes europeus para branquear a população.
- d) nas primeiras décadas do século XIX, houve alguns projetos e efetivações imigrantistas no país, mas essas logo foram substituídas pela migração de sertanejos como aconteceu no norte.
- e) o debate, ainda que muito acirrado, permaneceu bastante regular, uma vez que, a partir de 1850, os parlamentares concordavam com o fim do tráfico.

3. Leia o trecho:

Nestes momentos em que se reavivavam as esperanças em relação à vinda dos trabalhadores estrangeiros, os imigrantistas recusavam-se a tratar da incorporação do nacional ao mercado de trabalho livre e reagiam com desprezo e apartes irados contra aqueles que ousassem lembrar a existência deste potencial de braços. Era como se para estes o nacional permanecesse sempre como uma última e desprezível cartada, caso o grande lance da imigração não fosse alcançado. (AZEVEDO, 1987, p. 115)

Assinale a opção correta:

- a) A inferioridade da população brasileira era direcionada especialmente aos negros, já que o movimento do romantismo conseguiu consolidar a imagem de um bom selvagem para os indígenas.
- b) A miscigenação era vista, por muitos, como um traço de degeneração da sociedade, por tal concepção, a vinda de imigrantes europeus não era bem-vinda.
- c) Alguns parlamentares, desde o início do século XIX, propunham a vinda de imigrantes como forma de branquear a população, na esperança de que a sociedade brasileira não tivesse mais qualquer traço de indígenas ou africanos.
- d) Os projetos imigrantistas adquiriram novo fôlego após a aprovação da Lei de 28 de setembro de 1871 e após a Lei 601 de 1850. A primeira decretava um fim próximo da escravidão e a segunda permitia que estrangeiros acessassem com maior facilidade títulos agrários.
- e) O desprezo pelos braços nacionais era apoiado em teorias raciais, características do século XIX, que pregavam a miscigenação como solução para países como o Brasil.

Seção 4.2

Guerra do Paraguai e abolicionismo

Diálogo aberto

Como professores, especialmente de História, somos constantemente desafiados e acusados de seguir uma visão específica quando explicamos eventos históricos. Você, professor ou professora, sempre avisou seus alunos sobre o perigo de acreditar que existe uma história única e correta. E é com essa preocupação em mente que você se prepara para abordar um conteúdo em que as narrativas conflitantes são comuns na historiografia: a Guerra do Paraguai.

Esse evento deixou milhares de mortos e foi profundamente doloroso para as nações envolvidas, povoando ainda o imaginário de alunos dos dois lados da fronteira. Interessados pedem detalhes da vida no campo de batalha. Alguns alunos olham com desdém as informações trocadas entre você e a turma. Você, então indaga o motivo do tema não despertar interesse. Um deles responde que essa história toda é ideológica, que “os professores de humanas ficam repetindo uma cartilha que só culpa a Inglaterra” e “que a população paraguaia não sofreu uma queda tão grande como alguns falam”. O aluno apresenta a fonte de sua opinião: um livro que tinha como um título algo como “As mentiras dos professores de história”.

Mais uma vez, você vai ter que enfrentar esse desafio e explicar que a História é feita de leituras e interpretações de fontes e, como qualquer campo de estudo, está sempre passando por transformações. No entanto, apesar de distintas interpretações que um mesmo evento histórico pode vir a ter, a história não é ficção e se baseia em um método científico. Como explicar essa enorme complexidade e ainda tratar da matéria obrigatória? Como explicar que a existência de diferentes narrativas historiográficas não implicam dizer que qualquer narrativa tem o valor de história?

Não pode faltar

A guerra do Paraguai durou quase seis anos, iniciando em 1864 e terminando em 1870. O número de mortos – até trezentos mil de ambos os lados em estimativas feitas por estudiosos – e destruição foram acachapantes. Entretanto, não foi só por causa de sua violência que esse acontecimento histórico se tornou importante para entender a história do Brasil Imperial. A Guerra do Paraguai reúne diversos acontecimentos que atingiriam, posteriormente, a política brasileira, para citar apenas um dos aspectos transformados pelo conflito. Veremos então a Guerra do Paraguai por diferentes abordagens. Primeiramente, vamos buscar entender os eventos que levaram ao conflito e a articulação de forças entre os países. Abordaremos a organização do exército, dos militares e as transformações pelas quais passaram durante e após o conflito. Analisaremos também como a guerra trouxe novos elementos sobre a emancipação dos escravos. E, por fim, abordaremos como o republicanismo emergiu desse evento. Em resumo, a Guerra do Paraguai, por sua importância, é um evento que nos possibilita analisar diversos aspectos da sociedade imperial que, naquele momento, passava por intensas mudanças.

Muito antes da eclosão da Guerra do Paraguai, em 1864, a região do Rio da Prata já era um território de disputa. O território do Paraguai, muito maior do que o atual (Mapa 4.6), compreendia a área onde hoje se encontram territórios da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, e Bolívia, se estendendo até o outro lado do continente e atingindo o Oceano Pacífico (ARAÚJO, 2009). Com o frágil estabelecimento de fronteiras na região na primeira metade do XIX, havia disputas entre esses países pelas franjas desse território.

As raízes da disputa por esse território se estendiam até a expansão colonial espanhola e portuguesa e passavam também pelos processos de formação dos estados nacionais da América Ibérica, ou seja, foi um conflito germinado por longos anos e construído a partir de muitos eventos (ARAÚJO, 2009). Aquele território, ao redor do Rio da Prata, era de importância estratégica geográfica e política.

Desde a sua independência, em 1813, o Paraguai tentava um acordo delimitando as fronteiras com o Brasil, mas os dois países não conseguiram atingir um consenso (DORATIOTTO, 2002). Na verdade,

até a década de 1840, nenhum acordo ou contato oficial foi feito com Paraguai e os territórios vizinhos, pois, temendo novas incursões para acabar com a independência, seu Ditador Perpétuo, **José Gaspar Rodrigues de Francia (1766-1840)**, isolou o país (DORATIOTTO, 2002). O ditador paraguaio perseguiu e confiscou os bens de todos que conspirassem contra o governo. E expulsou ordem religiosas do território, transformando seus bens em estatais. Nesse período de isolamento, entre a independência e a década de 1840, a economia do país foi fortalecida, principalmente pelo fato do governo ter confiscado terras da elite agrária e por manter sob seu monopólio o comércio de erva-mate, madeira e tabaco (DORATIOTTO, 2002).

O ditador paraguaio foi sucedido por juntas militares e um consulado, ocupado por seu sobrinho **Carlos Antonio López (1790-1862)**. A partir de 1844, o Paraguai ampliava suas relações exteriores. Porém, Buenos Aires, comandada por Rosas, por sua vez, tinha uma posição estratégica, na foz do rio Paraná, que lhe permitia controlar e dificultar a movimentação das embarcações vindas das províncias mais ao interior, prejudicando diretamente o comércio paraguaio e brasileiro. O governo do Brasil, temendo uma possível aproximação do Paraguai com a Confederação Argentina, aproximou-se estrategicamente do governo paraguaio.



Um vizinho republicano poderoso no Prata, que somente poderia ser a Argentina, era visto pela diplomacia imperial como ameaça à independência do Paraguai e à do Uruguai. A existência desses dois Estados era a garantia de que os rios platinos não seriam nacionalizados pela Argentina, fato que seria uma ameaça à sua livre navegação. Essa liberdade era essencial ao Rio de Janeiro, para ter acesso por via fluvial ao Mato Grosso, única forma de contato regular dessa província com a capital brasileira. (DORATIOTTO, 2002, p. 28)

Após a queda de Rosas, o Paraguai passou a ter o acesso garantido ao mar e começou a exportar com bastante sucesso diversos produtos primários e passou também por um processo de militarização bastante intenso. Esse avanço econômico foi, muitas vezes, supervalorizado por parte da historiografia que acabou por descrevê-lo de uma maneira grandiosa.



Para saber sobre as diversas abordagens dos eventos relacionados à Guerra do Paraguai, veja os seguintes textos:

MAESTRI, M. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). **Revista digital Estudios Históricos**, CDHRP, n. 2, p.1-29, ago. 2009.

MOTA, C. G. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos avançados**, São Paulo, v.9, n. 24, p. 243-254, ago. 1995.

Nesse momento, o capital estrangeiro, especialmente o inglês, foi crucial para a infraestrutura do Paraguai, assim como para a compra de armamentos para consolidar suas estratégias militares (DORATIOTTO, 2002). O Paraguai queria delimitar as fronteiras que tinha com o Brasil e para atingir tal objetivo, passou a restringir a navegações dos navios brasileiros. Para Carlos López, a navegação livre no rio Paraguai permitiria ao Império Brasileiro o fortalecimento bélico da região de Goiás, o que ameaçaria diretamente a soberania do seu país (DORATIOTTO, 2002). O tenente-coronel e também senador, **Antônio Paranhos (1822-1897)**, fez longas negociações com Buenos Aires e Assunção para garantir a livre navegação fluvial e abriu mão de discutir sobre a antiga celeuma em torno das fronteiras do Brasil com o Paraguai. Para ele, o território em questão era pouco habitado, enquanto a emergência do comércio via fluvial tinha um caráter mais essencial para o império (DORATIOTTO, 2002). López, por sua vez, acreditava que o governo brasileiro não respeitaria os limites já estabelecidos e estaria invadindo cada vez mais as terras que considerava paraguaias. A situação entre os dois países era instável.

Em 1861, López enviou duas incursões militares para o território que sempre esteve em disputa, nas colônias de Dourados e Miranda, importantes produtores de erva mate. O governo brasileiro tentou ainda uma apaziguar os ânimos, mas sem sucesso, pois López já chamava seus generais para prever um orçamento de guerra (DORATIOTTO, 2002). Para além das disputas territoriais e de soberania, havia o interesse econômico. O Paraguai competia diretamente com as exportações de mate conduzidas na região em disputa e, desde o início da década de

1860, o mate passava por uma onda de baixo preço. Invadir a área e inviabilizar o comércio de erva mate de seu concorrente poderia trazer ganhos significativos para a economia paraguaia.

A situação instável tenderia piorar com a morte de Carlos López e a condução de seu filho, **Francisco Solano López (1827-1870)**, ao poder, apesar do Paraguai ter um regime republicano. Solano López objetivava aumentar o comércio externo e participar de questões da Bacia do Prata. "A Ação no sentido de aumentar sua presença no Prata colocou Assunção em rota de colisão com o Império", quebrando assim o "desequilíbrio favorável ao Brasil" (DORATIOTTO, 2002, p. 44).

Até às vésperas da eclosão do conflito, nem Argentina, nem o Império Brasileiro acreditavam que o Paraguai fosse recorrer ao conflito. Os discursos inflamados de Solano López apontavam para isso, caso o Brasil invadisse o território uruguaio. Pouco antes da guerra eclodir, o Uruguai passava por conflitos políticos durante os quais muitos brasileiros foram mortos e decapitados.



Assimile

Disputas políticas e estratégicas na fronteira



O Uruguai tinha agora dois governos que se proclamavam legítimos: o da Defesa, dos colorados na capital sitiada, e o do Cerrito, dos blancos nas cercanias de Montevideú; ambos pediam o apoio do Império que, se não confiava em Rivera pelo seu passado de identificação com a rebelião farroupilha, temia por outro lado o crescimento da influência de Rosas na Banda Oriental. Pacificado o Rio Grande do Sul, abria-se para o Império a possibilidade de intervenção no Prata, desde que obtivesse alguns apoios, e daí o interesse em uma aproximação com Carlos Antonio López; foi firmado, assim, um tratado, onde se destacava o compromisso dos signatários na preservação da independência uruguaia: 42 para o Brasil, era mister que o Estado Oriental não voltasse à condição de província argentina, o que ampliaria a força de Rosas, o que também para o Paraguai seria nefasto devido às intenções da Confederação em reincorporar este país como mais uma província. (GUAZZELLI, 2009, p. 76)

Em 1865, o Brasil decidiu invadir o Uruguai em retaliação. Não houve uma declaração formal de guerra entre os dois países, mas a invasão do Uruguai significava, para López, um motivo para iniciar o conflito. "O Império [Brasileiro] não declara guerra ao Paraguai, mas Solano López interpretava ou fingia crer que sim" (DORATIOTTO, 2002, p. 66) e em um ato entendido como pirataria pelo governo imperial, o Paraguai capturou o barco *Marquês de Olinda*. A partir desse evento, o governo paraguaio cortou relações com o Brasil e impediu a circulações de navios em seus rios. Estava iniciada a Guerra do Paraguai.



Refleta

Tribunal da História – há certo e errado?

O tribunal da história julga a partir dos direitos dos povos. Há, portanto, sim, o certo e o errado, o justo e o injusto. Naquele então, o Paraguai tinha o direito de ter acesso livre ao mar, de resolver as questões de fronteira por arbitragem e de ter respeitado o seu governo. O Uruguai possuía, também, o direito de ter sua autonomia nacional intocada pelos poderosos vizinhos e que os criadores rio-grandense respeitassem as leis do país. Ao desobedecerem esses direitos nacionais, o Estado imperial e argentino se comportaram como Estados bandidos, segundo a categoria usada. (MAESTRI, 2009, p. 20)



Como historiadores e professores, qual o procedimento ao analisar crimes de guerra ou contra a soberania nacional? A História deve julgar?

Tropas paraguaias cruzaram a fronteiras do sul do império e seguiram avançando sobre território brasileiro, invadindo, saqueando e pilhando vilas. A Guarda Nacional brasileira não conseguiu evitar os avanços do governo do Paraguai. É importante frisar que não havia uma organização militar no Brasil que possibilitasse a contenção dos avanços do inimigo. Não havia um corpo de soldados significativo prontos para responder às investidas paraguaias. O Brasil contava, então, com a Guarda Nacional, que tinha como objetivo maior conter sublevações internas, um pequeno corpo militar que passou

a ser aumentado por meio do recrutamento de voluntários e involuntários (DOURADO, 2009).

De início, especialmente nos primeiros anos do conflito, sentimentos de patriotismo e nacionalismo estavam em consonância e atingiam homens e mulheres de classes diversas (DOURADO, 2010). O entusiasmo contagiante nesse período inicial possibilitou um grande número de novos recrutas para o exército brasileiro.



O início da guerra colocou em destaque o papel das elites, dos políticos e dos formadores de opinião como escritores que mobilizaram o ódio ao inimigo, o espírito de cruzada e a missão que cabia a cada brasileiro: desempenhar se papel para a salvação nacional e luta contra a barbárie. (DOURADO, 2010, p. 128)

Nesse período inicial, até mesmo o imperador se deparou com o aumento de sua popularidade, sendo colocado como o “voluntário número um da pátria” (SENA, 2006, p. 161).



Exemplificando

Os caminhos tortuosos da História: de um confronto improvável à criação de um monstro



Eis aí tem o *Scaerola* e o seu *Porunna*, como a questão de limites deixou de ser sangria desatada, e pode ser levada pacificamente a sua verdadeira solução, que está assaz demonstrada nos protocolos da negociação. (...) Não nos consta que a república do Paraguay faça aprestos de guerra contra o Brasil, e sem que sejamos *Scaerola*, não os tememos, já porque confiamos nos recursos de paiz quando chegue um caso extremo, já e principalmente porque estamos certos de que o governo do Brasil não dorme o sono da indolência, e sabe cumprir seu dever. (Fonte: Biblioteca Nacional, Correio Sergipense: Folha Oficial, Política e Literária, 13.01. 1862, ed 04, p.2)

Que monstro – Dizem os jornaes do Rio da Prata: 'O consul portuguez, que chegou a Buenos Ayres, confirmando a notícia da triste sorte imposta por Lopez à familia do coronel Estigarribia, relata que sua filha linda de 15 annos de idade, que foi entregue para servir de parabulo à lascívia brutal da marinagem paraguaya faleceu victima das violências horrorosas a que foi sacrificada (...) Recomendamos este traço da civilização paraguaya aos jornalistas americanos que elevam as nuvens o *libertador* Lopez. (Fonte: Biblioteca Nacional, Jornal do Recife, 12.01.1866, Ed.09, p. 01.)

Oferecimento Patriótico – O Sr. Capitão Antônio Salgado Silva, fazendeiro da cidade de Pindamonhangaba, província de S. Paulo, acaba de oferecer no governo imperial seis libertos fardados para servirem na guerra contra o Paraguay (Fonte: Biblioteca Nacional, Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 09.02.1867, ed. 40, p. 1.)

Reunimos três trechos de jornais de diferentes províncias com algum período de distância entre eles para que pudéssemos analisar como os eventos históricos não seguiam uma linha óbvia. Vemos na primeira notícia uma descrença de que a Guerra do Paraguai aconteceria. De acordo com o trecho do periódico sergipense, as negociações diplomáticas haviam obtido bons resultados, deixando a discussão entorno das fronteiras "uma sangria desatada", ou seja, um problema iminente. Fazia ainda menção a outro periódico, mais conservador, *Scaerola*, que se colocava mais favorável ao confronto e mostrou certa crença no poderio armamentista brasileiro, ainda que esse não parecesse necessário. Àquele momento, parecia apenas que o Brasil entraria em uma guerra se fosse muito necessário; se fosse chamado a "cumprir seu dever". O segundo trecho trata de um acontecimento ocorrido após o início da guerra. De um país que buscava soluções pacíficas para questões de fronteira com seus vizinhos e respeitava "protocolos de negociação", o Paraguai passava a ser um monstro. A figura de Solano López que não mencionada foi na primeira notícia passou a ocupar um navio junto a outros marinheiros paraguaios, acusados pelo jornal de estuprar e assassinar a filha de um cônsul. Vemos, portanto, um discurso de guerra se articulando para que a

participação brasileira no conflito se justificasse. Temos de lembrar, no entanto, que o discurso, a fala e a escrita são construções que provêm de sua própria época e tem diversas influências e, por tal característica, oferecem frutíferos elementos para a análise. Por fim, a terceira notícia, do jornal paulista traz o dever patriótico. Um fazendeiro que oferecia seis libertos para irem à Guerra. Essas pequenas linhas trazem questionamentos importantes sobre os limites da escravidão e a perspectiva de liberdade. Como libertos, esses homens não parecem ter alcançado sua cidadania plena, pois ainda dependiam desse tal fazendeiro que usou o trabalho deles e suas vidas para um "oferecimento patriótico". Outra interpretação poderia incluir o fato desse senhor ter alforriado esses seis homens com a condição de irem para a guerra. "A maneira mais fácil de evitar o recrutamento era através da apresentação de um substituto apto" (IZECKSOHN, 2015, p. 99). Além desses questionamentos, vemos emergir na imprensa o patriotismo e o nacionalismo, sendo o alistamento constantemente glorificado nos periódicos. Esses três trechos, portanto, nos mostram o caminhar dos eventos que para os indivíduos da época não era nada claro e certo. Em 1862, o jornalista acreditava que nenhum conflito aconteceria. Em 1866, o autor recifense já chamava López de monstro e, em 1867, a pátria brasileira aclamava por braços.

O recrutamento (in)voluntário foi fundamental para a formação de tropas, pois, até a década de 1860, o exército nacional não tinha um contingente significativo e não era organizado de maneira centralizada. Era comum a formação de milícias particulares para responder a sublevações, por exemplo. Essas milícias estavam presentes na Guerra da Cisplatina, nas revoltas regenciais e, mesmo com a criação da Guarda Nacional, continuavam a existir, pois concentravam em seu corpo paramilitar os interesses das elites regionais. Essa oposição entre uma centralização do estado, através do recrutamento obrigatório, e das milícias regionais soaram como um poder autoritário vindo do imperador.

Além dessa centralização, D. Pedro II decretou a mudança da Guarda Nacional que foi criada para atuar apenas dentro das fronteiras brasileiras. Após o decreto 3.371 de 1865, o imperador transformou a Guarda Nacional em "Corpos Destacados ou

Voluntários da Pátria”, o que nivelou os oficiais a simples recrutas que haviam acabado de ingressar nas forças nacionais (DOURADO, 2010). O descontentamento de indivíduos que já integravam a Guarda Nacional acabou por aparecerem nas numerosas deserções e desrespeito com oficiais ao longo da guerra.

Para além da Guarda Nacional, o governo contou com o recrutamento obrigatório que acabou por ser fundamental para a manutenção do Brasil na Guerra e representou uma das violências perpetrada pelo próprio Estado brasileiro contra sua população. Pessoas pobres, mendigos, indivíduos considerados “vadios” ou “perigosos”, ou seja, “que não gozavam algum tipo de proteção” eram compulsoriamente mandados para à guerra (DOURADO, 2010, p. 134). O recrutamento obrigatório tinha, portanto, um sentido duplo: angariava braços para a guerra e retirava uma grande parte da população indesejável do país (DOURADO, 2010). As formas de recrutamento evidenciam esse desejo. Indivíduos considerados perigosos ou de “má vida” eram conduzidos até o Paraguai, mesmo contra sua vontade. Outros aceitavam ir à guerra, pois acreditavam ter soldos vitalícios e até mesmo pedaços de terras quando voltassem (DOURADO, 2009). Presos eram transformados em soldados, por exemplo, sendo levados diretamente da cadeia até os campos de batalha. Escravos eram alforriados com a condição de irem para a guerra e só exercerem sua liberdade no seu retorno.

Primeiramente, muitos negros, libertos e escravos buscavam, além da liberdade (no caso dos cativos), reconhecimento social depois que retornassem da guerra. Outros cativos substituíam seus senhores e os protegidos destes nas linhas de frente da batalha. Havia ainda escravos fugidos que viam a possibilidade de se esconder e passarem a ser livres.

O recrutamento de escravos iria trazer consequências diretas na escravidão e no próprio Império brasileiro. Prometer aos escravos a manumissão se fossem para a guerra era um fato que já tinha acontecido no Brasil anteriormente (IZECKSOHN, 2015), então, qual seria o impacto do recrutamento na Guerra do Paraguai? Há dois pontos que podem nos auxiliar a entender a mudança proporcionada pelo recrutamento de escravos. A primeira foi o bom desempenho desses indivíduos que passaram a ter reconhecimento dos oficiais do exército. Em segundo lugar, muitos desses cativos,

quando livres, sentaram praça, ou seja, continuaram como militares, alterando massivamente a composição do exército. Assim, essa instituição passou a ser mais receptiva a ideias “aboliconistas e republicanas depois da guerra” (SKIDMORE, 2012, p. 43).

A cada mês que o conflito se estendia, mais braços eram necessários. O imperador passou a dar clemência a criminosos condenados, a presos cujo julgamento ainda não tinha acontecido e a recrutar mais indivíduos via força (DOURADO, 2009). Para além do recrutamento involuntário e via força, oficiais do exército frequentemente puniam os recrutados com violência e até mesmo os matavam. Para esses oficiais, ações duras eram necessárias para diminuir o número excessivo de deserções no campo de batalha. De fato, muitos soldados acabavam por fugir. As condições de vida enfrentadas por eles eram terríveis: havia carestia, fome, falta de água, epidemias, cansaço e, dificilmente, tinham lugares para se abrigar do frio e chuva (DOURADO, 2009). Os armamentos eram poucos e a precariedade das forças brasileiras parecia uma sentença de morte aos recrutas (DOURADO, 2010). Desertar parecia uma solução rápida para sobreviver.



Exemplificando

“ANEDOCTA”



Tão logo o combate começou, e quando as primeiras balas foram trocadas, um soldado brasileiro, chamado João Batista (...) que estava ao lado de um sargento, sentiu um líquido escorrendo por entre as pernas, e levando a mão para as costas, sentiu uma coisa fluida que acreditou ser sangue. Pegou a sua mão e cheirou. Cheio de terror e horror, ele se dirigiu ao sargento e disse a ele; meu sargento! meu sargento! Sangue fede? O sargento respondeu e disse: sim, sim. Então, meu sargento, estou ferido! Eu, morro, e na verdade já estou morto, meu sargento!
E então ele se joga de costas e permanece morto, até que os soldados paraguaios tropeçam no defunto, que o reconhecem como bom e saudável - Um dos vencedores pergunta a ele: O que você tem, Macaco?

E ele responde: estou ferido, meu senhor - Onde está a ferida?

Ele responde meu em meu traseiro, meu amo. Então o paraguaio entendeu o desapontamento do homem negro e começou a chicotear. (Fonte: Biblioteca Nacional, El Centinella: Periódico serio-jocoso, Assunção-Paraguai, 23.051.867, ed. 05, p. 2-3, tradução livre)

Essa triste e preconceituosa anedota traz elementos importantes para a análise da guerra. Primeiramente, o jornal paraguaio remete aos soldados de seu país como vencedores. De fato, eles eram mais bem armados e em maior número que os brasileiros, o que justificaria esse sentimento positivo no início da guerra. O segundo ponto é o momento central da "anedota", o soldado brasileiro é tratado como muito inexperiente a ponto de confundir sangue com fezes. A própria presença das fezes na anedota é uma referência ao medo que esses recrutas sentiam no momento do combate. Muitos brasileiros desertavam, fugindo para florestas com medo da morte e a deserção constante e a inexperiência brasileira, para os paraguaios, acabou sendo motivo de chacota. Outro ponto extremamente importante é a referência usada para o brasileiro, "macaco", em uma clara alusão, de acordo com o pensamento racista, à cor do exército brasileiro, em grande parte descendente de africanos. Os jornais paraguaios com frequência apontavam a cor como um demérito e comparavam brasileiros a macacos em uma tentativa de degradar o inimigo. Vale lembrar que, nesse mesmo período, as teorias raciais estavam fervilhando na Europa e na América Latina. Nesses periódicos, os brasileiros são tratados como uma raça a parte, uma raça de macacos. Uma raça vil que pretendia escravizar os paraguaios (TORAL, 1995). Até mesmo o imperador era retratado como macaco, em uma referência da degeneração total da raça brasileira.

Os avanços paraguaios e os longos anos de guerra fizeram com que os argentinos também participassem do conflito em apoio às tropas brasileiras. Para além das dificuldades na guerra, havia as pressões liberais na corte pelo fim do conflito, especialmente sobre a figura de Caxias, que além de ser comandante da guerra era um conservador ferrenho (DORATIOTTO, 2002). Ao longo da década de 1860, muitos conservadores abandonaram o partido, aderindo aos

liberais que ganharam muita força e representatividade política (COSTA, 1999). Chegaram, inclusive, a fundar a Liga Progressista em 1864 e a colocar em pauta muitas das demandas liberais. A Guerra do Paraguai, no entanto, abafou essa força política. Em 1868, após alguns anos de guerra, muitas mortes e gastos, D. Pedro II dissolveu o gabinete liberal, substituindo pela oposição conservadora. Liberais, então, fazem um manifesto, bastante incisivo, em favor da descentralização:



a transformação do Conselho de Estado em órgão exclusivamente administrativo, da abolição da vitaliciedade do Senado, das eleições diretas, da extensão do direito de voto aos não-católicos, da autonomia do judiciário, da criação de um sistema de educação independente do Estado. (COSTA, 1999, p. 162)

Mencionavam, inclusive, temas bastante espinhosos como a liberdade religiosa e a emancipação gradual dos escravos. Ainda com esses variados elementos, uma parte do partido liberal não se sentiu representada, especialmente porque o manifesto não exigia a extinção do Poder Moderador e da escravidão e, por esse motivo, fundariam mais tarde o **Partido Republicano**.



Assimile

A guerra, D. Pedro II e o Partido Republicano



A inépcia do Brasil na mobilização inicial para a guerra obrigou muitos civis a despertarem para o atraso nacional no tocante a serviços modernos em áreas básicas como a educação e os transportes. Também embaraçou os militares, despertando nos oficiais uma consciência que fez com que tornassem, depois da guerra, um poderoso grupo de pressão. Ademais, quando o imperador recusou uma oferta paraguaia para negociar a paz em 1868, ele alienou permanentemente uma importante facção política (em face da impopularidade geral da guerra no Brasil) e precipitou a fundação do Partido Republicano em 1870. (SKIDMORE, 2012, p. 43)

Politicamente, o país estava fragmentado para além da clássica divisão entre liberais e conservadores, estava fragmentado dentro de seus próprios partidos. Dessa forma, era exigida a intervenção do Poder Moderador, o que produzia novos mal-estares, uma vez que era visto como uma intervenção e autoritarismo do imperador. No mesmo ano de 1868, o imperador atrairia para si mais críticas. Caxias já havia informado que pouco restava do país paraguaio, devastado pela guerra. Os paraguaios haviam, inclusive, abandonado a fortaleza de Humaitá, local da última batalha. Porém, para o imperador brasileiro a guerra não poderia terminar em um tratado de paz como sugeria Caxias, mas, sim, apenas com a rendição total de Solano López, que ainda deveria ser expulso do Paraguai (DORATIOTTO, 2002). Essa insistência de D. Pedro II prolongou a guerra por mais quase dois anos, elevando os gastos e tomando vidas de recrutas.

Foram mais de 130 mil brasileiros conduzidos à guerra e um gasto de 614 mil contos de réis ao longo dos anos e “para se ter uma ideia da magnitude desses gastos, basta comparar com o orçamento do Império para 1864, que era de 57 mil contos de réis” (DORATIOTTO, 2002, p. 461-462). O alto custo do conflito e os anos em guerra foram interpretados por importante parte da historiografia como elementos conduzidos diretamente da intervenção da Inglaterra. Para esses historiadores, influenciados pela teoria da dependência, a Inglaterra teria se envolvido diretamente na guerra, financiando o Brasil e a Argentina com o intuito de derrotar o Paraguai e minar o crescimento econômico da região (BETHEL, 1995). Parece, no entanto, que as exportações de mate e tabaco paraguaios para o território inglês eram muito bem-vindas e só não foram maiores pela limitação de comunicação e transportes fluviais do país latino. Para o historiador Leslie Bethel, a intervenção inglesa residiu em manter o fluxo dos rios liberados para a passagem dos navios ingleses, mantendo o comércio ativo mesmo durante a guerra (BETHEL, 1995). Ao consultar correspondências de cônsules ingleses, o historiador concluiu que o peso da Inglaterra na destruição do Paraguai parece ter sido muito menor do que se imaginava.

Um outro consenso da historiografia atual é a grandiosidade do impacto desse conflito para as transformações políticas do país. Em meio às perdas significativas, financeiras e de vidas, a guerra foi uma “obra de unificação” do Brasil; foi nesse período que o hino nacional

e a bandeira passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, por exemplo. “Enfim, tornou-se fator de fortalecimento da identidade nacional brasileira” (DORATIOTTO, 2002, p.461). A situação de D. Pedro II, porém, não era favorável, apesar do crescimento do nacionalismo. As dívidas ocasionadas pela guerra, a insistência em continuar por mais dois anos o conflito desnecessariamente e as constantes intervenções do Poder Moderador faziam com que D. Pedro II parecesse ainda mais autoritário.

Paralelo a todos esses acontecimentos, intelectuais se organizavam em torno de teorias como o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo. “O positivismo mostrou-se influente no Brasil por aparecer no momento em que a mentalidade tradicional achava-se mais vulnerável” (SKIDMORE, 2012, p. 47). Seguindo ideias positivistas, os pensadores brasileiros reconheciam a importância da ciência e o declínio da religião, criticavam a intervenção do Estado e queriam assegurar os direitos e liberdades do indivíduo. Recife, mais uma vez e relembando seu passado revolucionário, torna-se centro aglutinador de ideias. No Rio de Janeiro, o positivismo também avançou, invadindo também a Academia Militar e influenciando diretamente diversos oficiais.



Assimile

Positivismo no exército e a transformação no Estado



A inspiração ideológica mais forte foi o positivismo transmitido aos jovens oficiais por Benjamin Constant. (...)A visão profundamente antimilitarista de Comte levava os militares a se sentirem pouco à vontade dentro dos uniformes e a procurar eliminar a distância que os separava do mundo civil através da reivindicação da condição de plenos cidadãos. (...) Procuravam maior participação através do pertencimento ao Estado, isto é, não se trava tanto de cidadania mas do que poderíamos chamar de estadania. (CARVALHO, 1998, p. 48)

Os ideais da teoria positivista, inaugurados na Europa, iriam ser gestados e reinterpretados por intelectuais brasileiros. Em resumo,

o positivismo propunha uma igualdade total entre os indivíduos, o desenvolvimento só seria possível através da ciência e do conhecimento e a negação de qualquer crença que não pudesse ter comprovação via métodos estritamente científicos. A permanência de D. Pedro II (cujo poder emanava do nascimento), como chefe de governo, ficaria insustentável na perspectiva positivista. Escolhido por Deus, o imperador, assim como toda a família real, teria privilégios sobre os demais indivíduos e, devido à escolha divina, ocupava o cargo de governante máximo. Essa perspectiva do poder emanado por deus e de superioridade em relação ao restante da nação eram o oposto do que os positivistas passaram a defender.

A Guerra do Paraguai, portanto, provocou uma avalanche no Império Brasileiro. Acelerou as discussões sobre a emancipação dos escravos que ocuparam as fileiras da batalha no sul do país. Construiu e fortaleceu um sentimento nacionalista, ao mesmo tempo que propiciou críticas intensas ao autoritarismo de D. Pedro II e abriu espaço para que o positivismo questionasse diretamente o governo centralizado do império.

Sem medo de errar

Como vimos, a própria violência de um conflito, o despreparo das tropas, a falta de suprimentos, o recrutamento forçado e a longa duração do conflito trouxeram muitas mortes e um desgaste extenuante nos indivíduos que compuseram as linhas de batalha. Aqui temos alguns documentos retratando a brutalidade da guerra.

Trechos do Diário do Tenente-Coronel Albuquerque Melo

Maio Sexta, dia 25 [1866]: Nosso prejuízo monta a mais de 3.000 homens. Foram feridos [sic] o Dias, o Cadete Aranha morto, tendo antes feito um bilhete a lápis para eu mandar à mãe dele. Há um número extraordinário de oficiais feridos. Vou de prontidão para a esquerda do exército.

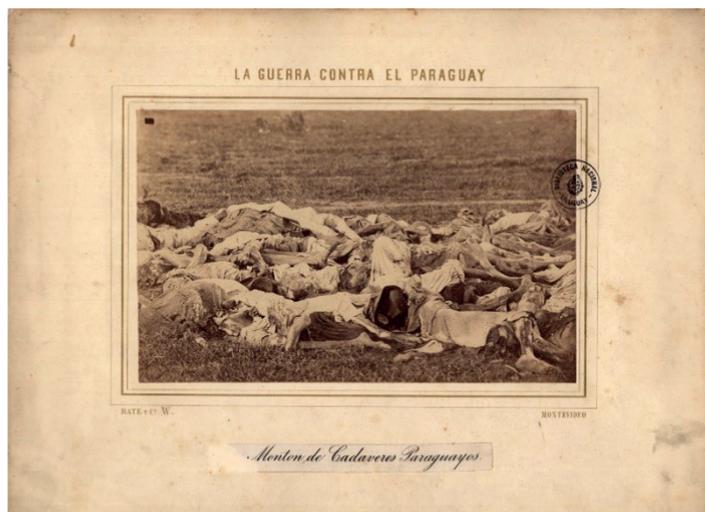
Maio Sábado dia 26 [1866]: Ontem à tarde fui com o corpo cobrir o flanco esquerdo do exército. Foi uma noite terrível que passei não só pela vigilância que tive toda noite com o inimigo na frente, como por estarmos colocados no meio



de cadáveres! Que horror! Os homens mortos no meio de cavalos também mortos, no combate de 24! E assim passamos toda a noite, até 6 da tarde, que o 14o batalhão nos veio substituir. Que horror é um campo de batalha!” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2011, p.71)

Outubro Sexta dia 06 [1866]: As 6 da tarde recebi uma mala do Brazil; as 8 escrevi a minha mulher; está na minha barraca agora mesmo o Cadete Fileto e meu cunhado Luiz, que também escreveu a mulher d’elle; com o temporal meus camaradas não fizeram fogo; comi agora a noite um pouco de carne assada e tomei chá com pão que tinha mais de oito dias, estava duro como uma pedra mas tinha fome. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2011, p. 77)

Figura 4.5 | Cadáveres paraguaios na Guerra do Paraguai



Fonte: Montón de cadáveres paraguayos la Guerra contra el Paraguay, Biblioteca Nacional de Uruguay/BIBINA, Coleção Guerra del Paraguay, 1866.

Você lembra seus alunos que, quando contamos um evento, tendemos a ter várias versões sobre ele. Essas versões ainda mudam com o passar do tempo e de acordo com a nossa relação com o acontecido. O mesmo acontece com a História, há várias interpretações sobre o mesmo evento e é bom que essa disciplina funciona desse jeito, repleta de abordagens e de perspectivas. O que

não podemos fazer, como professores ou alunos de história, você completa, é desmerecer o evento, minimizá-lo por causa da existência de interpretações que não nos agradem. Por mais que alguém não concorde com determinada escrita da história, há de se respeitar o acontecido e **reconhecer sua existência**. Você mostra uma foto tirada por fotógrafos uruguaios durante a Guerra do Paraguai. A foto é bastante chocante e muitos alunos dizem que os faz lembrar dos “campos de concentração” e dos “cadáveres amontoados”.

Você os relembra que muitos indivíduos morriam no conflito, e também de fome e de epidemias que assolavam os acampamentos. Não havia tempo de enterrar os mortos e eles ficavam sobre os terrenos, tornando o “teatro da guerra”, expressão da época, ainda mais sombrio e doloroso. O lado paraguaio não foi o único a ter perdas, tendo os brasileiros padecido ao longo dos anos. Você, então, divide a sala em três grupos para que cada um leia um trecho do Diário do Tenente Coronel. Apesar do seu cargo, o tenente-coronel passava fome e frio e combatia ao lado de seu cunhado, ou seja, sua família poderia ficar duplamente desamparada com a morte deles. Viviam por entre corpos de seus colegas mortos nas batalhas, alimentando-se de comidas velhas e viviam com o cheiro dos cadáveres em putrefação.

Desse modo, apesar das múltiplas interpretações para a Guerra do Paraguai, você pode evidenciar que a devastação causada pelo conflito e o colossal impacto dele na situação política dos países envolvidos é inegável.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho do historiador Thomas Skidmore e avalie as afirmações:

Este sistema político parecia estável até que as tensões causadas pela Guerra do Paraguai (1865-70) fizeram com que D. Pedro II impusesse sua autoridade sobre a maioria parlamentar, o que provocou uma torrente de críticas contra toda a estrutura monárquica. Em certo sentido, os críticos liberais da Coroa tinham razão. Por mais esclarecido que D. Pedro II possa ter sido, ele se situava no ápice de uma sociedade hierárquica baseada na escravidão. (SKIDMORE, 2012, p. 39)



- I. A expressão “sistema político” é uma referência ao período de conciliação e ao Poder Moderador.
- II. O Poder Moderador, antes pouco exercido pelo imperador, esteve muito presente nas atitudes tomadas em relação à guerra.
- III. A existência da expressão “torrentes de críticas” se explica também pelas atitudes autoritárias de D. Pedro II.
- IV. A Guerra do Paraguai foi um momento de alta popularidade do imperador por conta do aumento do nacionalismo.
- V. Os liberais, minorias nas assembleias da época, usavam os jornais para terem suas vozes ouvidas.

Assinales as afirmações corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I, III, IV e V.

2. Analise o trecho:



Com um exército de composição hete-rogênea, recrutado predominantemente nos setores mais pobres da população, homens livres que normalmente não eram visualmente distinguíveis dos cati-vos, era difícil para autoridades sobreca-r-regadas, pressionadas pela necessidade de fornecer novas cotas de soldados, evi-tarem o recrutamento de fugitivos. Para os escravos que tinham sucesso nessa empreitada, o uniforme servia como dis-farce da sua condição servil prévia, além de proporcionar a eles a simpatia de muitos camaradas em armas. (IZECKSOHN, 2015, p. 100)

Sobre o recrutamento e a Guerra do Paraguai, é correto afirmar que:

- a) O recrutamento era voluntário e muitos escravos buscavam o exército para permutar sua participação no confronto pela emancipação.
- b) Era comum mandar os escravos em substituição aos senhores e seus protegidos, o que tornou o exército bastante heterogêneo.
- c) Presos, pobres e indivíduos considerados vadios não eram bem vistos e por isso não poderiam compor as tropas.

- d) A violência esteve presente no recrutamento, mas após serem considerados militares esses homens eram respeitados dentro do exército.
- e) O nacionalismo se fortalecia, fazendo com que brasileiros desertassem pouco.

3. Analise o parágrafo de José Murilo de Carvalho:

A novidade não era o fato de citarem autoridades européias para sustentar suas opiniões. Esse recurso retórico era utilizado por todos. O novo era a mudança de autores. Nos grandes debates da década de 1860 citavam-se, sobretudo, liberais e liberais conservadores não marcados pelas teorias evolucionistas da história: Jeremy Bentham, Benjamin Constant, Tocqueville, François Guizot, Stuart Mill, W. Blackstone, Edouard Laboulaye, entre outros. Desses sobreviveram poucos após os anos 1870, sobretudo no campo republicano. Talvez só Stuart Mill e Tocqueville. Entraram, por outro lado, e com estardalhaço, A. Comte, H. Spencer, Haeckel, Littré, Teófilo Braga, Victorino Lastárria. A retórica anterior valorizava a história e a ação política, sob o grande guarda-chuva filosófico do individualismo. O estilo pós-1870 trazia a marca do cientificismo e das grandes filosofias da história que se diziam científicas, típicas do século XIX, o positivismo, o evolucionismo, o biologismo (o marxismo só chegaria ao país no século XX). A história mesma foi esvaziada da agência humana e passou a ser regida por leis naturais. (CARVALHO, 2011, p.154)

Assinale a afirmação correta:

- a) O positivismo, por defender a ciência, foi rapidamente assimilado por D. Pedro II por ser um monarca esclarecido.
- b) O positivismo fomentou as críticas à monarquia brasileira, por criticar intensamente a justificativa de que Deus teria escolhido o poder real.
- c) Positivismo defendia os direitos individuais, como a propriedade privada e a liberdade religiosa, mas não criticava a existência de monarcas.
- d) O positivismo ficou centrado apenas nas faculdades, como as de direito e de medicina, no Rio de Janeiro e Recife.
- e) O cientificismo espalhou-se por outras áreas, mas ficou restrito às academias, não tendo resultados na organização social.

Seção 4.3

Historiografia do Brasil do XIX

Diálogo aberto

Seja bem-vindo a mais uma seção: a última de nossa unidade! Veremos que a escrita da história do Brasil também tem sua própria história e, como acontece com qualquer outra disciplina, sofre influências do contexto no qual é produzida. Esse tipo de mudança na narrativa da história é especialmente evidente em momentos de grande transformação política: revoluções e golpes, por exemplo. O mesmo se deu, como veremos, com a Proclamação da República em 1889.

O debate acadêmico a respeito dos temas que aqui estudamos resulta não apenas nas diferentes interpretações historiográficas para um evento, mas também nas distintas percepções da história que povoam outros ambientes do ensino para além da universidade, como museus, exposições e monumentos. É com essa premissa clara para o historiador que você atende ao chamado da escola quando a direção propõe um passeio até o museu da prefeitura.

Nesse caso, seus alunos voltaram reclamando da excursão, dizendo que tinha sido “chata” e “não tinha ensinado nada além de nomes de vereadores e prefeitos de antigamente” (a maior parte dos nomes datava do final do século XIX e início do XX). É comum, como professores, sermos questionados e convidados a avaliar o museu como espaço de ensino. Como desnaturalizar o olhar dos estudantes para esse espaço, que, como toda produção humana, não é neutro, reproduz visões de mundo e os interesses daqueles que levaram a cabo a sua construção? É pensando nisso que você, então, questiona os estudantes: quem produziu as memórias expostas naquele museu e quais os interesses lembrados e homenageados por ele?

Em museus e exposições locais de câmara de vereadores e prefeituras, é comum a louvação de figuras que apoiaram a república, matéria de nossa seção. Assim, você sabe que questionar a construção da memória a partir desse museu permitirá, portanto,

refletir sobre a construção da memória republicana. Em seguida, você diz aos alunos que eles visitaram um museu que tinha como perspectiva uma *história oficial*, ou seja, com fatos e nomes de políticos e pessoas que foram consideradas “importantes” pelo próprio poder público. A partir daí uma miríade de questões podem ser desencadeadas por professor e estudantes: qual narrativa sobre a história do poder na cidade esse museu constrói? Quais seus silêncios, quem não aparece ali? Como esses republicanos foram descritos e homenageados? Qual outro museu sobre o tema seria possível? Como transformar o museu e outros espaços em um momento de crítica e construção do fazer histórico? Como professores e historiadores podem explicar as diversas perspectivas da história? E como auxiliar os alunos na construção da crítica necessária para questionarem as diferentes perspectivas?

Não pode faltar

O fim do Império Brasileiro

A onerosa **Guerra do Paraguai** (1864-1870), o fim do gabinete de conciliação e o avanço de teorias liberais e republicanas formavam o cenário para a queda da monarquia. Baixos escalões do exército estavam cada vez mais adeptos dos mencionados ideais republicanos e liberais e, como vimos anteriormente, esses ideais pululavam nas escolas militares, assim como o positivismo e o cientificismo. Dessa forma, devido à participação vital do setor militar na **Proclamação da República**, vamos analisar mais profundamente a articulação dos militares no evento de 1889.

Em paralelo às teorias mencionadas, houve uma paulatina valorização da noção de mérito aqueles que passavam pelas escolas militares. Os formados por essas instituições de ensino buscavam reconhecimento social por seus títulos de bacharéis, o que ia contra à organização social da época. “Idealmente, o poder baseado no parentesco ou na riqueza passava a subordinar-se ao mérito dos indivíduos, aferido no sistema escolar”, assim “as posições sociais deixariam de ser atribuídas por privilégio de nascimento, passando a ser adquiridas graças à capacidade individual” (CASTRO, 2000, p. 18).

Essa percepção de reconhecimento por meio dos estudos fazia uma crítica severa à maneira pela qual a sociedade brasileira se

organizava, uma vez que essa era pautada pelos “privilégios de nascimento”, títulos e riqueza, por exemplo. O próprio governante da nação tinha tal cargo pelo privilégio de ter nascido da família real ou por ter sido escolhido pelo deus cristão, concepções que não tinham mais lugar entre positivistas. Além dessa percepção dissonante, esses jovens estudados acabavam também por não encontrar lugar social dentro do exército que insistia em não se modernizar e não reconhecia o mérito desses estudantes (CASTRO, 2000).

Esse descontentamento achou campo fértil com o avanço das teorias científicas e no culto à ciência que estudamos na última seção. O republicanismo, a busca pela ciência e parte dessa juventude militar pareciam entrar em sintonia. A busca pelo mérito, por meio dos estudos e do método positivista, e a crítica à organização da sociedade monárquica encontravam ressonância nos ideais republicanos de igualdade. De acordo com esses ideais, o poder do governante emanava do reconhecimento popular e não do seu lugar de nascimento, como acontecia com o imperador brasileiro. Essa percepção parece ter sido disseminada por muitos letrados. Nas palavras de Milene Costa:



Como os letrados do fim do Império avaliavam que o exercício pleno dos direitos civis e políticos estava inviabilizado na monarquia, o Estado Republicano aparecia como aquele capaz de respeitar e assegurar tais direitos; de se organizar a partir dos pressupostos liberais, e de se fazer valer uma verdadeira vida democrática no país. (COSTA, 2006, p. 36)

Para esses militares, a instauração de uma república positivista seria a única saída para “expurgar os males do país” (RESENDE, 2008, p. 105). A partir dos ideais republicanos e positivistas, possibilitaria o surgimento da ordem e assim atingir o progresso, ideais presentes na bandeira nacional atual (LACERDA, 2009, p.319)

Após o fim vitorioso da Guerra do Paraguai, os militares contavam com apoio público, mas com pouco prestígio dentro do governo. O retorno das tropas, inclusive, era para ter sido festejado na capital fluminense, mas o governo, temendo uma articulação

militar e um aumento da impopularidade do imperador e de seus parlamentares, preferiu retornar os soldados diretamente para suas províncias de origem.

Entre os anos de 1884 e 1887, vários foram os episódios envolvendo militares e o questionamento da ordem vigente. Oficiais protestaram contra a contribuição obrigatória ao montepio. Não podiam se manifestar contra a escravidão ou em qualquer matéria política, sofrendo constantes represálias quando davam suas opiniões. Os jovens da Escola Militar do Rio foram também proibidos de receber os soldados que voltavam da Guerra do Paraguai para que se evitasse, assim, aglomerações e reuniões. A situação se tornava insustentável e Marechal Deodoro mandou uma carta ao imperador exigindo que as retaliações cessassem e que as prisões e transferências fossem anuladas e, ao não obter resposta, acusou D. Pedro de trair os militares (CASTRO, 2000). Em busca de contornar a situação, o ministro da Guerra elaborou uma reforma no exército, mas o imperador estava irredutível, o que levou à demissão voluntária de seu ministro.

O governo, então, contava com oposição articulada e politicamente ativa de parte do exército e, com a abolição da escravidão em 1888, veria sua base política se desintegrar (COSTA, 2006). Grandes proprietários de escravos - que, além da elite econômica, compunham grande parte da elite política - descontentes com a perda de seu posto de senhores deixavam de apoiar o governo imperial. A situação ficou insustentável e, em 1889, foi feita a proclamação da república.

Percepções e disputas sobre a queda do Império Brasileiro e a Proclamação da República

A Declaração da República no Brasil em 1889 foi e ainda é um evento tema de amplos debates. Na época e nos anos que se sucederam à derrubada da monarquia, republicanos e monarquistas disputavam a narrativa do evento, atribuindo razões diversas para a queda do imperador. Para os republicanos, a declaração era um evento inevitável. Os monarquistas, por sua vez, olhavam a proclamação como um golpe militar, uma articulação política dentro do governo contra o próprio imperador (COSTA, 1999).



O 15 de Novembro é hoje um dos feriados nacionais menos evocativos. Não há um herói a ser lembrado, como Tiradentes no 21 de Abril, nem paradas militares ou desfiles de estudantes, como no 7 de Setembro. Nem mesmo uma imagem consagrada, como a da força, ou um grito, como o do Ipiranga: apenas uma “proclamação”, um anúncio público de que a Monarquia havia sido substituída pela República. Sem luta, sem sangue, sem mortes. Para os que na época defendiam os republicanos, prova cabal de que o Império já estava há muito com os dias contados e que a nova forma de governo amadurecera no espírito do povo brasileiro. Para os monarquistas, a Proclamação fora apenas uma quartelada que inseria o Brasil no triste quadro das outras nações sul-americanas, marcadas por inúmeros *pronunciamentos* militares. (CASTRO, 2000, p. 7)

O trecho do livro de Celso Castro nos faz questionar: o que transforma um evento histórico em um evento a ser rememorado? Qual a participação dos historiadores na construção da memória?

Na época, portanto, havia disputas sobre a narrativa da história do país: republicanos e monarquistas disputavam o discurso sobre a República. A mudança é perceptível nos textos e estudos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O IHGB foi uma instituição criada pelo imperador no final da década de 1830 e ao longo do império foi um importante instrumento de disseminação da memória nacional do período. “Sabe-se que toda identidade nacional, ao buscar legitimidade no passado, opera um processo onde entram escolhas. Alguns pontos são escolhidos, privilegiados” (MOREL, 2000, p. 138). Assim, foi o IHGB ao longo do império, uma mistura de fazer história e fazer política. Sem a “batuta” direta do imperador, o Instituto passou, após a proclamação da república, a ter visões bastante heterogêneas. Ora o evento era visto como uma revolta, ora como uma proclamação já esperada.



Para saber mais sobre o IHGB e a construção da história nacional, veja:

GUIMARÃES, L. M. P. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.

GUIMARÃES, M. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

SOUSA, F. G. Revolta e proclamação como molduras da história: escrita da história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 18, p. 213-230, ago., 2015.

Esse tipo de disputa também fez parte da historiografia. Em outras palavras, historiadores interpretavam de maneiras distintas a proclamação e mostraram em seus trabalhos conclusões diversas. Vamos, então, analisar essas diferentes acepções como um primeiro ponto de nossa seção sobre historiografia.

De maneira geral, alguns historiadores, como Celso Castro, apontam a proclamação como um golpe republicano e militar, em “sua organização e execução”, e que contou com uma importante participação de políticos republicanos e civis “apenas na organização no regime, não antes” (CASTRO, 2000, p. 61-62). Para o autor, os militares têm peso central na declaração da república.

Em obra mais antiga, o clássico trabalho do historiador **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982), *Do Império à República* (1972), via as duas décadas antecedentes à proclamação como sintomáticas da crise do poder imperial, ou seja, o peso dos militares não teria significativa quanto o afirmando pela historiografia posterior, por exemplo. Para ele, a “reviravolta política” do final da década de 1860 “se revelariam fortemente maléficis à conservação das instituições imperiais” (ASSIS, 2010, p. 97). Na mencionada década, houve uma queda do gabinete liberal, a ascensão do conservador assim como a dissolução desse novo gabinete quando o imperador desejou, mostrando, assim, um certo desrespeito pelas instituições. Para Holanda, a crise do império era sentida em outras áreas também, pois teria uma capacidade limitada de “de processar transformações

que ocorria no país”, não acompanhando as mudanças sociais e econômicas (COSTA, 2006, p. 24).

Outro importante historiador, **José Murilo de Carvalho** (1939-) construiu ainda um outro entendimento sobre o mesmo evento histórico. Para o estudioso, a proclamação da república como teria acontecido era a instauração da pauta liberal defendida ao longo do período imperial, mas sem a participação popular aventada inicialmente. O povo, negros, trabalhadores imigrantes, pobres e operários, não teria participado do evento e também teria sua participação política extremamente restringida nos anos que se seguiram à proclamação da república.



Assimile

José Murilo de Carvalho: uma república liberal, mas sem o povo



A pregação republicana incorporou quase todo o programa radical de reformas políticas. Pertencia à pauta comum dos dois grupos, por exemplo, a extinção do Poder Moderador, do Senado vitalício, e do Conselho de Estado, além da descentralização político-administrativa. Ainda importadas dos radicais foram as propostas da separação da Igreja e do Estado e da expansão do sufrágio. Nesses pontos, a única mudança significativa operada pelos republicanos foi a transformação da demanda de descentralização em exigência de federalismo. O federalismo, no entanto, já era ao final do Império parte da agenda de liberais preeminentes como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. (CARVALHO, 2011, p. 143)

Esses foram três importantes historiadores cujas obras são relevantes para o estudo da proclamação da república e, ainda assim, apresentam conclusões divergentes sobre o mesmo evento histórico. Essa diversidade de entendimentos mostra a complexidade da compreensão sobre um evento histórico cujas causas podem ser apontadas em diferentes setores da sociedade: militares, parlamentares, econômicas e de mudanças de percepção

do mundo, com a entrada de novos pensamentos como foi o positivismo, por exemplo. Não quer dizer, de maneira alguma, que essas interpretações se anulem se colocadas em perspectiva, mas apontam para o fato de que o ofício do historiador é muito complexo e pode se remeter a diversos aspectos da sociedade. Portanto, analisar os movimentos da historiografia, ou seja, as interpretações dos estudiosos do campo, também é analisar diferentes perspectivas dos eventos históricos.

Percepções e debates historiográficos sobre o Brasil Imperial

Como, então, foi a percepção os estudiosos sobre outros temas caros ao período? Quanto à escravidão, à vida e luta dos escravizados e à abolição podemos elencar três movimentos historiográficos. É importante, no entanto, apontar que, frequentemente, ao discutir a escravidão, os autores acabavam por formular interpretações também sobre o negro, a população liberta, raça e desenvolvimento do país, tornando improdutivo, portanto, separar tais temáticas ao longo de nossa seção.

Um exemplo importante das interconexões desses assuntos é a introdução do livro *Na senzala uma Flor* (1999), do historiador **Robert Slenes**. Ao analisar a produção sobre a vida nas senzalas, o autor afirma que “as representações da vida íntima na senzala permaneceram quase constantes, desde antes da Abolição até a década de 1970” e, em certa perspectiva, as percepções sobre a própria escravidão e os trabalhadores cativos (SLENES, 2011, p. 37). Até a mencionada década, os cativos eram considerados promíscuos, incapazes de formar uma família e de serem morigerados, ou seja, afeitos ao trabalho.

Uma das maiores referências para os trabalhos mencionados por Slenes e um dos primeiros a apontar tal promiscuidade na família escrava foi **Gilberto Freyre** (1900-1987). Autor de uma das interpretações fundantes do debate historiográfico, seu clássico sobre a história e a identidade nacional, *Casa Grande & Senzala* (1933), explicava a suposta animalidade, imoralidade e inferioridade dos negros, escravos e libertos, a partir de sua origem africana e da escravidão. A obra de Freyre, no entanto, representa um rompimento com o pensamento precedente que “compreendia o legado da escravidão – isto é, a miscigenação – como um empecilho na

construção do Brasil nação, cuja população deveria ser branca" (ADOLFO, 2014, p. 7). Pensadores, anteriores a Gilberto Freyre, como Oliveira Vianna (1883-1951) e Nina Rodrigues (1862-1906), viam a escravidão e a miscigenação como um entrave, um obstáculo, da história do país. O intelectual pernambucano, por sua vez, apresentava outra perspectiva, mais positiva. A miscigenação aparece, então, como central na obra do autor, e seria uma forma de quebrar as barreiras de uma sociedade dividida entre senhores e escravos.



Assimile

A raça e mestiçagem na obra de Freyre: uma mudança não tão profunda



Freyre, ao contrário, rejeitou as hierarquias entre as raças e encarou a mestiçagem como fator favorável em si, que teria dado origem a uma sociedade superior às suas matrizes originais, no seio da qual as contribuições das três raças fundadoras (índios, brancos e negros) se complementariam positivamente. (...) Contudo, é notória a ocorrência de argumentos de determinação biológica e raciais na obra de Freyre, o que nos levaria a questionar a extensão de sua fidelidade ao culturalismo boasiano [de Franz Boas] e investigar os vínculos que o ligam às matrizes do pensamento racista. (MARCUSI, 2013, p. 276)

Para Freyre, portanto, havia um caráter positivo na escravidão: a miscigenação. A população formada por portugueses, africanos e indígenas teria resultado em um povo superior, deixando no passado os vícios pertencentes às três raças. Muitas das considerações feitas por Freyre se baseavam em relatos de viajantes utilizados sem a devida crítica às fontes. Há diversas críticas que podemos fazer à obra de Freyre. Primeiramente, a negação ou ocultação da violência que foi o processo de miscigenação no Brasil. Para Lélia Gonzalez, "o grande contingente de brasileiros mestiços resultou de estupro, violência, de manipulação sexual da escrava" (GONZALES, 1981, p. 9). Outro ponto é a insistência no argumento de "democracia racial", apesar de diversas fontes mostrando os embates entre escravos e senhores, por exemplo.

O caráter positivo da escravidão, apontado por Freyre, foi contestado por **Caio Prado Júnior** (1907 – 1990) com seus clássicos livros *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942). Como você já deve saber, esse autor tinha uma visão mais materialista da história, ou seja, relacionava a história do Brasil com seus aspectos econômicos, sendo o trabalho escravo, a suposta monocultura e a predominância da grande propriedade no país efeitos de uma subordinação brasileira ao capital mercantil (ADOLFO, 2014). Buscava, assim, entender uma suposta estrutura econômica que determinaria o restante da sociedade.

O autor tinha uma visão fatalista da escravidão, afirmando que esse tipo de trabalho degeneraria os indivíduos (SLENES, 2011).

A ênfase de [Caio] Prado na dissolução moral do escravo e, em seguida, na devassidão geral de todos os grupos sociais obedecia a uma estratégia política: contribuía à condenação do legado socioeconômico do sistema colonial português, que Freyre, apesar das ambiguidades de sua análise, insistia em defender. (SLENES, 2011, p. 38)

Em outras palavras, Freyre buscava elementos positivos na escravidão – a miscigenação – em um momento que os estudos tendiam a questionar e criticar o legado dos séculos de colonização portuguesa, como Prado Jr. faria em suas obras.

A importância do pensamento de Caio Prado Jr. seria ainda maior em um grupo de estudiosos que ficou conhecido como *Escola Paulista de Sociologia*, cujos estudos sobre escravismo construíram análises em torno da “marginalização dos homens livres pobres e [d]a vitimização do escravo por um sistema econômico nefasto”, a escravidão (SLENES, 2011, p. 38). Essa geração de estudiosos era composta por nomes como **Florestan Fernandes** (1920 -1995), **Octavio Ianni** (1926-2004), **Fernando Henrique Cardoso** (1931-) e **Emília Viotti da Costa** (1928-2017). A partir da década de 1950, criticaram diretamente a ideia de “democracia racial” brasileira difundida por Freyre, de que as diferenças no país se justificavam mais pelo distanciamento das classes sociais do que pelo racismo (CHALHOUB & SILVA, 2009). O conceito de democracia racial não explicava a contínua desigualdade social e racial

em que se encontrava o país. No entanto, é importante ressaltar que esses autores, no afã de derrubar a explicação de uma escravidão “paternal e benevolente” difundida pelo pensamento de Freyre (ADOLFO, 2014), acabaram por colocar os negros, escravos ou livres, como vítimas passivas. Nessa interpretação:



A violência inerente à escravidão havia resultado em anomia ou patologia social entre os negros, destruído quase todo o vestígio de sua herança cultural. Impedidos de constituir famílias no cativeiro, tornara-se impossível criar formas de cooperação e ajuda mútua que lhes pudesse valer na “ordem social competitiva emergente” do mundo pós-emancipação. Não tinham competência técnica nem estavam imbuídos da ideologia de valorização do trabalho livre necessárias à realização do objetivo de ascender socialmente. Ainda que ordenado pelo objetivo louvável de denunciar a vigência e a abrangência do racismo na sociedade brasileira, tal ordem de idéias, ao incorporar avaliações sobre as consequências da escravidão para os escravos articuladas no contexto das lutas abolicionistas de final do século XIX, resultou na desqualificação radical dos escravos como sujeitos possíveis de sua própria história. (CHALHOUB & SILVA, 2009, p. 20)

Novamente, os estudiosos pautavam suas interpretações em relatos de viajantes, mas “sem qualquer mediação ou atenção aos preconceitos culturais etnocêntricos, ao racismo e às intenções políticas do observador” (CHALHOUB & SILVA, 2009, p. 21), o que acabava por reafirmar estereótipos sobre a população negra.

Em uma postura dissonante da formada pelos autores da Escola Paulista de Sociologia, alguns outros estudiosos propuseram uma inversão no estudo da história, principalmente a partir do final da década de 1970. Influenciados por leituras de Edward P. Thompson e de Eugene Genovese, ampliaram os temas estudados pelos historiadores da escravidão e passaram a se preocupar com uma história vista e feita pelos “de baixo”, ou seja, como escravos libertos, homens e mulheres livres e pobres viam os acontecimentos, percebiam sua própria existência e se relacionavam com o mundo (ADOLFO, 2014, p. 13).



O debate historiográfico

Os trechos selecionados fazem parte do debate intelectual travado entre **Jacob Gorender** (1923-2013) e **Silvia Hunold Lara** (1955-) a respeito das interpretações sobre a escravidão e a ação dos escravizados:

Texto I: Jacob Gorender, 1990.

Campos da violência, livro de Silvia Hunold Lara, é representativo do foco mais ativo das novas tendências reacionárias – o Departamento de História da Unicamp. (...) Silvia Lara não só nega a coisificação do escravo, sob o argumento de que isto excluiria sua existência como pessoa, mas também empreende outra tentativa dulcificante da escravidão: a de rejeitar que o escravismo se apoiasse na violência. O conceito de violência seria inteiramente inadequado e inútil para caracterizar a escravidão, ainda mais porque, ao fazê-lo, se sugere que outros regimes, como o capitalismo, não precisam da violência. Dois sofismas. Quando se fala de coisificação do escravo, não se vai necessariamente aos extremos de F. H. Cardoso. Temos em vista a coisificação social, que não é sinônimo de coisificação subjetiva. (...) Em segundo lugar, da violência do regime escravista não se infere, por necessidade lógica, a não-violência do capitalismo. (...) Foi afirmação corrente dos escravocratas que os escravos viviam melhor do que os operários livres das nações capitalistas. Se já não precisamos discutir com escravocratas, ainda enfrentamos suas alegações nas páginas de teses acadêmicas recentíssimas. Porém o objetivo mais ambicioso da Silvia Lara é o de negar que sequer houve violência no escravismo colonial. (GORENDER, 1990, p. 21-22)

Texto II: Silvia H. Lara, 1991

O próprio título do livro de Gorender é significativo: reabilitação é uma palavra carregada de sentidos no vocabulário da militância. Para ficar no jargão stanilista poderia simplesmente dizer que se Gorender acusa vários historiadores de 'reabilitarem' a escravidão, ele

nada mais faz que “renegar” a história. Mas é preciso ir além, recusar o jargão e com ele seus pressupostos e procedimentos. De início, isso significa recusar os anátemas, que só podem ter origem em tribunais nos quais a certeza da “linha justa” é inabalável. O que não é próprio de historiadores, a não ser aqueles pertencentes a uma certa tradição marxista, para a qual a “grande Teoria” obscurece qualquer relação com a multiplicidade da experiência social. (...) Gorender julga-se no direito de apontar erros e acertos da produção historiográfica baseando-se na velha crença de que uma boa ‘teoria geral’ substitui com vantagens o diálogo com as evidências. Não nos preocupamos em saber se os escravos agiam ou não segundo as leis de um construído conceito modo de produção ou qualquer outra modalidade teórica disponível no mercado. Ao estudar escravidão no Brasil procuramos encontrar e ouvir os escravos: não conceitos abstratos, nem arquétipos de heróis ou vítimas. (...) Suas histórias [dos escravos] mostram como seres humanos submetidos à escravidão tinham outros valores e projetos – diferentes daqueles de seus senhores – e lutaram por eles enquanto escravos” (LARA, 1991, p. F2)

Separamos dois trechos de um intenso debate travado por um importante autor e estudioso, Jacob Gorender, e a historiadora e professora da Universidade Estadual de Campinas, Silvia Lara. Gorender, à época de seu livro e da resposta da professora, já travava um debate com outro professor, Sidney Chalhoub, que criticava veementemente a ideia muito difundida pelo professor Fernando Henrique Cardoso de que, ao longo do sistema escravista o cativo era visto como coisa e, por tal condição, acabava se vendo também como uma coisa ou mercadoria, agindo muito pouco sobre seu próprio destino. A referência a esse debate é bastante clara no trecho de Gorender, que insistia em defender a ideia de coisificação do cativo, não no mesmo nível de Cardoso, mas no nível de uma “coisificação” social. Gorender se mostrava contra qualquer evidência de que os escravos pudessem negociar com seus senhores, exigir melhores condições de trabalho ou alcançar

pequenas conquistas, pois, para esse autor, o sistema colonial seria tão forte que não deixaria espaço para a resistência. Essa é uma das leis às quais a professora Silvia Hunold Lara se referia no trabalho de Gorender. Ao construir mais uma teoria do que uma abordagem histórica, Gorender parecia querer encaixar o mundo da escravidão nos moldes pré-estabelecidos por ele e pela teoria na qual se baseava. À época, Gorender aplicava as interpretações sobre a teoria econômica e histórica de Karl Marx na realidade brasileira, sem fazer uma análise crítica ou minuciosa sobre o pensamento do autor. Lara, por sua vez, problematizou a abordagem de Gorender e defendeu o método utilizado por ela e pelos seus colegas do Departamento de História da Unicamp, amplamente influenciado por Thompson. A busca por fontes e métodos que pudessem fazer com que as vozes e desejos dos escravos aparecessem era um objetivo desses últimos autores e foi um ponto basilar na crítica da referida professora. Para ela, Gorender fazia apenas uso de teorias e revisões bibliográficas, não dando atenção para as fontes históricas.

Esse foi um dos muitos debates constitutivos da historiografia brasileira. Como alunos, mais do que procurar um lado certo, uma "linha justa ou inabalável" precisamos olhar para os dados quantitativos e qualitativos.



Refleta

Historicizar o Racismo: contexto e raça

é preciso desnaturalizar o racismo e as noções que muitas vezes têm servido para sua análise. A abordagem da história social, ao levar em conta os interesses em confronto e procurar examinar os sujeitos em seus contextos específicos, indica um novo caminho para o entendimento do tema, e propõe uma nova maneira de conceber a relação entre as várias áreas das ciências humanas. Como se pode ver, um tema instigante, tratado de forma bem pouco corriqueira. Aqui, a história não é um



baú no qual se escondem explicações simplistas para as mazelas da sociedade brasileira, mas a matéria mesma que a constitui: por isso, o estudo de um tema como o do racismo é sempre uma atitude política – no passado, e no presente. (LARA, 2010, p. 18)

Esse trecho da professora Silva Lara nos faz questionar o quanto das relações raciais nós naturalizamos, acreditando que o racismo que vemos hoje, por exemplo, era igual às relações raciais do passado. A raça e o racismo também precisam ser historicizados. E, como historiadores, o quanto imputamos conceitos do presente no passado? Como lidar com esses desafios?

Outro ponto fundamental nas discussões historiográficas acerca do período colonial é o debate sobre raça e racismo, muito presente também, como vimos, no debate sobre escravidão. Uma das perguntas recorrentes é: se o racismo foi uma teoria do meado do século XIX, como funcionavam as relações raciais anteriormente? Não havia racismo? É importante lembrar que a constituição de 1824 e grande parte da legislação ao longo do império não dava qualquer indício de que o Brasil vivesse em um país escravista e com uma massa de pessoas libertas. A professora **Hebe Mattos**, então, questiona o desaparecimento da cor em registros policiais e jurídicos em alguns momentos do século XIX. Para a autora, a cor e a raça seriam antes de tudo um produto social. É necessário, portanto, contextualizar, ao invés de buscar padrões contemporâneos nos eventos do passado.

No império, os léxicos “preto” e “negro” apontavam para um passado próximo ligado à escravidão e sendo constantemente usados para libertos e africanos, enquanto a palavra “pardo” apontaria um distanciamento do cativo e o reconhecimento da liberdade. Ao não utilizar léxico nenhum em uma série de documentos oficiais, reconhecia-se que o indivíduo nascera livre. Então, a análise

histórica não poderia ser centrada em uma dicotomia entre brancos e negros. Em suas próprias palavras:



A possibilidade de um questionamento tão radical e abrangente da construção ideológica, subjacente ao conceito de raça, foi construída historicamente na própria vivência das experiências de liberdade e cativeiro, na segunda meta do século XIX. A extinção do tráfico e a concentração social da propriedade escrava, associadas à ampliação da pressão por alforria e do reforço de uma identidade “camponesa” entre os nascidos livres, implodiram com a divisão racial dos livres pobres em brancos e pardos, herdada do período colonial (MATTOS, 2013, p. 361)

Vimos, então, que desde a eclosão de um evento histórico há diversas maneiras de se abordar suas causas e construir suas narrativas. Logo após a Proclamação da República, monarquistas e republicanos explicaram o evento de maneiras diversas e suas explicações influenciariam também historiadores. Temos que nos lembrar de que, mais do que uma busca por uma história única ou irrefutável, como historiadores, temos de ouvir os sujeitos históricos, incluindo os “de baixo”, fazer crítica às fontes e construir nossas interpretações considerando o máximo possível das influências sob as quais indivíduos viveram e agiram.

Sem medo de errar

Após ouvir seus alunos, pede, então, que eles analisem a lógica de diferentes museus. O primeiro, mostrado nas imagens abaixo, é o Museu do Ipiranga, inaugurado para comemorar a independência do Brasil. Você faz com que seus alunos visitem o site do museu. O segundo site a ser visitado é o do Museu Afro também localizado em São Paulo. Explica que, apesar de sua localização, esses museus pretendem ter uma abrangência nacional.



Fonte: (4.6) Escultura em mármore de Raposo Tavares, (4.7) Escultura em mármore de Fernão Dias, (4.8) Panorama da escadaria do Edifício-Monumento, ladeado pelas Ânforas com águas dos rios brasileiros. Disponível em: <<http://www.mp.usp.br/acervo>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

Você avisa aos alunos que as esculturas ficam nas laterais e que no centro do saguão há a escadaria. Passa, então, a mostrar o roteiro online de visita do Museu Afro, disponível em: <https://goo.gl/29bL6Y> (acesso em: 25 jul. 2018). Pede, a seguir, para que seus alunos façam considerações e compartilhem ideias sobre os dois museus. Um de seus alunos fala que achou estranho homens tão “pomposos” no Museu do Ipiranga, sendo que a maior parte do país também naquela época era pobre. Outro disse que não tinha povo

nas fotos do Ipiranga, “tem água, mas não tem gente”, fazendo uma alusão às ânforas. Sobre o segundo museu, os alunos dizem que se faltava povo no Ipiranga, sobrava no museu afro, mas que achavam que faltava um pouco da história “que cai na prova”.

Explica que o Museu do Ipiranga foi pensando inicialmente para promover uma memória positiva da Independência e uma união do Brasil, por isso o saguão principal acabou por apagar o povo. Colocaram-se grandes desbravadores do país, responsáveis por dizimar indígenas, mas sem qualquer questionamento sobre essa conduta violenta no processo de formação do país. Não há também a presença de indígenas naquele momento. A presença das ânforas de rios de diversas regiões tentava criar uma identidade de união do território nacional, talvez na tentativa de imaginar e de construir uma união harmônica elementos e indivíduos que lembrassem da violência tivessem que ser retirados. No entanto, é importante fazer a ressalva de que em partes mais recentes há uma lógica museológica muito crítica da história do país que o projeto original do museu não previa.

O Museu Afro, por sua vez, é um museu com uma perspectiva museológica diferente. Coloca indivíduos que constantemente são ocultados e ignorados em outros museus como centrais para nossa história. Escravos, libertos, negros livres dos séculos passados e contemporâneos passam a figurar como agentes históricos. As referências ainda que muito dolorosas da escravidão trazem também indicações de resistência escrava. A presença da cultura africana, o candomblé, vestimentas e outros indícios que compreendem o material da visita guiada mostram que os africanos e seus descendentes persistiram, apesar das agruras.

Você, então, pergunta aos alunos: qual a intenção do museu da prefeitura, considerado “chato” por eles? Logo respondem que é fazer uma memória positiva da administração local e de seus homens, assim como apagar o povo que constantemente se manifestou de diferentes maneiras, inclusive contra aquelas figuras homenageadas no museu.

A conclusão é de que toda história conta com um autor e receptor. O primeiro tem intenções definidas e o segundo pode ser capaz de criticá-las. Como alunos, professores e historiadores, temos de ler atentamente as produções historiográficas, sejam essas um livro didático, um museu ou um artigo, e proceder a crítica científica.

Faça valer a pena

1. Leia o trecho:



Em 1889, quando o líder do ministério liberal, o visconde de Ouro Preto, apresentou seu programa ao parlamento, as reformas que ele propôs soaram muito familiares aos ouvidos dos que o escutaram. O ministro propôs a abolição da vitaliciedade do Senado, a redução do Conselho de Estado a um órgão exclusivamente administrativo, a eleição das autoridades municipais, a escolha dos presidentes e vice-presidentes de província entre os mais votados nas eleições, sufrágio universal, liberdade de culto, reforma do sistema de educação a fim de estimular a iniciativa privada – todas essas sugestões que haviam figurado no programa do partido liberal por mais de vinte anos nunca tinham sido postas em prática porque os políticos pertencentes ao partido liberal tinham hesitado, tanto quanto seus opositores do partido conservador, em promover reformas que poderiam vir a enfraquecer seu poder. Para muitos, a proposta de reformas não passava de puro artifício retórico. (COSTA, 1999, p.163)

O trecho da historiadora Emília Viotti da Costa refere-se a:

- a) a organização política central do império, sempre dividido entre conservadores e liberais.
- b) um dos últimos eventos da política do império, no qual propostas liberais passaram a figurar também entre republicanos.
- c) a um momento de cisão no império, no qual os republicanos, aliando-se aos liberais tomaram o Estado.
- d) um projeto apresentado pelo Visconde de Ouro Preto, que não encontrou ressonância na sociedade civil.
- e) a um momento de cisão no qual o imperador D. Pedro II viu-se cercado tanto pela oposição dos conservadores como liberais.

2. Leia o trecho de Florestan Fernandes e analise as afirmativas abaixo:



A sociedade escravocrata só preparou o escravo e o liberto para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para o seu equilíbrio interno. No restante, prevaleceu a orientação de impedir todo florescimento da vida social organizada entre os escravos e os libertos, por causa do temor constante da rebelião

negra(...)Por isso, todas as formas de união ou de solidariedade dos escravos eram tolhidas e solapadas, prevalecendo a consciência clara de que só através da imposição de condições anômicas de existência seria possível conseguir e perpetuar a submissão dos cativos e a dependência fundamental dos libertos. (FERNANDES, 2008, p. 73)

- I. Florestan Fernandes foi um dos autores e estudiosos da chamada Escola Paulista de Sociologia.
- II. O autor, em sua obra *A integração do negro na sociedade de classes* tinha como uma de suas teses a negação de uma sociedade harmoniosa, anteriormente descrita por Gilberto Freyre.
- III. Na primeira frase do trecho, fica evidente um pensamento central de sua obra: o negro, escravo ou liberto, não estaria habilitado a integrar uma sociedade de classes, de trabalhadores e patrões.
- IV. O pensamento de Florestan Fernandes sofreu duras críticas de historiadores da história social que questionaram a ideia de anomia também basilar para a obra de Fernando Henrique Cardoso.
- V. De acordo com o pensamento do autor, o negro teria novas chances com a proclamação da república em 1889, pois os ideais liberais os auxiliariam na integração da sociedade.

Assinale a alternativa correta:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, II, III, IV e V.
- e) II, III e IV.

3. Leia o parágrafo do historiador Sidney Chalhoub:

Areificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente”. Confesso que não compreendo bem essa afirmação, mas, felizmente, F. H. Cardoso se empenha em esmiuçá-la. Ele explica que os escravos se auto representavam como seres incapazes de ação autonômica; ou seja, os negros seriam incapazes de produzir valores e normas próprias. (...) Não consigo imaginar escravos que não produzam valores próprios, ou que pensem e ajam segundo significados que lhes são inteiramente impostos. (CHALHOUB, 1990, p. 38)

Sobre o trecho e o debate historiográfico, assinale a alternativa correta:

- a) F. H. Cardoso tinha uma concepção anômica do escravo. Tal concepção teve pouca ressonância nos estudos da época.
- b) Grande parte das conclusões de F. H. Cardoso foram resultados de leituras equivocadas de escritos de viajantes. Esse tipo de leitura foi exclusivo do trabalho de F. H. Cardoso.
- c) Sidney Chalhoub, apesar de ser historiador social, tinha proximidade com trabalhos de sociólogos. A escolha em debater com a obra F. H. Cardoso se deriva dessa preferência.
- d) As obras de Sidney Chalhoub, assim como de outros historiadores sociais, tiveram influência exclusiva e direta de E. P. Thompson.
- e) Sidney Chalhoub propõe analisar escravos a partir dos “valores” e “normas” estabelecidos por eles mesmo em relação com a sociedade na qual estavam.

Referências

- AGASSIZ, J. L.; AGASSIZ, E. C. **Viagem ao Brasil (1865-1866)**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- ALBUQUERQUE, W. A vala comum da "raça emancipada": abolição e racialização no Brasil, breve comentário. **História social**, Campinas, n. 19, p. 91-108, jul./dez. 2010.
- ARAÚJO, J. S. de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois mais bravos batalhões do Império**: a propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai, 1865-1866. Tese. (Doutorado em História). 2009. Universidade Federal Fluminense.
- ASSIS, Arthur. A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 91-120, June 2010.
- AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BANTON, M.. **A idéia de raça**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BETHELL, L. **O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai**. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 269-285, ago. 1995.
- Biblioteca Nacional (Brasil). **Documentos históricos**: Diário do Tenente-Coronel Albuquerque Bello Notas extraídas do caderno de lembranças do autor sobre sua passagem na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2011.
- BRITO, L. da C. O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 36, n. 72, p. 107-130, Aug. 2016.
- CARVALHO, J. M. de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 141-157, 2011.
- CARVALHO, J. M. **Os Bestializados** – O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- CASTRO, C. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. In: **Cadernos AEL**, Campinas, UNICAMP, v. 14, n. 26, 2009.
- COSTA, Milene R. A Implosão da Ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.
- COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada**. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição, São Paulo: SENAC, 2004.
- DORATIOTTO, F. **Maldita guerra**: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- DOURADO, M. T. G. Crimes e punições na Guerra do Paraguai (1864-1870). In: **ANPUH** – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.
- DOURADO, M. T. G. **A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Vol. 1. São Paulo: Globo. 2008.
- GONZALEZ, L. Mulher negra. **Mulherio**, São Paulo, ano I, n. 3, 1981, p. 4.
- GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GUAZZELLI, C. A. B. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 70-89, 2009.
- GUIMARÃES, L. M. P. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1997.
- GUIMARÃES, M. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.
- IZECKSOHN, V. O recrutamento de libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. In: **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. 2015. p. 96-110.
- KERN, G. da S. **“Educar é eugenzar” Racialismo, eugenia e educação no Brasil (1870-1940)**. Tese. (Doutorado em Educação). 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- LACERDA, G. B. de. Augusto Comte e o “positivismo” redescobertos. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 319-343, out. 2009 .
- LARA, S. H. Gorender Escraviza História. In: **Réplicas e Tréplicas**, Caderno Letras do jornal **Folha de São Paulo**, 12/01/91, p. F2.
- MACHADO, M. H. P. T.; HUBER, S. (Orgs.). **Traces of Louis Agassiz: Photography, body and science, yesterday and today**. São Paulo: Capacete Entretenimentos, 2010,
- MAESTRI, M. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: da instauração à restauração historiográfica (1871-2002). **Revista digital Estudos Históricos**, CDHRP, n. 2, p.1-29, 2009.
- MENDONÇA, J. M. N. Leis para “os que se irão buscar” – imigrantes e relações de trabalho no século XIX brasileiro. **História: Questões & Debates**, v. 56, n. I (2012).
- MONTEIRO, J. As “raças” indígenas no Pensamento Brasileiro do Império. In: MAIO, M.C. & SANTOS, R. V. **Raça, Ciências e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fio Cruz/ CCBB, p. 15-21, 1996.
- MOREL, M. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1890 - 1930). Rio de Janeiro: **Maracanã** – Revista Programa de Pós-Graduação em História - UERJ, 2000.
- MOTA, C. G. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 243-254, 1995.
- RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: DELGADO, L. de A.; FERREIRA, J. (orgs.), **O tempo do liberalismo**

excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 89-120.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SENA, E. C. de. **Entre Anarquizadores e Pessoas de Costumes** – A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso, 1834-1870. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Humanidades, Universidade de Brasília, Brasília.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C. & SANTOS, R. V. **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, p. 41-58, 1996.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco.** Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

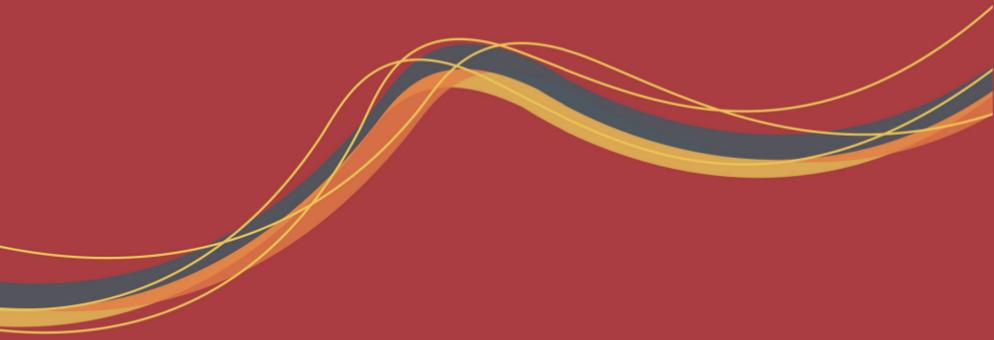
SKIDORE, T. E. **Preto do branco.** Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor** – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. 2. ed. corrigida. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

TORAL, A. A. de. A participação dos negros escravos na guerra do Paraguai. **Estud. av.**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 287-296, 1995.

VASQUEZ, P. K. **A fotografia no Império.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

XAVIER, G. **Branças de almas negras?** Beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930). Tese. (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, 2012.



ISBN 978-85-522-1136-5



9 788552 211365 >